

22

N1

2 0 2 2

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

**CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UIDB/00311/2020



Governo da República
Portuguesa

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, tem periodicidade semestral (a partir de 2022) e publica artigos de investigação na área da História, sujeitos a avaliação prévia por especialistas externos. Inclui uma secção de artigos originais e outra de resenhas críticas de livros. Aceita artigos submetidos por qualquer investigadora/or e propostas de cadernos temáticos, as quais serão sempre apreciadas pelo Conselho Editorial.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* visa estimular o diálogo científico entre a comunidade historiográfica internacional. A Revista está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) e Latindex (México).

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, founded in 2001, publishes two issues per year since 2022, including research articles in the area of History, subject to prior evaluation by external experts. It also has a section for book reviews. It accepts articles submitted by any researcher and proposals for thematic issues, which will always be assessed by the Editorial Board.

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* aims to stimulate the scientific debate among the international historiographic community.

The Journal is indexed in the following international catalogues: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) and Latindex (Mexico).

Diretor / Director

José Pedro Paiva / Universidade de Coimbra - CHSC / coordchsc@fl.uc.pt

Editor / Editor Chief

Jaime Ricardo Gouveia / Universidade de Coimbra - CHSC / jaime.gouveia@uc.pt

Assistente Editorial / Editor Assistant

Carla Rosa / gapci@fl.uc.pt

Conselho Editorial / Editorial Board

Antoine Destemberg, Université D' Artois, Arras, França; Bernardo Vasconcelos e Sousa, Instituto de Estudos Medievais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Eric Morier-Genoud, Universidade de Belfast, Irlanda; Gabriel Rocha, Brown University, Providence, EUA; Giulia Albanese, Universidade de Padova, Itália; Inês Amorim, Universidade do Porto, Portugal; John-Paul Ghobrial, Oxford University, Inglaterra; José Eloy Hortal Muñoz, Universidade Rei Juan Carlos, Madrid, Espanha; José Luís Cardoso, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa, Portugal; Luís Nuno Rodrigues, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Maria Filomena Coelho, Universidade de Brasília, Brasil; Maria João Vaz, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Martial Staub, University of Sheffield, Inglaterra; Serena Ferente, Universidade de Amsterdão; Silvia Liebel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Vincenzo Lavenia, Universidade de Bolonha, Itália; Violet Soen, Universidade de Lovaina, Bélgica.

Propriedade / Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Endereços / Address

Arquivo da Universidade de Coimbra, Rua São Pedro, nº 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

Normas para a submissão de artigos: <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/about/submissions> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

Design e paginação: Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

Depósito legal: 168142/01 • ISSN 1645-2259

Direitos de autor / Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

https://doi.org/10.14195/1645-2259_22-1

22

N1

2 0 2 2

Revista de História da Sociedade e da Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Índice

Editorial	9
-----------------	---

Caderno Temático: *UNIVERSidades: Redes e Identidades*

Introdução	13
------------------	----

ARMANDO NORTE, JAIME RICARDO GOUVEIA, MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

Monarchy and Universities in the Hispanic kingdoms (13 th -15 th centuries): interventionism in their government and funding	25
---	----

SUSANA GUIJARRO

Le *studium* au miroir des Bibles moralisées. Exégèse morale et imaginaire social
des maîtres parisiens (XIII^e-XV^e siècle)

The <i>Studium</i> in the mirror of the <i>Bibles moralisées</i> . Moral exegesis and social imaginary of the Parisian masters (13 th -15 th century)	45
--	----

ANTOINE DESTEMBERG

Los manuales de Alonso de la Vera Cruz y la Universidad de México del siglo
XVI: enseñando teología y artes desde una perspectiva misionera

Alonso de la Vera Cruz's Manuals and the University of Mexico in 16th Cen- tury: Teaching Theology and Arts from a Missionary Perspective	75
--	----

JOSÉ LUIS EGÍO GARCÍA

Giovanni Botero e gli itinerari del sapere fra Umanesimo e prime inquietudi-
ni barocche.

Giovanni Botero and the itineraries of knowledge between Humanism and the first baroque restlessness.	111
---	-----

B. ALICE RAVIOLA

Artigos

Do rei, da rainha ou da infanta: o tabelionato de Torres Vedras entre os sé-
culos XIII e XV

By the king, queen or infanta: the notaries of Torres Vedras between the 13 th and 15 th centuries	127
---	-----

ANA PEREIRA FERREIRA

Uma obra (in)consequente: a Vala da Azambuja em meados do século XIX
 An inconsecutive work: the Azambuja canal in the middle of the 19th century..... 164
 JOSÉ MANUEL BRANDÃO E ELISABETTA FIOCCHI MALASPINA

De Coimbra para o Rio Grande do Sul: análise de passaportes, 1881-1889
 Coimbra to Rio Grande do Sul: analysis of passports, 1881-1889 189
 CARLOS EDUARDO PIASSINI

Olive grove landscape: the hydraulic pressing machine and its importance in
 the cultural heritage of Andalusia (Spain). 213
 SHEILA PALOMARES ALARCÓN

Crianças refugiadas que se salvaram através de Portugal durante a Segunda
 Guerra Mundial (1940-1944)
 Refugee children who were saved through Portugal during the Second World
 War (1940-1944). 233
 CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

Pós-memória e política dos afetos: a *Marcha del Silêncio* como política cultural
 Post-memory and politics of affections: the *Marcha del Silêncio* as cultural
 politics 257
 CARLOS A. GADEA

Recensões

BURGESS, Clive (2018). *The right ordering of souls: the parish of All Saints' Bristol on the eve of the Reformation*. Woodbridge, UK and Rochester, NY (USA): Boydell Press, 463 pp. 275
 MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

BANG, Peter Fibiger; BAYLY, C. A.; SCHEIDEL, Walter (2021). *The Oxford World History of Empire: Volume Two: The History of Empires*. Oxford: Oxford University Press, 1318 pp. 279
 EDGAR PEREIRA

SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis (eds.) (2020). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Ediciones, 536 pp. 287
 ISABELA BEZERRA

YUN CASALILLA, Bartolomé (2021). *Os Impérios Ibéricos e a globalização da Europa (séculos XV a XVII)*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 472 pp. 291

LUÍS CLAUDINO

VERGAMOTA, João Alberto Simão (2021). *A nomeação e o sustento do clero paroquial em Portugal antes e durante a monarquia constitucional (1820-1910)*. Madrid: Ediciones Universidad San Dámaso, 438 pp. 295

LUCIANO MOREIRA

MORAIS, Sandra Fernandes (2021). *Cadernos da Casa do Outeiro. Um receituário senhorial de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Município de Paredes de Coura, FICTA EDITORA, 132 pp. 301

IRENE VAQUINHAS

LÉONARD, Yves & BOURDON, Albert-Alain (2019). *Histoire du Portugal*. Paris: Chandeigne, 278 pp. 307

HÉLOÏSE DUCATTEAU

Editorial

Em 2022 a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* é um projeto suficientemente consolidado. Criada em 2001, tem sido publicada todos os anos, e foi das primeiras publicações periódicas portuguesas no âmbito da História a compagnar-se com critérios que, nos inícios do século XXI, já marcavam a edição científica no plano internacional em diversas áreas de conhecimento. Desde essa altura, procedimentos hoje incontestáveis como a revisão por pares ou a abertura internacional foram adotados na Revista.

Os resultados desse percurso são claros e inequívocos quanto aos sucessos alcançados. Hoje esta é uma das mais relevantes revistas portuguesas no campo da História, indexada em alguns dos mais prestigiados índices internacionais como a SCOPUS, a WEB of SCIENCE ou a ERIHPLUS, publicada em regime de ciência aberta, conforme estipulado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, utilizando uma plataforma da Universidade de Coimbra (IMPACTUM) que a abre a todo o mundo no dia em que é lançada, integrando artigos que cobrem um âmbito cronológico que poucas revistas alcançam, contando com cada vez mais autores/as não portugueses/as e com cada vez mais acessos e citações.

Como corolário desta planeada e perseverante estratégia, com a qual se têm comprometido as sucessivas direções desta publicação periódica, no ano de 2021 a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* passou para o quartil Q3 na avaliação da SCIMAGO/SCOPUS. De acordo com a mesma SCIMAGO/SCOPUS, em 2019 ela ocupava a 1152.^a posição entre todas as revistas de História do mundo, todavia, em 2022 já é a 743.^a No plano europeu, subiu, no mesmo período, da 702.^a posição para a 434.^a

A equipa editorial da Revista, que é atualmente uma estrutura mais consolidada, tem plena noção de que este ainda não é o patamar ambicionado. Reconhecemos que carecemos de definir e aplicar políticas sempre atuali-

zadas, adequadas e bem planeadas, além de muito trabalho para poder vir a alcançar melhores resultados. Acima de tudo pretendemos mais qualidade, mensurável através da publicação de artigos com cada vez mais nível e com mais impacto no avanço do conhecimento histórico.

Com esta finalidade, abre-se com a publicação deste número da Revista de História da Sociedade e da Cultura um novo ciclo, em que passará a ter publicação semestral, com um número a sair em junho e outro em dezembro de cada ano. Assim respondemos à crescente procura que temos tido, sem dúvida. Porém, a mudança tem outros desideratos, como sejam a redução do tempo de espera entre a submissão de um artigo e a sua publicação, com a consequente melhor atualização que possibilitará, numa época em que a produção do conhecimento é cada vez mais célere.

Adotámos, entretanto, outras medidas. Por um lado, foi reforçada a Equipa Editorial, que para além do Diretor, passa a contar com um editor e uma assistente editorial permanentes, possibilitando um mais adequado fluxo dos procedimentos de publicação e uma maior coerência e escrutínio de todos os aspetos relativos ao bom funcionamento da publicação. Em segundo lugar, foi profundamente renovado o Conselho Editorial, agora com uma composição claramente internacional, reunindo historiadores e historiadoras oriundos/as de conceituadas instituições e com os/as quais tem sido possível pensar novos caminhos para a Revista. Em terceiro lugar, foi redesenhada a página web do Centro de História da Sociedade e da Cultura, que agora acomoda uma área dedicada à Revista e lhe dá maior visibilidade.

Para além destas transformações, a Revista estimulará a elaboração de dossiers temáticos coerentes e que espelhem dinâmicas de investigação emergentes, como o que este número já integra, e abrir-se-á a testemunhos de historiadores/as que, através de depoimentos de diversa natureza possam dar conta de pesquisas em curso ou refletir sobre os próprios percursos historiográficos e o impacto das respetivas obras históricas. Procurar-se-á ainda alargar o âmbito da secção de resenhas críticas, contando com a colaboração mais ativa de jovens historiadores.

Por último, foi decidido instituir um prémio para distinguir anualmente o melhor artigo publicado na Revista, cientes de que isso estimulará a qualidade dos textos que no futuro serão submetidos e, em simultâneo, dará uma maior projeção, incluindo internacional, ao trabalho dos/as autores/as que escolherem a *Revista de História da Sociedade e da Cultura* para publicar a sua investigação.

Confiamos que os desígnios agora traçados frutificarão e que, desse modo, a Revista se torne melhor, estimule a qualidade da investigação em História, e contribua para o incremento do prestígio das instituições a que está vinculada: o Centro de História da Sociedade e da Cultura, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Imprensa da Universidade de Coimbra e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT.

José Pedro Paiva

Diretor da Revista de História da Sociedade e da Cultura

Jaime Ricardo Gouveia

Editor da Revista de História da Sociedade e da Cultura



**CADERNO
TEMÁTICO**

**SPECIAL
ISSUE**

Introdução

UNIVERSidades: Redes e Identidades

São novos e cada vez mais crescentes os desafios que se colocam hoje a publicações científicas como a *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. O conhecimento em geral está sujeito a múltiplas novidades e tensões, responsáveis por o tornarem cada vez mais multipolar, ao nível da sua origem e produção; hiperespecializado e interdisciplinar, no que se refere à sua natureza; global, em termos da sua disseminação e alcance; e, acima de tudo, marcado por uma pronunciada aceleração tecnológica, cujos limites são difíceis de prever. Por sua vez, rodeia-o um princípio geral de incerteza – na aceção sugerida por Karl Popper, que considera todo o conhecimento como transitório, apenas válido enquanto resistente à refutação. Acresce ao anterior, a notória falta de agenciamento e de mediação subscritas pelas teses contemporâneas da pós-verdade e do pós-factual, perturbando a receção do saber produzido por instituições autorizadas, o que se constitui como um fator de entropia e de gradual ceticismo, afetando a ciência contemporânea no seu conjunto. Nessa medida, a variabilidade, a volatilidade e as dúvidas que cercam o tempo presente impõem à universidade uma reflexão sobre si própria e sobre o seu lugar no mundo do saber e do conhecimento. Um contexto no qual as instituições universitárias obtiveram, logo desde as suas origens medievais, um enorme protagonismo, assumindo-se como os principais mecanismos de produção, transmissão e validação do saber no Ocidente, num modelo posteriormente dinamizado e exportado para outros espaços.

O caderno que a seguir se apresenta resulta justamente da autoconsciência acerca do papel incerto que cabe à universidade no novo contexto que a enforma e da necessidade existente de proceder a uma reflexão e a um recentramento. São os mesmos motivos que levaram, em primeira instância, à criação, em 2020, de um seminário dedicado à História das Universidades que já vai na terceira edição. A novidade das temáticas e o interesse nelas gerado durante as conferências fez surgir a ideia de desafiar os participantes das duas primeiras edições a publicar uma versão final dos seus textos, incorporando já o resultado das discussões surgidas, permitindo desse modo alcançar um pú-

blico mais vasto. Chegou-se, assim, aos quatro contributos que formam o presente caderno: *Monarchy and Universities in the Hispanic kingdoms (13th-15th centuries): interventionism in their government and funding*, de Susana Guijarro, da Universidad de Cantábria; *Le studium au miroir des Bibles moralisées. Exégèse morales et imaginaire social des maîtres parisiens (XIII^e - XV^e siècle)*, de Antoine Destemberg, da Université d'Artois; *Los manuales de Alonso de la Vera Cruz y la Universidad de México del siglo XVI: enseñando teología y artes desde una perspectiva misionera*, de José Luis Egío García, do Max Planck Institut for Legal History and Legal Theory, de Frankfurt; e *Giovanni Botero e gli itinerari del Sapere fra Umanesimo e prime inquietudini baroque*, de Alice Raviola, da Università degli Studi di Milano.

Tal como no ciclo de seminários que lhe deu origem, a ênfase deste caderno foi colocada na qualidade e no equilíbrio das contribuições, pretendendo-se ainda garantir a diversidade das abordagens feitas ao tema, no pressuposto de que a multiplicação das perspetivas é essencial para uma compreensão mais consciente, informada e atenta dos fenómenos ligados à vida universitária, nas suas múltiplas dimensões e interseções com o tecido social. A diversidade dos pontos de vista foi assegurada de várias formas, a saber: 1) pelo olhar plural dos autores dos artigos, de várias nacionalidades e ligados a diferentes escolas e tradições de investigação; 2) pelo largo horizonte cronológico observado, que vai desde a época fundacional das universidades, na Idade Média plena, até ao barroco da Idade Moderna; 3) pelos espaços e escalas de observação, que incidem em vetores locais (Paris), regionais (Península Ibérica) e globais (relações transatlânticas entre a Europa e a América); 4) pela grande latitude dos objetos de estudo, atentos à gestão e funcionamento universitário (Guijarro), à função cultural das universidades (Raviola), às questões identitárias dos seus corpos constitutivos (Destemberg) e à transmissão de modelos de funcionamento e organização (Egío). Tudo tópicos que se inscrevem nos principais filões de investigação que na atualidade são objeto de discussão por parte dos historiadores das universidades, dizendo respeito a relações entre poderes, agentes universitários (mestres e estudantes), grelhas de saber escolar, mobilidade e circulação académica, gestão e recursos universitários e trajetos e carreiras profissionais dos graduados pelas universidades.

Susana Guijarro assina o primeiro texto, onde estuda as universidades dos territórios das coroas de Castela e de Aragão, entre os séculos XIII e XV. Nele, apresenta uma reanálise da ação e influência dos monarcas na fundação, dotação patrimonial e suporte político dessas universidades, reconsiderando o papel e a interferência de outros poderes (laicos e eclesiásticos), durante o período em estudo.

Profundamente conhecedora da história dos bispos e dos cabidos de Leão e Castela, desde os séculos XI e XII, a autora reavalia o papel destes na fundação e gestão das universidades, fosse através do aconselhamento dos monarcas, fosse através do diálogo com a Cúria Pontifícia. Por sua vez, do lado aragonês, onde as primeiras universidades surgem a partir do século XV, destaca a reivindicação e a mobilização de vontades dos governantes locais e das elites urbanas com vista à fundação e promoção destas instituições. Provido de um aparato crítico notável, este estudo assenta num sólido *corpus* documental, proveniente dos dois territórios políticos. Da sua leitura ressalta não só a análise comparativa entre os dois espaços, como também uma reflexão sobre a história e o papel das universidades, enquadrada nos contextos mais amplos da história política das coroas de Castela e Aragão e da história das universidades europeias.

Segue-se o estudo de Antoine Destemberg. Nele faz convergir dois dos seus temas de eleição, a sociogénese dos universitários de Paris e a influência deste grupo na consolidação do poder político do rei, com a análise do texto e da iconografia que compõem as *Bíblías Moralizadas*: um *corpus* produzido em Paris (1220-1435), composto por Bíblías profusamente iluminadas, com propósitos exegeticos e pedagógicos, dirigidos não só a mestres e estudantes de Teologia, como também aos monarcas e à sua corte.

O artigo divide-se em três análises: das representações dos *doutores*, mestres de Teologia; das representações dos escolares; das representações da comunidade de saber que unia os dois grupos anteriores, no estudo da *doctrina*. Nelas, o autor faz ressaltar a representação simbólica do mundo que atravessa estes manuscritos, projetando uma ordem moral e social hierarquicamente esquematizada, encabeçada pelos mestres de Teologia de Paris. Por sua vez, os escolares são o grupo mais certamente visado pelos objetivos de edificação moralizadora destes livros, que procuram contrariar e condenar os vícios mundanos e os desvios de comportamento, despoletados pela atração que o dinheiro, oferecido por reis e prelados corruptos, exercia sobre eles. Juntos, mestres e estudantes de Teologia constituíam uma comunidade de um saber supremo enaltecido, na narrativa textual e iconográfica destas bíblías, sobretudo pela oposição ao direito civil e à medicina.

O caderno temático prossegue com dois trabalhos de viés comparativo, referentes à maneira como as universidades se adaptaram a tempos e geografias novos, de cruzamentos e contrastes, que combinaram tradição e rutura, fluxos e refluxos, correntes e contracorrentes, e em que o homem, sem deixar de ser criatura de Deus, chegaria, pelo menos no plano teórico-filosófico, ao topo da sua dignidade.

O artigo de José Luis Egío García reflete sobre o modelo de ensino praticado na Universidade do México (1533), visando discutir aspetos decisivos e historiograficamente novos que têm sido objeto de eleição pela investigação realizada na instituição onde trabalha, e que, no fundo, cabem na seguinte questão: os modelos institucionais construídos nas Américas foram meras reproduções dos europeus ou, ao invés, foram dotados de uma matriz própria adaptada às idiossincrasias locais?

A tentativa de captar essas particularidades leva Egío García a avançar várias conclusões, designadamente: a de que um dos elementos distintivos da universidade mexicana residia na função de formar missionários para a conversão das populações ameríndias; a de que a Teologia foi instrumentalizada pelo clero para fins ministeriais e o ensino se adaptou aos costumes e tradições indígenas sem se afastar dos preceitos fundamentais da doutrina cristã; e a de que Alonso de la Vera Cruz foi elemento chave da (e na) formação de uma rede eclesiástica transatlântica que entendia e fomentava a formação missionária tendo em conta a complexidade cultural do mundo americano. Ter ido além de uma história institucional universitária, centrando-se na análise de elementos específicos e característicos do ensino de Vera Cruz como figura que estabeleceu a conexão entre os debates teológicos da sua universidade de formação (Salamanca) e as necessidades pastorais do território hispano-americano, é um dos pontos mais salientes deste estudo.

Por seu turno, Blythe Alice Raviola, autora de percurso consolidado e aberto a abordagens historiográficas diversas no âmbito da História Social da Europa na época moderna, apresenta um estudo centrado no percurso de dois “intelectuais inquietos”, Giovanni Botero e Erasmo de Roterdão, designadamente procurando captar o pensamento do primeiro em relação à função cultural das universidades europeias. Mais conhecido por ter sido um dos primeiros a estabelecer a ideia de uma isenção moral para o Estado, Botero revelou outras facetas, que este artigo procura redescobrir.

Pese embora o facto de já ter sido biografado pela autora (2020), aparece aqui envolto num olhar novo, que procura problematizar as possíveis ligações entre instrução e prosperidade económica, que escorrem das reflexões produzidas sobre a Universidade daquele tempo. Partindo de algumas das suas mais notáveis obras, tematicamente situadas entre a maravilha da natureza e a experiência política, verdadeiras referências para as dinastias e elites europeias de então, a autora demonstra como o conceito que Botero fazia dos *Studia* enquanto possibilitadores da realização social, garantes da disciplina moral e centros pulsantes para a vida das cidades, circulou e influenciou durante muito tempo círculos restritos de teóricos políticos e económicos.

O leitor encontrará neste caderno, em suma, novas perspectivas de análise atentas às interconexões entre as várias instituições de ensino na Europa numa perspectiva *glocal*; ao seu papel na construção das identidades e na reflexão em tornos do(s) outro(s); à maneira como receberam, como se adaptaram e até contribuíram ou impulsionaram correntes culturais e movimentos intelectuais; e ao modo como se constituíram em focos de irradiação do saber nas latitudes mais diversas.

ARMANDO NORTE

U. Coimbra, CHSC | U. Lisboa, CH

armandonorte@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2057-3116>

JAIME RICARDO GOUVEIA

U. Coimbra, CHSC

jaimegouveia@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2435-7384>

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

U. Coimbra, CHSC

melicampos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>

Introduction

UNIVERSITIES: Networks and Identities

Science publications such as the *Revista de História da Sociedade e da Cultura* face new and increasing challenges. Knowledge is always subject to innovation and pressure from many angles. It grows multipolar in its origin and in how it is produced; it becomes hyper-specialised and interdisciplinary in nature; and more global in dissemination and reach. Above all, it is affected by the sharp pace of technology, whose limits are difficult to predict. Besides, it is ruled by the principle of uncertainty – in Karl Popper’s understanding that knowledge is always fleeting, valid only until it becomes refuted. In addition, contemporary post-truth and post-factual theses are not as willing to convey or mediate knowledge, thereby disrupting how knowledge generated in “authorised” institutions is received. Entropy and gradual scepticism thus bear on science as a whole. To that extent, the variability, volatility, and range of doubts felt in our time have forced universities to reflect on their nature and position regarding knowledge. This is a context in which the university has played, ever since its medieval origin, a significant part as the main agent of production, transmission, and validation of knowledge – a model developed in Western Europe and eventually energised enough to take root elsewhere.

This special issue results from awareness that the university’s role is uncertain in our day – regarding the context that shapes it along with the need to reflect and refocus. In 2020, these reasons led to the creation of a seminar on the History of Universities, now in its third year. The originality of the papers and the interest the sessions attracted have led to the publication of revised seminar talks for the first two years. The publication incorporates the results of seminar discussion, thereby reaching a wider audience. Four articles were the result: *Monarchy and Universities in the Hispanic kingdoms (13th-15th Centuries): Interventionism in their Government and Funding*, by Susana Guijarro (Universidad de Cantábria); *Le studium au miroir des Bibles moralisées. Exégèse morales et imaginaire social des maîtres parisiens (XIII^e-XIV^e siècle)*, by Antoine Destemberg (Université d’Artois); *Los manuales de Alonso de la Vera Cruz y la Universidad de México del siglo XVI: enseñando teología y artes desde*

una perspectiva misionera, by José Luis Egío García (Max Planck Institut for Legal History and Legal Theory); and *Giovanni Botero e gli itinerari del sapere fra Umanesimo e prime inquietudini barocche*, by Alice Raviola (Università degli Studi di Milano).

As with the seminar series, this special issue relies on the quality and balance of the papers, and on the diversity of approaches, deemed essential for the conscious, informed and attentive understanding of university life in its multiple dimensions and intersections with society. This diversity in points of view manifests in several ways: 1) in the pluralistic perspective taken by authors of different nationalities, tied to different schools and research traditions; 2) in the wide chronological frame, ranging from the founding period of universities in the Middle Ages through to the baroque age; 3) in the space and scale of observation, from local (Paris), to regional (the Iberian Peninsula), to global (Europe's transatlantic relations with America); 4) in the subject reach, from university management and operation (Guijarro); to the cultural function of universities (Raviola); to the identity of their constituent bodies (Destemberg); to the transmission of working models (Egío). All in all, these are subjects currently debated by university historians, including relations with stakeholders, university agents and protagonists, fields of knowledge, mobility and academic circulation, management and resources, and the professional trajectory and career of university graduates.

The first article, by Susana Guijarro, looks at universities in the territory held by the crowns of Castile and Aragon between the thirteenth and the fifteenth centuries. Guijarro examines afresh the royal action and influence upon the establishment, endowment and political support given to those institutions, reconsidering the role and interference of other powers (secular and ecclesiastical) in the period.

Demonstrating her knowledge of the history of cathedral chapters and bishops in Leon and Castile from the eleventh century onwards, the author reassesses their role in the founding and management of the Universities, through advice to monarchs and dialogue with the Pontifical Curia. In Aragon, where the first universities date from the fifteenth century, the author highlights the demands and motivations of local rulers and urban elites leading to the foundation and promotion of such institutions. Providing a remarkable critical apparatus, the study is based upon a solid documentary corpus from the two political territories. It offers a comparative analysis of the two while discussing the history and role of their universities, framed in the wider contexts of the political history of the crowns of Castile and Aragon as well as the history of European universities.

Next, two of Antoine Destemberg's favourite topics come together in an assessment of the sociogenesis of the Paris scholars and their influence in consolidating the king's political power, and in analysing the text and iconography depicted in the moralised bibles: a corpus, produced in Paris between 1220 and 1435, of profusely illuminated bibles having exegetical and pedagogical purposes, addressed not only to theology masters and students but also monarchs and their court. Destemberg's article divides into three analyses: the representation of professors (doctors in theology); the representation of students; and the representation of a community of knowledge bringing together in the study of doctrine the two groups mentioned. The author highlights the symbolic representation of the world in those manuscripts, projecting a hierarchically organised moral and social order, headed by the Paris masters of theology. Students are most clearly targeted by the books' moral objectives, aimed at counteracting and condemning worldly vices and deviations in behaviour, triggered by the deceitful effect of money as offered by corrupt kings and prelates. Professors and students of theology joined as a community of supreme knowledge, lauded in the bibles' textual and iconographic narrative, especially by contrast with civil law and medicine.

Two works of comparative scope follow, concerning the adaptation of universities in time and place, coming together but often contrasting, as a balance between tradition and rupture with its ebbs and flows, in which man, without ever ceasing to be God's creature, reached the summit of his dignity on a theoretical-philosophical level.

José Luis Egío García reflects upon the teaching system at the University of Mexico (1533). He discusses new and decisive historiographical aspects to inquire whether the institutional models in the Americas reproduced those of Europe or rather developed a mould of their own, adapting to the local context.

The attempt to distinguish these traits leads Egío García to several conclusions, notably that a distinctive element in the Mexican university was its role in training missionaries for the conversion of the Amerindian populations; theology was used by the clergy for ministerial purposes and teaching was adapted to indigenous customs and traditions without deviating from the fundamental precepts of Christian doctrine. Alonso de la Vera Cruz was a key figure in shaping a transatlantic, ecclesiastical network that understood and fostered missionary training taking into account the cultural complexity of the American world. Remarkably, Egío García goes beyond the institutional perspective taken in university history, rather focusing on the analysis of the characteristic teachings by Vera Cruz, who established the connection be-

tween the theological debates of the university where he had been educated (Salamanca) and pastoral needs in the Hispanic-American territory.

Lastly, Blythe Alice Raviola studies the trajectory of two “restless intellectuals”, Giovanni Botero and Erasmus of Rotterdam, seeking to capture Botero’s thinking regarding the cultural role of European universities. Best known for having been among the first to establish the notion of the state’s moral exception, Botero’s other facets are here rediscovered.

Even though Raviola has previously written Botero’s biography (2020), the article sheds additional light by questioning the links that may exist between education and economic prosperity, stemming from reflections produced in the university environment of the age. Looking back on some of Botero’s most notable works, espousing topics from natural bewilderment to the political experience – which became works of reference for the European dynasties and elites of the time – Raviola demonstrates how Botero’s concept of *Studia* (universities) as enablers of social achievement, guarantors of moral discipline, and throbbing urban centres, came to circulate, influencing small circles of political and economic theorists for a long time.

All told, new perspectives of analysis will be found in this special issue, attuned to the interconnections between some of Europe’s educational institutions in a “glocal” perspective in their role in building identities and reflecting (about) the other(s); the way universities received, adapted and even drove cultural currents and intellectual movements forward; and the way they became a setting where knowledge sprung across distinct geographical locations.

ARMANDO NORTE

U. Coimbra, CHSC

U. Lisboa, CH

armandonorte@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2057-3116>

JAIME RICARDO GOUVEIA

U. Coimbra, CHSC

jaime.gouveia@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2435-7384>

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS

U. Coimbra, CHSC

melicampos@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>

Monarchy and Universities in the Hispanic kingdoms (13th-15th centuries): interventionism in their government and funding¹

SUSANA GUIJARRO

University of Cantabria, Faculty of History, Spain

guijarrs@unican.es

<https://orcid.org/0000-0002-0082-1541>

Texto recebido em / Text submitted on: 10/11/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/03/2022

Abstract. This paper studies the differences between the Crowns of Castile and Aragon in the relationship between monarchy and universities in the Late Middle Ages. In the case of the first Castilian universities, it nuances the excessive importance that historiography has granted to the monarchs in their foundation and instead stresses that the initiative came from bishops and cathedral chapters before being seconded by royalty. It also describes the changes in the royal intervention in university funding and protection. As regards the Crown of Aragon, it emphasises the role of the urban oligarchy in the municipal corporations in the creation of the universities, together with the king and the bishops. This was the reason for the importance of municipal funding despite the initial opposition in the 13th century to an institution with its own jurisdiction that was outside its control.

Keywords. Castile and Aragon Kingdoms, universities, Royal funding, interventionism, Late Middle Ages.

1. The first Hispanic universities (13th century): episcopal initiative and royal support

The first Hispanic universities, in Palencia and Salamanca, were founded in the first two decades of the 13th century at the same time as the universities of Bologna and Paris, epicentres in Western Europe until then of law [Bologna] and theology [Paris] respectively. The historiography about the origin of the universities has classified Palencia, Salamanca and Valladolid in the typology of those that emerged by a decision of royal power. This classification, however, overshadows the role played by some bishops and the importance of cathedral schools that created the breeding ground for the appearance of these higher education institutions in medieval Europe.

¹ Some of the data presented in this paper were taken from ecclesiastic sources consulted in the context of the R+D Project of the Spanish Ministry of Science and Innovation, PID2019-108273GB-I00, of which the author is the principal investigator.

In the case of Palencia, behind the foundation promoted in the kingdom of Castile by King Alfonso VIII between 1209 and 1212 was the figure of a bishop. Traditionally, following the accounts of Lucas de Tuy in his *Chronicon mundi* (ca. 1236) and Rodrigo Jiménez de Rada (+1247) in his *De rebus Hispaniae* about how Alfonso VIII summoned teachers in theology and liberal arts (FALQUÉ 2003: 324-325; FERNÁNDEZ VALVERDE 1987: 21-22), it has been maintained that this bishop would have been Tello Téllez de Meneses (ca. 1170-1246). More recently, Gonzalo Martínez has claimed that Bishop Raimundo II (1148-1184) was the true designer of the project that Alfonso VIII supported. According to his argument, Bishop Tello Téllez de Meneses would, in reality, have been the restorer of the *Studium generale* (a *Studium* that has been recognised by the Pontiff and awarded academic qualifications with universal validity) or University of Palencia with the support of King Ferdinand III (MARTÍNEZ DÍEZ 2012: 47-68). However, no documents are extant that demonstrate Alfonso VIII's influence in its foundation (FUENTES PÉREZ 2012: 74-75).

The documentary silence about the time of the origin of this first Hispanic university does not allow this hypothesis to be tested any further, but the available information stresses the episcopal sponsorship of the centre. The earliest extant documents are three bulls by Honorius III that deal with the *Studium generale's* need for funding, because it had not started to function with the necessary financial strength; and a reply to the demand presented by Bishop Tello Téllez de Meneses and King Ferdinand III (1217-1252) to reform it. The kings of Castile are known to have received ecclesiastic revenue ceded by the pontiff to wage war on the Muslims. This royal income with an ecclesiastic source was known as the 'tercias reales' (a ninth of the ecclesiastic tithes collected in the churches of the diocese; to be precise, of the 'tercia' of each church's fabric). In the first bull (1220), the pontiff addresses the city council and the nobles in the diocese of Palencia to inform them about the king and the bishop's decision: for five years, a quarter of the 'tercias' of the diocese tithes would be used to pay the salaries of three masters (a theologian, a jurist and a logician). The other two bulls (1221 and 1225) ensured the continuation of this concession for a quinquennial. However, the political situation of the resumption of the war against the Almohads in 1224 prevailed (SAN MARTÍN PAYO 1942: 77-80). The last direct testimony of the institution is the request for assistance that Bishop Fernando (1256-1265) addressed to Pope Urban IV and which was answered in 1263 with concession to the University of Palencia of the same privileges enjoyed by the University of Paris (RASHDALL, POWICKE, EMDEN 1958: 358; SAN MARTÍN PAYO 1942: 89). Political

instability in Castile and possibly the lack of direct contact between the court and the bishops who succeeded Tello Téllez de Meneses limited the possibility of the monarchy protecting the university. Thus, while the *Studium generale* in Palencia was languishing, in the neighbouring Kingdom of León the cathedral schools in Salamanca were turning into a *Studium generale*.

Once again, the origins of the second medieval university in the Iberian kingdoms are not known from a royal foundation document but from the account of Lucas de Tuy (†1249) in his *Chronicon mundi*, written in about 1236. The Leonese prelate makes the king of León, Alfonso IX (1188-1230), the founder of the University of Salamanca following the counsel of important teachers whom he had convoked. He also gives some political-military indicators that enable the foundation to be dated between late 1218 and early 1219 (*Cartulario de la Universidad de Salamanca* [henceforth, CUS], I, doc. 11)². His direct successors confirmed this foundation that, in 1245, the Council of Lyon named among the four *Studia generalia* or universities in Christendom, together with Paris, Bologna and Oxford (RODRÍGUEZ CRUZ 1989: 73-74). In 1243, Ferdinand III confirmed the privileged and autonomous legal status as regards civil jurisdiction granted by his father, Alfonso IX, to the students when he founded the *Studium*, took masters and students with their goods under his protection, and named a tribunal of ecclesiastics (bishop, dean and two members of convent orders) and other distinguished people to decide on the possible conflicts that might appear (ESPERABÉ ARTEAGA, I, 1914: 6 April 1243, doc. 19). In 1252, to these privileges he added the exemption from taxation for the goods that members of the academic staff took to Salamanca and a guarantee of freedom and security for them to travel around the kingdom (ESPERABÉ ARTEAGA, I, 1914: 12 March 1252, doc. 20). Two years later, in 1254, Alfonso X agreed to the request of the corporation of students and granted what was then called the *Studium generale* statute (or *carta magna*) that confirmed the exemptions they enjoyed; assured the lodgings and provisioning of the students; and ceded an economic assignation of 2,500 maravedís a year to pay the salaries of several officials and eleven masters in the Faculties of Arts and Law that then existed (CUS, I, 8 May 1254, doc. 23)³. The masters, clergy mostly of at least the lower orders, enjoyed their ecclesiastic benefices and a salary drawn from the ‘tercias reales’.

² A peace agreement with his son Ferdinand, a failed siege of the city of Cáceres and a truce with Portugal in 1219.

³ When the lands that had been under Muslim dominion had been conquered (except the kingdom of Granada) from the late 13th century, the availability of the so-called ‘tercias reales’ by the monarchs was more difficult.

Alfonso X was also responsible for the initiative that led to four bulls granted by Pope Alexander IV which constituted the pontifical confirmation of Salamanca as a *Studium generale* with its own seal and authorisation for the regular clergy to study civil law during three years (CUS, I, 6 April 1255, doc. 6 and 15 July 1255, doc. 7; *Bulario de la Universidad de Salamanca* [henceforth, BUS], 22 September 1255, doc. 15). This was added to the legal protection for the university staff as well as guaranteeing the institution its own jurisdiction, which would be exercised by the chancellor ('maestrescuela') of the cathedral (BUS, 15 July 1255, doc. 12 and 22 September 1255, doc. 14). At the same time, Alfonso X tried to implicate Salamanca city council in the protection of the university by urging it to respect its fiscal exemptions ('portazgo') and to facilitate the provision of food for its members (ESPERABÉ ARTEAGA, I, 1914: 14 August 1267, doc. 4; 31 January 1271, doc. 5; 1 January 1276, doc. 6; RODRÍGUEZ CRUZ 1989: 23 April 1282, Appendix 9)⁴. The last two decades in the 13th century, the end of the initial phase of the institution, were affected by political instability in Castile (disagreements between Prince Sancho IV and his father and the minority rule of his successors Ferdinand IV and Alfonso XI). The devaluation of the currency raised the assignment devoted to the salaries of masters and officials. In 1284 it went from 2,500 maravedís to 11,600 (CUS, I, 111). In about 1300, Ferdinand IV had to address the decline in the takings of the income from the 'tercias reales', which would be leased publicly by the city council (the king named two municipal administrators of this income called 'conservadores'), the bishop and the cathedral chapter (CUS, I, 07 August 1300, doc. 46)⁵.

Those last two decades in the 13th century and their foreboding of a deeper economic crisis did not stop Sancho IV agreeing to the request made by the Archbishop of Toledo and his chancellor, Gonzalo García de Gudiel (1280-1298), to found a 'Studio of general schools' (*Studium generale*) in the town of Alcalá de Henares in 1293 (GAIBROIS BALLESTEROS, I, 2019, doc. 479). It was granted all the privileges enjoyed by the *Studium* of Valladolid, so the latter apparently already existed (CUS, I, 20 May 1293, doc. 44). However, when the ecclesiastics were removed from the royal chancellery in 1295 and the centre of royal bureaucracy moved to Valladolid, García de Gudiel's project for his archbishopric persisted as a *Studium artis* without pontifical support. A law case in 1421 shows that Alcalá de Henares Council supported the royal educational policy by paying the masters' salaries (CASADO ARVONIÉS 2018: 154-155). It

⁴ The council must exempt the students from the 'portazgo'. In 1275 it ordered them to allow the free entry of food and drink into the city to ease a period of shortages.

⁵ Their insufficiency is clearly shown by Ferdinand IV's endeavours in 1300 to make the collection of the 'tercias' more efficient and make the masters stop teaching because they had not received their salaries.

was not until the late 15th century that another archbishop and cardinal, Francisco Jiménez de Cisneros (1495/8-1517), the powerful chancellor of the Catholic Monarchs, obtained from Pope Alexander VI the ecumenical validity for the degrees awarded in Alcalá. His project was centred on the High College of San Ildefonso, which he founded in 1499 (GÓMEZ-CORNEJO 2018: 214-215).

The origins of Valladolid University (information about its existence in 1293) are equally unclear. Considering that Valladolid was not recognised as a city in the 13th century and did not become an episcopal see until the 16th century, its economic growth and diversification of its social tissue was surprising. The repeated stays of the monarchs in the town helped this development. One hypothesis maintains that the origin of the university was a result of the extinct Palencia University moving to the town, but there is no documentary proof (SÁNCHEZ MOVELLÁN 1989: 26 and 62). A second hypothesis that has been more widely accepted in recent decades is that its origins were royal and municipal. Alfonso X is thought to have been the founder (RUCQUOI 1999: 175-197; RUCQUOI 2018: 27-28). This proposal is based on the existence of some 14th century documents for the donation of royal revenue, which would be administered by the council, to the *Studium* in Valladolid. The two main lineages in the urban oligarchy (the Tovars and the Reoyos) had been interested in controlling the educational institution since the 13th century. However, it was not until 1346 that Alfonso XI obtained from Pope Clement VI the bull (included in the Bull of confirmation issued by Pope Clement VII in 1384) that transformed the Valladolid *Studium* into a *Studium generale* or university (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: 31 July 1346, doc. 1, 3-5).

2. Royal interventionism in Castilian universities in the 14th and 15th centuries

Royal interventionism in the University of Valladolid in the late Middle Ages involved the concession of royal income for its funding and privileges of exemption for its members. The university's complaints to the monarchy about the municipal authorities' refusal to recognise their privilege of exemption from taxation led to John I's concession of the exemption of lodgings (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: 22 December 1379, doc. 3, 11) and, with John II, masters and students were made exempt (1431) from participating in the war in Granada (SÁNCHEZ MOVELLÁN 1989: 66).

The pontiff joined in the royal protection. Clement VI (1342-1352) strengthened the university economically with the concession (for six years)

of two parts of the 'tercias reales' of the cathedral's fabric and the diocese of Palencia to pay the professors' salaries (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: 25 November 1384, doc. 1, 3-4)⁶. The University of Valladolid's finances in the 14th century were based on income ceded by the kings and pope from the 'tercias reales' in the diocese of Palencia. The monarchs fixed the income and ordered the city council to collect it and administer it, as well as naming the officials ('conservadores') in charge of managing it. In 1416, Benedict XIII ceded two parts of the 'tercias' of two archpriesthoods on the condition that the university governed itself according to the constitutions (1411) that the pontiff had granted to Salamanca (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: 2 June 1416, doc. 10, 29). The Valladolid *Studium* accepted the condition but did not fulfil it because it involved greater involvement of the urban oligarchy in the city council in the assignation of professorships. Both Benedict XIII and Martin V reacted by embargoing the *Studium*'s 'tercias' but later raised the embargo and finally confirmed the old statutes of the university (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: Benedict XIII, 18 June 1417, doc. 11, 31; Martin V, 8 July 1418, doc. 16, 43; 30 December 1418, docs. 17 and 18, 45-47).

Owing to a document of Ferdinand IV (1304), we know that his father Sancho IV had ceded the Valladolid *Studium* 20,000 maravedís per year from several royal tributes and had donated the 'tercias reales' he possessed in Valladolid and its lands. Alfonso XI increased this donation in 1323 with 10,000 maravedís per year to pay salaries (SÁNCHEZ MOVELLÁN 1989: 30). This amount was confirmed by his successors, Henry II and John I (VÁZQUEZ DE FIGUEROA 1919: 20 December 1367, 205). However, the royal magnanimity did not always see the university as a priority. When John I founded the Monastery of St Benedict in the city he ceded it the 'tercias' that had been assigned to the *Studium*. Following its protests, his successor Henry III (1390-1406) compensated the university with the concession of the 'tercias' of two archpriesthoods (Portillo and Cevico de la Torre) which he devoted to the creation of three new professorships in 1404 (VÁZQUEZ DE FIGUEROA 1919: 20 January 1398, 205-206; 9 June 1404, 206). The king returned the rents that it had lost to the Monastery of St Benedict to the *Studium* but on the condition that it should give 6,000 maravedís a year to Diego Meléndez de Valdés. The consequence of this expenditure was the debt which the *Studium* incurred, resulting in an embargo on its income that affected the payment of the masters' salaries in about 1437 (ALCOCER MARTÍNEZ 1919: 10 September 1437, doc. 21, 62-71). In the late 15th century, during the reign of the Catholic

⁶ Bull issued by Clement VII (1384) confirming the one by Clement VI in 1346.

Monarchs, the objective of royal protection was not oriented towards ensuring funding for the university but rather the recognition of its academic degrees in the Iberian kingdoms.

In the 14th and 15th centuries, Salamanca University became one of the great *Studia generalia* in Western Europe. Royal and pontifical interventionism was very important in its development in the Late Middle Ages to the detriment of the municipal authority's attempts to regulate it. In the first eight decades of the 14th century, the university's economy was precarious owing to the financial crisis, the devaluation of the currency and political instability. Because of the suspension of the 'tercias reales' devoted to the *Studium* by Pope Clement V in 1306 and the consequent impossibility to pay the masters' salaries (RODRÍGUEZ CRUZ 1989: 79), with the king's consent, the council fixed a tribute on the land of 12,000 maravedís and the cathedral chapter also contributed so that the institution would not need to close (CUS, I, doc. 8, 9 January 1306; BUS, I, doc. 24, 14 October 1313)⁷. Royal protection was constant. In 1300 Ferdinand IV confirmed the public renting of the 'tercias reales' by the 'conservadores', the bishop and the cathedral chapter. John I exempted the university corporation from royal lodgings and taxes on meat and wine (RODRÍGUEZ CRUZ 1989: 81). During the fratricide war between Pedro I (1350-1369) and his step-brother Henry Trastámara (the future Henry II), some members of the university aligned with the different bands. Despite this, the victor, Henry II maintained some exemptions, the privileges of the 'fuero académico' and the concession in perpetuity of the 'tercias reales' in some parts of the diocese (ESPERABÉ ARTEAGA 1914: I, 4 September 1391, 41-42; 6 October 1392, 43-44; 8 May 1397, 56-49)⁸. In the first half of the fifteenth century, John II added further economic privileges (the university's own butcher's shop and a licence for the grazing of its cattle) and from 1414 (ESPERABÉ ARTEAGA 1914: 9 February 1409, doc. 1, 82-83; 20 March 1409, doc. 2, 84-85) the university began to be endowed with its own infrastructure: use of land and buildings belonging to the cathedral chapter. Salamanca University's finances improved in the second half of the 15th century, and the university is even seen to be lending money to the Crown, specifically 100,000 maravedís in 1475 (MARCOS RODRÍGUEZ 1964: no. 875, no. 890 and no. 903, 1475).

However, what really determined the model of a pontifical and royal university in Salamanca was papal interventionism during the period at the start and end of

⁷ Clement V ordered the Archbishop of Santiago to assign the third part of the 'tercias' from the churches' fabric in the diocese to the salary of the professors.

⁸ Exemption from municipal rates and the service of the rounds (1391 and 1392). "Tercias reales" of Armuña, Baños and Peña del Rey (1397).

the Western Schism. Together with the monarchy, the *Studium* backed the popes in Avignon. In 1411, Benedict XIII (1394-1415) granted it its first real constitutions (BUS, II, 26 July 1411, doc. 44) and, although their validity was short-lived, they acted as the basis for Martin V's constitutions promulgated in 1422. Within the academic organisation, Benedict XIII doubled the number of professorships (law and arts) and also created one of theology (BUS, II, 16 March 1416, doc. 514). Regarding the financial situation, he increased the professors' salaries, obtained economic assistance from the king and ratified two ninths of the 'tercias reales' in several parts of the diocese. No less transcendental was the strengthening of the figure of the chancellor ('maestrescuela'), who, from the 13th century, had acted as a judge in civil and criminal cases and awarded the academic qualifications (BUS, II, 26 July 1411, doc. 447). To carry out his jurisdiction, he was supported by the 'conservadores' named by the king (ESPERABÉ ARTEAGA 1914: I, 1411, doc. 7, 92-94). The most novel aspect of Martin V's constitutions was the creation of a new corporation or senate, "Claustro de diputados o definidores" ('senate of deputies or definers') which signified the loss of importance of the corporation or senate of students (formed by the rector and counsellors or students representing different dioceses) in favour of a balance between the teachers and the students who were represented equally (PESET AND GARCÍA TROBAT 2004: 41). Martín V left the designation of the chancellor ('maestrescuela') in the hands of the new senate. The appointment of both the chancellor and the administrator of the *Studium*'s accounts (GARCÍA AND GARCÍA 1989: 39) was the cause of disputes with the Archbishop of Toledo, who confirmed it (BELTRÁN DE HEREDIA 1954: 15) and the kings, who alleged their acknowledged right ('royal patronage') to name ecclesiastic posts (BUS, II, 6 May 1425, doc. 708; ESPERABÉ ARTEAGA 1914: I, 25 May 1420, doc. 11, 99-100)⁹.

The reign of the Catholic Monarchs culminated the policy of the protection and tutelage of Salamanca University. First, this policy crystallised in the sending of visitors from 1480 onwards to correct and punish university staff (CUS, II, 11 March 1475, doc. 152)¹⁰. The Crown intervened by naming a cathedral canon when two rectors headed the university with the consequent schism (MARCOS RODRÍGUEZ AND MARQUÉS 1967: 341-369).

Second, the monarchs' interventionism policy was channelled through the figure of the 'corregidor' (royal official of justice in a town), whose presence

⁹ Juan II took measures to protect and defend the *Studium* through the royal 'conservadores', by reminding both of them that they should not alter their privileges and interfere in the provision of professorships. Pope Martin V returned the naming of the chancellor ('maestrescuela') to the cathedral chapter in 1426; in 1439, the university managed to have that concession revoked.

¹⁰ Between 1485 and 1486 some instructions to improve the jurisdiction and justice in the *Studium* were promulgated.

was refused by both the university and cathedral chapter and the town council in 1465. Later, the university swore before the ‘corregidor’ an oath of loyalty to the Crown (CUS, II, 11 March 1475, doc. 152). Third, they reinforced the role of the officials designated by the monarchs in the university (‘conservadores’) and delimited the jurisdiction of the chancellor (‘maestrescuela’), with whom some differences are documented (CUS, II, 8 October 1476, doc. 156; 31 December 1477, doc. 160; 21-23 November 1478, doc. 164; 9 February 1484, doc. 199)¹¹. The friction between the ‘maestrescuela,’ the visitors and the royal officials (‘conservadores’) when town citizens and academics were involved in the disputes was addressed with the concord promulgated by the Catholic Monarchs in 1492 (CUS, II, 17 May 1492, doc. 207; 17 June 1494, doc. 214). Fourth, some evidence indicates that the monarchs intervened directly in the provision of professorships when there was a conflict between ‘patrons’ of the *Studium* and defenders of their privileges (CUS, II, 15 December 1484, doc. 200; 6 May 1490, doc. 205)¹². It is possible that the bands formed by the urban oligarchy, in whose struggles some masters and students took part, were involved in those conflicts (LÓPEZ BENITO 1983: 120-151). Finally, the aim of a monopoly in the concession of academic degrees in the Crown of Castile should be emphasised in the Catholic Monarchs’ policy of promoting the universities of Salamanca and Valladolid (CUS, II, 1486?, doc. 202; 6 December 1492, doc. 210 and 6 July 1493, doc. 211).

3. Universities in the Crown of Aragon (14th and 15th centuries): joint action of the monarchy, municipal corporations and the Church

Unlike in the Crown of Castile, the cities in the Crown of Aragon, represented by the urban oligarchy that governed the municipal corporations, played a major role in the emergence of the universities. The vitality of the craft and commercial economy in many of the towns and the political liberties that had been achieved made the municipal governments wary of an institution that

¹¹ These are the cases of the provisions of Diego de Tejada (1477), Juan de Villafuerte (1478) and of Rodrigo Maldonado de Talavera, squire of the monarchs (1484). In 1476, Queen Isabella, ordered the rector’s committee and the deputies to restore the post of ‘conservador’ to the Marquis of Villena. There were disagreements between 1450 and 1500 with the ‘maestrescuela’ Juan Ruiz de Camargo, chancellor and judge of the university.

¹² Conflict about the voting to choose a candidate to a professorship in logic (1484). The Salamanca chancellor (‘maestrescuela’) seized the income of a law professorship that had become vacant and whose provision had caused a dispute with accusations of bribery to the students (1490). He also asked the monarchs to intervene.

was outside their jurisdiction. Therefore, the universities did not emerge in the Crown of Aragon until the 14th century. Lerida was the city chosen for its first university owing to the joint action of the monarchy, the town and the teacher and student corporations. James II (1291-1327) received the authorisation for a *Studium generale* in Lerida from Pope Boniface VIII in 1297 (BUSQUETA IRIU 2000: 120-147; LLADANOSA PUJOL 1970: 188, 210-212) with the same privileges and exemptions as the one in Toulouse (importance of the bishop's jurisdiction over the *Studium*). However, James II decided to follow the model of the University of Bologna and exhorted the members ('paheres' or 'great men') of the municipal corporation ('pahería') to govern and finance the new institution. In contrast to Bolonia's *Studium*, the university of Lérida was not the result of a spontaneous association of masters and students but the political decision of the monarchy. Although the king ceded the administration of the *Studium* to the city, the Crown maintained its capacity to intervene. In 1300, he informed the 'paheres' that Lerida had been chosen because of its central position in the kingdom of Aragon and granted it the monopoly in higher education (AJO Y SAÍNZ DE ZÚÑIGA 1957: 1 September 1300, I, doc. 30, 455-459)¹³. When Frederick II announced in a circular letter (1224) his decision to found the University of Naples, he also insisted on the idea of accessibility and closeness of the place chosen for the *Studium* that would allow students to stay with their families. The German emperor invited students to come to Naples and stressed the importance of law, both as a specific subject of study and as an instrument of government. It has been studied how this circular letter was used as the basis for the composition of similar letters relating to the universities of Lérida and Prague. The initial paragraphs of the Lérida foundation letter was inspired by the rhetoric model of the Naples *Studium*'s circular letter which shaped the collection of epistles written by the famous *dictator*, Pier della Vigna. As others epistles written by Pier della Vigna, the circular letter addressed to the University of Naples became, because of its ideological content and its extraordinary style, a symbol of power that reinforced the authority of the emperor (DELLE DONNE 2016: 311-324; 2018: 84-89).

He also promulgated statutes that noted his concern for the delimitation of the university jurisdiction ('university charter'). The rector would give advice about the choice of masters but they would be appointed by the city corporation. Unlike the all-powerful chancellor ('maestrescuela') at Salamanca, the chancellor and the representative of the Church would award the ability to teach after a prior examination, but the university jurisdiction (judge until

¹³ James II's letter in which he created the Lerida *Studium* and James II's regulations and statute for the University of Lerida.

1585) would be the responsibility of the rector as the head of the students' corporation (GAYA MASSOT 1951: 5-6 and 21-23). At the start, confrontations between the students and the bishop together with cathedral chapter and the municipal authorities even led to the university being closed. Finally, an agreement was reached which involved the formation of a senate ('claustró') with six members ('clavarios') representing the city, the university and the cathedral chapter. Therefore, as the king protected the autonomy and the statute of the university but entrusted its funding to the municipal corporation, Mariano Peset defined it as a municipal university (PESET REIG 1998: 528-534). The system of funding the university solely through specific municipal taxes broke down at the end of the 13th century despite the support of Peter III, but it was maintained throughout the 14th century. The war that Catalonia waged against John II in the mid-15th century (1462-1472) signified the start of its decadence (GAYA MASSOT 1954: 308-315 and 318-328).

Although it was outside the possessions of the Crown of Aragon in the Iberian Peninsula, Peter IV (1336-1387) broke the university monopoly of Lerida when he founded a *Studium generale* in Perpignan in 1350 (it did not receive pontifical confirmation until 1379). Strictly speaking, the second university in the kingdom was in Huesca, founded by the same monarch on the request of the city council in 1354. Before that, members of Zaragoza council had asked the king to move the University of Lérida to their city but he refused because of Zaragoza's position during the 'War of the Union' (1347-1348), that nobles and citizens of Aragon and Valencia had waged against the king. Huesca, in contrast, did not swear to the union of the Aragonese against the monarch and therefore Peter IV was open to the council's request and awarded it the administration of the *Studium generale*, while reserving the right to promulgate new statutes (CLARAMUNT RODRÍGUEZ 1988: 104). In this way, he emulated the model of the University of Lérida and made the town council of Huesca responsible for funding the new university and granted the rector the civil and criminal jurisdiction over it (AJO Y SAINZ DE ZÚÑIGA 1957: 23 August 1483, I, 599-600).¹⁴ Difficulties in the university economy resulted in it closing at the end of the 14th century, possibly because it failed to receive the assistance of the Church, since the papal confirmation was not achieved until 1465. When Huesca *Studium* was re-founded in the early 15th century it was under the administration of the town council and the bishop, who entered the ruling body of the institution and facilitated the provision of episcopal revenue in the late 15th century (LAHOZ FINESTRES 1996: 441-445).

¹⁴ Ferdinand II authorised Huesca Council to name a substitute for the chancellor of the *Studium*, who was absent.

The other universities in the kingdom of Aragon that were founded in the last decades of the 15th century did not really become *Studia generalia* with pontifical support until the 16th century or later. Their main development took place after the Trastámara dynasty came to the throne ('Compromise of Caspe', 1412) in the Crown of Aragon (CLARAMUNT RODRÍGUEZ 2004: 777-778). The role of the cities in the growth of their universities was notorious from then on. In Gerona, the members of the City Council ('jurados') commenced the negotiations for King Alfonso V the Magnanimous (1416-1458) to establish a *Studium generale* with faculties of Arts, Law and Medicine. At the same time, in 1446, they asked Pope Eugene V for the corresponding pontifical bull. A second attempt was made in 1483, this time jointly between the city 'jurados', the cathedral chapter and the bishop, but the papal confirmation was delayed until 1605 (CLARAMUNT RODRÍGUEZ 1988: 106-107). The effective functioning of the *Studium* was hampered by the adverse political-economic situation of a civil war and peasant rebellion in the second half of the 15th century. It was also in 1483 when Ferdinand II promulgated the statute to found a *Studium generale* in Mallorca. It was later confirmed by the same king in 1499 and 1503 but did not receive pontifical backing until 1673 (SANTAMARIA 1983: 85-96). This was in reply to a request made three years before by the 'jurados' in the municipal corporation in Mallorca so that the students would not have to abandon the island and could be educated in the system of knowledge developed by the philosopher and theologian Ramón Lull (1232-1315/16), the founder of Miramar Monastery, the cradle of the philosophical and mystical doctrine known as 'Lullism' (SANTAMARIA 2004: 181-192).

The path to the creation of a *Studium* of Medicine and Arts in Barcelona is an accurate illustration of the ambiguous policy that both the monarchs and the town corporations in the Crown of Aragon adopted as regards the universities. The monarchs often came up against Lérida's claims for a monopoly in its university. In 1398, Barcelona municipal corporation ('Council of the Hundred') rejected the offer of King Martin the Human (1396-1410) to found a university because the city already possessed an adequate educational system (a *Studium* of Arts, as well as the schools dependent on the cathedral chapter). Despite their opposition, after asking the Pope in Avignon, Benedict XIII, to found a *Studium* of Medicine, the king granted the foundational privilege in 1401 and 1402 and added a Faculty of Arts (DE LA TORRE Y CERRO 1971: 10 December 1401, doc. 66; 10 January 1401, doc. 67; 31 October 1401; 9 May 1402, doc. 74 and 15 September 1402, doc. 78). The 'Council of the Hundred' insisted that it was unnecessary. Nearly three decades later, some Council ordinances and a decree of the Bishop of Barcelona (1431) reveal a change of direction that resulted in

leaving only one of the higher schools in the city; it took seven years for this decision to become effective (DE LA TORRE Y CERRO 1971: 27 October 143, doc. 1227; 16 November 1431, doc. 127bis and 9 October 1438, doc. 132). It took almost another two decades for the 'Council of the Hundred' to change its attitude towards the foundation of a *Studium generale*. In 1450, they applied for it to King Alfonso V the Magnanimous (1416-1458), who authorised its foundation, but the institution did not receive the support of Pope Nicholas V (DE LA TORRE Y CERRO 1971: 29 February 1448, doc. 144)¹⁵ A new opportunity arose in 1488 with the promulgation by Ferdinand II of a royal privilege for the schools of Arts in the city to unite under the authority of the chancellor of the existing *Studium* of Medicine. However, the project did not crystallise until 1559 when land was acquired to build a *Studium generale* and donations were received from citizens. However, the teaching was delayed even further (CLARAMUNT RODRÍGUEZ 1988: 110-111).

As occurred in Barcelona, the University of Valencia did not materialise until the late 15th century (1499) and it obtained papal and royal support at the start of the 16th century. The role of Valencia Council in the foundation of a *Studium generale* was very important and was not without internal contradictions and friction with the episcopal authorities and the cathedral chapter. The embryo of the future university was formed by the schools that appeared in the city during the 13th century, after its conquest by James I in 1238, and in the 14th century. As well as schools originating out of private initiatives, higher schools were dependent on the cathedral chapter while other schools were located near the Gate of Valldigna (CRUSELLES GÓMEZ 1997: 40-46). In the 14th century the endeavours of the municipal magistrates to unify the schools in a single centre encountered the resistance of the bishop and cathedral chapter who were not disposed to concede the tutelage of the schools to the city corporation. However, the lack of interest in free municipal education of the urban oligarchy in the Council and their defence of educational freedom should not be disregarded. Nonetheless, the agreement reached between the Bishop of Valencia and the Council in 1389 laid the foundations for the prohibition of the freedom of teaching (1403) and creation of a *Studium* of Arts with 12 professorships in 1412 (FELIPO ORTS 1993: 17-21). In the 1490s, the city council drafted the statutes and asked Pope Alexander VI (1492-1503), who came from Valencia, for the pontifical bull to build the university. This arrived in the early 16th century and Ferdinand II ratified this concession in 1502. The statutes guaranteed the patronage of the magistrates in Valencia council

¹⁵ The king accepted the application and issued a privilege in which he did not found the *Studium* but authorised the 'Council of the Hundred' to do so.

over the university, and they preserved the right to name the rector, with civil and criminal jurisdiction, and the teachers. The Church participated through the figure of the chancellor, who was responsible for awarding the academic qualifications (PESET REIG 1999: 32-37).

Finally, in the case of Zaragoza, all the evidence suggests that the aspirations of the 'jurados' in its municipal corporation were focused on the *Studium artis*, which became consolidated in the late 15th century, but the definitive change to a *Studium generale* did not take place *de facto* until 1583, when teaching began. Until the mid-15th century, the administration of the city *Studium* was in the hands of the Archbishop of Zaragoza and the cathedral chapter who had alternated in the provision of the prebend assigned to the chancellor ('maestrescuela') since 1400. In 1474, the municipal 'jurados' and the cathedral chapter sought the mediation of Prince Ferdinand (the future Ferdinand II of Aragon) to apply to Pope Sixtus IV for the *Studium* of Arts to be considered a *Studium generale* with a licence to award the degree of Bachelor of Arts. In 1476, they obtained the papal bull approving this, but the support of King John II (1458-1479) did not arrive until 1477. Nearly a century went by until in 1542 Zaragoza obtained the right to build a *Studium generale* for all disciplines, as the result of the joint endeavours of the city 'jurados' and the cathedral chapter (JIMÉNEZ CATALÁN and SINUÉS Y URBIOLA 1922: 24-28; LALIENA 2016: 20-41).

Conclusions

The origin of the first Hispanic universities in the Kingdom of Castile in the 13th century, as in the rest of Europe, is veiled by the mists of time owing to the scarcity of extant sources and the complexity of this new phenomenon that the Middle Ages gave birth to. Historiography has insisted on the importance of the monarchs in the emergence of the universities of Palencia and Salamanca compared with the spontaneous academic mutation of the centres in Bologna, Paris, Oxford and Cambridge. However, it might be more accurate to characterise the birth of the universities of Palencia in the Kingdom of Castile and of Salamanca in the Kingdom of León as shared between the bishops with their cathedral chapters and the kings (Alfonso VIII and Alfonso IX, respectively), while the initiative came from the former. Hypotheses about the origins are even more difficult to support in the cases of Valladolid, which did not become a *Studium generale* until it obtained pontifical support (1348) and Alcalá de Henares, which despite the

backing of Sancho IV (1293) did not obtain this support until 1499 under the auspices of Cardinal Jiménez de Cisneros.

The interventionism of the Castilian monarchy was constant in the establishment of the universities of Salamanca and Valladolid as autonomous institutions with a charter of exemptions from the mid-13th century onwards. In contrast, the University of Palencia did not last beyond the end of the century. The kings ensured them protection, exemptions and privileges and, above all, they contributed to their funding. Together with the ecclesiastic benefices that the masters and students (mostly clergy in the lesser orders) enjoyed, the royal income was the main source of funding for the weak late medieval university finances. In Salamanca, the concession of the 'tercias reales' from the tithes collected in its diocese were maintained. Among the *Studium* officials were the 'conservadores' named by the monarch and linked to the council but who were not always effective in their mission of defending the institution and they interfered in such matters as the provision of professorships. The 'conservadores' enabled the realisation of the jurisdiction of the chancellor ('maestrescuela'), the key figure in the representation of ecclesiastic power in Salamanca University. In general, despite the economic precariousness of the 14th century, the city council, cathedral chapter and bishop collaborated. Moreover, the council's attempts to govern the *Studium* were neutralised by the importance of royal and pontifical interventionism. If the pope determined the organisational structure of the university (Constitutions of Benedict XIII in 1411 and of Martin V in 1422), royal interventionism intensified the tutelage and protection exercised in the reign of the Catholic Monarchs with the figures of the 'visitor' and 'corregidor', along with the delimitation of the jurisdiction of the 'conservadores' compared with the 'maestrescuela'. In contrast, in Valladolid, the monarchs ceded the *Studium generale* to the city corporation, the collector of royal revenue in the city and its lands. The tutelage of the urban oligarchy represented in the city corporation would be felt through the royal 'conservadores'. The power of the chancellor (abbot of the collegial Church of Santa Maria) declined in favour of the growing importance of the rector.

Unlike in Castile, in the Crown of Aragon, the universities did not emerge until the 14th century as a result of joint action of the monarchy, the municipal corporations and the Church, represented by bishops and cathedral chapters. The dynamic cities in the different political bodies that formed the Crown of Aragon possessed schools and private teachers and were reticent to the establishment of an institution that would be out of their control. The agreement between the monarchy and the two cities that obtained pontifical confirmation to change their existing *studia* into *Studia generalia* in the 14th and 15th centuries determined

their organisational model and funding. Municipal initiative was seen in Lerida (1300) where King James II entrusted the funding of the university and the appointment of masters to the ‘paheres’ in the city. In Huesca (1354), papal support was delayed but brought ecclesiastic funding which compensated for the difficulties with the municipal assistance. Other important cities established a *studium* that awarded academic qualifications in the last decades of the 15th century, but the pontifical confirmation did not arrive until the 16th century or later (Gerona, Mallorca, Barcelona, Valencia and Zaragoza). The university monopoly that Lerida enjoyed was undoubtedly an obstacle but also the attitude of some sectors of their urban oligarchies who were wary of an autonomous institution in their city.

The evident initiative of the municipal magistrates who asked the monarch for the concession of a *Studium generale* in those cities and who encouraged the unification of the existing schools into a higher education centre was not received with equal interest by urban elites who were able to send their members to the existing universities and preferred freedom of teaching. Despite the inevitable conflicts, the municipal corporations were able to reach agreements with the cathedral chapters and the monarchy to lay the foundations of university education at the dawn of the Modern Age.

Bibliography

- AJO GONZÁLEZ DE REAPARIEGOS Y SÁINZ DE ZÚÑIGA, Cándido María (1957). *Historia de las Universidades hispánicas: orígenes y desarrollo desde su aparición hasta nuestros días*, vol. 1. Madrid: La Normal.
- ALCOCER MARTÍNEZ, Mariano (1919). *Historia de la Universidad de Valladolid, Bulas apostólicas y privilegios reales*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente (1954). “La cancillería de la Universidad de Salamanca”. *Salmanticensis*, 1, 5-49.
- BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente (1966-1967). *Bulario de la Universidad de Salamanca*, vols. 1 and 2. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- BELTRÁN DE HEREDIA, Vicente (1970-1973). *Cartulario de la Universidad de Salamanca*, vols. 1 and 2. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- BUSQUETA I RIU, Joan J. (ed.) (2000). *Llibre de les Constitucions i estatuts de l'Estudi General de Lleida*. Lleida: Universitat de Lleida.
- CASADO ARVONIÉS, Manuel (2018). “Un contexto temprano de política educativa regia: El Estudio General de Alcalá de Henares (1293)”. *CIAN*.

- Revista de Historia de las Universidades*, 21/1, 154-155.
- CLARAMUNT RODRÍGUEZ, Salvador (1988). “Orígenes de las universidades catalanas medievales”, in *Estudios sobre los orígenes de las universidades españolas. Homenaje de la Universidad de Valladolid a la Universidad de Bolonia en su IX Centenario*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 97-112.
- CLARAMUNT RODRÍGUEZ, Salvador (2004). “Las Universidades de la corona de Aragón durante el reinado de los Reyes Católicos”, in L. Riboto, J. Valdeón y E. Maza (eds.), *Isabel la Católica y su época. Actas del Congreso Internacional Isabel la Católica y su época*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 777-778.
- CRUSELLES GÓMEZ, José María (1997). *Escuela y sociedad en la Valencia bajomedieval*. Valencia: Diputación de Valencia.
- DE LA TORRE Y DEL CERRO, Antonio (1971). *Documentos para la Historia de la Universidad de Barcelona*. Preliminares e Introducción por Jorge Rubió Balaguer. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- DELLE DONNE, Fulvio (2016). “Gli Studia di Napoli e Lleida: tradizioni retoriche e loro risonanza in Italia meridionale e Aragón”, in J. M. Martín and R. Alaggio (eds.), “Quei maladetti Normanni”. *Studi offerti a Enrico Cuzzo per i suoi settant’anni da Colleghi, Allievi, Amici*, vol. 1. Napoli: Ariano Irpino, 313-324.
- DELLE DONNE, Fulvio (2018). “La Universidad de Nápoles y la organización de la cultura oficial”. *CIAN-Revista De Historia De Las Universidades*, 21/1, 79-97.
- ESPERABÉ ARTEAGA, Enrique (1914-1917). *Historia pragmática e interna de la Universidad de Salamanca*, vol. 1. Salamanca: Imp. y lib. de Francisco Núñez Izquierdo.
- FALQUÉ, Emma (2003), ed. Lucas, Obispo de Tuy. *Chronicon mundi*, Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis Turnhout: Brepols.
- FELIPE ORTIZ, Amparo (1993). *La universidad de Valencia durante el siglo XVI*. Valencia: Universidad de Valencia.
- FUENTES PÉREZ, María Jesús (2012). “El nacimiento de la Universidad de Palencia en el contexto de las universidades europeas”, in M. Torremocha Hernández (ed.), *El Estudio General de Palencia. Historia de los ocho siglos de la universidad española*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 69-89.
- GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes (2019). *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla, I*. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado-Real Academia de la Historia.
- GARCÍA Y GARCÍA, Antonio (1989). “Los difíciles inicios (siglos XIII y XIV)” y “Consolidaciones del siglo XV”, in M. Fernández Álvarez, L.

- Robles Carcedo y L. E. Rodríguez San Pedro (eds.), *La Universidad de Salamanca. Historia y proyecciones*, vol. 1. Salamanca: Universidad de Salamanca, 14-58.
- GAYA I MASSOT, Ramón (1951). *Cancilleres y rectores del Estudio general de Lérida*, vol. 5. Lérida: La Editora Leridana.
- GAYA I MASSOT, Ramón (1954). "Las rentas del Estudio General de Lérida". *Analecta Sacra Tarraconensia*, 25, 293-303.
- GÓMEZ-CORNEJO AGUADO, Omar (2018). "Un balance historiográfico de la Universidad de Alcalá de Henares". *CIAN. Revista de Historia de las Universidades*, 21/2, 214-215.
- JIMÉNEZ CATALÁN, Manuel y SINUÉS Y URBIOLA, José (1922). *Historia real y pontificia de la Universidad de Zaragoza*, vol. 1. Zaragoza: La Académica.
- JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo (1987). *Historia de rebus hispaniae*. Juan Fernández Valverde (ed.). Turnhout: Brepols.
- LAHOZ FINESTRES, José María (1996). "Las intervenciones reales en la Universidad de Huesca (1354-1599)", in *El poder real en la Corona de Aragón. Congreso de Aragón*, 20-25 septiembre, 1993, vol. 5. Zaragoza: Gobierno de Aragón, 437-448.
- LALIENA, Carlos (2016). "El Estudio de Zaragoza, precedente de la Universidad", in E. Serrano (ed.), *Historia de la Universidad de Zaragoza*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 20-41.
- LLADANOSA I PUJOL, J. (1970). *L'Estudi general de Lleida del 1430 al 1524*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- LÓPEZ BENITO, Clara Isabel (1983). *Bandos nobiliarios en Salamanca al iniciarse la Edad Moderna*. Salamanca: Centro de Estudios Salmantinos.
- MARCOS RODRÍGUEZ, Florencio (1964). *Extractos de los libros de claustros de la Universidad de Salamanca: siglo XV (1464-1481)*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- MARCOS RODRÍGUEZ, Florencio y DE JESÚS MARQUES, Armando (1967). "Un cisma de rectores en la Universidad de Salamanca a fines del siglo XV". *Salmanticensis*, 14/2, 341-369.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo (2012). "Palencia. La primera universidad de España", in M. Torremocha Hernández (ed.), *El Estudio General de Palencia. Historia de los ocho siglos de la Universidad de Palencia*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 47-68.
- PESET REIG, Mariano (1998). "La fundación y el fuero universitario de Lérida". *Hispania*, 58/2, 515-536.
- PESET REIG, Mariano (coord.) (1999). *Historia de la Universidad de Valencia*, vol. 1. Valencia: Universitat de València, Servei de Publicacions.

- PESET REIG, Mariano y GARCÍA TROBAT, Pilar (2004). “Fundación y estructura de poderes”, in Luis Enrique Rodríguez San Pedro Bezares (coord.), *Historia de la Universidad de Salamanca*, vol. II. *Estructura y flujos*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 37-91.
- RASHDALL, Hastings; POWICKE, F. M.; EMDEN, A. B. (eds.) (1958). *The Universities of Europe in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press.
- RODRÍGUEZ CRUZ, M^a Águeda (1989). *Historia de la Universidad de Salamanca*. Madrid: Fundación Ramón Areces.
- RUCQUOI, Adeline (1999). “La cultura y las élites en la Valladolid medieval”, in *Valladolid. Historia de una ciudad*. Valladolid: Ayuntamiento, 175-197.
- RUCQUOI, Adeline (2018). “Reyes y universidades en la Península Ibérica. Siglo XIII”. *La fundación de la Universidad de Salamanca y auge de las universidades en el siglo XIII. Monográfico de CIAN. Revista de Historia de las Universidades*, 21, 27-28.
- SAN MARTÍN PAYO, Jesús (1942). *La Antigua Universidad de Palencia*. Madrid: Afrodísio Aguado.
- SÁNCHEZ MOVELLÁN, Elena (1989). “La época medieval”, in J. Valdeón Baroque (ed.), *Historia de la Universidad de Valladolid*, vol. 1. Valladolid: Universidad de Valladolid, 25-81.
- SANTAMARIA ARÁNDEZ, Álvaro (1983). *La promoción universitaria en Mallorca: época de Fernando el Católico (1479-1516)*. Palma de Mallorca: Universitat de Mallorca.
- SANTAMARIA, Álvaro (2004). “Quinto centenario del privilegio facultativo del Estudio General de Mallorca (1483-1983). Contexto histórico del privilegio facultativo del Estudio General de Mallorca”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lulliana: Revista d'estudis històrics*, 60, 181-192.
- VÁZQUEZ DE FIGUEROA, Vicente (1919). *Libro Becerro de esta Real Universidad de Valladolid (1757)*. Completado con notas de Mariano Alcocer, Francisco Fernández Moreno and Calixto Valverde and Valverde. Valladolid: Imprenta Castellana.

Le *studium* au miroir des Bibles moralisées. Exégèse morale et imaginaire social des maîtres parisiens (XIII^e - XV^e siècle)

The Studium in the mirror of the Bibles moralisées. Moral exegesis and social imaginary of the Parisian masters (13th-15th century)

ANTOINE DESTEMBERG

Université d'Artois, Arras, CREHS-Centre de Recherche et d'Études Histoire et Société

antoine.destemberg@univ-artois.fr

<https://orcid.org/0000-0002-3411-5119>

Texto recebido em / Text submitted on: 12/12/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 06/04/2022

Résumé. Dans ce laboratoire de la pensée sociologique moderne qu'est l'Europe urbaine de la fin du Moyen Âge, les universitaires parisiens constituent un observatoire privilégié, non seulement parce qu'ils forment l'une des catégories nouvelles nées du monde urbain des XII^e-XIII^e siècles, mais aussi parce qu'ils disposent des outils intellectuels nécessaires à l'auto-promotion de leur condition. Cet exercice d'affirmation de leur propre identité sociale s'inscrit dans une entreprise plus large d'énonciation d'un ordre socio-politique structuré et hiérarchisé, que les maîtres parisiens entendent promouvoir auprès des élites royales. Les Bibles moralisées en sont un relai essentiel qui, en livrant une vulgarisation exégétique du message divin, offrent un panorama vivant de la société à son lectorat princier. L'ordre social s'y confond avec un ordre moral, et puise ses justifications dans l'expérience de l'histoire sainte. Dans ce monde, *doctores et scolares* trouvent une place éminente, car ils sont les gardiens et les dispensateurs de la doctrine divine.

Mots clés. Paris, XIII^e-XV^e siècle, docteurs, étudiants, Bibles moralisées.

Abstract. As looking at the urban Europe at the end of the Middle Ages as a laboratory of modern sociological thought, Parisian scholars are an efficient observatory, not only because they formed one of the new categories born in the urban world of the twelfth and thirteenth centuries, but also because they had intellectual tools useful for their self-promotion. Asserting their own social identity was also a part of a wider undertaking to articulate a structured and hierarchical socio-political order, which this Parisian masters intended to promote among the royal elites. The *Bibles moralisées* were an essential part of this process, providing an exegetical outreach of the God message and offering a living panorama of society to its princely readership. Social order is merged with moral order, and draws its justifications from the holy history experiences. In this world, *doctores* and *scolares* have a prominent place, for they are the guardians and dispensers of divine doctrine.

Keywords. Paris, 13th-15th century, scholars, students, *Bibles moralisées*.

Introduction

Se défaisant progressivement d'une approche historiographique qui privilégiait jusqu'alors l'histoire des idées et l'étude des institutions, les recherches consacrées à l'université médiévale de Paris se sont plus résolument tournées, à partir des années 1970, vers la sociologie historique des populations universitaires, avec la volonté de rendre compte des trajectoires sociales des maîtres et étudiants formant cette communauté instituée au tournant des XII^e et XIII^e siècles. Ces précieux travaux ne cessent depuis d'affiner notre compréhension des modalités de la sociogenèse médiévale de la catégorie universitaire (GOROCHOV 2012). Parallèlement, les historiens ont prêté une attention renouvelée aux discours sociaux que tenaient les maîtres dans l'exercice de leur activité quotidienne: comme théologiens ou juristes, ils prétendaient embrasser l'ensemble des questions sociales auxquelles leurs étudiants, auditeurs, lecteurs, ou même eux-mêmes étaient confrontés (BALDWIN 1970; BEZEMER 1997; BÉRIOU 1998); comme intellectuels, ils disposaient d'outils d'analyse, tant herméneutique que sémiologique, leur permettant de rendre compte des dynamiques culturelles, sociales et politiques qu'ils observaient avec finesse; comme enseignants, prédicateurs ou conseillers des princes, leur parole bénéficiait d'une autorité suffisante pour qu'ils prétendent agir sur le social qu'ils décrivaient. Artisans d'un imaginaire social qu'ils façonnaient à leur propre profit, ils déployèrent ainsi des stratégies discursives, rituelles, judiciaires, iconographiques variées pour s'affirmer eux-mêmes en tant que catégorie dans le paysage socio-politique des XIII^e-XV^e siècles (DESTEMBERG 2015).

Parmi les supports privilégiés de ces stratégies discursives et iconographiques destinées à façonner le social, figure un groupe d'une quinzaine de manuscrits, élaborés entre le début du XIII^e siècle et le milieu du XV^e siècle, connus sous le nom de *Bibles moralisées* (annex). Cette série de manuscrits fut probablement inaugurée à Paris vers 1220, à l'initiative de la cour capétienne, qui en fit réaliser plusieurs exemplaires jusqu'au milieu du XIII^e siècle, imitée en cela par les Valois à partir du milieu du XIV^e siècle. Utilisés parfois comme cadeaux diplomatiques, les premiers manuscrits circulèrent en Castille, en Angleterre et en Flandre, où ils furent également copiés (HAUSSHERR 2009: 8-35; LOWDEN 2000; STIRNEMANN 1999; TACHAU 2021). Sept d'entre eux retiennent plus particulièrement notre attention car ils firent l'objet d'une abondante décoration, les plus complets allant jusqu'à renfermer

environ 5 000 médaillons ou vignettes enluminées¹. Ces luxueux manuscrits in folio étaient originellement destinés à un public royal, à des fins d'édification morale: Louis VIII, Blanche de Castille, Saint Louis et Marguerite de Provence en furent les premiers lecteurs, mais il est probable qu'ils passèrent également entre les mains d'Alphonse X de Castille ainsi que d'Henri III d'Angleterre (LOBRICHON 2005; LOWDEN 2007). Ces Bibles moralisées constituaient toutefois moins un type de miroir des princes qu'un puissant vecteur de l'idéologie ecclésiale de la première moitié du XIII^e siècle, réformatrice et conquérante, proclamant le triomphe des figures conjointes de l'Église et de ses pasteurs – évêques, prédicateurs et docteurs – contre les ennemis de la foi (LIPTON 1999; MAIER 2003; KUMLER 2011: 15-40; LIPTON 2021). Leur volonté didactique transparaît tant dans le style rédactionnel employé – qui recourt parfois à la langue vernaculaire – que dans l'organisation de la page manuscrite – qui alterne texte et image en regard. Les clercs ou théologiens qui en sont très probablement à l'origine s'appuient ainsi sur le récit biblique, qu'ils restituent partiellement et plus ou moins fidèlement, pour en proposer une exégèse textuelle et visuelle, désignée sous le nom de "moralisation". Cette "moralisation" du message biblique s'apparente le plus souvent à une vulgarisation du sens tropologique de l'Écriture et se distingue de l'exégèse savante en cela qu'elle propose un ancrage plus immédiat dans l'actualité sociale, religieuse et politique. Bien que l'élaboration de ces manuscrits s'étale sur deux siècles, avec des filiations textuelles distinctes, ce corpus présente une remarquable homogénéité discursive, ce qui n'empêche pas quelques variations, d'un manuscrit à l'autre ou d'une époque à l'autre, qui offrent ainsi la possibilité d'une approche à la fois synchronique et diachronique.

Pour inconnus que soient les concepteurs des premiers manuscrits, il fait cependant peu de doutes que ces derniers appartenaient au milieu des écoles de théologie parisiennes. Les commentaires qu'ils livrent à partir d'une vaste collection de péripécies bibliques montrent qu'ils travaillaient "la Glose à la main", puisant dans l'épaisse sédimentation de l'exégèse savante l'esprit – et parfois la lettre – de leurs interprétations (LOBRICHON 2005: 213). Le traitement qui est fait des Écritures, les thèmes pour lesquels les exégètes développent des affinités particulières, et les enseignements moraux qu'ils délivrent, renvoient à ce que les spécialistes de l'exégèse médiévale ont appelé "l'école biblique-morale" (SMALLEY 1952: 197; DAHAN 2008: 106-7). Ses représentants – au premier rang desquels figurent Pierre le Mangeur

¹ Voir la liste des manuscrits utilisés en fin d'article.

(v. 1100-1179), Pierre le Chantre (+ 1197) et Étienne Langton (v. 1150-1228) – usèrent du texte biblique comme d’un miroir social et moral de leur temps. Héritières de cette tradition herméneutique, les Bibles moralisées contribuèrent à l’énonciation d’un ordre social et moral conforme aux desseins divins, dans lequel chaque “catégorie de gens” se voyait assigner une place, un rôle et des caractéristiques morales contribuant à forger son identité sociale. Les maîtres qui composèrent les premiers manuscrits dans les années 1220-1235, au moment même où l’alliance du *studium* et *regnum* s’exprimait institutionnellement dans la naissance de l’université de Paris, livrèrent ainsi à leur lectorat princier un tableau vivant mais partial de la jeune communauté universitaire, peuplée d’admirables docteurs, mais d’étudiants incertains, poursuivant une même mission: l’étude de l’Écriture sainte.

1. Doctores: yeux du monde, portes de l’Église et couronnés par Dieu

Le paysage scolaire exposé dans les Bibles moralisées est incontestablement dominé par la figure des docteurs. Au fil des folios, les *doctores* partagent la vedette avec les prédicateurs (*predicatores*) et les prélats (*prelati*), auxquels ils sont fréquemment associés sans pour autant se confondre pleinement avec eux. Il convient en premier lieu de souligner que les moralisations bibliques n’emploient jamais ces désignations au singulier: ce n’est pas un docteur en particulier qui est désigné, mais bien un groupe, un ensemble, qui s’exprime par l’usage systématique du pluriel. Cette taxinomie catégorielle est renforcée par l’iconographie qui se développe en regard et qui adopte des figures génériques pour donner à voir ces maîtres en action (DESTEMBERG 2013): scènes d’enseignement, scènes de lecture des livres saints, scène de prédication, dans un dispositif iconographique qui fait directement écho aux trois fonctions du docteur énoncées à la fin du XII^e siècle par Pierre le Chantre: *lectio*, *disputatio*, *predicatio*. Si les docteurs qui déploient leur activité dans les folios de ces Bibles moralisées semblent s’apparenter la plupart du temps à des théologiens, les textes se gardent régulièrement d’afficher cette précision, permettant ainsi de favoriser une acception large et englobante, qui tend à faire de la science divine un tout. Ainsi, si l’on rencontre parfois quelques désignations plus explicites, comme “théologiens” (*theologi*), “docteurs en théologie” (*doctores theologie*) ou “maîtres en théologie” (*magistri theologie*)²,

² Gn 41, 14-36 (Tolède 1: fl. 21vc; Bodley 270b: fl. 27vb; Fr. 167: fl. 13vb); Ex 34, 29-35 (Bodley 270b: fl. 56d); Nb 11, 1-9 (Tolède 1: fl. 68a; Bodley 270b: fl. 74A; Fr. 167: fl. 37a); Lam 3, 37-38 (Tolède 1: fl. 171vd; Bodley 270b: fl. 171vd; Add. 18719: fl. 198vb; Fr. 167: fl. 198vb); Act 28, 30-31 (Harley 1527: fol. 95d; Fr. 167: fl.

celles-ci voisinent l'expression tout aussi fréquente de *doctores legis* ou *magistri legis*³, dans laquelle la "loi" doit être entendue non comme la discipline juridique, mais comme la Loi de Dieu telle qu'elle fut révélée dans les Écritures. Les "maîtres de la loi" se divisent alors entre les *magistri veteris legis*⁴, qui sont les "grant mestres" juifs de l'ancienne Loi, parfois qualifiés de "mauvès mestre de la loi" et assimilés aux Pharisiens⁵, et les "docteurs de la sainte escripture" ou "docteurs de la sainte Église" (*doctores ecclesie*) qui enseignent la loi nouvelle et sont considérés comme des "saints docteurs" ou les "bons docteurs"⁶.

De façon générale, la figure du docteur apparaît hautement valorisée par le discours exégétique, tout autant que ses place et fonction dans une *ecclesia* conçue de manière organique. L'interprétation donnée du début du livre de l'Apocalypse (CHRISTE 1997; LOWDEN 2004), dans lequel Jean décrit sa vision du Fils de l'homme, est à cet égard exemplaire: "sa tête et ses cheveux étaient d'un blanc éclatant comme de la laine blanche et comme de la neige, et ses yeux comme des flammes ardentes, et ses pieds pareils à de l'airain purifié au creuset" (Ap 1, 14-15). Le recourt à cette péricope est l'occasion pour les exégètes de livrer à leurs lecteurs princiers une théorie organique du corps ecclésiastique, dans laquelle la tête doit être entendue comme les "bons prélats de la sainte Église", les cheveux blancs comme les religieux dont la blancheur renvoie à la pureté de leur vie exemplaire, les yeux comme les docteurs qui illuminent les autres par l'enseignement de la sainte doctrine, les enjoignent à bien agir et "embrasent les cuers en charité", tandis que les pieds sont les "menus" et simples fidèles qui, par la fournaise de leur labeur, se purifient de leurs péchés. Il est notable que les moralisations des premiers manuscrits n'évoquent pas explicitement les "docteurs", mais se contentent d'associer les yeux aux "sages clerks de la sainte Église" (*sancte ecclesie sapientes clerici*), tandis que les manuscrits réalisés à partir de la fin du premier tiers du XIII^e siècle emploient définitivement le terme de *doctores*. Plus remarquable encore est l'inversion qu'opèrent ces derniers manuscrits dans l'ordre d'énumération des catégories ecclésiastiques: si les prélats restent évoqués les

291b); II Cor 1, 20-22 (Harley 1527: fol. 97b; Fr. 167: fol. 291vd); II Tim 3, 8 (Harley 1527: fl. 112vd; Fr. 167: fl. 300vb).

³ Lam 3, 37-38 (Bodley 270b: fl. 171vd; Add. 18719: fl. 198vb; Fr. 167: fl. 198vb); Lc 1, 9-10 (Tolède 1: fl. 1vb; Harley 1527: fl. 4vb; Add. 18719: fl. 241d; Fr. 167: fl. 241d).

⁴ Luc 1, 18-20 (Tolède 3: fl. 2a; Harley 1527: fl. 5a; Fr. 167: fl. 241vc).

⁵ 4 R 1, 15-17 (Tolède 1: fl. 142c; Bodley 270b: fl. 174c; Add. 18719: fl. 87va); 2 Mcc 4, 23-29 (Harley 1527: fl. 27a; Fr. 167: fl. 238vc); Luc 1, 22 (Tolède 3: fl. 2b; Harley 1527: fl. 5b; Fr. 167: fl. 241vd).

⁶ Lm 3, 37-38 (Tolède 2: fl. 171vd; Lat. 11560: fl. 171vd; Add. 18719: fl. 198vb; Fr. 167: fl. 198vb); Luc 8, 51-56 (Harley 1527: fl. 28vb; Add. 18719: fl. 253d; Fr. 167: fl. 253d); Mt. 12, 1 (Fr. 167: fl. 253vb); Act 16, 6-7 (Harley 1527: fl. 74va).

premiers, les docteurs viennent dès lors juste après eux et avant les religieux. Sans doute faut-il voir dans cette liberté prise avec le texte biblique, une volonté d'intervenir sur un éventuel ordre hiérarchique qu'une telle description pourrait suggérer, et d'offrir aux docteurs une position supérieure. Dans cette première moitié du XIII^e siècle qui voit des ajustements terminologiques accompagner la progressive édification institutionnelle de l'université de Paris (WEIJERS 1987: 142-51), l'inscription de la catégorie des docteurs dans une description organique de l'écclesia, en lieu et place des yeux, n'est pas une idée isolée. Étienne Langton, par exemple, faisait la même analogie dans son commentaire du livre Isaïe: il associait les "meilleurs" – c'est-à-dire le docteur et le prêtre – à l'œil et au cœur, les "puissants" à la main droite qui tint l'épée et distribue l'aumône, et enfin ceux qui travaillent à la "plante des pieds" (DUBY 1978: 371-86; BUC 1994: 182-93). Cette révision du schéma trifonctionnel avait pour résultat d'assurer la promotion des docteurs, qu'Étienne plaçait dans la "tête" du corps social, parmi *les majores*, et dont la fonction était de procurer "la nourriture de l'esprit" à ceux qui fournissaient en retour la "nourriture corporelle".

Cette valorisation des docteurs est tout aussi perceptible dans l'iconographie des Bibles moralisées, voire plus explicite parfois que le texte qui lui est associé. Ainsi, le double médaillon correspondant à la vision de Jean, dans l'un des deux plus anciens manuscrits (v. 1223-1226), donne à voir une distribution des rôles légèrement différente (fig. 1).



Fig. 1. Vind. 1179: fl. 223vC/c.

Si le médaillon supérieur se contente pour l'essentiel de représenter fidèlement la vision de Jean, l'image inférieure – correspondant au texte de la moralisation – offrent une organisation plus complexe, qui prend autant de liberté vis-à-vis du texte biblique que de son exégèse scripturaire. Trois scènes distinctes peuvent être observées, mais deux d'entre elles sont réunies par un décor architectural qui vient placer sous les mêmes voûtes de l'Église le prélat, reconnaissable à sa mitre, et le docteur, tenant un livre ouvert à la main; à l'extérieur d'elle, placés dans les entrelacs végétaux, des hommes munis de leurs outils agricoles s'adonnent à leur labeur. Quant aux religieux, ils semblent suggérés plus qu'explicitement représentés, et probablement convient-il de voir dans l'homme qui se présente humblement devant le prélat, une scène de conversion suggérée par le geste de prise de l'habit tendu par l'évêque. L'organisation de l'image laisse ainsi peu de doutes sur les considérations hiérarchiques qui président à sa réalisation: tandis que les prélats, religieux et laborieux sont rejetés de part et d'autre de l'enluminure, émerge au centre, en position de surplomb, un maître dont on devine qu'il se tient sur une chaire, tenant le livre ouvert de sa main gauche et faisant de sa main droite un geste de transmission, adressé à une petite assemblée de clercs réunie pour l'écouter. La double position de centralité et de surplomb traduit iconographiquement la mise en valeur de la figure magistrale et renforce ainsi le sens de l'interprétation livrée par le texte.

Dans le discours exégétique porté par les Bibles moralisées, que celui-ci soit textuel ou visuel, les *doctores* se distinguent donc avant tout par leur magistère⁷. Ils sont ainsi désignés comme les portes de l'Église dont ils détiennent les "clefs de science" (*claves scientie*), par opposition aux anciens docteurs de la loi et aux Pharisiens qui les avaient dissimulées aux vrais croyants (Lc 11,52; Mt 23,13)⁸. Institués dans l'Église par le Christ lui-même, ils sont les conseillers des prélats qui exercent le rôle de juges⁹, les conseillers des nobles et de rois qu'ils purgent de la maladie du péché¹⁰, mais aussi les protecteurs des humbles et les pacificateurs de tyrans qui les persécutent¹¹.

⁷ Ce que confirme l'expression quelque peu redondante: "les saints docteurs et les enseignants" (Fr. 167: fl. 253vb).

⁸ Lm 2, 9: *Porte ecclesie sunt doctores qui portant claves sciencie qui designuntur in terra quando occupant terrena...* (Tolède 2: fl. 164b; Lat. 11560: fl. 164b; Add. 18719: fl. 194vd; Fr. 167: fl. 194vd).

⁹ Is 1, 26: *Iudices significant prelatos, consiliarii doctores et predicatoros quos Christus in ecclesia ordinavit* (Tolède 2: fl. 101va; Lat. 11560: fl. 101va; Add. 18719: fl. 163d; Fr. 167: fl. 163d).

¹⁰ 4 R 4, 6-7: *Naaman leprosus significat gentiles nobiles quidem sed immunditia ydolatrie perspersos quasi lepra qui missi sunt ad doctores ecclesie lavandi et mundandi* (Tolède 1: fl. 148a; Bodley 270b: fl. 180a; Add. 18719: fl. 90c; Fr. 167: fl. 90b).

¹¹ Ac 19, 33-40: *Per istum qui sedavit turbas significantur doctores ecclesie qui doctrina sua tyrannos pacificant et persecutores parvulorum et humilium qui ipsos volunt interficere et affligere sine causa* (Tolède 3: fl. 112b; Harley

Comme le rappellent encore les gloses, c'est de leur maîtrise de la science divine, de leur capacité à comprendre le secret des Écritures et à en expliquer le sens aux simples fidèles, qu'ils tirent leur supériorité¹². Ils sont la voie de la vérité, contre les corrupteurs, les pervers et les hérétiques¹³. Leurs compétences herméneutiques leur permettent d'assurer le Salut de leurs auditeurs¹⁴, tout autant qu'elles leur offrent l'espoir de figurer parmi ceux qui, une fois au royaume céleste, seront couronnés : *Debent ergo doctores ecclesie assidue meditari in preceptis divine legis, quia qui sequitur legem Dei discendo docendo operando consequitur coronam regni celestis*. Cette interprétation d'une péricope du livre de la Sagesse (Sg 6, 22) et accompagnée d'une iconographie comparable d'un manuscrit à l'autre et qui donne à voir des prélats et des docteurs, enseignant ou disputant, livre à la main, couronnés par des anges apparaissant d'une nuée (fig. 2)¹⁵.



Fig. 2. Lat. 11560: fl. 95vd.

1527: fl. 81b; Add. 18719: fl. 254vd; Fr. 167: fl. 83vd).

¹² Mt 14, 19-20: *Hoc significat quod secreta scripture et sacramentorum a simplicibus sunt abscondenda et illis qui ordinem non susceperunt sed revelanda sunt ordinatis et perfectis quales fuerunt apostoli et modo sunt ecclesie doctores* (Tolède 3: fl. 28c; Harley 1527: fl. 30vd; Add. 18719: fl. 254vd; Fr. 167: fl. 254vd).

¹³ Ac 19, 24-27: *Hoc significat quod potentes huius mundi et divites nituntur subvertite simplices religiosos et alios ne doctoribus ecclesiasticis credant et quidam quidem eos audiunt aliis autem contemptis eis a doctoribus viam veritatis inquirunt* (Harley 1527: fl. 80vd; Add. 18719: fl. 283vb; Fr. 167: fl. 283vb).

¹⁴ Mt 12, 1: *Sata sunt auditores que doctores transeunt cum sollicitate inspicunt quomodo unumquemque attrahere possunt quorum salutem esuriunt* (Tolède 3: fl. 26c; Harley 1527: fl. 28vd; Add. 18719: fl. 253vb; Fr. 167: fl. 253vb).

¹⁵ Tolède 2: fl. 95vd; Lat. 11560: fl. 95vd; Add. 18719: fl. 160vb; Fr. 167: fl. 160vb.

L'élection divine des docteurs, sous ses différentes manifestations, est d'ailleurs un thème récurrent dans l'iconographie des Bibles moralisées. Commentant le passage du livre de la Genèse dans lequel Joseph expose à Pharaon le sens de son songe (Gn 41, 14-36), les moralisations expliquent qu'il faut comprendre que c'est directement Dieu ou le Christ qui révèlent le sens des Écritures aux saints et aux bons théologiens¹⁶. En regard, l'iconographie du XIII^e siècle donne à voir des images d'un Christ debout, indiquant de son doigt les écritures figurant dans le livre que tiennent deux maîtres assis (fig. 3)¹⁷.



Fig. 3. Bodley 270b: fl. 27vc.

Dans le manuscrit, plus tardif, de la Bible dite de Jean le Bon, le théologien est cette fois assis face à un saint pourvu d'un nimbe doré, et semble disputer d'égal à égal avec lui des livres qu'ils tiennent en main (fig. 4).

¹⁶ Joseph qui aperuit sompniū significat Christum qui aperuit theologis et sanctis omnia que per VII spicas et VII vaccas signabantur (Tolède 1: fl. 21c).

¹⁷ Vind. 2554: fl. 11b; Bodley 270b: fl. 27vB; Add. 18719: fl. 14a; Fr. 167: fl. 13vc.



Fig. 4. Fr. 167: fl. 13c

Reconnaissable à la barrette magistrale qu'il porte sur la tête, le docteur est également honoré d'un nimbe, qui se distingue de celui du saint par sa couleur bleue. On serait tenté de reconnaître ici l'*aureola*, que Thomas d'Aquin puis Henri de Gand évoquaient en 1271 et 1276 dans leurs questions quodlibétiques, et dont ils disaient que, distincte de l'*aurea* ou *coronna* des saints, elle récompensait les docteurs dont l'enseignement avait amené à la conversion des fidèles (MARMURSZTEJN 2007: 30-1; DESTEMBERG 2015: 78-9). Comme les apôtres, dont ils sont ici les successeurs¹⁸, les docteurs reçoivent l'inspiration du Saint-Esprit, ainsi que le suggère l'exégèse des premiers chapitres du livre d'Ezéchiel (Ez 3, 2-4). Le texte offre un éloge de l'étude de l'Écriture sainte et du verbe divin, que les maîtres et les prédicateurs s'appliquent à retenir parfaitement en leur cœur; quant à l'image, elle montre un Christ apparaissant d'une nuée, venant couronner un maître qui lit assis en chaire, ainsi que ses pieux auditeurs (fig. 5)¹⁹.

¹⁸ Ex 15, 27: *Duodecim fontes apostolos significant septuaginta palme doctores ecclesie et successores apostolorum quorum doctrina reficiuntur fideles* (Tolède 1: fl. 43vd; Bodley 270b: fl. 49vd; Add. 18719: fl. 25b; Fr. 167: fl. 24vd).

¹⁹ Tolède 2: fl. 191vb; Lat. 11560, fl. 191vb; Add. 18719: fl. 208d; Fr. 167: fl. 208d.

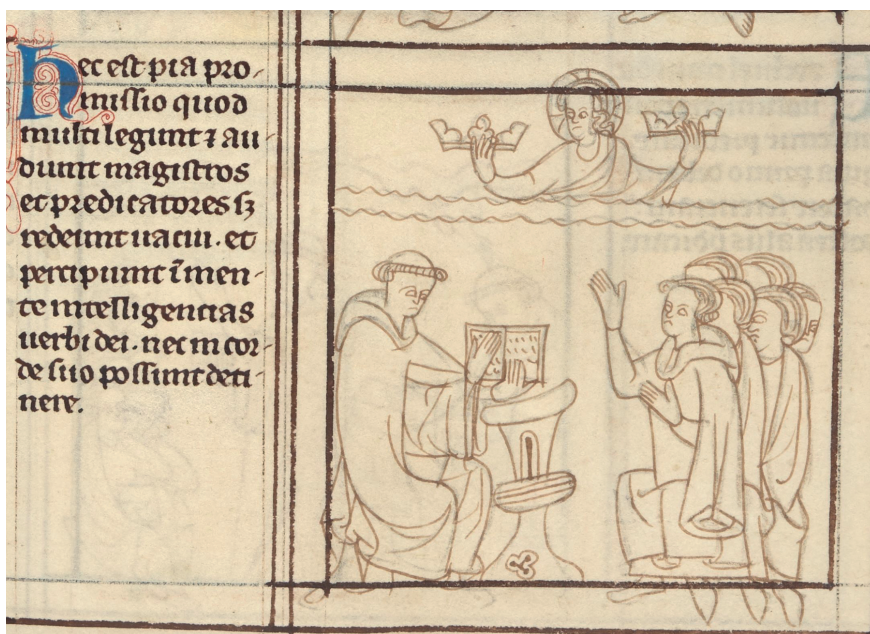


Fig. 5. Add 18719: fl. 208d

Aux versets suivants, le texte exégétique n'évoque plus directement les maîtres et les prédicateurs, mais un « nous » qui semble comme avoir échappé aux auteurs : *Ezechiel comedit volumen et post mittitur predicare [significat] quod primo debemus habere scientiam postea aliis predicare* (Ez 3, 8-9). L'iconographie correspondante se montre fidèle au texte et donne un visage à ce « nous » (fig. 6): un maître est représenté lisant, puis prêchant à une petite assemblée de fidèles²⁰

²⁰ Tolède 2: fl. 191vd; Lat. 11560: fl. 191vd; Add. 18719: fl. 208vb; F. 167: fl. 208vb.



Fig. 6. Fr. 167: fl. 208vb

Ce que l'image ajoute cependant, c'est la représentation de la colombe de l'Esprit dont le bec entre en contact avec le front du premier maître. Il convient ici de souligner à quel point cette iconographie de l'inspiration n'est en temps normal réservée qu'à un petit nombre d'élus (DESTEMBERG 2009): apôtres, évangélistes, pères de l'Église. Si cette revendication iconographique des maîtres à intégrer la petite cohorte de ces élus de l'Esprit n'est pas totalement isolée, elle trouve là une expression précoce – dès la fin du premier tiers du XIII^e siècle – dans un corpus manuscrit qui se montre dès lors un relai de leurs prétentions.

2. *Scolares*: manducation de la parole divine et tentations du siècle

Fidèles à leur ambition d'édification morale, les Bibles moralisées proposent un discours reposant sur la dialectique des vices et des vertus, qui les conduisent parfois à dénoncer ceux dont elles font par ailleurs l'éloge. Les docteurs ne sont ainsi pas épargnés lorsqu'ils abusent de leur position et de la force persuasive de leur parole pour tromper les fidèles, ou lorsqu'ils

s'écarter des préceptes qu'ils dispensent²¹. Mais le groupe appartenant au *studium* qui semble de ce point de vue la cible privilégiée des exégètes est celui des "escoliers" (*scolares*) qui, contrairement aux docteurs, n'ont pas encore atteint le degré de perfection que la connaissance des Écritures confère. Leur présence est abondante dans les commentaires des livres de l'Ancien Testament, notamment dans les Nombres et les Rois, et leur conduite morale semble une préoccupation essentielle des exégètes ici à l'œuvre, dès les premiers manuscrits réalisés pour Blanche de Castille et Louis VIII. Comme pour les docteurs, la catégorie des écoliers est désignée par un pluriel collectif et son portrait se dessine à la faveur d'un balancement moral opposant les "bons écoliers" (*bonos scolares*) et les "mauvais écoliers" (*malos scolares ou pravos scolares*): ainsi que l'expliquent les moralisations de deux vignettes successives du livre de la Genèse, les bons écoliers tendent leurs livres au Christ avec sincérité pour obtenir sa grâce, comme les fils de Jacob venus du pays de Canaan tendirent à Joseph leur argent pour obtenir du blé et obtinrent en retour tout à la fois du blé et la restitution de leur argent (Gn 42, 25-28)²²; en revanche, les mauvais écoliers seront condamnés par le Christ à l'enfermement et à la souffrance des peines infernales, comme les espions de Pharaon qui furent enfermés en prison par ce même Joseph (Gn 42, 14-17)²³. Dans la conception fonctionnelle de l'ordre social que développent les Bibles moralisées, la fonction distinctive des *scolares* est l'apprentissage: les bons écoliers sont ainsi ceux qui s'appliquent à mettre les Écritures dans l'arche de leur cœur (*archa cordis*), comme le peuple d'Israël a gardé les tables de la Loi dans l'arche d'alliance (Dt 31, 24-26)²⁴; toutefois, ils ne doivent pas les garder en ce lieu jalousement, se montrer avaricieux dans leurs intentions et se comporter comme des usuriers, car ils seront alors punis, comme le furent les fils d'Israël qui avaient entreposé trop longtemps la manne dans des coffres et qui découvrirent celle-ci corrompue, emplie de vers et de serpents qui s'en échappèrent et les mordirent (Ex 16, 19-20)²⁵.

Le processus d'acquisition du savoir étant pour eux inachevé, c'est logiquement le renoncement face à l'exigence des études et les tentations

²¹ Mt 2, 7-8: *Hoc significat quod mali doctores ecclesie per doctrinam suam revocant eos qui sunt in junio sed per opera sua corrumpunt si eis consentiunt* / "Ice signifie que li mauvès mestre avoient par parole cels qui sont fors voie et le corrompent par lor uevre si le voelent croire" (Tolède 3: fl. 9va).

²² Vind. 2554: fl. 12 A/a et 12D/d; Tolède 1: fl. 23vC/c; Bodley 270b: fl. 29vC/c; Add. 18719: fl. 15A/a; Fr. 167: fl. 14vC/c.

²³ Tolède 1: fl. 23D/d; Bodley 270b: fl. 29vB/b; Add. 18719: fl. 14D/d; Fr. 167: fl. 14vB/b.

²⁴ "Ce qe li fill Israel mistrent lor livre ou lor lois iert escrite en l'arche senefie les boens clers et les boens escoliers qi mettent la sainte evangile dedenz els et la guardent par le commandement Deu" (Vind. 2554: fl. 9d).

²⁵ Vind. 2254: fl. 22va; Tolède 1: fl. 44b; Bodley 270b: fl. 50c; Add. 18719: fl. 25d; Fr. 167: fl. 25c.

qu’une vie mondaine exerce sur les étudiants qui constituent l’argument le plus abondamment exposé: on dénombre pas moins d’une dizaine de péripécies bibliques, principalement dans les livres des Nombres et des Rois, qui donnent lieu à une interprétation dans ce sens. Cette tension narrative trouve son expression métaphorique dans l’assimilation de l’Écriture à de la nourriture qu’il convient d’ingérer²⁶. Suivant l’association classique de l’acte d’apprentissage à celui de la manducation (HAMESSE 1997: 132; BUC 1994: 206-31)²⁷, les études difficiles y sont présentées comme pleines d’amertume face à la douceur des délices du monde. Ainsi, les mauvais écoliers sont associés au peuple d’Israël qui, mécontent de devoir se nourrir de la seule manne, vint vomir celle-ci devant Moïse et lui demander de la viande (Nb 11,1-9). Le premier de ces manuscrits bibliques explique alors en français: “Ce que li fill Israel vongèrent la manne et demandèrent la char senefie les mauvés escoliers qi vonchent la doctrine Deu et demandent la char, ce est la convoitises et les granz provendes” (Vind. 2554: fl. 31a). L’image en regard montre un groupe de clercs laissant choir leurs livres pour se tourner vers une triade de convoitises symbolisées par une bourse, des modèles réduits de bâtiments ecclésiastiques – dans lesquels il convient de voir les prébendes – et d’une jeune femme semblant tenir de sa main gauche ce qui pourrait être le fruit de la tentation (fig. 7).



Fig. 7. Vind. 2554: fl. 31a.

²⁶ Par exemple, Nb. 13, 23, où les exégètes comparent la doctrine divine qu’étudient les bons étudiants à la “vigne plantureuse” et gorgée de raisins que les fils d’Israël trouvèrent en arrivant à Jéricho (Vind. 2554: fl. 32B/b).

²⁷ On y trouve l’expression de “manger la parole de Dieu” (Fr. 167: fl. 83vD).

La tentation de la chaire est un péril que les discours moraux à l'attention des écoliers reprennent à l'envi, tant cette préoccupation reflète une tension que connaissent alors ces jeunes hommes, écartelés entre les exigences de leur condition cléricale et leur désir de sexualité (DESTEMBERG 2014). Les Bibles moralisées n'y coupent pas qui décrivent derrière la tentation de la concupiscence, l'œuvre du diable, représenté poussant un mauvais écolier dans les bras d'une jeune femme (fig. 8), tandis que son compagnon, coiffé d'une mitre et adorant une idole, semble avoir renié Dieu comme Salomon l'avait fait avant lui (3 R 11, 1-3)²⁸.



Fig. 8. Bodley 270b: fl. 164d.

Ce faisant, cette exégèse biblique-morale dessine aussi en creux le portrait des corrupteurs, qui détournent ainsi les *scolares* de leur tâche, et qui prennent le visage des rois et des mauvais prélats (fig. 9; fig 10).

²⁸ Tolède 1: fl. 132d; Bodley 270b: fl. 164d; Add. 18719: fl. 82vb.



Fig. 9. Bodley 270b: fl. 82b.



Fig. 10. Bodley 270b: fl. 111vd.

Elle traduit là encore les préoccupations des théologiens parisiens dans un moment où les appareils administratifs de la royauté et de l'Église puisent de plus en plus de leurs personnels dans le vivier scolaire parisien (BALDWIN 1970: t. 1, 86; BALDWIN 1982). Ce sont en effet ces *infideles magnates* qui sont susceptibles d'offrir les richesses et les dignités auxquels aspirent ces jeunes clercs à l'issue de leurs études. Rois et prélats, que l'iconographie représente portant couronnes et mitres, parfois accompagnés de figures animales négatives (corbeau et singe), et qui tendent aux écoliers des bourses et des prébendes, sont alors associés au roi Balac qui chercha à convaincre Balaam de maudire le peuple d'Israël (Nb 22, 5-7), à Choré et ses frères révoltés contre Moïse et Aaron (Nb 16, 1-7), ou encore au faux prophète qui trompa Gad par de fausses promesses (3 R 13, 11-18). Face à eux, les bons écoliers sont comme Gad qui refusa de rester auprès de Jéroboam (3 R 13, 7-10). S'ils ont la force d'âme de renoncer aux mitres qui auraient fait d'eux des mauvais pasteurs, et de leur préférer la clarté, la douceur et la joie de la doctrine divine, ils sont alors l'olivier, le figuier et la vigne qui refusèrent de devenir les rois des arbres (Jg 9, 8-13)²⁹. À l'inverse, ceux qui sont animés par la tentation et préfèrent le diable et ses délices terrestres sont des "écoliers fous" (*fatuos scolares*) qui provoquent la colère de Dieu contre eux et qui subiront sa damnation, comme Gad à qui un ange avait annoncé une mauvaise mort pour avoir accueilli un faux prophète à sa table (3 R 13, 19-20).

Si les citations bibliques sont ici mises au service d'un discours moral globalement attendu, les Bibles moralisées n'en offrent pas moins un tableau vivant des tensions ecclésiologiques, sociales et économiques qui animent le monde scolaire, entre le XIII^e et le XV^e siècle. Elles constituent à de nombreuses reprises un miroir des préoccupations quotidiennes du monde scolaire, faisant entrer dans le discours exégétique des considérations pragmatiques dictées par l'actualité. Comment comprendre autrement la moralisation qui associe les messagers que le roi Balac envoie à Balaam, pour le pousser à maudire le peuple d'Israël (Nb 22, 5-7), aux prévôts et leur "gent" que le mauvais roi envoie contre les écoliers pour les empêcher d'étudier? Seuls les trois premiers manuscrits, réalisés à la cour capétienne probablement entre 1220 et 1234, usent de cette interprétation, abandonnée dans les manuscrits suivants³⁰: un cadre chronologique qui ne peut manquer de

²⁹ *Nemus quod vocavit oliva(m), ficum et vineam ad regimen et unaqueque refutavit significat prazos principes qui veniunt ad bonos scolares qui habent gloriam Dei qui per claritatem olive et dulcedinem ficus et leticiam vinee significantur et afferunt mytram ut presint aliis et ne fiant pravi pastores baculum renuunt pastorem* (Bodley 270b: fl. 111vd; Add. 18719: fl. 56b).

³⁰ "Ce qe Balac prist les messages et les envoia a Balaam senefie le mauvé roi qi envoie ses prevoz et sa gent por decevoir les boens escoliers qi doivent apprendre la doctrine Deu" (Vind. 2254: fl. 33va); *Balach qui misit nuncios ad Balaan significat prazos reges qui mittunt prepositos ad scolares qui debent addiscere doctrinam Dei* (Vind. 1179: fl. 59vc; Tolède 1: fl. 74b).

faire écho aux conflits qui émaillèrent, entre 1200 et 1231, l'affirmation de l'université parisienne, en prise avec l'autorité juridictionnelle du prévôt de Paris et ses sergents (GOROCHOV 2012). Le discours exégétique porte ainsi en lui les ressorts d'une argumentation qui fut celle des maîtres et étudiants pour s'affirmer en tant que communauté spécifique, les Bibles moralisées apparaissant dès lors comme un instrument de revendication de l'identité scolaire parisienne.

3. *Doctrina*: communauté du livre, théologie et sciences séculières

Ce portrait du *studium*, distinguant docteurs et écoliers, fait converger ces deux catégories d'acteurs dans une même conscience d'être unies par l'objet de leur travail intellectuel, c'est-à-dire l'étude de la doctrine théologique (*doctrina theologie*) qui s'oppose aux besognes séculières (*negocia secularia*)³¹. C'est donc bien une "communauté de savoir" (MEWS 2008) qui se donne à voir dans les textes et les images des Bibles moralisées, mais d'un savoir qui recouvre presque exclusivement la théologie. Le livre, symbole de ce savoir, est omniprésent dans les enluminures et constitue un marqueur d'appartenance à cette communauté: il est "le signe visuel de la *Sacra Pagina*" (CAMILLE 1989). Les autres disciplines du savoir universitaire ne sont pas seulement ignorées, elles font l'objet d'un discours critique, visant à ôter toute légitimité à leur étude. En cela, la conception scientifique portée par cette exégèse morale est particulièrement exclusive, à l'image de la glose proposée par les manuscrits plus tardifs de l'épisode, déjà évoqué, dans lequel les fils d'Israël recrachent la manne pour demander de la viande à Moïse (Nb 11, 1-9): "Ceci segnefie que les mauvais clers et curueus ont la sainte theologie contre le cuer et desirrent sciences mundaines et segnefie aussi que a cuer charnel esperituele recreation est abhominacion"³². L'opposition binaire ici créée renvoie au domaine des «sciences mondaines» ou *scientiæ seculares* tout ce qui n'est pas la théologie. Elle est visuellement symbolisée par la représentation d'un groupe de clercs dressés qui dénoncent la théologie de leur main orientée vers le sol, et tournent le dos à un clerc assis derrière un pupitre couvert de livres (fig. 11).

³¹ Nb 22, 5-7 (Bodley 270b: fl. 82b; Add. 18719: fl. 41d; Fr. 167: fl. 41b).

³² Fr. 167: fl. 37a. La moralisation latine désigne explicitement les *mali scolares*: *Hoc significat quod mali scolares vilipendunt theologiam et ut divites fiant addiscunt scientias seculares...* (Tolède 1: fl. 70b; Bodley 270b: fl. 76b; Add. 18719: fl. 37a).



Fig. 11. Bodley 270b: fl. 74a.

Là encore, ces considérations épistémologiques s'inscrivent dans un contexte culturel immédiat dont les Bibles moralisées se font le réceptacle, et qui témoignent de la proximité des concepteurs de ces manuscrits avec les préoccupations des élites universitaires. Abandonnant une phraséologie généralisante, garante d'une plus grande portée de ces discours moraux, les Bibles moralisées du XIII^e siècle dénoncent explicitement la concurrence universitaire qu'exerce alors Bologne à l'encontre de Paris (HAUSSHERR 2009: 140-152). L'épisode du premier livre des Rois qui décrit comment le peuple d'Israël se rendait chez les Philistins pour y faire fabriquer ses outils et ses armes (1 R 13, 19-20) est ici interprété:

“Ce qe li fil Israel alerent en paenie por armes avoir, et li sarrazin lor fistrent et lor baillerent, senefie les mauvés escoliers qi leissent les evvangiles et la devinitei et vont a Bologne por apprendre lois et decrez, et cil lor baillent et lor enseignent tel chose qi les confont et destruit” (Vind. 2554: fl. 37b)³³.

³³ Son équivalent latin: *Filii Israel venientes inter paganos arma sua componentes significat pravos scolares qui reliquunt evangelium et theologiam et intrant Boloniam ut possint leges et decreta discere quibus ipsisim confundantur* (Vind. 1179: fl. 89vb).

Au tournant du XII^e au XIII^e siècle, les craintes de voir les étudiants quitter Paris pour rejoindre l'Italie étaient en effet un lieu commun partagé par les théologiens parisiens, au premier rang desquels figuraient Pierre le Chantre, Robert de Sorbon et Étienne Langton (BALDWIN 1970: t.1, 83-7). La volonté de faire de l'université de Paris le phare théologique de la Chrétienté poussa même le pape Honorius III à fulminer la bulle *Super speculam* (16 novembre 1219), dans laquelle il interdisait l'enseignement du droit civil à Paris, réservant de fait son étude à l'université de Bologne. Au milieu du XIV^e siècle, en revanche, le contexte a changé: Orléans accueille une université juridique, officiellement établie en 1306, où l'on enseigne aussi le droit civil; celle-ci est même considérée comme la faculté de droit civil satellite de l'université de Paris, tant sont nombreux les étudiants qui font le va-et-vient entre les deux. Les manuscrits les plus tardifs des Bibles moralisées voient donc la référence à Bologne et au droit s'effacer au profit d'une condamnation plus générale des doctrines des philosophes païens³⁴.

Le droit n'est pas la seule discipline à être reléguée au rang des sciences qui trompent les fidèles : la médecine est encore associée, au milieu du XIV^e siècle, à l'idole Belzebuth, que le roi souffrant Ochozias fit consulter pour savoir s'il guérirait (4 R 1, 2). Tandis que le texte de la moralisation explique qu'il est plus important de penser au salut de son âme qu'à désirer recouvrer la santé «corporelle», l'enluminure montre un clerc, apportant le viatique dans un ciboire à un vieil homme, mais rebroussant chemin lorsqu'il constate la présence à son chevet de deux médecins – reconnaissables à leur barrette doctorale et à la petite fiole que l'un d'eux tient (fig. 12).

³⁴ Fr. 167: fl. 66vc; Fr. 166: fol. 66vc: *Hoc significat quod a doctrinis philosophorum gentilium acuitur sacra scriptura que est spiritualis gladius ut ipsimet infideles ipso gladio confundantur* / "Ceci signifie que la sainte escripture est souvent aiguisée et déclarée par les doctrines des philosophes et des non creans et par le glaive de la sainte escripture souvent converti et leur erreur occise".



Fig. 12. Fr. 167: fl. 87b.

On peut s'étonner d'un discours d'une telle hostilité à l'égard de la médecine, encore aux XIV^e et XV^e siècles, alors même que son caractère scientifique n'est plus guère contesté à cette époque (JACQUART 1995), et que les commentaires des manuscrits du XIII^e siècle préféraient condamner les "mauvais philosophes"³⁵. Car bien plus que la médecine, ce sont la philosophie et l'astronomie que les théologiens tiennent pour les sciences les plus exécrables. Commentant ainsi un extrait des Lamentations dénonçant l'homme qui murmure contre Dieu plutôt que de s'appliquer à corriger ses péchés (Lam 2, 37-39), les moralisations établissent un parallèle avec les philosophes (*philosophi*) et les astronomes (*astronomici*) qui s'occupent seulement des choses terrestres et visibles, tombent dans l'hérésie et murmurent contre les théologiens et les bons docteurs de la loi³⁶. L'iconographie correspondante des Bibles moralisées du XIII^e siècle montre des philosophes païens, portant barbe et capuchon, disputant avec des clercs bénis par Dieu apparaissant d'une nuée ; mais la Bible de Jean le Bon, au milieu du XIV^e siècle, n'hésite pas

³⁵ Vind. 2554: fl. 56b; Tolède 1: fl. 141vd; Bodley 270b: fl. 173vd.

³⁶ Hoc significat quod philosophi et astronomici vix visibilia cognoscentes de invisibilibus et super celestibus disputantes incidunt in diversas hereses et murmurant contra theologos et bonos doctores (Tolède 2: fl. 171vd); Hoc significat quod philosophi et astronomi qui vix discernunt terrestria delectibus disputant incidunt in diversas hereses et murmurant contra theologos et doctores legis (Lat. 11560: fl. 171vd; Add. 18719: fl. 198vb; Fr. 167: fl. 198vb).

à représenter ces mêmes philosophes sous la forme de maîtres de l'université, portant la barrette (fig. 13).

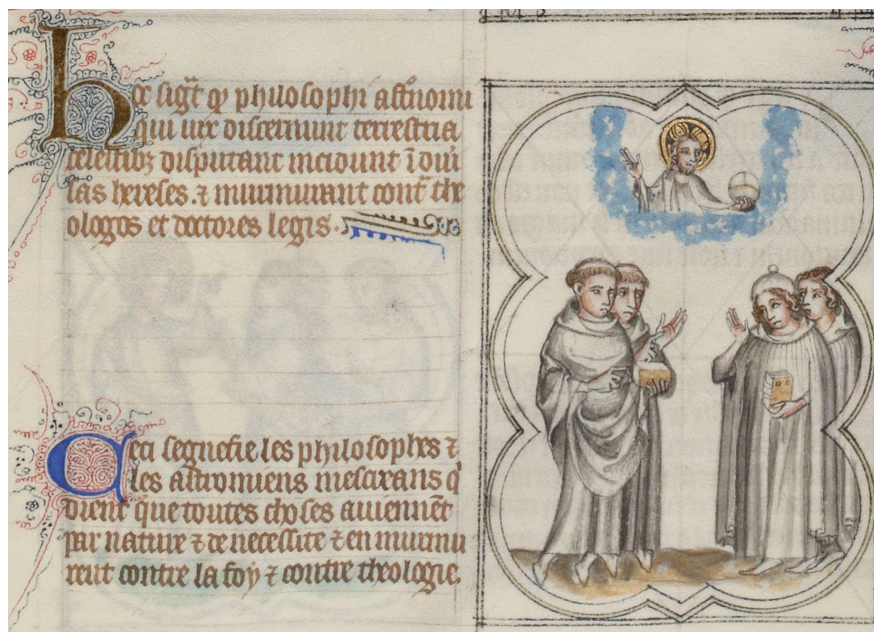


Fig. 13. Fr. 167: fl. 198vb.

Les usages fréquents du terme, autant que les images, entretiennent ainsi un amalgame délibéré entre les philosophes antiques et païens et les philosophes contemporains, les deux étant parfois même associés aux hérétiques. Philosophes et astronomes y sont décrits comme imbus de science séculière (*sciencia secularia*) trouvant amère la science de l'esprit (*sciencia spiritualis*), comme le peuple d'Israël trouva amère l'eau de Mara (Ex 15, 23): contrairement aux théologiens, ils détournent les yeux des livres pour disputer et observer des sphères qu'ils pointent vers le ciel (fig. 14)³⁷.

³⁷ Tolède 1: fl. 43vb; Bodley 270b: fl. 49vb; Add. 18719: fl. 24vd; Fr. 167: fl. 24vb.



Fig. 14. Bodley 270b: fl. 49vb.

Il fait peu de doutes que les images désignent en réalité ceux qui peuplent alors la faculté des arts de l'université de Paris, et le vocabulaire employé se fait parfois plus précis pour dénoncer explicitement les “dialecticiens” (*dialecticos*) ou les “logiciens”, qui soutiennent leurs “fausses positions contre la volonté de Jésus Christ”, nient la parole divine par quête de fausse gloire et se comportent comme les païens qui construisirent la Tour de Babel pour défier la volonté de Dieu (Gn 11, 4)³⁸. L'astronomie et la dialectique y sont qualifiées de “vaines sciences” et de sources d'erreurs: elles sont répudiées par Dieu comme les deux enfants de la prostituée Tamar furent répudiés par son beau-père Juda (Gn 38, 27-30)³⁹. L'association est symboliquement sévère, car l'illégitimité provoque ici l'infamie, à laquelle toute discipline du savoir médiéval qui apparaît alors en concurrence avec la théologie est renvoyée. Les philosophes et les astronomes sont des faux devins, des théologiens incomplets, gagnés par la cécité et animés par la vanité et la vaine curiosité (TACHAU 1998)⁴⁰; plus grave encore, ces “mauvais philosophes” trompent les

³⁸ Vind. 2254: fl. 3vc; Tolède 1: fl. 11va; Bodley 270b: fl. 11va; Add. 18719: fl. 5vc; Fr. 167: fl. 5va.

³⁹ Tolède 1: fl. 18b; Bodley 270b: fl. 24b; Add. 18719: fl. 12d; Fr. 167: fl. 12b.

⁴⁰ Gn 41, 8: “Ce qe pharaons demanda conseil de son songe as phylosopes et il ne le sorent dire senefie les langoros devins, qi demandent conseil as astronomiens qi sunt avugle, et cil dient q'il ne sevent rien et que ce n'est

simples gens qui viennent écouter leur fausse doctrine⁴¹.

On reconnaît sans peine, dans cette phraséologie dépréciative, les arguments qui furent repris par les théologiens tout au long du XIII^e siècle pour condamner les prétentions des maîtres de la faculté des arts. Les premières Bibles moralisées portent probablement en elles la trace des débats qui entourèrent les premières condamnations à l'université de Paris: la condamnation de maître Amaury de Bène (1206) puis de dix de ses élèves livrés au bûcher comme hérétiques (1210), l'interdiction de l'enseignement de la philosophie naturelle d'Aristote (1210 et 1215) (GOROCHOV 2012: 184-200, 257-88). Au milieu du XIV^e siècle, lorsque fut réalisée une copie de ces manuscrits pour Jean le Bon, le propos fut adouci:

“Ceci segnefie que le bon estudient en la sainte escripture doit au sens de la lettres et as sciences des philosophes, qui sont toutes ameres, adjouster le sens espirituel de la divinite a ce que toute science soit ordenee et acidire en celi qui fu le grein de froment du quel en l'acidiz l'en fift la farine, qui espirituellement nous donna la doulceur de grace et ainssi toute science ordenée est doulce et confortant” (Fr. 167: fl. 90a)⁴².

La philosophie n'est plus tout à fait exclue du champ “ordonné” de la science (fig. 15): renouant avec l'idée d'une valeur propédeutique que les maîtres du XII^e siècle assignaient aux arts libéraux, la philosophie permet d'accéder à une vérité incomplète, au même titre que l'interprétation littérale de l'Écriture, et reste donc soumise à la théologie, qui seule donne accès au sens spirituel des Écritures et ouvre à la grâce. Cette évolution du discours, en lien avec la structuration des disciplines savantes, n'est toutefois pas observable au sujet de l'astronomie, toujours qualifiée à la fin du XIV^e siècle d’“art défendu” (Fr. 167: fl. 13va).

rien fors songes” (Vind. 2254: fl. 10vd); *Hoc significat quod theologi languidi et imperfecti petunt consilium ab astronomicis qui sunt excecati et illi respondent quod de supernis nichil preter sompnum cognoverunt* (Tolède 1: fl. 21va; Bodley 270b: fl. 27va; Fr. 167: fl. 13va).

⁴¹ 1 R 2, 22: *Mulieres que intraverunt ad offerendum in templum et decepte fuerunt significat quosdam simplices qui venerunt coram pravis philosophis et eos per erorum pravum decipiunt documentum* (Vind. 1179: fl. 86a); voir également, Vind. 2254: fl. 35va; Tolède 1: fl. 99vd; Bodley 270b: fl. 129vd.

⁴² 4 R 4, 38-42. À comparer avec: *Hoc significat quod aliquis littere legis intentus vel philosophis studiosus amaritudinem de lege vel mortiferum de philosophis sumens intermiscet veritati evangelice et in olla cordis coquens tale pulmentum idest documentum preparant auditoribus suis* (Tolède 1: fl. 147v; Bodley 270b: fl. 179vb)



Fig. 15. Fr. 167: fl. 90a.

Les Bibles moralisées semblent ici faire preuve d'un conservatisme en décalage avec la reconnaissance acquise par la science des astres à partir du milieu du XIV^e siècle, tant dans le monde universitaire qu'à la cour royale (BOUDET 2006: 283-349). L'intention est sans doute moins de livrer un tableau fidèle du paysage disciplinaire à l'université de Paris, que d'accentuer les contrastes dans le portrait qui est fait de la véritable doctrine et des mérites de la communauté qui la sert. Tout ce qui n'est pas la théologie y est considéré comme un repoussoir autant qu'un faire-valoir, au service d'un discours d'édification d'une identité collective, dont le totem est le livre saint et son étude une liturgie.

Conclusion

Si les interprétations du texte biblique livrées dans les Bibles moralisées ne peuvent être placées au même niveau que l'exégèse savante produite simultanément dans les écoles de théologie parisiennes, elles n'en possèdent pas moins une valeur historique indéniable. Héritières d'une tradition herméneutique synthétisée dans les grandes entreprises exégétiques des maîtres de la fin du XII^e et du début du XIII^e siècle, elles présentent les caractéristiques discursives

propres à “l’école biblique-morale” : un regard éminemment tourné vers le social, la conviction que la Bible recèle les clefs de la compréhension du monde qui se déploie sous leurs yeux et une parole animée par la volonté de contribuer à l’*ordinatio mundi*. Objet quotidien de leurs préoccupations, le *studium* parisien y est présenté dans un tableau vivant des questionnements moraux et scientifiques d’une communauté nouvellement structurée autour de ses maîtres et de ses étudiants. Mais derrière le discours moral, il convient aussi de percevoir l’entreprise intellectuelle de catégorisation, la promotion d’une taxinomie sociale et la fabrique des identités visuelles. Ce que les maîtres parisiens étaient d’ailleurs capables de mobiliser à leur endroit, ils étaient tout autant capables d’en user à l’égard d’autres groupes sociaux, et ceci à plus forte raison dans des œuvres de vulgarisation s’adressant à un public royal et princier, c’est-à-dire à des *potentes* qu’il s’agissait d’enseigner dans l’espoir qu’ils inscrivent leur action politique dans le sillon du message délivré. Une telle entreprise de sociologie morale était assurément corrélée à l’affirmation contemporaine des structures étatiques, tant laïques qu’ecclésiastiques, elles-mêmes promotrices d’une structuration hiérarchique indispensable à l’exercice du pouvoir (BALANDIER 1967). À travers les Bibles moralisées et la “vision du monde” (*Weltanschauung*) qu’elles proposent, ces docteurs se font “intellectuels organiques” (GRAMSCI 1978: 305-47) et “organisateur d’une société” sur laquelle ils aspirent à établir une forme de domination herméneutique.

Sources manuscrites (le numéro renvoie à l’ordre des manuscrits dans le Annex)

- (1) Vind. 2554: Wien, Österreichische Nationalbibliothek, Codex Vindobonensis 2554 (v. 1220-1226).
- (2) Vind. 1179: Wien, Österreichische Nationalbibliothek, Codex Vindobonensis 1179 (v. 1223-1226).
- (3) Tolède: Toledo, Santa Iglesia Catedral Primada, Tesoro 1-3 (v. 1226-1234, dite Bible de Saint Louis).
- (4) Bodley 270b: Oxford, Bodleian Library, Bodley. 270 b (v. 1234-1255).
Lat. 11560: Paris, BnF, lat. 11560 (v. 1234-1255).
Harley 1527: London, British Library, Harley 1527 (v. 1234-1255).
- (5) Add. 18719: London, British Library, Add. 18719 (v. 1291-1294).
- (7) Fr. 167: Paris, BnF, fr. 167 (v. 1349-1352, dite Bible de Jean le Bon).
- (9) Fr. 166: Paris, BnF, fr. 166 (v. 1402-1404).

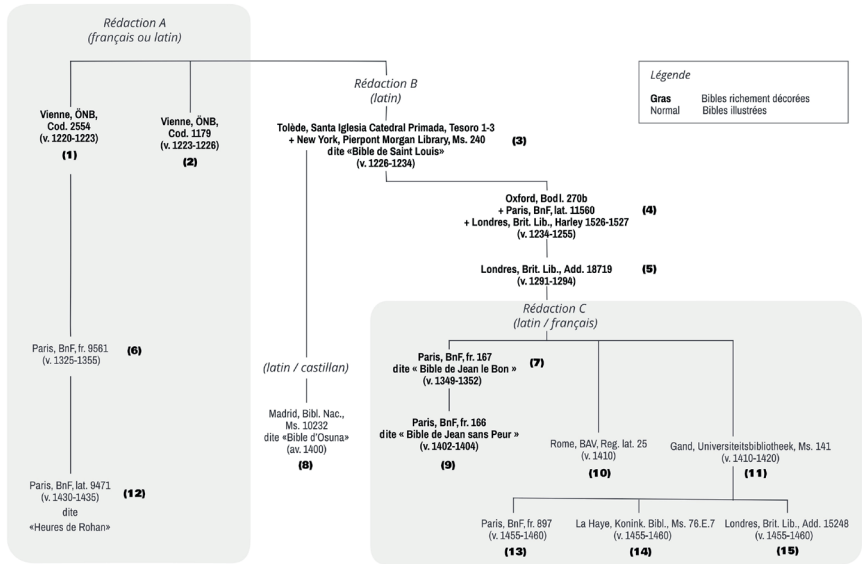
Bibliographie

- BALANDIER, Georges (1967). *Anthropologie politique*. Paris: Puf.
- BALDWIN, John W. (1970). *Masters, Princes and Merchants. The Social Views of Peter the Chanter and his Circle*, 2 vols. Princeton: Princeton University Press.
- BALDWIN, John W. (1982). "Masters at Paris from 1179 to 1215. A social perspective", in R. L. Benson et G. Constable (eds.), *Renaissance and Renewal in the Twelfth Century*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 138-172.
- BÉRIOU, Nicole (1998). *L'avènement des maîtres de la Parole. La prédication à Paris au XIII^e siècle*, 2 vols. Paris: Institut d'études augustiniennes.
- BEZEMER, Kees (1997). *What Jacques saw. Thirteenth century France through the eyes of Jacques de Revigny professor of law at Orleans*. Francfort: V. Klostermann.
- BOUDET, Jean-Patrice (2006). *Entre science et nigromance. Astrologie, divination et magie dans l'Occident médiéval (XII^e-XV^e siècle)*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- BUC, Philippe (1994). *L'ambiguïté du Livre. Prince, pouvoir, et peuple dans les commentaires de la Bible au Moyen Âge*. Paris: Beauchesne.
- CAMILLE, Michael (1989). "Visual Signs of the Sacred Page: Books in the Bible moralisée". *Word & Image*, 5, 111-130.
- CHRISTE, Yves (1997). "L'Apocalypse dans les Bibles moralisées de la première moitié du XIII^e siècle". *Bulletin archéologique du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques*, 25, 7-46.
- DAHAN, Gilbert (2008). *L'exégèse chrétienne de la Bible en Occident médiéval (XII^e-XIV^e siècle)*. Paris: Cerf.
- DESTEMBERG, Antoine (2009). "Magistri docentes inspirati. Théories de la transmission de la connaissance et revendications intellectuelles dans quelques images du XIV^e siècle", in C. Péneau (ed.), *Itinéraires du savoir de l'Italie à la Scandinavie (X^e-XVI^e siècle). Études offertes à Élisabeth Mornet*. Paris: Publications de la Sorbonne, 369-390.
- DESTEMBERG, Antoine (2013). "La représentation des maîtres dans l'iconographie de l'Occident médiéval", in É. Vallet, S. Aube et T. Kouamé (eds.), *Lumières de la sagesse. Écoles médiévales d'Orient et d'Occident*. Paris: Publications de la Sorbonne/IMA, 213-219.
- DESTEMBERG, Antoine (2014). "Penser comme un homme? Expressions et répressions de la masculinité dans les milieux universitaires médiévaux", in A.-M. Sohn (ed.), *Une histoire sans les hommes est-elle possible ? Genre et*

- masculinités. Lyon: ENS Éditions, 231-244.
- DESTEMBERG, Antoine (2015). *L'honneur des universitaires au Moyen Âge. Étude d'imaginaire social*. Paris: Presses Universitaires de France.
- DUBY, Georges (1978). *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard.
- GOROCHOV, Nathalie (2012). *Naissance de l'université. Les écoles de Paris d'Innocent III à Thomas d'Aquin (v. 1200-v. 1245)*. Paris: Honoré Champion.
- GRAMSCI, Antonio (1978). *Cahiers de prison, t. 3: Cahiers 10, 11, 12 et 13*. Paris: Gallimard.
- HAUSSHERR, Reiner (2009). *Bible moralisée: Prachthandschriften des hohen Mittelalters. Gesammelte Schriften*. K. Eberhard, C. T. Seifert et G. Siebert (eds). Petersberg: M. Imhof.
- JACQUART, Danielle (1995). "La scolastique médicale", in M. Grmek (ed.), *Histoire de la pensée médicale en Occident*. Paris: Seuil, t. 1, 175-210.
- KUMLER, Aden (2011). *Translating Truth: Ambitious Images and Religious Knowledge in Late Medieval France and England*. New Haven and London: Yale University Press.
- LIPTON, Sara (1999). *Images of Intolerance: The Representation of the Jews and Judaism in the Bible moralisée*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- LIPTON, Sara (2021). "'Those Who Act More Strictly': Monks, Jews, and Capetian Religious Politics in the Bibles moralisées", in M. C. Gaposchkin et J. Rubenstein (eds.), *Political Ritual and Practice in Capetian France. Studies in Honour of Elizabeth A. R. Brown*. Turnhout: Brepols, 105-141.
- LOBRICHON, Guy (2005). "La bible des rois capétiens", in "Tout le temps du veneur est sanz oyseuseté". *Mélanges offerts à Yves Christe pour son 65^{ème} anniversaire par ses amis, ses collègues, ses élèves*. Turnhout: Brepols, 205-228.
- LOWDEN, John (2000). *The Making of the Bibles moralisées*, vol. 1: *The Manuscripts*. University Park: Pennsylvania State University Press.
- LOWDEN, John (2004). "The Apocalypse in the Early-Thirteenth-Century Bibles Moralised: A Re-Assessment", in N. Morgan (ed.), *Prophecy, Apocalypse and the Day of Doom. Proceedings of the 2000 Harlaxton Symposium*. Donington: Shaun Tyas, 195-217.
- LOWDEN, John (2007). "Les rois et les reines de France en tant que 'public' des Bibles moralisées: une approche tangentielle à la question des liens entre les Bibles moralisées et les vitraux de la Sainte-Chapelle", in C. Hediger (ed.), *La Sainte-Chapelle de Paris. Royaume de France ou Jérusa-*

- lem céleste? Actes du Colloque (Paris, Collège de France, 2002). Turnhout: Brepols, 345-362.*
- MAIER, Christoph T. (2003). "The bible moralisée and the crusades", in M. G. Bull et N. Housley (eds.), *The Experience of Crusading*, vol. 1: *Western Approaches*. Cambridge: Cambridge University Press, 209-222.
- MARMURSZTEJN, Elsa (2007). *L'Autorité des maîtres. Scolastique, normes et société au XIII^e siècle*. Paris: Les Belles Lettres.
- MEWS, Constant J. (2008). "Communautés de savoirs. Écoles et collèges à Paris au XIII^e siècle". *Revue de synthèse*, 129, 485-507.
- SMALLEY, Beryl (1952). *The Study of the Bible in the Middle Ages*. Oxford: Blackwell.
- STIRNEMANN, Patricia (1999). "Note sur la bible moralisée en trois volumes conservés à Oxford, Paris, Londres, et sur ses copies". *Scriptorium*, 53/1, 120-124.
- TACHAU, Katherine H. (1998). "God's Compass and *Vana Curiositas*: Scientific Study in the Old French Bible Moralisée". *The Art Bulletin*, 80, 7-33.
- TACHAU, Katherine H. (2021). "The King in the Manuscript: The Presentation Inscription of the Vienna Latin Bible moralisée". *Gesta*, 60/1, 130.
- WEIJERS, Olga (1987). *Terminologie des universités au XIII^e siècle*. Rome: Ateneo.

Tradition manuscrite des Bibles moralisées



Los manuales de Alonso de la Vera Cruz y la Universidad de México del siglo XVI: enseñando teología y artes desde una perspectiva misionera

Alonso de la Vera Cruz's Manuals and the University of Mexico in 16th Century: Teaching Theology and Arts from a Missionary Perspective

JOSÉ LUIS EGÍO GARCÍA

Universidad Goethe Frankfurt am Main | Instituto Max Planck de Historia y Teoría del Derecho | Academia de Ciencias y Literatura de Maguncia

egio@lhlt.mpg.de

<https://orcid.org/0000-0002-9256-8490>

Texto recibido em / Text submitted on: 01/12/2021

Texto aprobado em / Text approved on: 10/05/2022

Resumen. La creación de la Universidad de México (1553) favoreció la intensificación de los procesos de traducción de conocimiento normativo entre Europa y América, iniciada ya con el arribo al Nuevo Mundo de los primeros conquistadores y misioneros españoles. El presente artículo ofrece una síntesis de la historiografía reciente sobre la Universidad del México colonial y ofrece un perfil de la misma como un Estudio misionero y diferenciado de los modelos europeos con los que ha tendido a ser comparada (en particular Salamanca). Concentrándonos en la obra impresa del agustino Alonso de la Vera Cruz (1507-84), uno de los primeros catedráticos de la Universidad de México, encontramos muestras representativas del tipo de enseñanza propedéutica de las artes (lógica, filosofía natural) que se privilegió en el contexto académico novohispano del siglo XVI. Por otro lado, la producción teológica del agustino permite ilustrar las estrategias de flexibilización y localización que se ensayaron para traducir con éxito la normatividad cristiana preexistente a contextos inéditos y llenos de desafíos.

Palabras clave. Universidades y colegios coloniales, filosofía natural, teología sacramental, Alonso de la Vera Cruz, Escuela de Salamanca.

Abstract. The creation of the University of Mexico (1553) favoured the intensification of the processes of translation of normative knowledge between Europe and America, which had already begun with the arrival of the first Spanish *conquistadores* and missionaries to the New World. This article offers a synthesis of the recent historiography on the University of colonial Mexico, to be profiled as a missionary *Studium*, clearly differentiated from the European models with which it has tended to be compared (in particular, Salamanca). Focusing on the printed works of the Augustinian friar Alonso de la Vera Cruz (1507-84), one of the first teachers at the University of Mexico, we find representative examples of the type of propaedeutic teaching of the Arts (Logic, Natural Philosophy) which was common in the particular academic context of 16th-century New Spain.

On the other hand, the theological production of Vera Cruz illustrates well the strategies of flexibilization and localization that were put into practice in order to successfully translate the preexisting Christian normativity to unforeseen and challenging contexts.

Keywords. Colonial Universities and colleges, natural philosophy, sacramental theology, Alonso de la Vera Cruz, School of Salamanca.

Introducción

En las últimas décadas fueron publicados hitos historiográficos de gran valía que detallan con gran precisión la historia de la creación de los primeros colegios de las órdenes mendicantes y de la Universidad de México (1553) apoyándose en crónicas, cédulas, bulas, libros de claustros, estatutos, matrículas... Partiendo de algunas consideraciones generales sobre la historiografía reciente acerca de la Universidad de México en el siglo XVI, el presente artículo se concentra en el estatuto y orientaciones particulares que caracterizaron a los saberes filosóficos, teológicos y jurídico-canónicos en los albores de las instituciones de enseñanza superior en el México colonial, marcados por una clara perspectiva misionera.

Para ello, es necesario ir más allá de las fuentes o documentación con la que ha trabajado hasta la fecha la historia institucional y social, e incorporar a la reflexión historiográfica, entre otros, elementos provenientes de la historia del libro y de la producción y circulación de ideas filosóficas, teológicas y jurídicas. Desde esta perspectiva combinada, el análisis del contenido de algunos de los primeros libros que fueron publicados en México poco después de la creación de la Universidad – ligados, en muchos casos, al funcionamiento y la docencia que inicialmente se impartió en la misma – nos ayudará a entender la forma en la que uno de los primeros maestros de la Universidad de México, el teólogo agustino Alonso de la Vera Cruz, quien había sido discípulo de Francisco de Vitoria en la Universidad de Salamanca, concibió sus cometidos docentes. A partir de los libros escritos por este maestro es, de hecho, posible perfilar la respuesta que él y muchos de sus coetáneos dieron a uno de los grandes dilemas de su tiempo: ¿Qué Universidad para el Nuevo Mundo?

Por otra parte, las obras escritas por Alonso de la Vera Cruz resultan también especialmente ilustrativas del tipo de traducción cultural de conocimientos que tuvo lugar en el vasto espacio atlántico a comienzos de la Edad Moderna. Categoría surgida en el campo de los estudios culturales en fechas relativamente recientes – de la mano de Peter Burke (BURKE; HSIA 2007) –, la noción de traducción cultural ha ido ganando protagonismo en la última década en las

perspectivas históricas sobre la producción, circulación y adaptación a contextos locales tanto de regulaciones de naturaleza jurídica, como de otros tipos de normatividades (religiosa, moral, técnico-regulatoria). Son en particular, algunas figuras destacadas de la última generación de historiadores alemanes del derecho (DUVE 2012; FOLJANTY 2012) quienes más han incidido en la dimensión cultural de leyes y normas, oponiéndose a perspectivas anteriores en las que los procesos de translación o circulación de normas entre áreas culturales y continentes eran concebidos como trasplantes o trasvases unidireccionales de un saber producido en la metrópolis y recibido pasivamente en las periferias coloniales o semicoloniales. Partiendo de una serie de prejuicios y postulados marcadamente eurocéntricos, en estas perspectivas clásicas tendían a perfilarse procesos históricos de la Primera Modernidad como la integración de amplias regiones americanas y asiáticas en la monarquía hispánica como un mero trasplante de leyes, ritos, valores morales, dogmas religiosos o prácticas de raíz romana, occidental y cristiana a una serie de territorios ‘vacíos’. En paralelo, los habitantes de estas regiones periféricas y sojuzgadas eran reducidos a una condición pasiva, en tanto que simples receptores de las normatividades que les venían impuestas desde fuera. Como apunta Foljanty, este tipo de postulados estereotipados deforman, a fuerza de simplificar, las intrincadas y profundas interacciones que tienen lugar en un proceso de traducción cultural de normatividades:

It is a complex process, in which the borders between the cultures shift, become reshaped and where hybridity is created. Those processes cannot be adequately understood without taking into account, for instance, the contexts in which they respectively take place, prestige and stereotypes, as well as the power structures involved (FOLJANTY 2012: 8).

Aunque, actualmente, son numerosos los estudios histórico-jurídicos que partiendo de conceptos como el de traducción cultural o de nociones afines – como la de localización, esbozada por Alejandro Agüero¹ – analizan diversos aspectos de los procesos de producción y reconfiguración de conocimientos normativos que tuvieron lugar a comienzos de la Edad Moderna mediante intensos debates entre individuos, corporaciones e instituciones situadas a uno y otro lado del Atlántico, la historia de las Universidades coloniales y de

¹ En varios de sus trabajos, Agüero hace un énfasis particular en el concepto de “localización” para “apreciar la potencialidad que alcanzaban las tendencias particularistas sobre la noción de derecho general”, y subrayar el hecho de que en la Primera Modernidad “las normas que integraban el derecho general no operaban a la manera de rígidos estándares abstractos sino que debían someterse a un constante proceso de interpretación que apuntaba, entre otros efectos, a adecuar su contenido a las precisas circunstancias de tiempo y lugar en las que dichas normas eran invocadas” (AGÜERO 2013).

los saberes teológico y filosófico siguen marcadas por una fuerte impronta de las perspectivas eurocéntricas y los cánones occidentales.

Analizando diversas obras sobre lógica, filosofía natural, cosmografía o teología sacramental que fray Alonso de la Vera Cruz escribió en el Virreinato novohispano de mediados del siglo XVI desde las perspectivas arriba mencionadas, mostraremos como su propio autor las concibió como una necesaria traducción cultural y aplicación localizada de la filosofía aristotélica, las doctrinas sobre la administración de los sacramentos de los comentadores de Pedro Lombardo o el tomismo salmantino al nuevo contexto americano. Por otra parte, mostraremos como tras hacer imprimir sus escritos originalmente en México entre 1554 y 1557, Alonso de la Vera Cruz se esforzó por actualizarlos a lo largo de su vida con nuevos conocimientos derivados de los ‘descubrimientos’ que se sucedían en los territorios americanos y asiáticos de la monarquía hispánica y por lograr que se imprimieran también en los grandes centros del saber de la España de su tiempo: Salamanca y Alcalá. Desde la perspectiva de la traducción cultural, las reediciones salmantinas y complutenses de las obras de Vera Cruz – impresas en las décadas de 1560 y 1570 – pueden concebirse como una parte muy representativa del tipo de soportes materiales que permitieron que las novedades y ‘descubrimientos’ cosmográficos o antropológicos realizados en tierras americanas se difundieran y tuvieran incidencia en la Vieja Europa. Da fe también del impacto de la obra de Vera Cruz en Europa la edición milanesa de una de sus obras, el tratado de teología matrimonial *Speculum coniugiorum* (reeditado por Pacifico Pontio en 1599), que a pesar de haber sido escrito por Vera Cruz para orientar a los misioneros activos en la evangelización del pueblo purépecha fue considerado varios años después de su muerte como una obra que podía servir de gran utilidad para los clérigos de la diócesis milanesa.

Aunque el estado actual de nuestra investigación no es suficiente para determinar con total exactitud el peso que la obra de Vera Cruz llegó a tener en la enseñanza de las Artes, la filosofía natural o la amplia producción tardoescolástica sobre el matrimonio – algo para lo que se requerirían estudios mucho más profundos, tanto cualitativos como cuantitativos, sobre la presencia de las obras de Vera Cruz en las bibliotecas del Antiguo Régimen, el eco de las mismas en la literatura escrita en Europa y América o las censuras y prefacios a las reediciones de las obras del fraile publicadas en Europa –, confiamos en que este artículo sirva para esbozar dos hipótesis y un programa de investigación en el que seguir avanzando en los próximos años: a saber, la orientación misionera que marcó la enseñanza de distintos saberes en la Universidad de México del siglo XVI, diferenciándola desde sus orígenes de modelos como el salmantino, y el importante rol jugado por Alonso de la Vera Cruz en la

adaptación y reformulación en clave americana de muchos de los saberes que se cultivaban en su tiempo.

La historiografía reciente sobre la Universidad del México colonial: una bibliografía prolija y de calidad

Para el caso mexicano, a diferencia de otros países iberoamericanos, la bibliografía especializada en la historia de su Universidad durante el período colonial no solo es muy numerosa, sino que además es de una gran calidad. Ello se debe, básicamente, a razones estructurales, ligadas al hecho de que desde 1976 la Universidad Nacional Autónoma de México² cuenta con un Instituto especializado de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, una de cuyas cinco áreas o departamentos se concentra, precisamente, en el estudio de la Historia de la educación y la cultura en el Virreinato novohispano.

Cabe subrayar que se trata de uno de los pocos Institutos de historia sobre la Universidad que se ha podido consolidar en el mundo hispánico. Si pensamos, por ejemplo, en el ámbito español, debemos constatar que los intentos más decididos por contar con instituciones semejantes se saldaron con fracasos, incluso en la Universidad de Salamanca, pese a ser la de más longeva tradición en España. Salamanca creó, de hecho, el Centro Propio de Historia Cultural y Universidades Alfonso IX en 1997, pero la Universidad nunca permitió que cobrara autonomía como Instituto de investigación y acabó disolviendo el Centro en 2013 para subsumir y supeditar sus actividades en un Instituto más generalista, el actual Instituto de Investigación de Estudios Medievales y Renacentistas.

Volviendo de nuevo al más afortunado caso mexicano, podemos decir que, en líneas generales, su halagüeño panorama institucional ha permitido que la historia de su Universidad colonial esté ‘hecha’, en líneas generales. Investigadores veteranos como Enrique González, discípulo del gran y longevo historiador Mariano Peset, y académicos de la generación posterior como Rodolfo Aguirre, Clara Inés Ramírez, Leticia Pérez o Armando Pavón han editado críticamente las diferentes Constituciones y estatutos de la Universidad. Por ejemplo, las que redactó el importante Juan de Palafox en 1645, vitales para la estabilidad jurídica de la Universidad y pilar de su apogeo en la segunda mitad del siglo XVII (GONZÁLEZ GONZÁLEZ; GUTIÉRREZ

² En cuyo campus se encuentra también enclavada la Biblioteca Nacional de México, depositaria de la mayoría de los documentos relativos a la Universidad colonial.

RODRÍGUEZ 2017)³. Han estudiado también al detalle cómo funcionaba el gobierno de la misma, cómo estaba estructurada en tanto que corporación o cómo evolucionó su población académica a lo largo de tres siglos (entre las varias obras enmarcadas en esta línea temática podríamos destacar la de RAMÍREZ GONZÁLEZ; PAVÓN ROMERO 1996). En los últimos tiempos se está analizando también la evolución de sus principales facultades, con especial atención a la de Artes (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2008). Otro tema de interés es la estrecha interrelación que se dio entre los Colegios de las órdenes mendicantes y las Universidades. Se trata de un rasgo común a todos los sistemas de educación superior en el Antiguo Régimen pero que, por las razones que expondremos a continuación, se dio de forma aún más intensa en México. Clara Inés Ramírez ofreció, por ejemplo, una interesante perspectiva sobre la interrelación entre Universidad y colegios tomando como polos comparativos a Salamanca y la Ciudad de México (RAMÍREZ GONZÁLEZ 2001-2002). Entre los últimos temas abordados por este tipo de historia institucional y académica que, como sucede en otros campos y períodos de la historia, se ha tornado cada vez más una historia social, figuran los mecanismos de promoción de licenciados, maestros y doctores, tanto al interior de las estructuras universitarias, como fuera de las mismas, en la Iglesia, las audiencias virreinales, el Consejo de Indias, etc. Este es, por ejemplo, el campo de especialización de uno de los investigadores del IISUE, Rodolfo Aguirre (AGUIRRE SALVADOR 2003).

Lo que caracteriza al centro del Instituto de Investigaciones sobre la Universidad en México y a sus líneas de investigación es, sin duda alguna, una marcada orientación moderna, decididamente enemiga de esa ya anquilosada historia institucional que se limitaba a reeditar antiguas constituciones y estatutos o a loar la trayectoria de los grandes maestros de una determinada Universidad del Antiguo Régimen (Francisco de Vitoria, Francisco Suárez, etc.), un tipo de acercamiento a la historia que, a caballo entre la política conmemorativa y la investigación propiamente dicha, dio lugar, durante muchas décadas, a una producción historiográfica amplia, ciertamente, pero integrada en su mayoría por textos de pompa y circunstancia,

³ Para cada una de estas grandes líneas temáticas de la historiografía sobre la Universidad novohispana me limito a mencionar un título o publicación que considero representativa. Como indico en el cuerpo del texto, la cantidad de la bibliografía existente sobre todas estas temáticas es tan abundante que, para dar cuenta de ella, sería preciso dedicar al tema un artículo o volumen monográfico. Empezar una tarea semejante no solo excede con mucho los objetivos de esta modesta publicación, sino que además se trata de un trabajo realizado ya y con mucho brillo por Enrique González González en su libro *El poder de las letras*, en especial, en los apartados que dedica en esta obra a la revisión crítica de la historiografía sobre las Universidades americanas coloniales (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2017: 109-162) y a ofrecer un listado bastante exhaustivo de la bibliografía relativa a la Universidad de México entre los siglos XVI y XVIII (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2017: 846-907).

repetitivos y sin gran profundidad crítica ni originalidad metodológica.

La nueva historia de las Universidades es, ante todo, una historia social que busca entender el papel de la Universidad y sus profesionales en la interrelación con las distintas instituciones de la sociedad colonial y el complicado juego de poderes que se establecía entre todas ellas, siempre pugnando por mayores cuotas de autonomía o, viceversa, por extender su jurisdicción a otros espacios e instituciones.

Esta historiografía mexicana es también comparativa, en el sentido de que no entiende la Universidad de México como un fenómeno aislado, único y exclusivo, sino que intenta entender la institución comparándola con sus equivalentes europeas y americanas en el Antiguo Régimen. El trabajo que se hace en la UNAM ha llegado en nuestros días a un punto de madurez que permite que vean la luz trabajos amplísimos como *El poder de las letras* de Enrique González, publicado en 2017 (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2017), una síntesis en algo más de novecientas páginas de la investigación precedente sobre las Universidades de la América hispana en el período colonial. Concebida humildemente, como una introducción a las fuentes y bibliografía que todo historiador/a social interesado en cualquiera de los virreinos americanos a lo largo del período colonial debería tomar en consideración como punto de partida, la obra abunda también en juicios críticos sobre la historiografía reseñada y perfila con agudez algunas líneas de investigación que cabría desarrollar para sacar a la historia de las Universidades coloniales de buena parte de Hispanoamérica de su largo letargo.

Tomando como base estas investigaciones para mis propios trabajos, creo que la mirada de la historia institucional y social no agota, sin embargo, todo lo que se puede decir acerca de la Universidad colonial. Para quienes nos ocupamos, preferentemente, de la historia de las ideas jurídicas y teológicas y de la forma en la que surgen, circulan y se transforman, resulta muy importante enfocarse también en el contenido concreto de los libros que, en un determinado momento, se leen y estudian como parte del programa académico de una Universidad y también los que la red de comerciantes del libro o de impresores que suele funcionar en torno a una determinada Universidad produce o pone en venta para satisfacer las demandas del mercado universitario.

Particularidades del contexto académico novohispano frente a la historiografía hispano-céntrica: los inicios de una Universidad y una imprenta misioneras

Para el caso de la Universidad de México, que nace a mediados del siglo XVI, el contenido de estos libros y, en especial, de sus cartas prefatorias, es-

critas por distintos integrantes del cuerpo docente de la Universidad, permite acercarse a la perspectiva en la que los primeros maestros de la Universidad colonial concibieron sus cometidos docentes y la propia función social de la Universidad en el Nuevo Mundo. Como veremos, le atribuyen una serie de funciones muy específicas, distintas de las que, en ese mismo período, resultaban fundamentales en las Universidades de la Vieja Europa, y ligadas al proceso de evangelización o adoctrinamiento en la fe cristiana que apenas comenzaba en México. A partir de los libros escritos por estos primeros maestros de la Universidad de México es posible, de hecho, perfilar la respuesta que ellos mismos dieron a uno de los grandes dilemas de su tiempo: ¿Qué Universidad para el Nuevo Mundo?

En el marco de la historia universitaria tradicional, de corte eurocéntrico, la respuesta que se ha dado a esta pregunta ha sido, a menudo, tan simple como brutal y unidireccional. Las Universidades del Nuevo Mundo serían un mero trasplante o, a lo sumo, una transferencia del modelo de Universidad española, en particular Salamanca, a América. La tesis es muy simple, pero en la medida en que se puede respaldar con un cierto apoyo documental y se trata de una idea que, claramente, honra a España y Salamanca, todavía circula como un lugar común de la historiografía, tanto en la dedicada a la Universidad de México (ABADIE-AICARDI 1996, entre otros muchos trabajos del mismo autor derivados del mismo planteamiento de transferencia entre original y copia) como en las perspectivas más generales sobre las Universidades hispanoamericanas durante la época colonial.

Por ejemplo, en estudios clásicos de Águeda Rodríguez Cruz como *Salmantica docet: la proyección de la Universidad de Salamanca en Hispanoamérica*⁴ o *La historia de las universidades hispanoamericanas. Período hispano* (RODRÍGUEZ CRUZ 1973; 1977) pioneros en muchos sentidos, pero anclados en esta perspectiva hispano-céntrica, se encuentran una y otra vez afirmaciones como la siguiente:

Las constituciones y estatutos de la Alma Mater salmantina animaron la vida académica hispanoamericana. La imitación del modelo salmanticense es raíz fundamental de la filiación salmantina de las universidades hispanoamericanas. Hay reiterada insistencia de la monarquía para que aquellas universidades se ajusten a las prácticas

⁴ Estos libros fueron la base de investigaciones posteriores, editadas y muy bien acogidas en ambos lados del Atlántico, en las que Rodríguez Cruz reiteró las mismas tesis. Con el paso de los años esta pionera de la historiografía fue introduciendo un cierto reconocimiento de los rasgos propios de las Universidades americanas, aunque presentados siempre como reapropiaciones o reinterpretaciones de la tradición salmantina que, solo en contados casos, llegaron a tener cierto grado de originalidad.

de Salamanca. Lo ratifica el papado. Lo reclaman los hijos mismos de Salamanca que pasan a América. El norte era la Universidad salmantina, y la suprema aspiración era asimilarse a ella. Salamanca, “último tribunal de apelaciones”. Cuando se acababan las razones acerca de un modo de proceder, quedaba siempre la última y suprema razón: “Porque así se hace en Salamanca”. La estructura y organización de la Universidad de Salamanca, toda la pedagogía viviente que alienta la normativa universitaria salmantina, y su praxis a lo largo de la historia, fue proyectada en las universidades hispanoamericanas del período hispánico, especialmente en aquéllas que siguieron más de cerca el modelo institucional salmantino, singularmente las universidades de San Marcos de Lima, México y Caracas (RODRÍGUEZ CRUZ 1998: 583-584).

Como decíamos arriba, estas tesis cuentan con un cierto respaldo documental. En efecto, ojeando los primeros Estatutos de la Universidad de México y muchos de los que aprobaron la treintena de Universidades creadas en la América colonial, sobre todo aquellas creadas a lo largo de la primera mitad del siglo XVI y durante la primera mitad del siglo XVII, encontramos frecuentemente un *copy-paste* de figuras, funciones y regulaciones tomadas de los estatutos salmantinos, de los que a veces se toman párrafos enteros.

El problema principal de este enfoque historiográfico es que una historia anclada en la legislación no responde necesariamente a la realidad. El historiador alemán del derecho Thomas Duve, al que ya remitimos anteriormente con respecto al concepto de traducción cultural, viene insistiendo también desde hace algunos años en que una historia de corte legalista y eurocéntrica, que entienda las realidades americanas y asiáticas como el resultado de decretos y decisiones adoptadas en Europa y ejecutadas o copiadas sin más en una especie de realidad periférica extraeuropea, epifenómeno de Salamanca, Coimbra o Bolonia, es plenamente errada. Más que ayudarnos a comprender, este tipo de prejuicios eurocéntricos nos impiden conocer los rasgos particulares de las realidades americanas o asiáticas (DUVE 2012; 2020; 2021).

Para el caso concreto de la Universidad de México en el siglo XVI, hay muchos aspectos sociales, económicos, políticos o religiosos específicos que tener en cuenta y que explican tanto la creación de la Universidad en los albores de la dominación colonial española, como el carácter de la enseñanza que se impartió en la misma y su evolución posterior, relativamente diferenciada del tan invocado modelo salmantino.

¿Por qué la Corona, fundadora de la Universidad de México, se dio cuenta ya a mediados del siglo XVI de que era preciso crear una Universidad en el virreinato novohispano? En la correspondencia entablada a propósito de la

creación de la Universidad entre la Corona, los obispos de México Zumárraga y Montúfar, el virrey Antonio de Mendoza y el Ayuntamiento de la Ciudad de México, y en distintas cédulas regias sobre la materia, que se suceden hasta la expedición de las cédulas de fundación en septiembre de 1551, se encuentran una serie de motivaciones muy específicas y propias de cada uno de los grupos de poder en ese contexto colonial. El contexto colonial es el que le da, de hecho, una marca sustancial, una identidad propia, a la Universidad de México, que no puede ser entendida, de ninguna manera, como una réplica de la Universidad de Salamanca.

Para el clero, en especial el regular, la Universidad de México ha de ser el farol que guíe a los misioneros en la conversión de esos millones de infieles que aguardan a ser indoctrinados en la fe cristiana, algo que no es tarea fácil, pues en el proceso de conversión se plantean mil dudas y dificultades sobre las costumbres de los indígenas y el grado en que, sin violar preceptos fundamentales de la normativa cristiana, se deben tolerar algunas de las tradiciones indígenas.

Este elemento se refleja desde la primera petición para que se cree la Universidad, transmitida por el obispo Zumárraga a la Corona en 1537, petición en la que subraya:

[...] cuan conveniente y aun necesaria cosa es la doctrina en estas partes a donde la fe nuevamente se predica y por consiguiente los errores son muy más dañosos, y donde cada día resultan más dudas y dificultades y no hay universidad de letras a donde recurrir y las desas partes estan tan distantes, que antes que dellas nos podamos informar erramos en lo que habemos de hacer, parece que no hay parte alguna de cristianos donde haya tanta necesidad de una universidad a donde se lean todas las facultades y ciencias y sacra theologia (ZUMÁRRAGA 1537, AGI, Patronato, 183, N.2, R.3, f.2).

Aunque Zumárraga menciona, en general, a todas las facultades y ciencias, la única que es referida de forma explícita es la teología. El clero, por tanto, tiene en mente, ante todo, una Universidad en la que se puedan formar teólogos cualificados encargados de dar una orientación general a los misioneros y resolver sus dudas. A sus consideraciones subyace la perspectiva de que la mayoría del personal misionero, incluso el que viene de España y cuenta con una cierta formación, es un ejército más voluntarioso que instruido. Al llegar a México, los jóvenes novicios, frailes y párrocos se encuentra perdidos, sin poder entender costumbres muy diversas ni atreverse a intervenir en ellas por no contar siquiera con una formación rudimentaria en alguna de las lenguas del país.

Para Zumárraga y los clérigos más lúcidos, resultaba claro desde el comienzo de la evangelización que el tipo de teólogos que se necesitaban en México no iban a salir, en buena parte, de Salamanca. El contexto novohispano no requería tanto de teólogos académicos, sino de teólogos que, habiéndose criado en la tierra, conocieran bien las lenguas y costumbres de sus naturales. Una vez formados, estos teólogos prácticos debían estar en condiciones de valorar costumbres y prácticas locales y realizar intervenciones transformadoras sobre las mismas. La labor que se les encomendaría sería la de ser agentes activos en ese gradual proceso de transformación de las normatividades consuetudinarias prehispánicas que estaba teniendo lugar durante las primeras décadas de instrucción y gobierno pastoral cristiano. En la Universidad de México va a haber, por tanto, al menos en un primer momento, poco lugar para una especulación teológica como la que, en este período, se registra en Salamanca, cuya Facultad de Teología dedica buena parte de sus energías a los comentarios eruditos a Tomás de Aquino⁵. En México se va a privilegiar, en cambio, una teología práctica y orientada a la conversión de los indígenas.

El reflejo de este tipo de teología en la imprenta es muy claro en el caso mexicano, concentrada incluso antes de la creación de la Universidad en la producción de materiales catequéticos. Al mismo tiempo que la creación de una Universidad, Zumárraga pidió a la Corona, de hecho, la creación de una imprenta, logrando que se instalara en la Ciudad de México a finales de los años 30 (RODRÍGUEZ DOMÍNGUEZ 2018). Es la primera de América. Los primeros libros que se publican en esa imprenta, a cargo del italiano Juan Pablo Briscense o Juan Pablos (GARCÍA ICAZBALCETA 1886; SANDAL 2007; GRIFFIN 1991), asociado al potente impresor sevillano Cromberger, son una serie de catecismos elaborados por el propio obispo Zumárraga entre 1539 y 1547 (EGÍO GARCÍA 2020) y constituyen una parte muy importante del complejo proceso de traducción de conocimiento normativo que tiene lugar entre Europa y México a mediados del siglo XVI.

Si volvemos a los grupos de intereses y motivaciones que están detrás de la creación de la Universidad de México en 1551, debemos tener en cuenta que, al margen de los del clero, de naturaleza teológica y misionera, están también los de los vecinos españoles de la Ciudad de México. La creación de la Universidad no se explica, de hecho, si no se tiene en cuenta que el proyecto colonizador español en esta época no es ya el proyecto de factorías que tenía en mente

⁵ Como sucede en el caso de un Domingo Báñez, cuyos comentarios a las distintas partes de la *Summa theologiae*, revisión y compendio sintético de los elaborados por Francisco de Vitoria, Melchor Cano, Mancio de Corpus Christi y otros maestros precedentes de la Facultad de Teología se imprimen en Salamanca y otros lugares de Europa desde 1577 (BÁÑEZ 1586).

Colón en las Antillas, sino un proyecto poblador, llevado a cabo por vecinos que quieren asentarse definitivamente en México, prosperar, obtener oficios en la administración civil y eclesiástica y ennoblecerse, si es posible, propósitos para que los títulos universitarios podían resultar de mucha ayuda. Además, dado que, con las Leyes Nuevas de 1542, no estaba claro que la institución de la encomienda fuera a subsistir por largo tiempo, los vecinos españoles de la Ciudad de México y el virreinato novohispano tenían claro que debían buscar vías alternativas de enriquecimiento al margen de la explotación de la mano de obra de los indios.

La petición de los vecinos de México al rey para que creara una Universidad en la ciudad data de ese mismo año y resulta también interesante detenerse en ella. Se suplica al rey, concretamente:

que haya en esta dicha cibdad universidad de estudio de todas ciencias porque los hijos de los españoles y naturales las aprendan e se ocupen de toda virtud e buenos ejercicios, e salgan e haya letrados de todas facultades, porque de mejor voluntad huelguen de permanecer en la tierra, pues está notorio el mucho inconveniente e gastos que hay si los españoles obiesen de enviar sus hijos a los estudios de España; e para questo se hefectúe su magestad sea servido situar la renta necesaria, porque que de todas ciencias aya cátedras (CUEVAS 1914: 112).

Las ambiciones y propósitos de los vecinos de México son, como vemos, muy distintas a las de los clérigos, no hay ninguna mención explícita ni al desafío evangelizador ni a la sacra teología, sino un deseo muy claro de asentarse y de promoción familiar, así como un cálculo economicista acerca de los costes que implicaría para los pobladores el tener que enviar a sus hijos a hacer estudios en la metrópolis. Además, aunque la petición del Ayuntamiento contempla que la Universidad sea el centro al que acudan los hijos de españoles y naturales, y de hecho así será, pues durante todo el período colonial serán admitidos los hijos de los caciques que puedan costear sus estudios (así como algunos filipinos, japoneses o chinos, llegados desde los confines asiáticos del virreinato de Nueva España, AGUIRRE SALVADOR 2016), la petición a la Corona refleja también un cierto sentimiento de agravio frente al buen tratamiento dispensado a los nobles naturales. Considerando que desde 1533 los hijos de la élite indígena ya recibían formación en Artes y una formación muy básica en teología y medicina en el Colegio franciscano de Tlatelolco, financiado por la Corona, los vecinos españoles recuerdan al rey que “pues para los naturales a sido S. M. servido de proveer e mandarlo así, con mayor razón e justa causa es

justo se haga la dicha merced para los españoles, pues hay tanto número dellos legítimos y naturales” (CUEVAS 1914: 112).

Las dos motivaciones que he reseñado, promoción social y misión, se van a reflejar en la Universidad que se cree una década después de las peticiones de Zumárraga y los vecinos. La Universidad de México de la década de 1550 es muy precaria y, en este sentido, muy americana, reflejo de todas las características de la sociedad en la que nace. No debemos pensar en una segunda Salamanca ni mucho menos, como los compiladores de Constituciones y Estatutos parecían suponer hace unas décadas. Frente al medio centenar de cátedras con que contaba la Universidad de Salamanca en este período y sus más de cinco mil alumnos (RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES 1991: 14-17), la Universidad de México nace con unas pocas decenas de estudiantes (una treintena en sus años iniciales, de los que diez son frailes agustinos a los que Alonso de la Vera Cruz había incentivado a acudir al estudio, PAVÓN ROMERO 2009) y alcanza el centenar en torno a 1580, ocho cátedras y profesores que desertan poco a poco sus lecciones al tener otros oficios y tareas más importantes que atender y recibir las remuneraciones asignadas tarde y mal. No hay en esta primera Universidad de México Facultad de Medicina. La primera cátedra en ser declarada vacante y cerrarse por falta de sustitutos interesados y competentes es la de Instituta o Derecho Civil, algo muy significativo para entender la función eminentemente religiosa que estaba cumpliendo la Universidad a mediados del siglo XVI. Artes y Retórica son también abandonadas muy pronto, a los dos años de entrar la Universidad en funciones, quedando solo una cátedra propedéutica de Gramática. Aunque en menor proporción que en otras Facultades, los inicios de la Facultad de Teología de la Universidad de México son también titubeantes. Entre las causas de inestabilidad figuran los conflictos entre dominicos y agustinos por la provisión de las cátedras.

Las cátedras más estables en este período son, por una parte, las de Decreto y Cánones. Tras el relevo de sus titulares iniciales se estabilizan y quedan concentradas en manos del provisor Mateo Sedeño, licenciado en Salamanca. Los esfuerzos más persistentes por mantener los estudios teológicos corren a cargo de otro bachiller de Salamanca, incorporado como maestro en Artes y Teología (RAMÍREZ GONZÁLEZ 2002: 31), el fraile agustino Alonso de la Vera Cruz, que ocupa una cátedra de Sagrada Escritura transformada al poco tiempo en cátedra de Santo Tomás (RAMÍREZ GONZÁLEZ 2002: 79-80). Cuando él no puede acudir a la cátedra por sus compromisos misioneros, imparte la misma su sustituto, Antonio Isidro. El interés y esfuerzo de los agustinos contrasta con la desidia del dominico Pedro de la Peña, al que se había nombrado catedrático de Prima y que solo llegó a leer su cátedra un año,

antes de ausentarse de la misma definitivamente y sin que se hubiera hallado un sustituto idóneo. Con todo, el esfuerzo conjunto de Sedeño y Vera Cruz, logra salvar a la Universidad, que después de tres años de cursos, empieza a graduar a sus primeros bachilleres a partir de 1557 (PAVÓN ROMERO; RAMÍREZ GONZÁLEZ 1989: 59-66). Como han mostrado Clara Inés Ramírez, Armando Pavón (PAVÓN ROMERO 2001; 2009), Enrique González (GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2016; PAVÓN ROMERO, GONZÁLEZ GONZÁLEZ 2004) y otros especialistas en la Universidad de México del siglo XVI, serán, precisamente, estos bachilleres los que, poco después, se conviertan en los catedráticos estables que necesitaba la Universidad para subsistir en una delicada coyuntura inicial por la que atravesaron también otras Universidades de la América colonial.

El catedrático Alonso de la Vera Cruz, una figura representativa de la función y particularidades de la naciente Universidad de México

El maestro agustino Alonso de la Vera Cruz fue un personaje de gran importancia en el nacimiento y consolidación de la Universidad de México, no solo por su desempeño de cuatro años como catedrático de Santo Tomás y porque, como mencioné, trajera consigo a la mayoría de los alumnos que dieron vida a la Universidad en sus primeros años. También la variedad y amplitud de los temas por los que se interesó y en los que, en cierto modo, se vio obligado a volcar sus esfuerzos, resultan representativas del paradigma del sabio humanista y escolástico de la época. Activo en muchos campos del conocimiento (lógica, filosofía natural, teología, derecho canónico...) (VELASCO GÓMEZ 2009), Vera Cruz ejerció a la perfección un importante papel como puente y vaso comunicante en los complejos procesos de traducción de conocimiento que se dieron entre Europa y México en esta época de descubrimiento mutuo.

Se trata de un personaje que al llegar a México cuenta ya con una amplia formación académica. Tras realizar estudios de Artes en la Universidad de Alcalá a mediados de la década de 1520, estuvo matriculado en la Facultad de Teología de la Universidad de Salamanca entre 1527 y 1532, período en el que fue discípulo del famoso Francisco de Vitoria (RAMÍREZ GONZÁLEZ 2007: 641). En los libros que escribió y publicó originalmente en México, Vera Cruz trae una y otra vez a colación lo aprendido en las clases de Vitoria, sobre todo en materia de teología sacramental. Cuando Vera Cruz se refiere directamente al teólogo dominico, lo suele hacer con grandes elogios, como sucede en diversos pasajes de la obra *Speculum coniugiorum* (*Espejo de casados*), en los que habla

de Vitoria como “el más experto entre los teólogos de su tiempo y sin duda el principal, el maestro Vitoria (mi preceptor en algún tiempo)” (VERA CRUZ 1572: Pars III, Art. 19, 644). Es importante tener en cuenta que, a diferencia de teólogos y canonistas como Martín de Azpilcueta, Antonino de Florencia, Duns Escoto o Adriano VI, a los que Vera Cruz sí cita refiriéndose directamente a partes de sus obras que circulaban impresas, a Francisco de Vitoria lo cita Vera Cruz ya desde la primera edición del *Speculum*, publicada en México en 1556 (VERA CRUZ 1556), de oídas o apoyándose en manuscritos de sus clases, ya que tanto las famosas *Relectiones theologicae* como una epítome de su teología sacramental se publicaron algunos años más tarde (VITORIA 1557; VITORIA; CHAVES 1561).

Con la formación mencionada como principal equipaje, Vera Cruz se embarcó hacia México en 1536 y, según recogen los distintos cronistas agustinos, tomó el hábito de esta Orden mendicante nada más desembarcar (LAZCANO 2007: 27). La primera misión de Vera Cruz, nada más concluir su noviciado, fue la de ir a desempeñar cometidos misioneros en Michoacán, a unos 300 kilómetros de la Ciudad de México, función para cuyo ejercicio debió aprender la lengua purépecha y las costumbres de los naturales.

Teniendo en cuenta su dilatada formación académica, la Orden Agustina designó a Vera Cruz como lector de Artes y Teología del Estudio de Tiripetío, creado en 1541 en uno de los primeros conventos establecidos por los agustinos en Michoacán. Considerando las fechas, se trata de un hito, ya que es el primer colegio o estudio – no Universidad, como erróneamente dice la placa homenaje a Alonso de la Vera Cruz que se encuentra en Tiripetío –, en el que se imparten estudios superiores en el continente americano (RUIZ ZAVALA 1984: 406-409). De hecho, a diferencia de España, por el carácter misionero y evangelizador que predomina en el proyecto de colonización española en esta época, son los conventos y no la Universidad, con una importancia marginal, los que deben ser considerados como las principales instituciones educativas del Virreinato Novohispano en el siglo XVI. Allí reciben su formación la amplia mayoría de los misioneros, que se ejercitan en la práctica de la misión a la par que se forman. Allí se encuentran también las primeras grandes bibliotecas de la colonia, de las que aún hoy en día subsisten importantísimos fondos conventuales. Por ejemplo, aunque las obras más antiguas que atesoró la biblioteca del bellísimo convento agustino de Cuitzeo se encuentran ya resguardadas en fondos bibliográficos más modernos y mejor protegidos, el convento, fundado por Alonso de la Vera Cruz en su primer provincialato a finales de la década de 1540 (RUBIAL GARCÍA 2007: 83) sigue contando con un fondo de libros de los siglos XVII y XVIII. El género de obras que predomina es el correspondiente

a la teología moral, figurando obras como la *Suma de casos de conciencia, con advertencias muy provechosas para confesores*, escrita por Manuel Rodríguez, el Lusitano, e impresa en Salamanca en 1598.

El mismo fraile Alonso de la Vera Cruz llegó a fundar en los cinco trienios en los que se desempeñó como vicario de la provincia agustina de México una treintena de conventos equipados con sus respectivas bibliotecas que él mismo se encargó de proveer de libros (RUBIAL GARCÍA 2007: 83). En la medida en que la Universidad de México, como otras muchas del Antiguo Régimen, reconocía los estudios hechos por los frailes en sus conventos, aunque no acudieran a los cursos de la Universidad, debiendo pasar simplemente en esta un examen y satisfacer las tasas y festejos correspondientes a cada grado, la Universidad mexicana fue durante sus primeras décadas, predominantemente, una especie de ‘armazón’ o ‘cobertura’ institucional encargada de conceder títulos académicos a frailes que no pisaban sus aulas.

Cuando Vera Cruz llega a la docencia universitaria en 1553 ha pasado ya, por tanto, más de una década formando frailes en Tiripetío y otros conventos agustinos de Michoacán, razón que explica que el agustino llegara a la Universidad con materiales ya preparados para sus cursos. Uno de esos materiales es el tratado de teología práctica arriba mencionado, titulado *Speculum coniugiorum* (VERA CRUZ 1556), dedicado al sacramento del matrimonio. Vera Cruz pudo recurrir a él en su cátedra de Santo Tomás como complemento de la *Summa* de Tomás de Aquino, incompleta a partir de la *Tertia pars*. Se trata de una laguna muy importante en el contexto misionero si pensamos en que la *Tertia pars* era aquella en la que el gran teólogo y filósofo medieval estaba abordando las cuestiones relacionadas con la naturaleza y administración de los siete sacramentos. Ante la falta de un material dotado del rigor y la sistematicidad con la que el Aquinate había trabajado otras materias teológicas, en la docencia universitaria de la época se siguió recurriendo al *Cuarto de las Sentencias* de Pedro Lombardo y a sus comentarios tardomedievales (como muestran las perspectivas detalladas sobre los mismos editadas por ROSEMANN 2002-2015) para instruir a los jóvenes clérigos en un sinfín de cuestiones sobre la regulación del matrimonio y otros sacramentos, ritos y prácticas esenciales en la vida del cristiano.

La teología sacramental del *Speculum coniugiorum* (1556): una traducción flexible de la normatividad matrimonial cristiana al contexto novohispano

El que Vera Cruz escribiera un tratado sobre el matrimonio no es casual, ya que uno de los principales dilemas a los que los misioneros tuvieron que enfren-

tarse en América fue, precisamente, la forma de proceder con las costumbres matrimoniales de los indígenas en proceso de cristianización. Desde un enfoque casuístico, Vera Cruz debió pronunciarse sobre la legitimidad absoluta o relativa de tipos de uniones entre hombre y mujer que se daban consuetudinariamente en esa región de Michoacán, en la que los agustinos eran los principales evangelizadores: no solo los clásicos dilemas relacionados con el concubinato, sino también la poligamia nobiliaria, el matrimonio simultáneo o consecutivo con suegra y nuera o la práctica del repudio, muy extendidas entre el pueblo purépecha.

¿Cómo es el proceso de traducción de conocimiento normativo que se da en estos complejos casos matrimoniales? La imagen tradicional es la de unos frailes que llegan e imponen la Biblia y las prácticas cristianas a sangre y fuego. Está muy alejada de la realidad, no porque los agustinos fuesen especialmente piadosos y santos, sino porque carecían, realmente, de los medios coactivos necesarios para imponer de entrada y a rajatabla el cumplimiento de la normatividad cristiana, que debieron introducir de forma progresiva y flexible, en el transcurso de varias generaciones. El desafío al que los misioneros debían responder, tanto en el plano teórico como en el práctico, era inmenso. Era preciso fijar, primero, fronteras claras y coherentes para distinguir las concepciones, prácticas, costumbres y ritos que podían ser tolerados tras la conversión de los paganos americanos al cristianismo de todas aquellas tradiciones absolutamente intolerables y susceptibles de ser erradicadas rápidamente. En un segundo paso, se debían concebir estrategias inteligentes y efectivas que permitieran desarraigar rápidamente las prácticas locales inaceptables y reemplazar también, poco a poco, todas aquellas costumbres americanas que, aunque permisibles en un primer momento, estaban lejos de ser prácticas deseables. La introducción del matrimonio cristiano en la América de la Primera Modernidad es, en todo caso, una problemática extensísima. Remito a los excelentes trabajos de Benedetta Albani (ALBANI 2008; 2009), Federico Aznar Gil (AZNAR GIL 1985; 1986; 1992), Daisy Rípodas Ardanaz (RÍPODAS ARDANAZ 1977) o Pilar Latasa (LATASA 2016; 2019) como perspectivas generales sobre la temática. A su vez, Ana de Zaballa ha profundizado especialmente en los contextos novohispano y michoacano (ZABALLA BEASCOECHEA 2019).

En términos generales, podemos decir que Vera Cruz apuesta por una traducción flexible de la normatividad cristiana al contexto americano, dándole a los frailes un cierto margen de tiempo en el que, mediante ensayo y error, pudieran lograr su propósito de que los indios fueran ‘perfectos’ cristianos (EGÍO GARCÍA 2021). Favorable a una implementación progresiva y no traumática del marco normativo cristiano, Vera Cruz llevó hasta el límite de lo aceptable en la Europa cristiana de su tiempo la capacidad de asimilación

de determinadas costumbres indígenas disonantes. Por ejemplo, las formas de expresar el consentimiento para casarse mediante gestos, practicadas desde tiempos inmemoriales por los purépechas, le parecían totalmente equivalentes a las fórmulas verbales tradicionales en Europa y dignas de conservarse⁶.

Lo que, desde mi punto de vista, resulta más importante en este proceso de traducción de conocimiento normativo que se opera entre Europa y México es, por un lado, su bidireccionalidad, y, por otro, el tremendo impacto que los grandes debates históricos sobre la materia del matrimonio que estaban teniendo lugar en la Europa del momento tuvieron en este proceso de traducción. En este sentido, aunque el *Speculum coniugiorum* es un tratado específicamente concebido para resolver determinados casos maritales que se daban entre los infieles y neófitos del Nuevo Mundo, convergen en él problemáticas como el cisma inglés de 1534, que, como es sabido, tiene una de sus causas esenciales en determinadas cuestiones jurídicas y teológicas relacionadas con el matrimonio. Lo mismo sucede con los ataques de Lutero, Calvino y los reformadores de la Europa continental al celibato de curas y monjes o la centralidad que la Iglesia Romana había concedido tradicionalmente al consentimiento de los esposos como esencia de todo matrimonio auténtico y legítimo, sin que fuera necesaria la autorización paterna para contraer matrimonio.

Podemos dar un par de ejemplos significativos del modo en el que Vera Cruz trabaja sobre este tipo de cuestiones en el *Speculum coniugiorum*, estrechamente relacionadas con otras muchas cuestiones eruditas discutidas desde antaño en la tradición jurídico-canónica. Por ejemplo, intentando defender el carácter sacramental de los matrimonios contraídos por los indios en tiempos de su infidelidad, Vera Cruz procede primero a refutar las doctrinas luteranas y calvinistas contrarias a la sacramentalidad del matrimonio en general. Traduciendo e interpretando esta polémica en el contexto mexicano, fuerza y radicaliza los argumentos católicos para incluir los matrimonios contraídos entre los nativos paganos, realizados fuera de la Iglesia, entre los que, de un cierto modo, debían considerarse sacramentales y otorgadores de gracia⁷. Esta

⁶ “Y así, en cuanto a los indígenas del Nuevo Mundo, no nos sorprendamos de que tuvieran signos determinados (y apenas palabras) puesto que hubo una gran variedad de modos de contraer en varias naciones. Por cierto, entre algunos de la provincia michoacana, que son de otro idioma, había ya la costumbre de que recíprocamente se tocaban la cabeza, sin otro consentimiento exterior. Sin embargo, sea suficiente decir que todas las naciones tienen esta unión natural de varón y mujer. Nos gusta haber aducido estas cosas para probar que entre los habitantes del Nuevo Mundo hay un verdadero matrimonio” (VERA CRUZ, BARP FONTANA 2013: Pars II, Art. 3, 117 [VERA CRUZ 1572: Pars II, Art. 3, 329]).

⁷ “Y en esto gravemente erró Aperilio y el singularmente fiero Lutero (así como en muchas otras cosas), quien dice que el matrimonio no es un sacramento. Y anteriormente los Armenios habían caído en este error que siguió en nuestros tiempos Calvino, quien dijo que nadie había reconocido que el matrimonio es un sacramento, sino hasta los tiempos de Gregorio. Y en esto erraron gravemente, dado que (antes de Gregorio) Ambrosio, Agustín

posición es, obviamente, minoritaria en su época y singulariza la aproximación de Vera Cruz al matrimonio prehispánico.

Los debates sobre la anulación del matrimonio de Enrique VIII de Inglaterra son también traducidos a la hora de evaluar los matrimonios entre consanguíneos habituales en algunas regiones de América. La perspectiva general de Vera Cruz es que si el Papa ha podido dispensar legítimamente del primer grado de afinidad en el caso del matrimonio contraído entre Enrique y Catalina – contra la prohibición explícita de este tipo de matrimonios en *Levítico* 18 – es porque las prohibiciones del Antiguo Testamento ya no están en vigor ni forman parte del derecho divino. Puesto que Cristo no prohibió el matrimonio entre afines, cualquier tipo de prohibición en vigor deriva exclusivamente de disposiciones positivas aprobadas por el Papa o la Iglesia que, en vistas de un bien mayor o una causa urgente, pueden ser derogadas o dispensadas con total legitimidad⁸.

Como en el caso de la sacramentalidad del matrimonio, Vera Cruz aprovecha la herida abierta por el cisma inglés para llevar los argumentos bastante más lejos de lo usual. En este sentido, de acuerdo a su opinión, no solo las prohibiciones relativas a la afinidad, sino también las que tenían que ver con la consanguinidad horizontal, habían dejado de ser parte del derecho divino desde el advenimiento de Cristo y podían ser derogadas o dispensadas. Para el agustino, de hecho, solo el matrimonio entre padres e hijos – claramente contrario al derecho natural y divino – debía ser prohibido absolutamente, mientras que el matrimonio entre hermanos – por ejemplo, los llamativos matrimonios contraídos entre hermanos gemelos o mellizos, que no se practicaban en Michoacán o México, pero resultaban costumbre entre la nobleza incaica del Perú – podían ser tolerados y mantenerse tras la conversión de los esposos a la religión cristiana⁹.

y otros varones clásicos aseveraron que el matrimonio es un sacramento. Y acerca de esto, véanse nuestras *Resoluciones Theologicae* (in 4). En contra de la objeción citada, digo que así como el matrimonio de los infieles es un sacramento, también confiere la gracia” (VERA CRUZ, BARP FONTANA 2013: Pars II, Art. 35, 487 [VERA CRUZ 1572: Pars II, Art. 35, 516]).

⁸ “Y que pudo hacerse la dispensa en aquel caso del rey de Inglaterra, está definido por Clemente VII en contra de los Parisienses. Véase a Castro (*De lege poenali*, lib.I, c c l 12). Y esta es una gran concesión y muy necesaria en cuanto al fuero de la conciencia en los casos más graves, inclusive después del Concilio Tridentino. En efecto, dado que todos los privilegios de los religiosos, acerca de aquellas cosas que se oponen a las definiciones del Concilio, están confirmados *motu proprio* por el santísimo Papa Pío V y, dado que esta dispensa en cuanto al foro interno no está eliminada por el Concilio, los religiosos podrán usarla sobre todo en el Nuevo Mundo, donde están especialmente dadas y concedidas algunas cosas que en el Viejo Mundo no están permitidas y no son tan necesarias” (VERA CRUZ, BARP FONTANA: Pars II, Art. 27, 405 [VERA CRUZ 1572: Pars II, Art. 27, 475]).

⁹ “Análogamente, se dice en la provincia del Perú (aunque no en todo lugar) entre los príncipes denominados Incas, entre quienes los hermanos uterinos se unen en matrimonio entre sí. Y esto no se considera como un vicio. Y no encontramos esta costumbre o uso en la provincia michoacana y tampoco en la mexicana. Sin

El proceso de traducción de conocimiento normativo operado por Alonso de la Vera Cruz no es unilateral, ya que no solo se reinterpretan y aplican las conclusiones de debates europeos a los novedosísimos y muy específicos casos americanos o se aplica a éstos una determinada norma o doctrina universal de la Iglesia. En el plano metodológico, la lógica casuística toma, a menudo, la dirección contraria: partiendo de un caso muy específico del que se han tenido noticias en Michoacán, México o Perú, Vera Cruz acaba forjando normas universales y patrones de juicio aplicables no solo al caso del que partía o a un determinado pueblo, sino a cualquier fiel o neófito en cualquier lugar del mundo.

Aunque, por razones de espacio, no hemos podido profundizar en este artículo en la historia de la circulación del *Speculum coniugiorum* y otras obras de Vera Cruz, así como del eco que tuvieron en la producción escrita en los contextos académicos y misioneros durante la Edad Moderna, cabe subrayar que la historia del libro tiene también mucho que decir para entender la doble dirección en que se da este proceso de traducción de conocimiento normativo. No hablamos solo de libros europeos que se llevan a México y de frailes europeos que, leyendo estos libros, los interpretan y aplican allí, sino que la traducción se da en los dos sentidos. A su regreso a España, veinticinco años después de haber llegado como misionero a Michoacán, Vera Cruz preparó y supervisó dos ediciones corregidas y ampliadas de su obra, llevando a cabo su reedición en los que, en ese momento, eran los dos grandes centros universitarios y del saber en España: Salamanca (VERA CRUZ 1562) y Alcalá (VERA CRUZ 1572). Esta última edición fue sistemáticamente revisada para adaptar el contenido del libro al recientemente concluido Concilio de Trento. Aunque Vera Cruz envió a México muchos de los libros impresos, algunos se quedaron en España o circularon por una Europa que, rápidamente, ‘descubría’ las insólitas, aunque razonables, costumbres matrimoniales de los purépechas.

Aunque no llegó a tratarse de un best-seller equiparable a obras como el *De sancto matrimonii sacramento* del jesuita Tomás Sánchez (1601-1605), la obra de Vera Cruz sobre los indígenas purépecha llegó incluso a editarse en Milán, donde fue impresa a finales del siglo XVI (VERA CRUZ 1599). Esta edición milanesa es sumamente importante en la medida en que atestigua, por un lado, el enorme interés que despertaron en el mundo católico las costumbres de parentesco de los

embargo, si se encontrase en alguna provincia, el matrimonio sería verdadero y no deberían ser separados, si se convirtiesen [...]. En efecto, en contra de tales preceptos del derecho natural, puede prevalecer la costumbre o la ley. Luego se sigue que, donde existiese la costumbre, el matrimonio sería legítimo [...]. Y así, aquellos que dicen que estaba prohibido por el derecho natural que los hermanos se unan, como dice Soto (lib. 2. *De iustitia et iure*, q. 3. art. 1. et 8), hay que entender que se refieren al segundo grado del derecho natural y no al el primero” (VERA CRUZ, BARP FONTANA 2013: Pars II, Art. 22, 337-339 [VERA CRUZ 1572: Pars II, Art. 22, 440-441]).

pueblos paganos hallados recientemente en ultramar y las experiencias realizadas por los misioneros. Por otra parte, la edición transalpina prueba también como algunos de estos humildes misioneros, pese a trabajar al margen de las grandes Facultades de Teología de la época (Salamanca, Alcalá, Coimbra, ...) consiguieron hacer oír su voz y perspectivas normativas en el mismo centro del mundo cristiano. Tomando como campo experiencial las costumbres matrimoniales purépechas y nahuas, que tan extrañas podían resultar para los lectores europeos, Alonso de la Vera Cruz forja en su *Speculum* criterios universales llamados a influir mucho más allá del virreinato novohispano. Tanto que, Giovanni Battista Piccaglia, su editor italiano en las postrimerías del siglo XVI, justifica la reedición póstuma del tratado considerándolo una lectura utilísima para el Cardenal Flaminio Piatto, jurista y auditor del Tribunal de la Rota romana al que dedica la obra y, en general, para que el clero milanés pudiera resolver muchas de las problemáticas implicadas en la compleja materia del matrimonio:

Muchos otros igualmente doctos han apoyado sus propias opiniones en las de él [Vera Cruz], recurriendo a ellas a menudo; Martín de Azpilcueta el Doctor Navarro, Pedro de Ledesma de la Orden de Predicadores, quien escribió sobre el matrimonio recientemente; Enrique Enríquez de la Compañía de Jesús en el tomo primero de su *Theologiae Moralis* y otros muchos. Al darme cuenta de que no se había editado aún a este autor fuera de España, me propuse hacer conocer su erudición a los doctos, en especial, a los doctores en derecho y teología que se encargan de explicar las dificultades de los casos de conciencia en el Arzobispado. Con lo cual, esperando que fuera de gran utilidad para el clero milanés, revisé la obra con gran cuidado e, invirtiendo no poco dinero, procuré también que fuera revisado por hombres no poco eruditos. Finalmente, quise que se publicara en mi imprenta dedicado a ti, de forma que iluminado por tu luz púrpura, la obra dé claridad a las mentes de los párrocos de nuestra patria en la resolución de los difíciles casos que se plantean a la hora de contraer matrimonio (VERA CRUZ, 1599: [s.p.])¹⁰.

Elementos como los arriba apuntados contribuyeron a que la normatividad desarrollada por Vera Cruz y los agustinos en México alcanzara una influencia global. Presentaremos en próximas publicaciones los resultados de una búsqueda exhaustiva de las referencias al *Speculum coniugiorum* y los debates michoacanos en los tratados sobre el matrimonio que Tomás Sánchez y otros autores publicaron en décadas posteriores.

¹⁰ Traducción propia.

El *cursus artium* de Vera Cruz (1554-57): rudimentos de una lógica y una filosofía natural ancilares, al servicio de la teología misionera

La triple edición México, Salamanca, Alcalá se da también en el resto de obras que Alonso de la Vera Cruz hizo imprimir a lo largo de su vida. Al mismo tiempo, su esfuerzo por mantener los estudios teológicos en la Universidad de México se vio acompañado por un mismo compromiso, muy significativo, con respecto a la Facultad de Artes. Aunque fray Alonso no llegó a enseñar Artes en la Universidad, sí las había enseñado con anterioridad en Tiripetío y otros colegios conventuales de los agustinos y tenía materiales preparados para la enseñanza de las varias materias correspondientes al trienio de artes. Por ello, aprovechó el tiempo en el que estaba residiendo en la Ciudad de México como catedrático (a partir de 1553) para redactar y hacer imprimir en la imprenta de Juan Pablos un Curso de Artes entero compuesto por una lógica formal o menor (*Recognitio summularum*, VERA CRUZ 1554a) y una lógica mayor o dialéctica (*Dialectica resolutio*, VERA CRUZ 1554b).

Ambas obras se publicaron en 1554, apenas unos meses después de que la Universidad de México comenzara sus actividades. Vera Cruz completó su curso de Artes con una filosofía natural (*Physica speculatio*, VERA CRUZ 1557) publicada tres años más tarde. Los tres escritos mencionados se inspiran fuertemente en Aristóteles. Consisten de hecho, parcialmente, en comentarios a la *Physica* y a los escritos lógicos del Estagirita y pueden considerarse, por ello, como vehículos de introducción del pensamiento del gran filósofo griego a América. Ahora bien, a diferencia de la mayoría de cursos de filosofía natural que se dictaban y se publicaban en esta época, Vera Cruz no se limitó a repetir y comentar los famosos tratados aristotélicos, sino que incorporó sus propias investigaciones físicas y astronómicas, realizadas de forma directa en territorio mexicano. Vera Cruz no muestra, por cierto, ningún miedo a corregir a Aristóteles cuando esta experiencia personal y los muchos hallazgos físicos o cosmográficos que habían tenido lugar en la época de los descubrimientos contradecían abiertamente el testimonio y la doctrina del Filósofo¹¹.

Las investigaciones de Alonso de la Vera Cruz en el campo físico y geográfico

¹¹ “Además, la parte principal de la Tierra (que se llama zona tórrida) no es habitable. Resulta patente por el demasiado calor, porque siempre por ella circula el Sol, y la tiene adusta, como enseña Aristóteles en *Los Meteoros*. En último lugar, la zona que va desde el Trópico de Capricornio hasta el Círculo Antártico no es habitable. Resulta patente por Tolomeo, que prueba que en esa zona, en el verano, hay demasiado calor, a causa de que el Sol está más cerca de la Tierra, porque [está] en lo opuesto del auge, y en el invierno hay un frío intensísimo, porque el Sol está en el auge demasiado alejado de la Tierra y los hombres no pueden vivir por el frío. En contrario está que por 3 zonas está habitada, como consta por la experiencia” (VERA CRUZ; BEUCHOT PUENTE 2012: 122-123 [VERA CRUZ 1557: 369]).

fueron de un alcance tremendo, ya que junto a su discípulo, el también agustino Martín de Rada, con quien coincidió en México entre 1557 y 1563, logró hallar el derrotero a seguir por las flotas que se dirigían a Filipinas – la parte más oriental del virreinato de Nueva España entre los siglos XVI y XVIII – y medir con exactitud los grados de longitud y latitud del archipiélago filipino y su distancia con respecto a México, una auténtica revolución para la geografía y el arte de navegar de esta época. La gran sinóloga Dolors Foch encontró en la Biblioteca Nacional de París hace unos años las cartas cruzadas entre Alonso de la Vera Cruz y las editó, demostrando que desde mediados del siglo XVI ambos frailes estaban trabajando no solo con las tablas astronómicas alfonsinas – que basadas en la obra de Ptolomeo, habían sido reelaboradas por los árabes y traducidas al castellano por la Escuela de Traductores de Toledo en el siglo XIII –, sino también con las pruténicas¹², resultado de los cálculos hechos por Copérnico (COPÉRNICO 1543) y Erasmus Reinhold (REINHOLD 1551) a partir de una perspectiva heliocéntrica (FOLCH 2021: 175-176). Copérnico también aparece mencionado explícitamente en el texto de la *Phisica speculatio* desde la edición salmantina de 1569¹³. Cabe subrayar que la fecha en la que los agustinos hispanos adoptan este marcado copernicanismo práctico es, realmente, muy temprana. Pensemos en que, por estas fechas, el famoso Galileo Galilei (1564-1642), que años más tarde culminará el llamado giro copernicano, era aún un niño.

Tanto la parte teológica y jurídico-canónica de la obra impresa de Vera Cruz, como la derivada de su actividad como docente e ‘investigador’ en varias de las disciplinas de Artes muestran la complejidad, singularidad y riqueza de facetas del pensamiento de este ‘salmantino novohispano’. En el ámbito cosmográfico, el tremendo impacto práctico del copernicanismo en tierras americanas y así-

¹² En una carta dirigida desde Calompit a Alonso de la Vera Cruz el 3 de junio de 1576, Martín de Rada se lamenta por haber perdido muchos de sus libros en un naufragio, habiendo conservado tan solo “de geometria a Euclides y Archymedes, de astronomia a Ptolomeo y Copernico, de perspectiva Vitellio, de judiciaria Hali aben Ragel. Tengo tambien el Libro de triangulis y las direcciones de Monte Regio, y el Ephemerides de Cipriano Leovitio, y las tablas alphonsinas y prutenicas”, BNF, Fonds Espagnol, M F 13184, 325.7, ff. 35–36.

¹³ “Sabemos como algo conocido ciertamente que el año 1565 nuestros españoles llegaron a la isla de Cebú; a ella navegó Miguel López del Gazpi, de noble gente cantábrica y general de toda la flota que de la Nueva España, desde el puerto que se llama de la Navidad hacia las partes occidentales, y llegó a las que llaman Islas Filipinas; después de una larga navegación, arribó a la isla de Cebú y, reposando allí mismo, seleccionó, por mandato de la regia magestad, a varones peritísimos en el arte: el reverendo padre fray Martín de Rada, singularmente docto en astrología, y el reverendo padre fray Andrés de Urdaneta, del cual hicimos mención arriba, eminentísimo en cosmografía y la pericia de navegar, de la orden de los Ermitaños de San Agustín, con otros de la misma orden: fray Diego de Herrera y fray Andrés de Aguirre, varones probadísimos en la navegación y detección de islas, donde abundan los aromas, para evangelizar a aquellas gentes desconocidas. Fue conocida, digo, cuánta es la longitud desde la ciudad de Toledo (que está en una elevación de 40 grados) hasta la isla de Cebú, la cual está en una elevación de 10 grados al Septentrión, de modo que es una longitud de 216 grados y 15 minutos, según las tablas Alfonsinas, y, según el neotérico Copérnico. Es una longitud de 215 grados y 15 minutos, [...]” (VERA CRUZ; BEUCHOT PUENTE 2012: 156 [VERA CRUZ 1569: 234]).

ticas que nos revela su obra puede y debe leerse en continuidad con la inclusión del *De revolutionibus* de Copernico en el currículo de la Facultad de Artes de la Universidad de Salamanca, acaecida en 1561¹⁴, aunque algunos historiadores de la ciencia hayan tendido a interpretar esta reforma curricular como un mero gesto sin realización práctica e implicaciones concretas (NAVARRO BROTONS 1995: 59). Ahora bien, al igual que una continuidad con Salamanca, el Curso de Artes que Vera Cruz hizo imprimir pensando, fundamentalmente, en las singularidades de los contextos académicos novohispanos (la recién creada Universidad de México y los colegios de las órdenes religiosas) nos muestra también un sinfín de rasgos propios en un tipo de producción intelectual muy particular y localizada y que, difícilmente, podría ser reducida a la condición de mera copia o eco de lo que se debatía o publicaba en Salamanca.

La vida intelectual en las distintas Facultades de la incipiente Universidad de México, de la que Vera Cruz fue un representante destacado, contrasta con el ‘salmantinismo’ de sus propios Estatutos – tomados como clave explicativa casi única en las perspectivas más hispano-céntricas –, que, a la hora de fijar el contenido y los libros de texto obligatorios para las cátedras que se impartían en México, estipulaba que en materia de artes se siguiese el Curso de Domingo de Soto (RAMÍREZ GONZÁLEZ 2002: 30).

Aunque está aún por dilucidarse que grado de penetración en la docencia universitaria pudo llegar a tener el Curso de Artes de Vera Cruz, los fondos antiguos conformados por los restos de antiguas bibliotecas conventuales¹⁵ permiten dar fe de la amplia presencia del mismo en los estudios de las órdenes

¹⁴ Donde se contemplaba como alternativa a la cosmografía ptolemaica. “1. En la Cathedra de Astrologia, el primer año se lea en los ocho meses Esphera y Theóricas de planetas, y unas Tablas; en la sustitución, Astrolabio. 2. El segundo año, seys libros de Euclides y Arithmética, hasta las raizes cuadradas y cúbicas, y el Almagesto de Ptolomeo, o su Epítome de Monte Regio, o Geber, o Copernico, al voto de los oyentes; en la sustitución, la Esphera. 3. El tercero año, Cosmographía, o Geografía, vn introductorio de Judiciaria y Perspectiua, o un instrumento al voto de los oyentes; en la sustitución lo que pareciere al cathedrático comunicado con el Rector” (UNIVERSIDAD DE SALAMANCA 1561: 25v-26r). Estos *Estatutos* conservaron su vigencia algunas décadas, siendo reimpresos, por ejemplo, en 1584. Por otro lado, aunque la Universidad de Salamanca adoptó un nuevo marco estatutario en 1594, Copérnico no desapareció del currículo de la Facultad de Artes, donde se mantuvo incluso tras la condena dictada por la Inquisición romana en 1616. Se puede ver el nombre del cosmógrafo polaco, en efecto, en la reimpresión de los *Estatutos* de 1594 que se publicó en 1624 (BUSTOS TOVAR 1973: 245, 249).

¹⁵ Como los que, en 1933, se llevaron de Cuitzeo al Museo Regional Michoacano (FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA 1953: 134-135) y, de ahí, pasaron al Museo de Sitio Casa de Morelos. Se encuentra entre ellos un Curso de Artes completo de Alonso de la Vera Cruz, con muchas marcas de uso y muestras de haber sido empleado, en concreto, para fines docentes. Se trata de un tomo único en el que están encuadernadas las siguientes ediciones de las obras de Vera Cruz: *Resolutio dialectica cum textu Aristotelis*. Salamanca: Vicente y Simón de Portonariis (eds.), Juan Bautista de Terranova (imp.), 1573; *Physica speculatio*. Salamanca: Simón de Portonariis (ed.), Juan Bautista de Terranova (imp.), 1573; *Recognitio summularum*. Salamanca: Juan Bautista de Terranova, 1572. Biblioteca del Museo de Sitio Casa de Morelos, Morelia, 57272, 57273, 57274.

en México, con una lógica preponderancia en los colegios agustinos. El curso del gran Domingo de Soto encontró, por tanto, bastante pronto, un competidor o alternativa ‘americana’ en el *cursus artium* de Vera Cruz. Teniendo en cuenta que los tres tratados que lo componen fueron editados en tres ocasiones en Salamanca en las décadas de los 60 y los 70 (tras la *princeps* mexicana de la década de los 50, tanto la *Phisica speculatio* como la *Recognitio summularum* y la *Dialectica Resolutio* fueron editadas en Salamanca en 1562, 1569 y 1573, TORCHIA ESTRADA 2004-2005: 151), puede afirmarse al menos como hipótesis que los manuales de Vera Cruz representaron una alternativa a la ‘hegemonía’ de Soto en el ámbito de las Artes.

Para contrastar esta hipótesis es necesario, sin embargo, un trabajo mucho más profundo sobre fondos bibliográficos antiguos europeos y americanos, así como una revisión exhaustiva de materiales manuscritos empleados por docentes y alumnos para estudiar y preparar sus clases. Resta, como decimos, mucho trabajo por hacer para poder sopesar con rigor el peso que uno y otro pudieron llegar a tener en su tiempo y considerar en qué medida sería necesario introducir matices a la tradicional perspectiva historiográfica según la cual durante el siglo XVI “las obras de Domingo de Soto sobre lógica y física fueron utilizadas como base de la enseñanza de la filosofía en la ciudad del Tormes” (ORREGO 2014: 149) y en el conjunto de instituciones educativas de la América colonial. Mientras que una parte de la historiografía parece conformarse aún con repetir una serie de juicios historiográficos sumarios en los que los maestros de artes americanos aparecen como meros epígonos de Soto, perfilando también un panorama académico americano en total “dependencia de Salamanca”¹⁶, perspectivas más detalladas y basadas en un estudio directo de los textos de Vera Cruz y otros maestros de artes en Nueva España muestran la existencia de discrepancias significativas con Soto y otros maestros académicos parisinos o salmantinos. Para entender la función y características específicas de la Universidad y colegios coloniales resulta muy interesante que estas críticas no tengan que ver tanto con el contenido de las obras de filosofía natural o lógica, sino que se traten, más bien, de críticas “de índole didáctica

¹⁶ “Los presupuestos de Francisco de Vitoria, Domingo de Soto, Diego de Covarrubias, etc., quedaron fijados a través del trabajo directo de sus discípulos. Por tanto, influirán en los legisladores, gobernantes, misioneros, universidades y escuelas [...]. Otro dato clave para ver la dependencia de Salamanca se encuentra en los planes de estudio; así en Artes se estudiaban las *Summulae* de Domingo de Soto y en Teología se seguía la *Summa Theologiae* de santo Tomás como había logrado imponer Francisco de Vitoria en Salamanca pocos años antes. Hay que tener en cuenta que la Teología de Salamanca se expande a otras Universidades españolas y europeas y constituye una renovación teológica de primera magnitud. Para la obtención de grados los alumnos estudiaban dos años y medio de Artes según el curso de Domingo de Soto, y cuatro de Teología para el título de esta Facultad” (MARTÍN HERNÁNDEZ, MARTÍN DE LA HOZ 2011: 116).

y pedagógica”, como la que Vera Cruz realiza a Soto por haber conservado en estos manuales para estudiantes “tratados sobre las obligaciones y los insolubles, temas que por su dificultad y nivel de sofisticación no son accesibles a quien apenas se inicia en la lógica” (CAMPOS BENÍTEZ 2000: 12).

Algunos de los principales especialistas en la lógica novohispana rescataron ya hace algunas décadas pasajes muy contundentes en la *Recognitio summularum* (1554) de Vera Cruz que reflejan un distanciamiento notable con respecto a los enfoques pedagógicos de Soto y otros grandes maestros europeos, propios de una escolástica más prolija, abstrusa y académica:

No me parece necesario presentar aquí todo lo que Enzinas, Coeto, Soto, Espinosa, Naveros, Esbarroya, Coronel y otros hombres del mismo tipo traen a colación. Puesto que nuestro siglo tiende a otra dirección y, dejando atrás un período de decadencia, se ve otra vez una tendencia a la renovación en estas sùmulas y sofismas y a la sobriedad del saber. Se prescinde por ello de todo lo que no resulta central ya que no merece la pena (VERA CRUZ 1554a: f. 23v [traducción propia]).

Y, más adelante, distanciándose de la forma en la que estos “summulistae” se adentraban en un sinfín de detalles sobre temas como las proposiciones de oposición, sobre las que argumentaban “ad nauseam”:

Pero en toda esta materia de las oposiciones, que es tratada de forma demasiado prolija y hasta la náusea por los sumulistas, nosotros aplicamos la siguiente consideración: reordenamos los elementos superfluos para no pasar por alto los aspectos más necesarios. Presentamos algunos argumentos que sirven a los que practican los tyrones en la dialéctica, y para declarar con más amplitud lo ya dicho. Los que quieran perder tiempo leyendo mucho sobre este tema, lean el Libro de las oposiciones de Enzinas (el primero de sus tratados) y también a Esbarroya y al maestro Soto (VERA CRUZ 1554a: ff. 30v-31r [traducción propia]).

Una tendencia muy extendida en la historiografía ha sido la de entender estas críticas pedagógicas a Soto y otros coetáneos como una muestra del “humanistic stand” hacia el que se inclinaba Vera Cruz. Desde estos postulados, se han venido proyectando recurrentemente sobre Vera Cruz – y otros maestros activos en el México colonial – una pléyade de categorías historiográficas (medievo, escolástica, Renacimiento, humanismo...) que han llevado a identificar como “main concern” de su trabajo “to eradicate those shortcomings of the scholastics that had caused the most violent disapproval among the new thinkers of the Renaissance” (BEUCHOT PUENTE 1988: 851).

Ahora bien, si ponemos en suspenso este tipo de categorías historiográficas y pensamos en el contexto concreto en el que trabajaba Vera Cruz a la hora de redactar estos manualitos de lógica desde los conventos misioneros de Tiripetío, Tacámbaro o Atotonilco, podemos encontrar una explicación mucho más natural, sencilla y rigurosa (en términos históricos) a su distanciamiento con Soto y otros grandes maestros de la Europa de su tiempo. Vera Cruz pretendía aportar, básicamente, claridad y brevedad, a unas materias que Soto y otros maestros españoles solían enseñar de forma más docta y recogiendo muchísimas opiniones clásicas. Las particularidades del contexto misionero americano hacían que este enfoque que hoy llamaríamos docto y academicista resultara inadecuado: en efecto, los estudiantes, ante todo, novicios y misioneros, tenían que pasar rápidamente por este tipo de materias para llegar cuanto antes a la teología y al derecho canónico. Esto es algo que Vera Cruz explicita en sus obras de lógica, justificando su carácter pragmático. Lo vemos, por ejemplo, en la carta con la que Alonso dedica su segundo tratado lógico, la *Dialectica resolutio* (1554) a la propia Universidad de México:

Como frecuentemente meditara conmigo mismo, excelentísimo rector, clarísimos doctores y eminentísimos maestros, a quién dedicar mi *Resolución dialéctica*, para utilidad de aquellos que anhelan alcanzar en breve la verdadera sabiduría y la Teología, reina de las ciencias, de un instante a otro vinieron a mi mente este vuestro auspiciadísimo Colegio y Universidad, hace poco edificada [...]. Por lo cual gustosamente os dedico, distinguidísimos doctores, este pequeño trabajo sobre dialéctica aristotélica, que compusimos en otro tiempo cuando la enseñábamos. En adelante este vuestro ubérrimo gimnasio de las artes liberales, fundado con afortunadísimos auspicios, ojalá posea un ajuar de libros, a fin de que los pululantes ingenios de los jovencitos puedan ejercitarse y así, al contender en sus disertaciones públicas, alcanzar prontamente el madurísimo fruto de la Teología. No ignoro que hay quienes han expuesto grandes temas sobre este tipo de dialéctica, que evocan como magnífica; y sin embargo, las cosas que podrían fácilmente ser aprendidas sin pérdida de tiempo (cual nada mejor), las trataron prolijamente, porque incluyeron muchas cosas superfluas, o demasiado difíciles y por encima de la capacidad de los jóvenes. Por tanto, nosotros (así como lo hicimos en las sùmulas) optamos por esta solución: reunir en un solo tratado lo útil y lo necesario sobre los predicables, los predicamentos y los posteriores (VERA CRUZ; ROMERO CORA 2009: 5 [VERA CRUZ 1557: Prologus, s. f.]).

Encontramos también en la *Dialectica resolutio* la misma concepción de la dialéctica y la lógica en general como un saber ancilar y meramente instrumental

de la teología, radicalizada en el contexto misionero, en otros pasajes obviados por los especialistas arriba mencionados. Alonso de la Vera Cruz muestra en estos pasajes – toda una declaración de intenciones –, la firme intención de no permitir que sus alumnos se extraviaran con los cantos de sirena de las interminables disputas entre lógicos y, convirtiéndose ellos mismos en “ignorantísimos y garrulos sofistas”, no llegaran a alcanzar nunca la “luz de la verdad”, cuya fuente radicaba exclusivamente en la teología (VERA CRUZ 1554: 24r).

Esta concepción puramente auxiliar de la lógica y, en general, de las artes, encuentra un correlato institucional en el hecho de que durante los cinco primeros años de vida de la Universidad de México – justo el período en que Vera Cruz hizo imprimir sus obras – solo se impartieran con una cierta regularidad las cátedras de derecho canónico y la de teología impartida por Alonso de la Vera Cruz y su compañero de orden Antonio Isidro, mientras que las artes solo contaron con una cátedra propedéutica de gramática latina. Cabe subrayar, además, que esta cátedra ni siquiera estaba integrada en una Facultad de Artes propiamente dicha, que en esta época existía únicamente sobre el papel.

Si volvemos de nuevo a los escritos de Vera Cruz sobre filosofía natural observamos una dinámica semejante. Alonso de la Vera Cruz intenta ahorrar a sus alumnos misioneros largas disquisiciones especulativas sobre cuestiones como la proporción de los movimientos y los móviles o el triple movimiento que, según reconoce, ni siquiera él mismo ha podido comprender en largas noches de estudio:

Ciertamente, entre los frutos del más suave aroma y a la vez justamente considerados del más elevado valor, que nacen de la física, hay, empero, llenas de espinas, tal congerie y maraña de cuestiones y argumentos, que han denigrado la preciosa ciencia de la naturaleza hasta por fin enturbiarla, oscurecerla por entero y tornarla odiosa. Tanto se ha insinuado aquella farsa y tradición afectada de sofistas, tanto ha violentado los términos constituidos, que ha venido a ponerse al frente la que debía de haber sido simple esclava. Quién, en efecto, no padecerá dolor alguno en el alma, al saber cuánta pérdida de tiempo – por encima del cual no hay nada más valioso –, hayan los adolescentes, cuántas obras quedan diferidas y cuánto aceite se consume, al tratar aquellas teorías que, con multiplicados argumentos, se suceden unas tras de otras acerca del “máximo” y “mínimo” natural; al volver a aquello que difusamente y en valde trata el Calculador; y, en fin, al encontrarse con todo lo que, a modo de sofisma, se propone sobre la proporción y comparación mutua de lo que posee movimiento y lo que es sujeto paciente del movimiento?; y, para sumarlo todo en una sola sentencia, pregunto si acaso habrá alguien a quien le aprovechen, cuantas ideas ha fabricado Álvaro Tomás acerca del triple movimiento; por cuanto concierne a mi

persona, en verdad, afirmo que, de tales invenciones, únicamente podemos aseverar que, laborando durante toda la noche, nada hemos comprendido (VERA CRUZ; ROMERO CORA 2015: 23 [VERA CRUZ 1557: Prologus, s. f.]).

Vera Cruz se decanta, en cambio, por complementar los manuales al uso con contenidos que les serían más útiles en el futuro: por ejemplo, actualizadísimas descripciones climáticas o geográficas del continente americano, así como de las principales rutas de navegación que deberían surcar quizás, ellos mismos, en futuros trasiegos entre los reinos ultramarinos o entre España y el Nuevo Mundo. Estos aportes realmente particulares y genuinos se destacan en la portada del libro desde la edición salmantina de 1569 (VERA CRUZ 1569). Vera Cruz hace un guiño, de esta forma, a las razones prácticas que habían convertido su *Phisica* en una obra exitosa y se mostraba dispuesto a seguir profundizando en las informaciones que los lectores de este tipo de textos esperaban recabar en el siglo de las grandes navegaciones.

Los conocimientos inéditos derivados de la larga estancia y acopio de experiencias de Vera Cruz en el Nuevo Mundo viajarán también a Europa gracias a las ediciones salmantinas y complutenses de su *cursus artium*. Esta transferencia de textos e ideas posibilitó que los estudiantes ibéricos y europeos pudieran estudiar también una filosofía natural renovada y, ciertamente, ‘americanizada’, aunque está aún por realizarse un estudio exhaustivo de su circulación y del grado real de influencia que los libros de Vera Cruz – y otros maestros de Artes activos en los contextos americanos o asiáticos – llegaron a tener en la filosofía natural elaborada en el Viejo Continente.

Fuentes

BÁÑEZ, Domingo (1586). *Commentaria in Secundam Secundae*. Venecia: Bernardo Giunta.

COPERNICO, Nicolás (1543). *De revolutionibus orbium coelestium*. Nürnberg: Johannes Petreius.

GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín (1886). *Bibliografía mexicana del siglo XVI; primera parte: catálogo razonado de libros impresos en México de 1539 a 1600 con biografías de autores y otras ilustraciones, precedido de una noticia acerca de la introducción de la imprenta en México*. México: Librería de Andrade y Morales.

REINHOLD, Erasmus (1551). *Prutenicae tabulae coelestium motuum*. Tübingen: Ulrich Morhad.

- UNIVERSIDAD DE SALAMANCA (1561). *Estatutos hechos por la muy insigne Vniuersidad de Salamanca*. Salamanca: Juan María de Terranova.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1554a). *Recognitio summularum*. México: Juan Pablo Bricense.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1554b). *Dialectica resolutio*. México: Juan Pablo Bricense.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1556). *Speculum coniugiorum aeditum per R. P. F. Illephonsum a Vera Cruce Instituti Haeremitarum Sancti Augustini, artium ac sacrae Theologiae doctorem, cathedraeque primariae in inclyta Mexicana academia moderatorem*. México: Juan Pablo Bricense.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1557). *Phisica speculatio*. México: Juan Pablo Bricense.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1562). *Speculum coniugiorum ad modum R. P. F. Illephonsi a Vera Cruce Sacri ordinis Eremitarum S. Augustini, bonarum artium, ac sacrae Theologiae Magistri, moderatorisque; Cathedrae Primariae in Universitate Mexicana in partibus Indiarum maris Oceani: & Provincialis eiusdem ordinis, & observantiae. Nunc secundo opus elaboratum, & ab authore a plurimis mendis, quibus scatebat, limatum, & in multis locis auctum*. Salamanca: Andrea de Portonaris.
- VERA CRUZ (1569). *Physica speculatio admodum reverendi patris fratris Alphonsi a Vera Cruce Doctoris Theologi, & bonarum artium Magistri: Sacri ordinis Eremitarum Divi Augustini Primarij praelecti in universitate Mexicana in nova Hispania, olim in partibus Indiarum maris Oceani. Nunc tertio ab eodem auctore edita, & in pluribus aucta, & innumeris repurgata mendis, & speculationibus integris locupletata, maxime in libro de coelo & mundo, ubi novi orbis descriptio per loca maritima omnia, ad austrum & aquilonem & alia quae desiderabantur*. Salamanca: Juan Bautista de Terranova.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1572). *Speculum coniugiorum ad modum R. P. F. Illephonsi a Vera Cruce [...] olim ibi Provincialis eiusdem ordinis, Nunc Prioris sancti Philippi apud Madritum Carpentanorum. Nunc tertio opus elaboratum, ab authore a plurimis mendis, quibus scatebat, limitatum, & in multis locis auctum, & iuxta diffinita & declarata in sacro concilio Tridentino, per modum appendicis in fine scitu digna multa disputata*. Alcalá: Juan Gracián.
- VERA CRUZ, Alonso de la (1599). *Rev. Patris Fr. Alphonsi a Vera Cruce Hispani Ordinis Eremitarum S. Augustini. Et in primaria cathedra mexicana universitatis S. Theologiae Doctoris. Speculum coniugiorum cum appendice. Nunc primum in Italia Typis excusum*. Milán: Pacifico Pontio.
- VITORIA, Francisco de (1557). *Relectiones theologicae*. Lyon: Jacques Boyer.
- VITORIA, Francisco de; CHAVES, Tomás de (1561). *Summa sacramentorum*

ecclesiae. Valladolid: Sebastián Martínez.
ZUMÁRRAGA, Juan de (1537). “Instrucciones dada por el obispo de México Fray Juan de Zumárraga a los procuradores en el concilio”. AGI, Patronato, 183, N.2, R.3, f.2.

Bibliografía

- ABADIE-AICARDI, Aníbal (1996). “La tradición salmantina en la Real y pontificia universidad de México, 1551-1821”. *Novahispania* 2, 7-72.
- AGÜERO, Alejandro (2013). “Derecho local y localización del derecho en la tradición jurídica hispana. Reflexiones a partir del caso de Córdoba del Tucumán”, en Víctor Tau Anzoátegui, Alejandro Agüero (eds.), *El derecho local en la periferia de la monarquía hispana Río de la Plata, Tucumán y Cuyo. Siglos XVI- XVIII*. Buenos Aires: INHIDE, 263-306.
- AGUIRRE SALVADOR, Rodolfo (2016). “Mismas aulas, diferentes destinos. Los estudios universitarios como factor de ascenso en las carreras públicas”. *Historia mexicana* LXV: 4, 1709-1749.
- AGUIRRE SALVADOR, Rodolfo (2013). *El mérito y la estrategia. Clérigos, juristas y médicos en Nueva España*. México: UNAM-Plaza y Valdés.
- ALBANI, Benedetta (2008). “El matrimonio entre Roma y la Nueva España, historia y fuentes documentales (siglos XVI–XVII)”, en Berenice Bravo Rubio, Doris Bieñko de Peralta (eds.), *De sendas, brechas y atajos. Contexto y crítica de las fuentes eclesiásticas, siglos XVI–XVIII*. México: UNAM-INAH, 167-184.
- ALBANI, Benedetta (2009). *Sposarsi nel Nuovo Mondo. Politica, dottrina e pratiche della concessione di dispense matrimoniali tra la Nuova Spagna e la Santa Sede (1585–1670)*. Tesis de Doctorado en Historia. Roma: Università La Sapienza.
- AZNAR GIL, Federico (1985). *La Introducción del Matrimonio Cristiano en Indias: Aportación Canónica (s. XVI), Lección inaugural del curso académico 1985-1986*. Salamanca: UPSA.
- AZNAR GIL, Federico (1986). “El matrimonio en Indias: recepción de las Decretales X 4.19.7–8”. *Revista de Estudios Histórico-Jurídicos* 11, 13-42.
- AZNAR GIL, Federico (1992). “La libertad de los indígenas para contraer matrimonio en las Indias (siglos XVI–XVII)”. *Ius canonicum* 32: 64, 439-462.
- BEUCHOT PUENTE, Mauricio (1988). “Latin Works by Some Sixteenth-Century Philosophers from New Spain”, en Alexander Dalzell, Charles Fantazzi, Richard Schoeck (eds.), *Acta Conventus Neo-Latini Torontonensis*. New York: State University of New York at Binghamton, 847-855.

- BURKE, Peter; HSIA, R. Po-chia (eds.) (2007). *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BUSTOS TOVAR, Eugenio de (1973). "La introducción de las teorías de Copérnico en la Universidad de Salamanca". *Revista de la Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales* 67:2, 235-252.
- CAMPOS BENÍTEZ (2000). "La crítica de los lógicos novohispanos del siglo XVI hacia sus contemporáneos", en Benjamín Valdivia (ed.), *XI Encuentro de Investigadores del Pensamiento Novohispano*. Guanajuato: Universidad de Guanajuato, 1-14.
- CUEVAS, Mariano (ed.) (1914). "Capítulos que por instrucción y delegación de la Ciudad de México fueron expuestos ante S. M. por los procuradores Loayza y Cherinos. México, 28 de noviembre de 1542", en Mariano Cuevas (ed.), *Documentos inéditos del siglo XVI para la historia de México*. México: Talleres del Museo Nacional de Arqueología, Historia y Etnología, 109-118.
- DUVE, Thomas (2012). "Von der Europäischen Rechtsgeschichte zu einer Rechtsgeschichte Europas in globalhistorischer Perspektive". *Rechtsgeschichte – Legal History* 20, 18-71.
- DUVE, Thomas (2020). "What is global legal history?". *Comparative Legal History* 8:2, 73-115.
- DUVE, Thomas (2021). "The School of Salamanca. A Case of Global Knowledge Production", en Thomas Duve, José Luis Egío García, Christiane Birr (eds.), *The School of Salamanca. A Case of Global Knowledge Production*. Leiden-Boston (MA): Brill, 1-42.
- EGÍO GARCÍA, José Luis (2020). "Pragmatic or Heretic? Editing Catechisms in Mexico in the Age of Discoveries and Reformation (1539–1547)", en Thomas Duve, Otto Danwerth (eds.), *Knowledge of the Pragmatici. Legal and Moral Theological Literature and the Formation of Early Modern Ibero-America*. Leiden-Boston (MA): Brill, 243-281.
- EGÍO GARCÍA, José Luis (2021). "Producing Normative Knowledge between Salamanca and Michoacán. Alonso de la Vera Cruz and the Bumpy Road of Marriage", en Thomas Duve, José Luis Egío García, Christiane Birr (eds.), *The School of Salamanca. A Case of Global Knowledge Production*. Leiden-Boston (MA): Brill, 335-398.
- FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA, Joaquín (1953). "Sumaria relación de las bibliotecas de Michoacán". *Historia Mexicana* 3:1, 134-156.
- FOLCH, Dolors (2021). "From Fray Alonso de la Vera Cruz to Fray Martín de Rada: the School of Salamanca in Asia", en Thomas Duve, José Luis Egío García, Christiane Birr (eds.), *The School of Salamanca: A Case of Global Knowledge Production?*. Leiden-Boston (MA): Brill, 169-209.

- FOLJANTY, Lena (2012). "Legal Transfers as Processes of Cultural Translation: on the Consequences of a Metaphor". *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series* 2015-09.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Enrique (2008). *Estudios y estudiantes de filosofía. De la Facultad de Artes a la Facultad de Filosofía y Letras (1551-1929)*. México: UNAM.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Enrique (2016). "Ser catedrático en la Real Universidad de México", en María de Lourdes Alvarado, Leticia Pérez Puente (coords.), *Cátedras y catedráticos en la historia de educación superior en México. I. La educación colonial*. México: UNAM, 43-65.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Enrique; GUTIÉRREZ RODRÍGUEZ, Víctor (2017). *El poder de las letras*. México-Puebla: UNAM-BUAP.
- GRIFFIN, Clive (1991). *Los Cromberger: la historia de una imprenta del siglo XVI en Sevilla y Méjico*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana-Cultura Hispánica.
- LAZCANO, Rafael (2007). *Fray Alonso de Veracruz (1507-1584). Misionero del saber y protector de indios*. Guadarrama: Revista Augustiniana.
- LATASA, Pilar (2016). "«If they remained as mere words»: Trent, Marriage, and Freedom in the Viceroyalty of Peru, Sixteenth to Eighteenth Centuries". *The Americas: A Quarterly Review of Latin American History* 73:1, 13-38.
- LATASA, Pilar (2019). "Tridentine Marriage Ritual in Sixteenth – to Eighteenth-Century Peru: From Global Procedures to American Idiosyncrasies". *Rechtsgeschichte – Legal History Rg* 27, 105-121.
- MARTÍN HERNÁNDEZ, Francisco; MARTÍN DE LA HOZ, José Carlos (2011). *Historia de la Iglesia II: La Iglesia en la época moderna*. Madrid: Palabra.
- NAVARRO BROTONS, Víctor (1995). "The Reception of Copernicus in Sixteenth-Century Spain: The Case of Diego de Zuñiga". *Isis: Journal of the History of Science Society* 86: 1, 52-78.
- ORREGO, Santiago (2014). "Recepción suareciana de las doctrinas de Domingo de Soto sobre la causalidad y la libertad". *Anuario Filosófico* 47:1, 149-168.
- PAVÓN ROMERO, Armando (2001). "La Universidad de México en la sociedad novohispana. Siglo XVI". *Anales de Antropología* 35, 361-379.
- PAVÓN ROMERO, Armando (2009). "La Universidad de México en tiempos de Fray Alonso de la Vera Cruz", en Ambrosio Velasco (ed.), *Alonso de la Veracruz: universitario, humanista, científico y republicano*. México: UNAM, 47-62.
- PAVÓN ROMERO, Armando; GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Enrique (2004). "La primera Universidad de México", en Miguel Ángel Fernández, *Maravillas*

- y *Curiosidades. Mundos inéditos de la Universidad*. México: UNAM-Antiguo Colegio de San Ildefonso, 39-55.
- PAVÓN ROMERO, Armando; RAMÍREZ GONZÁLEZ, Clara Inés (1989). “La carrera universitaria en el siglo XVI. El acceso de los estudiantes a las cátedras”, en Lorenzo Mario Luna Díaz (ed.), *Los Estudiantes: trabajos de historia y sociología*. México: UNAM, 56-100.
- RAMÍREZ GONZÁLEZ, Clara Inés (2001-2002). *Grupos de poder clerical en las Universidades hispánicas. Los regulares en Salamanca y México durante el siglo XVI*, 2 vols. México: UNAM.
- RAMÍREZ GONZÁLEZ, Clara Inés (2007). “Alonso de la Veracruz en la Universidad de Salamanca: entre el tomismo de Vitoria y el nominalismo de Martínez Silíceo”. *Salmanticenses* 54, 635-652.
- RAMÍREZ GONZÁLEZ, Clara Inés; PAVÓN ROMERO, Armando (1996). *La universidad novohispana: corporación, gobierno y vida académica*. México: UNAM.
- RÍPODAS ARDANAZ, Daisy (1977). *El matrimonio en Indias: realidad social y regulación jurídica*. Buenos Aires: Fundación para la Educación, la Ciencia y la Cultura.
- RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda María (1973). *La historia de las universidades hispanoamericanas. Período hispano*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo.
- RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda María (1977). *Salmantica docet: la proyección de la Universidad de Salamanca en Hispanoamérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- RODRÍGUEZ CRUZ, Águeda María (1998). “Análisis comparativo de las constituciones universitarias de Salamanca con las Hispanoamericanas”. *Estudios de historia social y económica de América* 16-17, 583-591.
- RODRÍGUEZ DOMÍNGUEZ, Guadalupe (2018). *La imprenta en México en el siglo XVI*. Mérida: Editora Regional de Extremadura.
- RODRÍGUEZ-SAN PEDRO BEZARES, Luis Enrique (1991). “La Universidad de Salamanca: Evolución y declive de un modelo clásico”. *Studia histórica. Historia moderna* 9, 9-21.
- ROSEMANN, Philipp (ed.) (2002-2015). *Mediaeval Commentaries on the Sentences of Peter Lombard*, 3 vols. Leiden-Boston (MA): Brill.
- RUBIAL GARCÍA, Antonio (2007). “Fray Alonso de la Veracruz, agustino. Individualidad y corporativismo en la Nueva España del siglo XVI”, en Carolina Ponce Hernández (coord.), *Innovación y tradición en Fray Alonso de la Veracruz*. México: UNAM, 79-101.
- RUIZ ZAVALA, Alipio (1984). *Historia de la Provincia Agustiniense del Santísimo nombre de Jesús de México*. México: Porrúa.

- SANDAL, Ennio (2007). *Giovanni Paoli da Brescia e l'introduzione della stampa nel nuovo mondo (1539-1560)*. Brescia: Fondazione Civiltà Bresciana.
- VELASCO GÓMEZ, Ambrosio (ed.) (2009). *Fray Alonso de la Veracruz: universitario, humanista, científico y republicano*. México: UNAM.
- VERA CRUZ, Alonso de la; ROMERO CORA, Miguel Ángel (ed.) (2015). *Especulación física de fray Alonso de la Veracruz. Libro primero: parte primera. Estudio introductorio, revisión crítica del texto y traducción. Tesis de maestría en Letras Clásicas*. México: UNAM.
- VERA CRUZ, Alonso de la; BARP FONTANA, Luciano (ed.) (2009-13). *Speculum coniugiorum. Espejo de casados*, 3 vols. México: La Salle.
- VERA CRUZ, Alonso de la; BEUCHOT PUENTE, Mauricio (ed.) (2012). *Del cielo*. México: UNAM.
- VERA CRUZ, Alonso de la; ROMERO CORA, Miguel Ángel (ed.) (2009). *El problema de los universales en el Libro Primero de la Dialectica resolutio de fray Alonso de la Veracruz: preliminares, y cuestiones primera a cuarta del tratado de los predicables. Introducción, traducción, transcripción y notas. Tesis de licenciatura en Letras Clásicas*. México: UNAM.
- ZABALLA BEASCOECHEA, Ana de (2019). "El matrimonio indígena antes y después de Trento. Del matrimonio prehispánico al matrimonio cristiano en la Nueva España". *Rechtsgeschichte – Legal History* Rg 27, 90–104.

Giovanni Botero e gli itinerari del sapere fra Umanesimo e prime inquietudini barocche

Giovanni Botero and the itineraries of knowledge between Humanism and the first baroque restlessness

B. ALICE RAVIOLA

Università degli studi di Milano

alice.raviola@unimi.it

<https://orcid.org/0000-0002-5116-1213>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/11/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 23/05/2022

Abstract. This study aims to underline the opinion of Giovanni Botero, the author of *The Reason of State* (1589) and of the main opus *Relazioni universali* (1591) about universities and their cultural function in Europe. It introduces an hypothetical parallel between Erasmus of Rotterdam, and his itinerant career all over the continent, and the Counter-Reformation intellectual Giovanni Botero, a jesuit until 1580, to see how the universities were considered into their education. Both of them were restless intellectuals, both of them used to travel and know different academic contexts. A focus on Botero's opinions regarding the *Studia* of his time offers some hints of reflections about the cultural system and the crucial link between instruction and economic prosperity.

Keywords. Erasmus of Rotterdam, Giovanni Botero, university, cities, *Relazioni universali*.

Abstract. Questo studio mira a mettere in luce l'opinione di Giovanni Botero, l'autore del *Della ragion di Stato* (1589) e della grande opera *Le relazioni universali* (1591), riguardo le università e la loro funzione culturale in Europa. Si introduce un ipotetico parallelo fra Erasmo da Rotterdam e la sua carriera europea, e l'intellettuale della Controriforma Botero, gesuita fino al 1580, per vedere come le università abbiano influito sulla loro formazione. Entrambi furono intellettuali instancabili, entrambi furono soliti viaggiare ed entrare in contatto con diversi contesti accademici. Un focus sulle idee di Botero circa gli *Studia* del suo tempo offre qualche spunto di riflessione sul sistema culturale e sul legame cruciale fra centri d'istruzione e prosperità economica.

Parole chiave: Erasmo da Rotterdam, Giovanni Botero, università, città, *Relazioni universali*.

Introduzione

Il tema della rete delle Università e dei saperi che attorno a esse ruotavano in epoca moderna è di grande rilevanza storiografica. Negli ultimi decenni, per restare al solo contesto italiano dove è attivo il Centro interuniversitario per la storia delle università italiane, gli studi si sono susseguiti numerosi e hanno con-

tribuito a far luce non solo sullo sviluppo sincronico e diacronico dei principali poli della cultura accademica, ma anche sulle relazioni formali e informali che da quelli derivarono, sulle modalità di insegnamento, sulla mobilità degli alunni, sulla circolazione delle idee, e così via. Com'è noto, fu in particolare l'Umanesimo a innescare un processo di rinnovamento degli antichi *studia* all'insegna del motto *Universitas semper reformanda* (NEGRUZZO 2018: 7). Il processo andò di pari passo con la nascita degli Stati regionali (CHITTOLINI, MOLHO, SCHIERA 1994), che determinò la creazione di nuove Università, e fu contestualmente influenzato dalle istanze di riforma interne alla Chiesa (PRODI 2013). Ma in generale tutta l'Europa, insieme con il Nuovo Mondo, fu teatro di una "disseminazione vistosa" (BRIZZI 1986: 340) nella costante tensione fra conservazione - talvolta un po' ottusa - del sapere e necessarie aperture innovative.

Chi scrive deve precisare che non è specialista del tema. L'approdo all'analisi di alcune opere di Giovanni Botero e della sua stessa figura è derivato sì da un esame del suo percorso intellettuale, ma secondo altre chiavi di lettura, le quali tengono soprattutto conto ora della geopolitica sua contemporanea – dunque della situazione internazionale in Europa e nel mondo - ora delle esperienze di servizio maturate dallo stesso Botero presso corti e protettori diversi tra Francia, Stati italiani e Spagna (BOTERO 2015-2017; RAVIOLA 2020). Tanto più che, come è noto grazie ai profili biografici più consolidati (CHABOD 1934; CHABOD 2017; FIRPO 1971), Botero si formò come gesuita ed ebbe un rapporto più che altro indiretto con le Università del suo tempo, praticando invece, prima come studente poi come docente, diversi collegi gesuitici. Quali furono lo ricorderemo fra poco; ben sappiamo, comunque, quanto essi furono seminali nella gestazione del sapere e nella formazione delle élite durante la prima età moderna (NEGRUZZO 2001).

Prima, tuttavia, importa anticipare che questo breve contributo non ambisce a esaurire un tema; desidera anzi appena accennarlo, nella certezza che meriti ulteriori approfondimenti o che possa essere diversamente argomentato. L'idea di fondo è quella di sviluppare un possibile confronto tra gli influssi dell'Umanesimo entro cui Botero mosse i primi passi del suo percorso di studi e le inquietudini del tempo barocco di cui fu, al tempo stesso, prodotto e ispiratore ideologico. Il tutto nella cornice della circolazione del sapere e dei saperi attorno alle Università, ma non solo.

1. Vite parallele? Un confronto fra Erasmo da Rotterdam e Giovanni Botero

Vorrei partire dal proporre due ipotetiche vite parallele, quella di Erasmo da Rotterdam (ottobre 1466 o 1469 - 12 luglio 1536) e quella di Giovanni

Botero (1544-1617). Il confronto fra Erasmo e Botero è, lo dichiariamo subito, del tutto anacronistico e non si fonda su un debito diretto delle opere del secondo nei confronti del primo. Anzi, come vedremo, l'opinione di Botero su Erasmo è lapidaria e non di stima. È una proposta, quella del confronto fra i due, che si inserisce sulla questione più generale della cultura europea della quale il nome di Erasmo è emblema. Ho pensato alla splendida biografia di Johan Huizinga datata 1924, edita in italiano per la prima volta nel 1941 (ora HUIZINGA 2002), che offre un ritratto profondamente umano e dinamico del grande intellettuale. Si sottolineeranno alcuni elementi di contiguità nella formazione di due pensatori diversi per epoca, per stile, soprattutto per temi trattati, ma accomunabili forse dal comune orientamento verso un universalismo di carattere imperiale, asburgico, di cui il chierico di Rotterdam è stato ispiratore e fautore e Giovanni Botero – pur con il suo *penchant* per l'altro attore universale, la Chiesa di Roma - testimone e sostenitore nello snodo fra Cinque e Seicento.

Il primo punto di contatto è stata la formazione religiosa di entrambi, Erasmo canonico agostiniano a Steyn, presso Gouda, dal 1488, Botero entrato al Collegio dei gesuiti di Palermo nel 1559. Formazione che permise a tutti e due di acquisire l'ottima conoscenza del latino – anche Botero scrisse diversi testi nella lingua classica – ma pure di saggiare presto la difficoltà di adattarsi alle regole. L'insofferenza pare dunque un altro tratto di similitudine, e per ciascuno, *mutatis mutandis*, una molla che li spinse a spostarsi in Europa per perfezionare la propria istruzione e soprattutto per trovare protettori altolocati che li sovvenzionassero.

Come ricorda Huizinga per l'Olanda e la Zelanda, il cristianesimo vi era arrivato relativamente tardi e la diocesi di Utrecht era l'unica. "Le maglie dell'organismo ecclesiastico erano qui più lasse che altrove. Non esisteva università. Parigi rimaneva, per i neerlandesi del Nord, un centro di dottrina e di scienza, anche dopo che la consapevole politica dei Duchi di Borgogna aveva fondato l'Università di Lovanio nel 1425" (HUIZINGA 2002: 4).

I pellegrinaggi intellettuali di Erasmo per l'Europa sono ben noti, ma può essere utile richiamarli per sottolineare il dinamismo di figure come la sua: non a caso, peraltro, il progetto che dal 1987 – grazie a una felice intuizione del 1969 della pedagogista italiana Sofia Corradi – consente alle studentesse e agli studenti europei di viaggiare per l'Europa porta, davvero giustamente, il suo nome. Dopo la formazione presso gli agostiniani di Gouda (1488), Erasmo fu al servizio del vescovo di Cambrai (1493), quindi all'Università di Parigi nel 1495; soggiornò a Oxford per due anni (1499-1500), quindi a Lovanio (1502-1504), poi nuovamente in Inghilterra fino al 1506. Per conseguire la

laurea utile al progresso della sua carriera di precettore ecclesiastico scelse, di passaggio in Italia, l'università di Torino, dove Erasmo ottenne il titolo di dottore in teologia il 4 settembre del 1506 (NASO 2008). Fu quindi a Venezia, dove conobbe Aldo Manuzio (1507-1508), quindi trascorse un terzo, lungo soggiorno in Inghilterra (1509-1514); fu a Basilea fra il 1514-16 e il 1521-29, per concludere la sua attività a Friburgo, in Germania, dal 1529 al 1535. Senza entrare nello specifico delle motivazioni che indussero Erasmo a spostarsi con notevole frequenza, ricordiamo che Huizinga parlava di "rodente dispetto" (HUIZINGA 2002: 13) per lo stato monastico e le sue limitazioni, manifestando curiosità ma anche personali inquietudini culturali.

È in questo che si possono ravvisare similitudini con la parabola umana e intellettuale di Botero. Non solo con lui, naturalmente, giacché l'intero XVI secolo è percorso da personalità – specie se tangenti alla Riforma o a essi aderenti – mobili, in cerca di una collocazione o, molto spesso, ricercate e dunque in fuga dalla Chiesa della Controriforma, come bene mostra il tormentato panorama italiano (CANTIMORI 2002; FIRPO 1993). Tuttavia lo stesso Botero, pur sempre immerso nel clima del cattolicesimo controriformista nonché uno dei suoi principali ispiratori e interpreti, è stato un intellettuale irrequieto, in parte per le sue vicissitudini personali in parte per il suo temperamento volitivo e ambizioso.

Si sa ancora troppo poco dello zio che indusse il giovanissimo Botero a lasciare il Piemonte per la Sicilia. Un viaggio ardito, non consueto, tracce indirette del quale si trovano nelle belle pagine che sono dedicate all'Italia meridionale nelle *Relazioni universali*: le campagne ubertose, i profumi degli agrumi, la bellezza selvaggia del paesaggio restarono impresse in maniera indelebile in quel ragazzo uscito gesuita dal Collegio e pronto a raggiungere Roma e le sue corti ecclesiastiche. Dopo Palermo (1559), Botero fu attivo presso il Collegio romano insieme con Roberto Bellarmino (1560-61); partecipò all'apertura dello Studium pubblico di Macerata (1562) dove insegnò muovendosi tra la città e l'importante santuario marchigiano di Loreto. Fu quindi destinato a insegnare al Collegio di Billom, in Alsazia (1565) e trascorse, come Erasmo, anni fondamentali per la sua formazione presso il Collegio di Parigi (1565; 1567-68). Fu a Milano dal 1569 al 1573, dove insegnò retorica (NEGRUZZO 2001: 58, 123), quindi a Padova (1573-77); a Torino (1579) e nuovamente in Francia, in missione diplomatica per conto del duca di Savoia con il diplomatico René de Lucinge (BALDINI 1992). A Roma, fra il 1587 e l'89, al servizio di Federico Borromeo, stese le sue tre opere maggiori – il *Delle cause della grandezza delle città* (1588); il *Della Ragion di Stato* (1589) e le *Relazioni universali* (1591) – e fu coinvolto nella redazione dell'Indice dei libri proibiti.

Infine, entrato al servizio del duca di Savoia Carlo Emanuele II nel 1599, fu precettore dei principi suoi figli Filippo Emanuele, Vittorio Amedeo ed Emanuele Filiberto durante il loro soggiorno in Spagna (1603-1606), anch'esso fondamentale per il perfezionamento delle dottrine geo-politiche boteriane (DEL RÍO BARREDO 2006; RAVIOLA 2020: 101-136).

Il dinamismo di questi percorsi – tanto quello di Erasmo quanto quello di Botero – ha inciso profondamente sulle riflessioni di tali autori e ciò sia per via della conoscenza diretta di diverse realtà accademiche e culturali in senso lato sia per l'incontro con personalità brillanti e in sintonia con il loro percorso di studio. Nel corso della sua vita Erasmo intrecciò alcune importanti “amicizie sentimentali” (HUIZINGA 2002: 15), tipiche dell'ambiente umanistico, in particolare con il compagno Servazio. Lo stesso accadde, sebbene alcuni decenni dopo, a un gesuita (poi ex gesuita) inquieto come Botero: se il rapporto con Carlo e Federico Borromeo non fu del tutto paritario (il primo fu suo mentore e protettore, il secondo quasi suo discepolo), sono state ricostruite con dettagli interessanti le amicizie del piemontese con il diplomatico savoiaro René de Lucinge, autore nel 1590 di un trattato sull'Impero ottomano che anticipò alcune riflessioni delle *Relazioni universali* (BALDINI 1994); con l'erudito e bibliofilo padovano Gian Vincenzo Pinelli (FERRO 2007: 30, 67, 143, 296-297, 340; RAVIOLA 2020: 44-45); con il cardinale polacco Andrea Báthory e con lo zio, il re di Polonia Stefano (RAVIOLA 2020: 52-53; 163-164; GIULIANI 2021: 45-48). Ancora, si hanno tracce dei legami di simpatia e affetto con il poeta di Fossano Alessandro Tesauro, padre del più celebre Emanuele (FERRARO 2018). Questa cerchia non va letta a maglie ristrette. Al contrario, va ancora studiata per le ulteriori implicazioni con altri esponenti di spicco dell'élite intellettuale e politica del tempo, dallo stesso Federico Borromeo negli anni milanesi e romani (GIULIANI 2007: 293-295; BENZONI 2012) ad Antonio Possevino ai poeti Torquato Tasso e Giovan Battista Marino, senza trascurare le conoscenze e i contatti stretti nell'ambito iberico con i grandi protagonisti – il duca di Lerma, Ambrogio Spinola - o con gentiluomini spagnoli e portoghesi non sempre identificabili (BOTERO 2015-2017; RAVIOLA 2020: 117).

Si potrebbe in qualche modo affermare che la *koinè* intellettuale che gravitò attorno a Botero era ancora espressione dell'Umanesimo di stampo erasmiano. Certo, l'Europa di Erasmo era stata da lui concepita “senza frontiere” e al servizio della diffusione del sapere mediante un precoce sistema di borse di studio (FELICI 2021), mentre l'Europa di Botero dalle frontiere – quelle laceranti della fede e quelle sempre più rigide degli Stati e della politica – nonostante gli slanci irenisti era contraddistinta, se non dominata. Ma i due ecclesiastici – come tanti altri uomini di fede e tanti altri intellettuali laici del XVI secolo –

fecero in fondo della veicolazione delle idee e del sapere una professione di vita.

Ciò detto, è bene ricordare che il giudizio di Botero su Erasmo fu di severa condanna sull'onda dell'interpretazione dell'ortodossia controriformata della sua opera. È proprio lui, a giudizio dell'ex gesuita, il responsabile dello sviluppo del luteranesimo, stimolato dalle idee propugnate nei *Colloqui* e negli *Adagi*, trattati con lo stigma censorio del collaboratore all'Indice dei libri proibiti come si legge in questa densa pagina delle *Relazioni* dedicata allo stato del cristianesimo in Germania:

La depravazione della nobilissima provincia d'Alemagna ebbe principio dall'impertinenza, per non dire malignità, di Desiderio Erasmo nato in Guda, terra d'Olanda, ma nodrito in Rotterdam. Costui fu uomo d'ingegno vario e pronto ai motti e ai tratti, di molta e varia letteratura, di lingua facile e copiosa. Questi talenti, impiegati da lui malamente, portarono gravissimo pregiudizio alla religione cristiana perché, oltre alla buffoneria data fuori da lui sotto il nome di Moria, scrisse tra le prime cose un libro di *Colloquii* nel quale parte disprezza e parte revoca in dubbio le costituzioni e le cerimonie della Chiesa, si ride de' teologi et dovunque può beffeggia i religiosi e la vita monastica; con la medesima licenza e maldicenza parla egli degl'istessi religiosi e delle cose sacre negli *Adagii* e nell'altre opere sue. Questi libri, divulgati per l'ademie e le scuole d'Alemagna (ove si leggono anche pubblicamente i *Colloquii*), n'andarono per le mani d'ogni sorte di gente e perché l'uomo inclina più al male che al bene, non fu cosa che facesse maggior impressione negli animi de' lettori che le facezie e i motti co' quali egli lacera la vita e i costumi delle persone sacre e si ride delle cerimonie ecclesiastiche, della castità e de' voti e di tutto ciò che ha del pio tra cristiani e del semplice. Si mise poi a censurare la più parte de' Santi Padri e a dar giudizio delle opere loro e a scrivere su gli Evangelii con la medesima libertà e licenza ch'altri farebbe su Cicerone o Terenzio, si ch'egli pare a punto umanista o grammatico nelle materie teologiche e teologo nelle umane e nell'une e nell'altre sofista e che meritava che li fosse detto quel che disse Marziale a non so chi: "Vis dicam quid sis? Magnus es ardelio". Parlava finalmente e scriveva in maniera che i luterani se ne facevano onore e i zuingliani il tenevano per loro confidente. Con queste arti, avendo egli tolto il credito e la riputazione alle cose sacre messe da lui in burla e in derisione, spiano la strada a Martin Lutero che le conculco poi e distrusse, onde nacque quel detto quasi popolare per Alemagna *Erasmus innuit, Lutherus irruit; Erasmus dubitat, Lutherus asseverat; Erasmus patit ova, Lutherus excludit pullos* e quell'altro Vel Lutherus Erasmizat, vel Erasmus Lutherizat (BOTERO 2017, III: 825-826).

La lunga citazione, con i caustici motti finali, esplicita con veemenza, se ce ne fosse stato bisogno, la posizione di Botero nei confronti del pensiero

luterano o anche solo delle vaghe inclinazioni verso il protestantesimo in tutte le sue forme. Si legga ancora quanto egli scrisse a proposito della diocesi di Basilea: “Si conserva ancor oggi Basilea la sede del vescovo ...ma la chiesa, doppo ch’Ecolampadio et Erasmo vi piantarono la catedra della pestilenza, è affatto profanata e divenuta una spelonca di ladri” (BOTERO 2017, III: 872). Ben altre, in proposito, le considerazioni di Huizinga, che invece svelava in tutta la sua complessità, il dramma intimo di un Erasmo spaventato, se non reso pavido e vigliacco, dalle *avances* di Martin Lutero che aveva, effettivamente, tratto linfa vitale dai suoi scritti per elaborare il suo pensiero (HUIZINGA 2002: 173-186; 199-204).

Non è quanto qui ci interessi, e il parallelo può chiudersi – almeno per ora – tenendo fermo il dato, paradigmatico in entrambi, della formazione culturale *in itinere*, dinamica, policentrica, autonoma, quasi instancabile e comunque fruttifera.

2. Lo sguardo boteriano sul mondo delle università

Quale opinione aveva Botero, istruito come discepolo ignaziano sin dai quindici anni di età, nei confronti delle università?

Egli espresse un primo parere esplicito sulle università nel suo *Delle cause della grandezza delle città* del 1588, il testo che precedette il *Della ragion di Stato* (1589) e anticipò numerosi contenuti delle *Relazioni universali* (1591). Il breve trattato, definito “aureo libretto” da Luigi Firpo (FIRPO 1971), si concentra sulle caratteristiche ambientali, sociali e culturali necessarie per rendere prospere le città. I presupposti principali sono la posizione, la fecondità del terreno, la popolosità, l’organizzazione della giustizia, la presenza di attività industriali, così come di un ceto mercantile, della nobiltà e di un principe. Ma il capo V del Libro secondo è intitolato *Degli Studi* ed è tutto dedicato alle Università, con considerazioni tuttora attuali:

Non è di poca efficacia per tirar la gente e massime i giovani alla città della cui grandezza noi ragioniamo, la comodità degli studi perché essendo due i modi coi quali le persone d’ingegno e di valore saliscono a qualche grado d’onore e di reputazione: l’una dell’armi e l’altra dei libri, quella si cerca in campo con la lancia e con la spada, questa nell’accademie coi libri e con la penna (BOTERO 2016: 37).

Sulla base di tale considerazione, “è di non piccola importanza che nella nostra città vi sia accademia o studio tale che i giovani desiderosi d’apprender la virtù

e la dottrina abbiano occasione d'andar più presto là che altrove" (BOTERO 2016: 37). Gli amministratori – il principe o il governo oligarchico, a seconda dei casi – avrebbero dunque fatto bene a investire nell'istituzione di un'università che garantisse agli studenti forestieri di stabilirsi in città in un regime di "onestà libertà" e ai giovani del posto di godere della migliore istruzione. Il ragionamento continuava con acutezza appoggiandosi all'esempio recente di Parigi:

Francesco I, re di Francia, acciocché gli scolari dell'università di Parigi, ch'erano al suo tempo quasi infiniti, avessero comodità di pigliar aria e di ricrearsi onestamente, assegnò loro un gran prato vicino alla città e al fiume, dove senza disturbo potessero a loro modo portarsi: ivi fanno alla lotta, ivi giocano alla barriera, alla palla, al pallone, al maglio, al salto, al corso, con tanta allegrezza che diletta non meno i riguardanti che lor medesimi; e intanto cessa lo strepito dell'armi e il gioco delle carte e dei dadi (BOTERO 2016: 38).

È stato ricordato che Botero era stato a Parigi negli anni 1567-69, insegnando retorica presso il Collegio gesuitico della città. Quelle osservazioni, dunque, hanno il sapore della testimonianza diretta e contengono due spunti di grande rilievo: l'idea che la popolazione studentesca costituisca una fonte di ricchezza e reddito per le città e la fiducia riposta nell'istruzione e nello sport quali metodi efficaci contro l'ozio e i guasti sociali che ne derivano. Il nesso fra università e incremento demografico è presente anche in diversi punti delle *Relazioni universali*, e costituisce un fattore di prestigio per il potere politico. È ancora Parigi, con l'università allora più grande d'Europa, uno degli esempi più calzanti: "Parigi è la città maggiore d'Europa se tu ne levi Costantinopoli: le cagioni della sua grandezza sono la corte d'un potentissimo re, il Parlamento con una infinita giurisdizione, una Università la più numerosa che si sappia... L'Università contiene 62 collegi" (BOTERO 2015: 59).

Analogo se non doppio vanto era quello inglese con i centri di Cambridge e Oxford: "Vi sono due Università, una in Cantabrigia, sopra il fiume Cranta, ove si contano 19 alloggi di scolari et 14 collegi tanto magnifici che rappresentano altro tanti palagi reali; l'altra è in Ossonia, tanto vaga di sito che ha poche pari in Europa nonché in Inghilterra" (BOTERO 2015: 526). In area iberica, si trovava "sopra Madrid Alcalà di Henares, terra celebre per lo Studio di teologia fondatovi dall'arcivescovo Ximenes" (BOTERO 2015-2017, I: 28), ovvero il noto teologo, cardinale e inquisitore Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517), fondatore dell'Universidad Complutense, che fra l'altro fu un ammiratore di Erasmo (RAWLINGS 2008: 110-111); inoltre si vedeva "sopra il fiume [Tago] Salamanca, col più celebre studio di Spagna" (BOTERO 2015-

2017, I: 29). Ma spiccava anche il Portogallo, con la meravigliosa Lisbona, “la più popolosa città della Cristianità se tu ne eccettui Parigi”, emporio di “tutta la mercanzia e tutto il traffico dell’India, dell’Etiopia, del Brasil”, e con Coimbra, “con uno studio fondatovi dal re don Giovanni III (ve n’è un altro in Evora fondato dal cardinale Arrigo che fu poi re)” (BOTERO 2015-2017, I: 34). Profondo conoscitore e ammiratore del Portogallo, Botero faceva menzione dell’università di Évora, istituita nel 1559 come Colégio do Espírito Santo, rendendo omaggio al cardinale Enrico, la cui ascesa al trono come Enrico I, nel 1578, aveva salutato con favore insieme con il suo protettore san Carlo Borromeo (BOTERO 2015-2017, III: 18-19).

Per quanto riguarda la penisola italiana, Botero osservava, a esempio per il Granducato di Toscana e per la città di Pisa nello specifico, che “il Granduca Cosmo procurò d’appopolarla col farvi lo Studio et col fabricarvi un bel palazzo per la residenza dei Cavalieri di Santo Stefano” (BOTERO 2015: 75): si trattava della costruzione dell’imponente edificio progettato da Giorgio Vasari a partire dal 1561 per il nuovo ordine cavalleresco fondato nel 1558 (GRECO 2014), ora sede della Scuola Normale Superiore. Nell’Italia settentrionale la propomozione delle università perseguiva la stessa logica di rafforzamento dei centri urbani: “Tra Verona e Padova non vi è molta differenza quanto al giro delle mura, ma Verona fa popolo per due Padova, onde i Veneziani, per aiutar questa, sostengono quanto possono lo studio e gli scolari come fanno gli altri principi” (BOTERO 2015: 95).

In tal caso, la Repubblica di Venezia, al fine di mantenere pari il livello fra città (e ceti dirigenti) in competizione fra loro, investiva sulla prestigiosa università patavina – che Botero doveva aver visto di persona durante il soggiorno presso l’amico Gian Vincenzo Pinelli – e che, com’è noto, costituiva un centro di studio e ricerca all’avanguardia.

È chiaro che la formazione gesuitica, imbastita e poi rinvigorita nel corso della seconda metà del XVI secolo, si proponeva come un modello alternativo rispetto a quello delle più antiche università europee. Questo è un aspetto da non trascurare quando ci si occupa della formazione degli intellettuali del tempo, come non è da trascurare sia la componente individuale sia la rete dei contatti che veniva a crearsi negli ambienti culturali di vario tipo. Lo mostrano, mediante disamine complesse e numerosi *case history*, gli studi condotti sul rapporto ambiguo fra la Compagnia di Gesù delle origini e i modelli educativi – potremmo dire anche accademici – da essa elaborati sotto forma di *ratio studiorum* (BRIZZI, GRECI 2002). Ed è anzi ben nota la forte impronta che il sistema gesuitico, così nuovo sotto il profilo pedagogico e così ben attrezzato di personalità preparate, imprime sull’educazione delle élite di epoca moderna

(ROGGERO 1986; PAVONE 2004).

Non solo. I collegi gesuitici “in forma di seminario” (NEGRUZZO 2001) si moltiplicarono ovunque con rapidità, in numerose città italiane ed europee e soprattutto “nei paesi asburgici e mitteleuropei” (ROGGERO 1986: 363) dove gli studi pubblici erano o di basso livello o dominio di insegnanti protestanti.

Tutto ciò è bene ribadire se si bada alla *forma mentis* di un intellettuale come Botero che fece dell’aggiornamento e dell’informazione – bibliografica e documentaria ma non solo – il principale *modus operandi* nella stesura delle grandi opere. Se fu “scarso, nelle università cinque-seicentesche, lo spazio per la ricerca” (BENZONI 1986: 350), mentre al contrario vivo il ruolo dei gesuiti (e di altri religiosi dinamici e di temperamento come Paolo Sarpi, a esempio), un personaggio come Botero si situa maggiormente a fianco dei suoi ex compagni piuttosto che fra professori universitari poco stimolati e stimolanti. I suoi lavori, infatti, manifestano – sebbene non sempre con la stessa intensità – un notevole grado di curiosità, apertura e aggiornamento. È vero che, com’è risaputo, Federico Chabod rimproverò aspramente Botero di non essere stato originale e di avere spesso copiato da altri autori (CHABOD 2017: 141 ss.); ma è anche vero che quell’interpretazione era fondata su un concetto di plagio oggi superato per il pensiero e l’editoria della prima età moderna, durante la quale la circolazione dei testi e la loro assimilazione erano fluide, non per forza vincolate dal riconoscimento autoriale.

In svariati passi delle *Relazioni universali* Botero mostra grande attenzione per l’attendibilità delle sue fonti e notevole curiosità per i metodi che oggi potremmo definire ‘all’avanguardia’. In proposito, un passo sintomatico del pensiero boteriano circa i modelli del sapere si rintraccia nelle pagine dedicate alle Isole del mare iberico. Riguarda le Baleari, la cui sola “metropoli” è Palma di Maiora, “ove risiede il vicerè dell’isole circonvicine. Quivi è uno studio ove, invece di Aristotele, si legge Raimondo Lullo, autore d’ingegno e d’invenzione” (BOTERO 2015-2017, I: 538). Come abbiamo già osservato introducendo le *Relazioni*, tale apertura – oltre a contenere una critica neanche troppo implicita al pensiero aristotelico – rivela un’ammirazione per la filosofia più recente, forse filtrata dal dialogo con Federico Borromeo, e svela un’attitudine tipica di Botero per la novità e la sperimentazione. Lui stesso, a lungo insegnante nei collegi gesuitici, dovette mettere a punto un metodo didattico per i suoi alunni. Come scrisse al padre, il duca Carlo Emanuele I, da Valladolid il 19 settembre 1604:

Lo studio della geometria va inanzi con molto diletto delle loro altezze: tutti questi matematici ed ingegneri portano invidia al Ferrufino il qual però per la intelligenza et per le facilità mi par bonissimo. Attendono poi un altro poco a Cesare il quale

essi mi dicono in volgare et io vi faccio alcuni brevi discorsi sopra. Di più il principe Vittorio e il principe Filiberto leggono assiduamente le istorie di Spagna. Il principe Filiberto gli spende due e tre e più ore tanto ch'io l'interrompo alle volte perché mi par troppo, che sì come il mangiar troppo grava lo stomaco, così il legger troppo l'ingegno [...]. Li scudetti due principi si diletano anco di suonar di chitarra et suonano assai bene, massime il principe Filiberto. Il principe maggiore non si diletta tanto di leggere, ma molto meno di suonare. Viene però molto volentieri alla lezione di Cesare, per tenerlo allegro io faccio alle volte entrare qualche suonatore e massime Carlo Paieur che l'intratiene ora con la tiorba ora con la mandola (DANNA 1880: 77-78; RAVIOLA 2020: 115).

Su iniziativa del precettore Botero, oltre alle opere di Cesare, i principi leggevano le *Vite parallele* di Plutarco, studiavano la storia, la matematica e la musica secondo un sistema che ricorda il trivio e il quadrivio, rielaborato attraverso la *ratio studiorum* e le personali inclinazioni del maestro (il cenno alla storia di Spagna pare dimostrarlo al meglio).

È forse questo, se possiamo tornare all'azzardato paragone d'inizio, l'ultimo aspetto di similarità fra Botero ed Erasmo: il ruolo di precettore per principi di sangue rivestito da entrambi ai vertici della politica europea e della propria notorietà personale. Anche in tal caso, la differenza fra i due deriva dalla distanza temporale, come pure dalla levatura dei loro allievi, ovvero Carlo V per Erasmo e i pronipoti dell'Imperatore, figli dell'Infanta Catalina Micaela, per Botero. Eppure un filo rosso pare unire i due compiti: se Erasmo, e ancor più Mercurino di Gattinara (MERLIN 2004: 162-163; RIVERO RODRÍGUEZ 2005), vollero educare il giovane Carlo all'ideale universale di cui il Sacro Romano Impero sarebbe stato garante, Botero in quell'ideale credeva. Sapeva bene che ormai, sul finire del Cinquecento, l'unità cristiana si era rotta e che né l'Impero asburgico né l'Impero spagnolo – quest'ultimo di fatto globale – avrebbero potuto recuperarla con facilità. Tuttavia restava salda l'adesione a quel modello, all'idea che gli imperi di matrice cristiano-cattolica - il Sacro Romano Impero, la monarchia spagnola proiettata sul mondo, ma soprattutto la Chiesa col suo doppio magistero temporale e spirituale – potessero affermarsi o almeno ispirare i principi e futuri regnanti nel connubio perfetto tra fede e politica. Era l'equilibrio insito nella ragion di Stato così come fu teorizzata dallo stesso Botero; concetto che qui, volontariamente, non abbiamo toccato ma che, com'è noto, ha reso celebre (e spesso criticato o vituperato) il nome di Botero nel mondo in contrapposizione a quello di Machiavelli e in un'ottica ancora pienamente ascritta alla Controriforma.

Conclusioni

Quel che ci è interessato sottolineare in questa sede con maggiore intensità è, semmai, la forza di alcune argomentazioni boteriane rivolte al tema dell'istruzione. A differenza di Erasmo, la figura di Botero intellettuale non ha plasmato le università d'Europa, né nel secolo in cui visse né successivamente. Come numerosi autori, molti dei quali gesuiti di formazione, godette però di ampia notorietà in vita e alcune delle sue idee continuarono a circolare nei decenni successivi alla sua morte. Fra queste, pur se nel circuito piuttosto ristretto di teorici del pensiero politico ed economico, restò vincente la concezione degli *studia* come artefici di realizzazione sociale, garanti della disciplina morale nonché centri pulsanti per la vita delle città. Pare, questo, l'ennesimo contributo lungimirante dell'autore, attento non solo alla geopolitica del continente bensì alle risorse materiali e umane atte a garantirne il massimo sviluppo.

Bibliografia

- BALDINI, Enzo Artemio (1992). "Botero e la Francia", in Enzo Artemio Baldini (ed.), *Botero e la 'Ragion di Stato'. Atti del convegno in memoria di Luigi Firpo (Torino, 8-10 marzo 1990)*. Firenze: Olschki, 335-359.
- BALDINI, Enzo Artemio (1994). "Botero et Lucinge: les racines de la Raison d'État", in Y.-C. Zarka (éd.), *Raison et déraison d'État*. Paris: PUF, 67-120.
- BENZONI, Gino (1985). "Le istituzioni culturali: dalle Università alle Accademie", in N. Tranfaglia, M. Firpo (ed.), *La storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea*, vol. IV, L'Età Moderna, t. 2, *La vita religiosa e la cultura*. Torino: UTET, 335-357.
- BENZONI, Maria Matilde (2012). *Americhe e modernità. Un itinerario fra storia e storiografia dal 1492 ad oggi*. Milano: FrancoAngeli.
- BOTERO, Giovanni (2015-2017). *Le relazioni universali*, ed. B.A. Raviola, 3 vol. Torino: Nino Aragno Editore.
- BOTERO, Giovanni (2016 [1588]). *Delle cause della grandezza delle città*, ed. C. Oreglia, con un saggio di L. Firpo. Torino: Nino Aragno Editore. (I ed. or. 1588).
- BRIZZU, Gian Paolo e GRECI, Roberto (eds.) (2002). *Gesuiti e università in Europa (secoli XVI-XVIII)*. Atti del Convegno di studi, Parma, 13-15 dicembre 2001. Bologna: Clueb.
- CANTIMORI, Delio (2002 [1939]). *Eretici italiani del Cinquecento. Ricerche storiche*, Introduzione e c. di A. Prosperi. Torino: Einaudi.

- CHABOD, Federico (2017 [1934]). *Giovanni Botero*. Con un saggio introduttivo di G. Sasso. Torino: Nino Aragno Editore.
- CHITTOLINI, Giorgio; MOLHO, Anthony; SCHIERA, Pierangelo (eds.) (1994). *Origini dello Stato. Processi di formazione statale in Italia fra medioevo ed età moderna*. Bologna: il Mulino.
- DANNA, Casimiro (1880). *Lettere inedite del celebre autore della Ragion di Stato Giovanni Botero*. Torino: Tipografia G. De Rossi.
- DEL RÍO BARREDO, Maria José (2006). “El viaje de los príncipes de Saboya a la corte de Felipe III (1603-1606)”, in P. Bianchi e L. C. Gentile (a c. di), *L’affermarsi della corte sabauda. Dinastie, poteri, élites in Piemonte e Savoia fra tardo medioevo e prima età moderna*. Torino: Zamorani, 407-434.
- FELICI, Lucia (2021). *Senza frontiere. L’Europa di Erasmo (1538-1600)*. Roma: Carocci.
- FERRARO, Igor (2018). “Alessandro Tesauro, ‘lo specchio del perfetto gentiluomo di corte’ ed ‘il gran Botero’”, in B.A. Raviola (a c. di), *Boteriana I. Giovanni Botero a 400 anni dalla sua scomparsa*. Torino: Nino Aragno Editore, 85-97.
- FERRO, Roberta (2007). *Federico Borromeo ed Ericio Puteano. Cultura e letteratura a Milano agli inizi del Seicento*. Roma: Biblioteca Ambrosiana – Bulzoni.
- FIRPO, Luigi (1971). “Botero, Giovanni”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 13. Roma: Treccani (https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanni-botero_%28Dizionario-Biografico%29/).
- FIRPO, Massimo (1993). *Riforma protestante ed eresie nell’Italia del Cinquecento. Un profilo storico*. Roma – Bari: Laterza.
- GIULIANI, Marzia (2007). *Il vescovo filosofo. Federico Borromeo e I sacri ragionamenti*. Firenze: Olschki.
- GIULIANI, Marzia (2021). “Da Milano all’Europa. Giovanni Botero, Carlo Borromeo e gli *Epistolarum Libri Duo*”, in B. A. Raviola (ed.), *Boteriana II. Giovanni Botero fra il De regia sapientia e le Relazioni universali*. Torino: Centro Studi Piemontesi, 23-50.
- GRECO, Gaetano (a c. di) (2014). *Il principe, la spada e l’altare*. Pisa: Edizioni ETS.
- HUIZINGA, Johan (2002 [1941]). *Erasmo*, Torino: Einaudi.
- MERLIN, Pierpaolo (2004). *La forza e la fede. Vita di Carlo V*. Roma – Bari: Laterza.
- NASO, Irma (2008). “La laurea in teologia di Erasmo da Rotterdam a Torino”, in E. Pasini e P. B. Rossi (a c. di), *Erasmo da Rotterdam e la cultura europea*. Atti dell’incontro di studi nel V centenario della laura di Erasmo all’Università di Torino (Torino, 8-9 settembre 2006). Sismel: Edizioni

- del Galluzzo, 291-312.
- NEGRUZZO, Simona (2001). *Collegij a forma di Seminario. Il sistema di formazione teologica nello Stato di Milano in età spagnola*. Brescia: Editrice La Scuola.
- NEGRUZZO, Simona (ed.) (2018). *Le Università e la Riforma protestante. Studi e ricerche nel quinto centenario delle tesi luterane*, Studi e ricerche sull'università. Collana del Centro interuniversitario per la storia delle università italiane diretta da G. P. Brizzi e M. Cavina. Bologna: il Mulino.
- PAVONE, Sabina (2004). *I gesuiti dalle origini alla soppressione*. Roma – Bari: Laterza.
- PRODI, Paolo (2013). *Università dentro e fuori*. Bologna: il Mulino.
- RAVIOLA, Blythe Alice (2020). *Giovanni Botero. Un profilo fra storia e storiografia*. Milano: Bruno Mondadori.
- RAWLINGS, Helen (2008 [2006]). *L'Inquisizione spagnola*. Bologna: il Mulino.
- RIVERO RODRÍGUEZ, Manuel (2005). *Gattinara, Carlos V y el sueño del Imperio*. Madrid: Silex.
- ROGGERO, Marina (1986). “L'educazione delle classi dirigenti: il modello gesuitico”, in N. Tranfaglia e M. Firpo (eds.), *La storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea*, vol. IV, *L'Età Moderna*, t. 2, *La vita religiosa e la cultura*. Torino: UTET, 359-378.



ARTIGOS

Do rei, da rainha ou da infanta: o tabelionato de Torres Vedras entre os séculos XIII e XV

By the king, queen or infanta: the notaries of Torres Vedras between the 13th and 15th centuries

ANA PEREIRA FERREIRA¹

Universidade de Évora, CIDEHUS | Universidade de Lisboa, Centro de História, Faculdade de Letras

anapsferreira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6153-9347>

Texto recebido em / Text submitted on: 08/01/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 11/05/2022

Resumo. Conhecer o tabelionato das vilas e cidades portuguesas é um exercício que vai além da simples análise diplomática da documentação medieval. Na verdade, a análise destes homens permite-nos ter um maior conhecimento sobre os ofícios medievais presentes nas vilas e cidades, as relações sociais e de clientelismo, os parentescos, os recursos económicos que cada um tentava alcançar, o desenvolvimento cultural de determinada zona. Pretendeu-se, nesta reflexão, dar a conhecer o tabelionato torriense que laborou entre os reinados de D. Dinis (1279-1325) e D. Afonso V (1438-1481), analisando as suas carreiras. Com o devido enquadramento dado pelo que se sabe sobre a história medieval da vila, procurou-se conhecer as características gerais do tabelionato torriense e a partir daí estabelecer ligações entre os números do tabelionato torriense e vicissitudes históricas como a Peste Negra, o Cerco de Torres Vedras de 1384 ou quem detinha o poder sobre a vila. Tentou-se também entender os sinais usados pelos oficiais da escrita torrienses e traçar alguns paralelos com *signum* de tabeliães de Lisboa. Outra problemática abordada foi a das intitulações destes homens: um período particularmente interessante de analisar é o do Interregno de 1383-85. Por fim, procurou-se conhecer a tipologia documental produzida em Torres Vedras e comparar com o que sucedia em outras cidades e vilas do reino.

Palavras-chave. Tabelionato, Escrita, Ofício, Idade Média, Torres Vedras.

Abstract. To know the notary public of Portuguese village and cities is an exercise that goes beyond a simple diplomatic analysis of medieval documentation. In fact, the analysis of these writing officials allows us to have a greater knowledge about the medieval professionals present in the cities, the social and clientelist relations and the economic resources that each one tried to reach, and, at last, the cultural development of a given zone. It is our intended to let known the *torriense* notary that worked between the reigns of D. Dinis (1279-1325) and D. Afonso V (1438-1481), analyzing their careers. Establish connections between the numbers of the *torriense* notary public and historical events such as the Black Death, the siege of *Torres Vedras* of 1384 or who held power over the village. To know and analyze the *signum* used by *Torres Vedras*' writing officers and make some parallels with

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito de uma bolsa de doutoramento FCT (SFRH/BD/137506/2018). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e fundos internacionais através do Fundo Social Europeu, sob o projeto UIDB/00057/2020.

the *signum* of notaries in Lisbon. Another issue that was attempted was the titles of these men: a particularly interesting period to analyze the forms of titles used by notaries is that of 1383-85. Although, we have notaries of the king, queen and infanta in the period under analysis. We also want to know the documents typology produced in *Torres Vedras* and compare with what happened in other villages and towns of the kingdom.

Keywords. Medieval public notary, writing, office, Middle Age, *Torres Vedras*.

Introdução

Conhecer o tabelionato das vilas e cidades do reino, que tipo de documentação redigiam, as suas redes clientelares e de parentesco e os poderes e influências que poderiam ter, são essenciais para um conhecimento mais assertivo da História Local.

Os estudos sobre o tabelionato em Portugal têm sido recorrentes nas duas a três últimas décadas, surgindo por iniciativa de novas gerações de investigadores que continuam o trabalho iniciado por João Pedro Ribeiro (RIBEIRO 1798) e Gama Barros (BARROS 1914: 721-794).

Um estudo incontornável no âmbito do tabelionato é a tese de doutoramento de Bernardo de Sá Nogueira (SÁ-NOGUEIRA 2008), que analisa a génese do tabelionato e a sua consolidação nas várias vilas e cidades do reino no início do século XIII. Ainda no âmbito de teses e dissertações, os tabeliães do Porto foram estudados por Ricardo Seabra (SEABRA 2012; 2020), os de Santarém por Leonor Garcia (GARCIA 2011) e João Romão analisou o tabelionato a partir das Chancelarias de Afonso V (ROMÃO 2014). Na forja está ainda a nossa tese de doutoramento sobre a análise do poder da escrita do tabelionato de Lisboa².

Existem ainda outras dissertações e artigos que importa considerar, nomeadamente os que incidiram sobre indivíduos notabilizados pelas suas carreiras. É o caso da análise de Afonso Guterres (FRESCO 2006) e de Lourenço Eanes (SÁ-NOGUEIRA 1988), ambos tabeliães de Lisboa. Quanto a artigos, com análises mais centradas em vilas e cidades do reino, são de mencionar os estudos sobre os tabeliães do Algarve, Braga, Bragança e Torre de Moncorvo (CUNHA 1987; 1990; 2006; 2018 respetivamente), os de Coimbra (SANTOS 1990-92), Leiria (GOMES 2000; 2006), os de Guimarães (RODRIGUES 2022) e ainda os de Loulé (FERREIRA 2021).

Dois artigos essenciais para se compreender esta profissão são ainda de referir. O primeiro, da autoria de Isaiás da Rosa Pereira (PEREIRA 1986),

² “A cidade de Lisboa e a Universidade: o tabelionato régio e o poder da escrita, 1377-1438”, bolsa de doutoramento FCT (SFRH/BD/137506/2018).

que aborda a regulamentação do ofício de acordo com os regimentos conhecidos. O segundo, da lavra de Maria Helena da Cruz Coelho, no qual a autora esquematiza os poderes socioprofissionais destes oficiais (COELHO 1994: 173-211). Sobre a legislação então existente e a sua confrontação com a realidade documental, nomeadamente no que concerne ao bom desempenho do ofício e às cobranças feitas pelo tabelionato, existem dois artigos de Cristina Cunha e Ricardo Seabra (CUNHA e SEABRA 2018; 2021).

Do tabelionato régio ao notariado dos *scriptoria* de Sés, vários foram os autores que analisaram a produção documental medieval. Para os notários de Braga destaca-se a obra de Cristina Cunha (CUNHA 2005); para a Sé de Coimbra a tese de Maria do Rosário Morujão (MORUJÃO 2010); a Sé do Porto foi analisada por Maria João Oliveira e Silva (SILVA 2014); e o caso de Lamego foi investigado por Anísio Saraiva (SARAIVA 2003). Ainda que a análise de vilas e cidades (tabeliães públicos) seja muito distinta da análise de instituições religiosas (notários apostólicos), não se pode deixar de considerar as informações trazidas por estes trabalhos.

A opção de tratar agora o tabelionato torriense prende-se com o facto de ser uma vila doada pelos reis às rainhas em determinados momentos no período medieval, particularidade ainda não estudada no que a estes oficiais diz respeito. Desde D. Urraca de Castela que há indícios das terras que as rainhas recebiam de *arras*. Seriam uma compensação pela sua função e uma forma de afixar o seu sustento ainda em vida do monarca.

Inicialmente, as terras que compunham o património doado às rainhas-consortes não eram fixas, variando de rei para rei o que este doava à respetiva esposa. Torres Vedras não surge referenciada nos principais trabalhos dedicados à temática (COSER 2020; SILVA 2016; RODRIGUES 2008), como tendo sido atribuída às rainhas iniciais, nomeadamente D. Urraca (consorte de D. Afonso II), D. Mécia (casada com D. Sancho II) ou D. Isabel (esposa de D. Dinis). Há, contudo, indícios na documentação de que a terra teria sido doada a D. Beatriz por D. Afonso III, sabendo-se com certeza que foi dada pelo rei D. Fernando a D. Leonor Teles (COSER 2020: 234) e que seria, a partir do diploma de 14 de fevereiro de 1387, uma vila permanente no rol que compunha o património das rainhas (RODRIGUES 2008: 230). Foi com D. Filipa de Lencastre que a Casa das Rainhas teve maior organização e que o património de vilas “da rainha” passou a ser constante. Assim, D. Leonor de Aragão recebeu Torres Vedras quando se tornou rainha, ao passo que 10 anos depois, Afonso V deu a vila a D. Isabel, ainda antes de ser rainha, em 1443 (SILVA 2016: 231).

Quanto à base documental que suporta este estudo, os cartórios das colegiadas de Torres Vedras foram os fundos analisados, a saber: Santa Maria do

castelo de Torres Vedras, S. Pedro de Torres Vedras e S. Miguel de Torres Vedras. Apenas a Colegiada de Santiago se mostrou infrutífera para o propósito traçado.

Uma vez que Ana Maria Rodrigues (1995) identificara já os proprietários presentes na região, isto é, o rei/rainha, as colegiadas torrienses, os mosteiros de Alcobaça, Celas e os crúzios de Coimbra, decidiu-se juntar à documentação referente às colegiadas de Torres Vedras, a guardada no cartório de Alcobaça e do mosteiro de Celas (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [doravante ANTT], Mosteiro de Alcobaça, 1ª Incorporação, maços 16 a 42; ANTT, Mosteiro de Alcobaça, 2ª Incorporação; e ANTT, Mosteiro de Celas, maços 3 a 13), deixando apenas de fora da análise o fundo de Santa Cruz de Coimbra. A razão deste procedimento diz respeito à baixa probabilidade de encontrar documentação de relevo no fundo referido, já que as colegiadas de Torres e o mosteiro de Alcobaça eram as instituições mais presentes na zona em estudo. A pesquisa no fundo do mosteiro de Santa Cruz permanece, assim, por realizar.

Por fim, a cronologia. Considerou-se que a análise seria mais pertinente com uma cronologia ampla, que abarcasse um conjunto documental significativo, permitindo analisar a duração de carreiras, alterações, parentescos e relações entre indivíduos. Além disso, a maioria das colegiadas torrienses apenas tem documentação a partir do reinado dionisino, sendo lógico iniciar aí o estudo. Querendo evitar uma cronologia mais moderna, em que a própria letra se transforma na grafia manuelina (COELHO 2006), decidiu-se situar no fim do reinado de Afonso V o termo do estudo. Porém, para efeitos de análise de carreiras foram considerados alguns anos antes do reinado de D. Dinis, acompanhando carreiras de tabeliães iniciadas no decurso do reinado de Afonso V, mas que se prolongaram para além deste reinado.

Os homens e o ofício

Tipologias documentais e locais de produção

Da análise documental dos fundos referidos anteriormente conseguiu-se obter, para a cronologia identificada, um total de 112 indivíduos a desenvolver o ofício de tabelião na vila de Torres Vedras. Entre estes, treze surgem como testemunhas de atos de outros tabeliães. São por isso 99 os tabeliães que redigiram instrumentos, com sinal, entre 1279 e 1481.

Para a cronologia em análise há um total de 797 documentos, distribuídos por 4 grandes fundos: Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras (181 documentos, escritos por 47 homens), Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras (120

documentos, escritos por 43 tabeliães), Colegiada de Sta. Maria do Castelo de Torres Vedras (374 registos, escritos por 68 oficiais da escrita) e o Mosteiro de Alcobaça, documentos particulares, 1ª e 2ª incorporações (total de 122 instrumentos, escritos por 33 homens). Não chegou aos dias de hoje nenhum documento da Colegiada de Santiago de Torres Vedras nem do Mosteiro de Celas lavrado por tabeliães de Torres Vedras, no período considerado.

A distribuição por tipologia documental destes 797 instrumentos pode ser analisada a partir do gráfico 1:

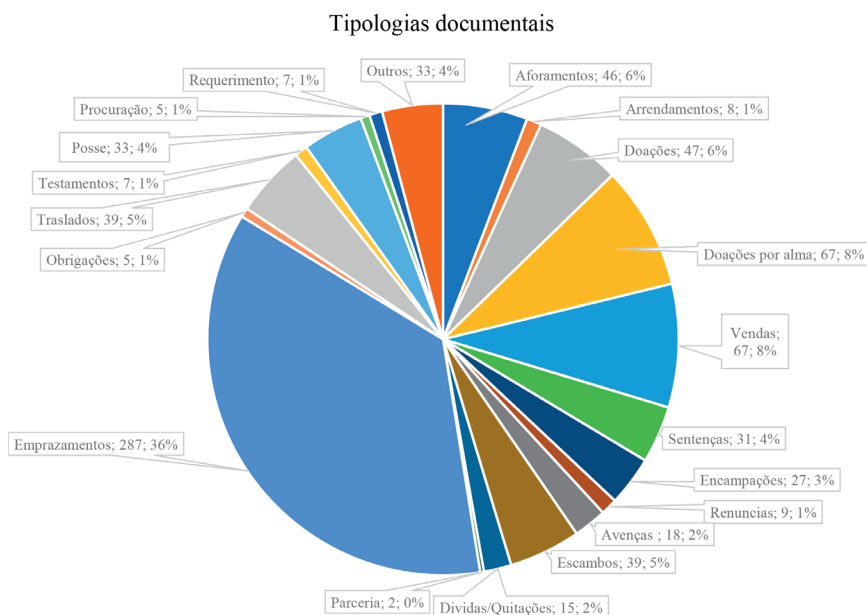


Gráfico 1. Tipologias documentais.

Dos 99 tabeliães que escreveram em Torres Vedras no período em análise, apenas 10 trabalhavam para todas as instituições acima referidas, isto é, as colegiadas torrienses e o mosteiro de Alcobaça.

Os tabeliães tinham a obrigatoriedade, por regimento régio, de indicar o valor a cobrar por documento (Livro das Leis e Posturas 1971: 64, 65; PEREIRA 1986: 697). Tal sucede em 392 registos, havendo por isso 405 documentos que nada referem quanto ao custo.

O primeiro instrumento onde consta o registo do valor a pagar data de 1343, uma doação por alma escrita pelo tabelião João Rodrigues e pela qual cobrou 8 soldos (ANTI, Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras [doravante CSPTV],

maço 1, doc. 51). Esta data não será de espantar, uma vez que no reinado de Afonso IV terá havido um reforço da obrigação do registo dos emolumentos a cobrar (Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico, Livro dos Pregos, doc. 41; CUNHA e SEABRA 2021: 295).

Por vezes foi indicado apenas o valor, outras vezes complementado com a referência “com nota” ou “com registo” e “com ida” (ANTT, CSPTV, maço 1, doc. 13, ANTT, Colegiada de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras [doravante CSMCTV], maço 42, doc. 2; ANTT, CSPTV, maço 2, doc. 127). Em alguns casos o tabelião acrescentou ainda a expressão “com autoridade”, como fez João Domingues, num emprazamento de 1350 (ANTT, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça [doravante MSMA], 2ª Inc., maço 25, doc. 569). O mesmo sucedeu com Vasco Esteves. Numas cláusulas de testamento lavradas em 1352 indicou o valor a cobrar de “6 soldos com autoridade” (ANTT, CSMCTV, maço 22, doc. 9).

Quanto à expressão “com registo”, surge pela primeira vez em 1351, sendo indicada em 54 documentos: emprazamentos, doações, escambos, e outros. Não há, por isso, uma relação entre a indicação do registo ou não e a tipologia documental.

Apesar de os tabeliães cobrarem a deslocação nos documentos, esta diz respeito frequentemente a movimentações dentro da própria vila: seja a ida a igrejas de Torres Vedras, seja a casas particulares dentro da vila. De 123 registos compulsados em que se refere a cobrança do valor “com ida”, apenas 7 dizem respeito a deslocações fora de Torres Vedras, sendo o caso de aldeias e vilas limítrofes como Monte Agraço, Turcifal, Caralhoeira, Ameal e Maceira (ANTT, MSMA, 2ª Inc., maço 17, doc. 386; ANTT, MSMA, 2ª Inc., maço 17, doc. 391; ANTT, Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras [doravante CSMTV], maço 8, doc. 153; ANTT, CSPTV, maço 2, doc. 98; ANTT, CSMCTV, maço 41 (6 de pergaminhos), doc. 28; ANTT, CSPTV, maço 2, doc. 108; ANTT, CSMCTV, maço 11, doc. 2). O Regimento de 1305 é claro quando refere que devia ser cobrada a deslocação em escrituras feitas “fora das vilas ou cidades” (*Livro das Leis e Posturas* 1971: 64, 65). Porém, a restante legislação apenas menciona “fora do seu lugar” (CUNHA e SEABRA 2021: 99), o que dificulta uma análise cuidada. Estaria a ser considerado “lugar” enquanto vila/cidade? Ou enquanto paço? No caso de a expressão “lugar” se referir à vila/cidade de labor – designação frequente na Idade Média – então verifica-se uma cobrança de valores de deslocação incompreensíveis, dado serem documentos feitos dentro “do seu lugar”, a vila.

Por fim, a referência a “com autoridade” é bastante menos comum, aparecendo em apenas 7 instrumentos. A grande maioria destes (5) são cláusulas

testamentárias, aos quais se juntam um emprazamento e uma sentença.

Existe um só caso, um emprazamento de 1373 (ANTT, CSMTV, maço 5, doc. 92), em que o tabelião Lourenço Peres escreveu “pague *nihil*”. Apesar de estar previsto nas regulamentações que o tabelião podia decidir não cobrar – devendo colocar esta indicação (CUNHA e SEABRA 2021: 297) – este foi o único caso encontrado para Torres Vedras.

Apesar da obrigatoriedade de indicação do custo do instrumento, foi um hábito comum nas várias vilas e cidades tal ordem ser ignorada. Apenas se supõe o motivo da omissão dos emolumentos: talvez a cobrança indevida de um valor mais alto que o real por parte do tabelião, como frequentemente era queixa em Cortes (*Cortes portuguesas...* 1982: 50; Arquivo Municipal de Lisboa-AH, Chancelaria Régia, Livro 1º de cortes, doc. 11, fl. 72v-73; DIAS 2004: 13). Porém, os hiatos temporais, onde não há referência aos custos a cobrar por parte do legislador, as desvalorizações da moeda e a dificuldade em analisar os tamanhos dos pergaminhos e as várias vicissitudes que pairavam em redor da feitura de um documento (se tinha ou não deslocação, se tinha ou não pregão...), dificultam a análise desta questão de forma assertiva.

Nome	Data
João Martins(?)	1339
Bartolomeu Vicente	1387-1388
Domingos Eanes	1407
João Domingues	1410-1427
Afonso Eanes	anterior a 1435
João Rodrigues	1435
Fernão Gonçalves	1442
João do Paço	1446-47
João D'Óbidos	1481
Vicente Seligro (?)	1483
Gomes Eanes	1495
Gonçalo Álvares	1507
Tristão ?	1511

Tabela 1. Pregoeiros do concelho presentes na documentação³.

³ Eis alguns exemplos de documentos com indicação do pregão/pregoeiro: ANTT, CSPTV, maço 3, doc. 134; ANTT, CSMCTV, maço 27, doc. 42; ANTT, CSPTV, maço 2, doc. 85; ANTT, CSPTV, livro 15, fl. 2v-3v; ANTT,

A presença de documentos em que são referidos pregoeiros, principalmente no caso de emprazamentos, é recorrente na documentação torriense. Verifica-se uma complementaridade entre a oralidade e a escrita, frequentemente existente na Idade Média, onde os pregoeiros faziam ouvir o que os tabeliães tinham escrito. Atente-se na tabela dos pregoeiros que foi possível apurar para Torres Vedras no período analisado (tabela 1).

Apenas em 126 documentos foram indicados outros tabeliães como testemunhas e tal aconteceu frequentemente em documentos elaborados no paço dos tabeliães ou nos paços do concelho (ANTT, CSPTV, maço 1, doc. 30; ANTT, MSMA, 2ª Inc., maço 59, doc. 8). Tal facto significa que se aproveitava a proximidade de colegas de profissão para completar o conjunto de testemunhas necessário à elaboração de um documento.

Sobre a questão de onde eram elaborados os documentos pelos tabeliães de Torres Vedras, apenas 22 documentos dos 797 registados foram elaborados no paço dos tabeliães em Torres Vedras. Vem do tempo de D. Dinis a indicação de que sempre que houvesse dois ou mais tabeliães numa mesma vila, devia haver paço onde os clientes poderiam encontrar os profissionais (Livro das Leis e Posturas 1971: artº 21; PEREIRA 1986: 686, artº 16). Já no caso do tabelionato de Lisboa, em investigação, a produção no paço foi muito menor que em relação à produção nas igrejas e outros locais. Verifica-se por isso que, mesmo existindo paço e a obrigatoriedade de lá estarem os tabeliães, tal sucede poucas vezes.

Na maioria dos casos os tabeliães deslocavam-se, por isso, ao cliente. Praticamente um terço da documentação foi feita nas igrejas ou nos respetivos adros, num total de 278 instrumentos a dividir pelas igrejas de Santiago (30), S. Pedro (115), S. Miguel (54) e Santa Maria do Castelo (79).

O segundo maior registo de produção respeita a documentos feitos em casas/pousadas particulares, com 187 instrumentos que foram elaborados em casas de clérigos, testadores, oficiais concelhios e outros particulares. Quais os motivos que levaram à escolha destes espaços ao invés das igrejas é algo que não se consegue justificar.

O seguinte gráfico sintetiza a informação:

CSPTV, maço 2, doc. 118. De esclarecer, ainda, que os três últimos pregoeiros referidos aparecem em data posterior ao da cronologia aqui tratada. Porém, tal deve-se a estarem indicados em documentos escritos pelo tabelião Pedro de Almeida, cuja carreira tem início ainda no reinado de Afonso V e vai até D. Manuel I, mas que – conforme se esclareceu em cima – quando tal sucede optou-se por acompanhar a carreira mesmo indo além da cronologia definida.

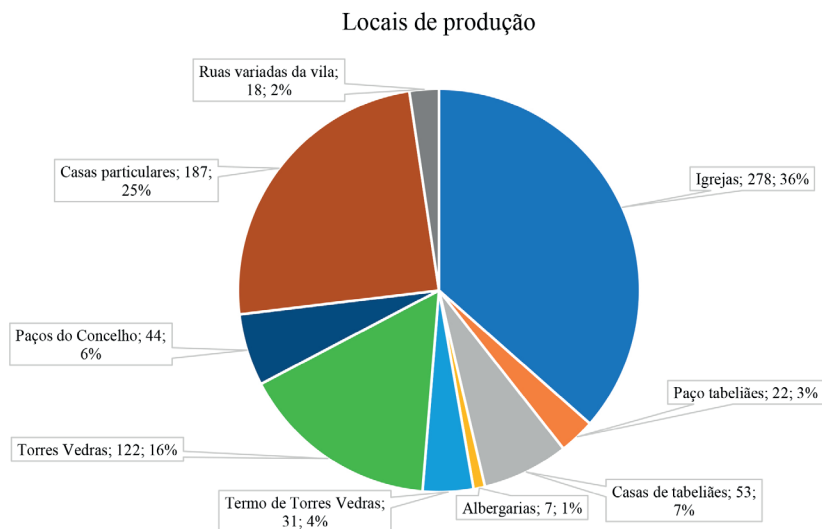


Gráfico 2. Distribuição dos locais de redação documental.

Tentando fazer uma análise a estes dados, há questões que ficam sem resposta. Nomeadamente a escolha de determinados espaços em detrimento de outros. Seria mais conveniente ao tabelião a permanência no paço, porém, tal sucede poucas vezes. Dos 22 documentos feitos no paço, 7 pertencem a Vicente Gonçalves na década de 10 do séc. XV e 5 a Vicente Afonso, na mesma cronologia. Os restantes dizem respeito ao séc. XIV. Juntos, aqueles dois tabeliães produziram mais de 50% dos documentos que foram lavrados naquele local. Porém, se se analisarem as suas produções totais, Vicente Gonçalves produziu 33 documentos onde se incluem locais como as igrejas, casas particulares, os paços do concelho e inclusive a sua própria casa. Vicente Afonso produziu 24 documentos e à semelhança do seu colega, produziu 19 documentos em outros locais que não o paço, nomeadamente nas igrejas e casas particulares.

Ainda que ambos tenham muito maior percentagem de documentos elaborados no paço que outros tabeliães, tal facto parece não ser suficiente para se considerar que tivessem preferência por este local. Os tabeliães que produziam no paço eram, por isso, os mesmos que andavam pela vila e seu termo.

Quanto à tipologia produzida neste espaço, é essencialmente relativa a contratos de locação: emprazamentos (11), doações (3), aforamentos (2), vendas (2), escambo (1). Porém, registamos ainda algumas tipologias diferentes, como doações por alma (1), avenças (1) e procurações (1).

Quanto aos documentos feitos nas casas dos próprios tabeliães, encontram-se vários casos, sendo que escrevem igualmente em vários locais e instituições

da vila. Existe a referência a estes locais de produção ao longo quer do séc. XIV, quer do séc. XV. Dos 51 documentos escritos em casa do tabelião, destaca-se o caso de Giral/Giraldo Vicente III, aquele que tem mais documentos (6) lavrados nesse espaço. A sua tipologia é essencialmente relativa a contratos: emprazamentos, escambos, vendas, obrigações e doações. É possível, eventualmente, relacionar a feitura de documentos em casa com tipologias com formulários menos exigentes.

Carreiras e Intitulações

Passando à análise das carreiras propriamente ditas, a média de anos de profissão destes homens situa-se nos 11 anos de labor. Porém, como sempre sucede, há casos de tabeliães que surgem mencionados uma única vez, figurando por isso para os devidos efeitos apenas 1 ano de carreira, o que não corresponderá à verdade e irá desfasar a média de anos de atividade daquela que seria a realidade. Se não se considerarem os 28 casos com 1 ano de carreira, a média sobe para 18 anos e se forem retirados todos aqueles que apenas tivessem, pelos registos encontrados, 3 anos ou menos de carreira, a média sobe para os 24 anos de profissão.

Já Cruz Coelho tinha detetado, a partir do levantamento das datas extremas de laboração dos tabeliães torrienses feito por Ana Maria Rodrigues, uma média de 18 anos de carreira de entre 74 oficiais (COELHO 1994: 182), para um período entre 1285 e 1518 (RODRIGUES 1995: 601-603).

Se for traçado um paralelo com outras localidades, verifica-se em Loulé, entre finais do século XIV e todo o século XV, uma média de 11 anos de carreira (FERREIRA 2021: 69). Para o caso de Lisboa, no período 1377-1438, a média situa-se em 14,5 anos de carreira, que sobe para 19 anos se forem isolados todos os que apresentam menos de 3 anos de atividade. Para Santarém, Leonor Garcia apurou uma média de 10 anos de carreira ou 15, se forem retirados os que têm menos de 3 anos no ofício (GARCIA 2011: 37). No Porto, estas médias de anos de carreira são de 6 anos ou 12, excluindo os mesmos casos com menos de 3 anos de carreira (SEABRA 2012: 65).

As carreiras mais longas em Torres Vedras foram as dos tabeliães Álvaro Gonçalves e Pero de Almeida, contemporâneos, que laboraram durante 52 e 57 anos, respetivamente, na segunda metade do séc. XV. Existem ainda vários outros casos com carreiras que variam entre os 30 a 43 anos. De notar que o ofício, de acordo com a legislação (COELHO 1994: 182), não devia ser dado a menores de 25 anos, pelo que estes homens poderiam ter idades, pelo menos, entre os 55 e os 82 anos (valores baseados no cálculo de 25 anos + 30 anos de

carreira ou 25 anos + 57 anos de carreira).

No entanto, é de observar que o que efetivamente deve ser estimado para início de carreira é a carta de nomeação onde o tabelião era investido no ofício que pode ou não coincidir com esta idade de 25 anos. Da mesma forma, considera-se uma data final conforme o último registo que se encontrou da sua atividade, o que também pode não ser efetivamente o fim, que só teria efeito com a morte ou pedido de renúncia ao ofício. Porém, o exercício anterior teve somente o propósito de dar ideia da idade até à qual estes homens poderiam trabalhar.

Nos casos analisados de Lisboa e Loulé não se encontra um caso de longevidade tão acentuada como a de Pero de Almeida em Torres Vedras, sendo que a maior carreira que se encontrou em Lisboa pertenceu a Lopo Domingues, com 51 anos de labor e cujo tabelião pedira escusa do ofício ao rei por já estar cego. No caso de Loulé, a carreira mais longa pertenceu a João Rodrigues Monteiro, com 46 anos de laboração (FERREIRA 2021: 26).

Para Santarém, Leonor Garcia aponta a carreira mais longa em 37 anos (GARCIA 2011: 37), o que a somar aos 25 anos de investidura daria 62 anos de idade. Tal média é semelhante no caso português, com as carreiras mais longas a situarem-se nos 32 e 41 anos (SEABRA 2012: 65), dando aos seus protagonistas 57 e 66 anos de idade.

Já para Braga a longevidade aumenta, sendo que Cristina Cunha aponta carreiras de 49, 56 e 59 anos (CUNHA 1990: 252). Tal daria idades de 74, 81 e 84 anos, indo ao encontro dos exemplos referidos para Torres Vedras.

Fora do reino, em Sevilha, Pilar Ostos e Maria Luísa Pardo Rodriguez identificam carreiras com 50, 52, 56, 57 e 58 anos de longevidade, o que daria aos seus detentores idades septuagenárias e octogenárias (OSTOS e PARDO RODRIGUEZ 2003: 24; CRUZ 1994: 179, nota 28).

Para os tabeliões de Torres Vedras não se achou nas chancelarias pedidos de escusa do ofício por idade, mas verificou-se um acentuado deterioramento da caligrafia e sinal do tabelião João Martins, conforme se pode observar nos exemplos das figuras 1a e 1b. O mesmo sucedeu ao tabelião João Rodrigues: uma letra que se degrada, muito mais tremida nos finais da carreira, sendo inclusive muita da documentação já escrita pelo seu escrivão jurado, João Afonso Redondo. Também o sinal do tabelião aparece com traços visivelmente mais tremidos (figuras 2a e 2b).

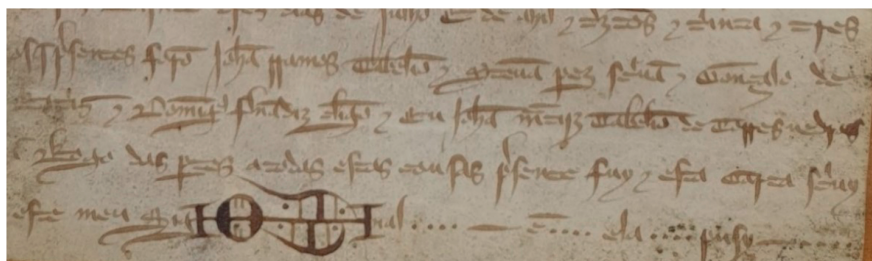


Fig. 1 a. Letra do tabelião João Martins no início de carreira, ano de 1295. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, CSPTV, maço 1, doc. 24.

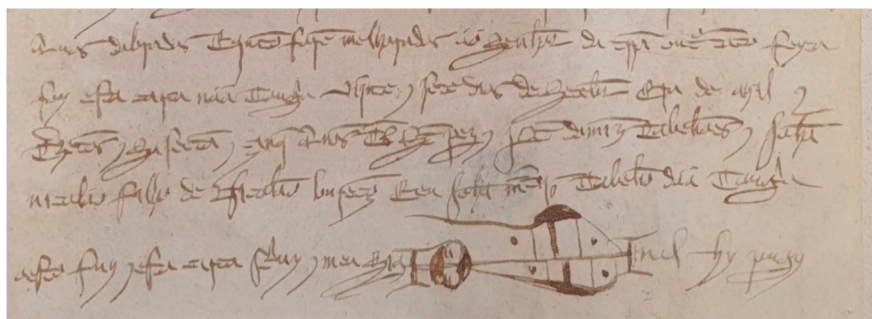


Fig. 1 b. Letra do tabelião João Martins no fim de carreira, ano de 1327. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, MSMA, 1ª Inc., maço 28, doc. 22.

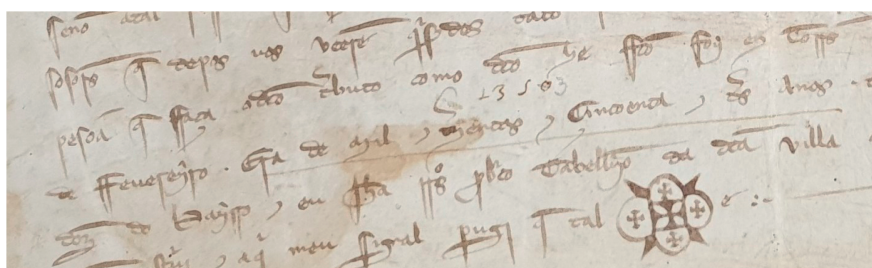


Fig. 2 a. Letra do tabelião João Rodrigues no início de carreira, ano de 1315. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, CSMCTV, maço 27, doc. 27.

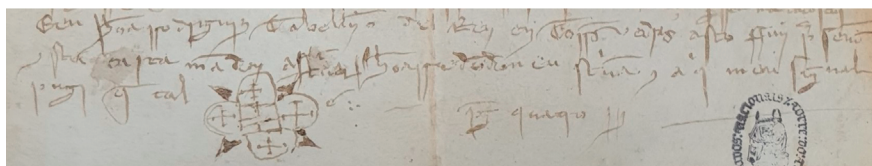


Fig. 2 b. Letra do tabelião João Rodrigues no fim de carreira, ano de 1348. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, CSMCTV, maço 26, doc. 3.

No caso de Álvaro Gonçalves, com mais de 52 anos de carreira, verifica-se uma alteração da letra ao longo dos anos. Não há referência a que tenham sido outros a escrever-lhe os documentos, pelo que se poderá considerar tratar-se apenas uma mudança na própria grafia do tabelião. Esta não é, por isso, uma degradação da escrita (apenas) pela sua idade, mas sim o acompanhar das mudanças da grafia que começaram na chancelaria régia, passando da gótica joanina (FERREIRA 2012) para a escrita humanística manuelina (COELHO 2006), tornando-se a letra muito mais corrida, com menor angulosidade e mais cursiva, conforme podemos analisar nos excertos infra.

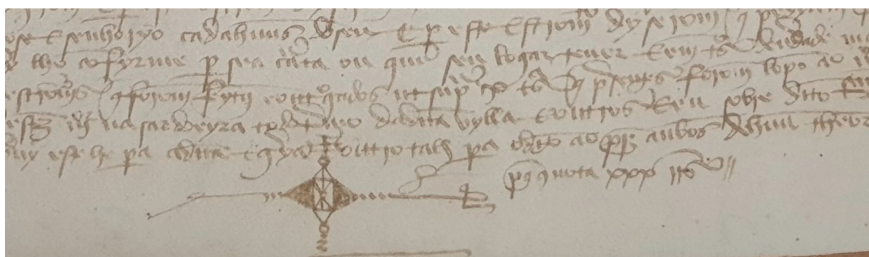


Fig. 3 a. Letra do tabelião Álvaro Gonçalves no início de carreira – gótica joanina de final de período, ano de 1467. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, CSPTV, maço 3, doc. 152.

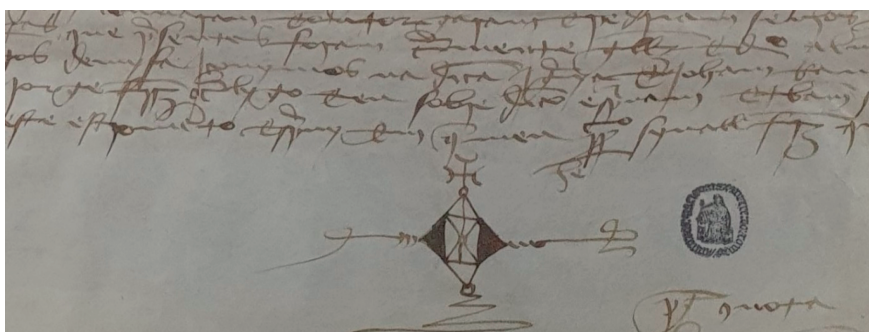


Fig. 3 b. Letra do tabelião Álvaro Gonçalves no fim de carreira – humanística manuelina, ano de 1511. Documento cedido pelo ANTT. ANTT, CSPTV, maço 3, doc. 191.

Sobre a distribuição dos oficiais torrienses da escrita por reinados, existiam 25 homens diferentes a laborar no reinado de D. Dinis, sendo que no reinado seguinte este número sobe para 29. Com D. Pedro eram 14 os oficiais da escrita em Torres Vedras, valor que subiu para 26 no reinado de D. Fernando. Com D. João I, incluindo o período de regência, registam-se 35 tabeliães, o que não é de admirar se se considerar a duração deste reinado, bem como a outorga de muitos ofícios como mercê, a apoiantes do Mestre. No reinado de D. Duarte

havia somente 6 tabeliães. No de Afonso V, apenas 14, o que causa surpresa dada a extensão do seu reinado.

No que respeita ao número de tabeliães a laborar em simultâneo, nem sempre é fácil estabelecer uma relação face ao que devia ser o número de oficiais determinado para cada lugar, vila e cidade e o valor que realmente existiu.

O reinado de D. Dinis conta com 2 a 3 homens a laborar em simultâneo nos primeiros 30 anos de reinado, valor que aumenta a partir de 1310, terminando com 8 a 9 homens desempenhando ofício em paralelo. No reinado seguinte registou-se entre 6 e 10 indivíduos a laborar em simultâneo em cada ano, havendo na maioria dos anos 7 tabeliães. Em 1348, ano do principal e mais forte surto da Peste Negra, havia 8 tabeliães a escrever em Torres Vedras em paralelo, mas, como já havia notado Ana Maria Rodrigues (1995: 80), apenas 3 dos 8 que lavravam em 1348 continuaram a laborar em 1349, havendo 5 novos tabeliães a escrever nesse ano, sendo uma hipótese a mortandade provocada pela Peste ter promovido o aparecimento destes 5 novos homens. André Silva, na sua tese de doutoramento (2021: 219, 222-224), refere que na zona norte do reino a Peste teria chegado, através das estradas e viajantes, no verão/início de outono de 1348 e arrasado as zonas interiores durante todo o ano de 1349. Não parece descabido que no caso torriense, vila próxima da costa e de Lisboa, cidade onde afluíam mais viajantes e mercadores, pudesse até ter chegado a Peste um pouco antes do que sucedeu a norte e interior do país. Também Maria Helena da Cruz Coelho (1983) foca o aparecimento da Peste em diferentes zonas do país, indo ao encontro desta possibilidade.

Em 1383 havia 12 tabeliães a trabalhar em simultâneo, dos quais apenas 7 se mantiveram a trabalhar em 1384. Tal pode justificar-se com fugas devido às guerras com Castela ou com o cerco de Torres Vedras de 1384-1385, o qual, como refere Ana Maria Rodrigues, relendo Fernão Lopes, levou os castelhanos a tomarem o castelo e a vila (RODRIGUES 1996: 17).

D. Dnis	Nº tabeliães	D. Afonso IV	Nº tabeliães	D. Pedro	Nº tabeliães	D. Fernando	Nº tabeliães	D. João I	Nº tabeliães	D. Duarte	Nº tabeliães	D. Afonso V	Nº tabeliães
1279	1	1325	8	1358	7	1367	9	1384	7	1434	5	1439	5
1280	2	1326	8	1359	7	1368	10	1385	8	1435	6	1440	5
1281	2	1327	8	1360	8	1369	11	1386	7	1436	6	1441	4
1282	1	1328	7	1361	8	1370	12	1387	10	1437	6	1442	4
1283	1	1329	6	1362	10	1371	11	1388	10	1438	5	1443	4
1284	1	1330	6	1363	6	1372	9	1389	11			1444	4
1285	2	1331	6	1364	6	1373	9	1390	11			1445	4
1286	2	1332	7	1365	6	1374	8	1391	10			1446	5
1287	2	1333	6	1366	8	1375	8	1392	10			1447	4
1288	1	1334	8			1376	9	1393	10			1448	3
1289	2	1335	7			1377	11	1394	10			1449	3
1290	1	1336	7			1378	10	1395	10			1450	3
1291	1	1337	7			1379	10	1396	10			1451	2
1292	1	1338	7			1380	9	1397	11			1452	2
1293	0	1339	7			1381	9	1398	11			1453	2
1294	0	1340	7			1382	10	1399	12			1454	2
1295	3	1341	7			1383	12	1400	12			1455	2
1296	2	1342	7					1401	9			1456	2
1297	2	1343	7					1402	9			1457	2
1298	2	1344	7					1403	9			1458	3
1299	2	1345	7					1404	13			1459	2
1300	2	1346	7					1405	8			1460	2
1301	3	1347	7					1406	10			1461	2
1302	2	1348	6					1407	9			1462	2
1303	2	1349	6					1408	7			1463	2
1304	2	1350	6					1409	7			1464	2
1305	2	1351	8					1410	8			1465	2
1306	2	1352	10					1411	11			1466	2
1307	3	1353	9					1412	8			1467	2
1308	4	1354	6					1413	9			1468	2
1309	4	1355	8					1414	7			1469	2
1310	4	1356	8					1415	7			1470	2
1311	4	1357	6					1416	6			1471	3
1312	4							1417	7			1472	3
1313	4							1418	7			1473	3
1314	5							1419	7			1474	3
1315	5							1420	7			1475	3
1316	6							1421	6			1476	3
1317	8							1422	6			1477	2
1318	9							1423	6			1478	2
1319	9							1424	6			1479	2
1320	9							1425	6			1480	2
1321	10							1426	7			1481	2
1322	9							1427	6				
1323	9							1428	6				
1324	8							1429	6				
								1430	6				
								1431	5				
								1432	5				
								1433	5				

Tabela 2. Tabeliães a laborar em simultâneo.

O reinado joanino começou com 7 oficiais da escrita e terminou com 5, havendo um crescendo na década de 90 com 10, 11, 12 e até 13 tabeliães sincronicamente a lavrar documentos. Este valor começou a decrescer em 1407 e principalmente na década de 20 de Quatrocentos. Ana Maria Rodrigues identifica ainda um surto de peste em 1395, cujas consequências, afirma a autora, com base nos emprazamentos da colegiada de S. Pedro, não teriam sido muito devastadoras (RODRIGUES 1996: 13). Os dados auferidos, no que aos tabeliães diz respeito, confirmam esta ideia, uma vez que aqueles que se conhece a laborar nos 3 anos de 1394, 1395 e 1396 são os mesmos 10 indivíduos. O aumento de tabeliães nas vilas e cidades ao longo deste período é, de resto, frequente. Tal sucede como consequência de um aumento do número de graças na atribuição do ofício como compensação pelo apoio a D. João I na Crise de 1383-85. Neste período, muitos dos novos tabeliães eram igualmente vassalos ou criados de infantes ou do próprio rei, conforme é confirmado por alguns autores (CUNHA e SEABRA 2021: 308).

A tabela 2 resume estes dados.

Se for feita comparação com Lisboa, os números, como seria de esperar, são bem diferentes. No estudo para a capital, foram registados dados para o período compreendido entre os anos de 1377 e 1438. O menor cômputo identificado de indivíduos a trabalhar em simultâneo são 19, em 1438. É por isso quase quatro vezes mais do que a modesta vila de Torres Vedras apresenta para o mesmo ano. Por oposição, o valor mais elevado foi de 54 em 1389. Porém, este valor será menor que o que existia na realidade, conforme se pode observar nas queixas em cortes e na documentação: em 1385 havia ainda mais de 60 tabeliães e em 1389 esse valor não teria baixado (CUNHA e SEABRA 2021: 133). No mesmo ano, Torres Vedras tinha uns modestos 10 tabeliães a trabalhar, cinco vezes menos. Porém, ambas coincidem com o aumento entre as décadas de 80 e 90 do século XIV e a diminuição a partir das décadas de 10/20 do século XV, motivada talvez pelas constantes queixas em cortes e pelos diplomas régios que surgiram a limitar o número de oficiais (CUNHA e SEABRA 2018: 133).

Os dados comparativos que existem para Santarém limitam-nos na cronologia, tendo Leonor Garcia estudado os oficiais da vila apenas até 1407. Ainda assim, para a década de 80 do séc. XIV, diz a autora que existiam 47 homens a laborar em simultâneo (GARCIA 2011: 11), valor que cai para 27 nos primeiros anos de Quatrocentos (GARCIA 2011: 11), o que demonstra a mesma tendência de diminuição apontada para Torres Vedras.

Em Loulé, os anos 80 de Quatrocentos contavam com 15 tabeliães, valor que tem um aumento considerável em 1400 (39 homens) para voltar a decair nas décadas de 10 e 20, com 9 e 4 homens, respetivamente (FERREIRA 2021:

18, 19). Porém, para este caso há que considerar as significativas discrepâncias de fontes documentais disponíveis para os variados anos.

Quanto a Óbidos, vila igualmente atribuída a rainhas, Manuela Santos Silva refere os dados constantes no *Livro do Tombo do Conselho de Óbidos*, onde através do “Livro das cartas”, consegue-se apurar alguns números de tabeliães a laborar: 2 tabeliães em 1410 e 1416, e somente 1 tabelião em 1418, 1423, 1424 e 1426, sendo que nestes 3 últimos anos foi o mesmo indivíduo, Vasco Fernandes (SILVA 2007: 38, 39). Porém, tratando-se de um livro de registos é possível que esteja incompleto e existissem mais tabeliães. Sintomático disso é a mesma autora afirmar que seriam 4 a laborar em 1387, entre os meses de junho e outubro (SILVA 2016: 230). Ainda assim, um número bastante aquém dos 10 que havia nesse ano em Torres Vedras.

Para Estremoz identificam-se 5 tabeliães em 1340 (REGO 1971: 483-490), valor inferior ao de Torres Vedras para o mesmo ano, que contava com 7 oficiais. Viseu aparece com uma média de 12 tabeliães no reinado de D. Fernando (ANTT, Chancelaria de D. João I, L. 3, fl. 37), ligeiramente acima da média torriense, que cifra nos 10 homens para esse reinado. Porém, teria 7 homens em 1394, o que fica abaixo de Torres Vedras, que teria 10 nesse ano.

Voltando ao caso torriense, quanto à produção documental, Fernão de Elvas foi o tabelião que mais documentos produziu, 53 no total dos seus 35 anos de carreira (1426-1460). Sabe-se ainda que o seu ofício e o seu livro de notas passaram para o já referido tabelião Álvaro Gonçalves e que teve, em 1435/1436, como escrivão jurado Álvaro Peres, que lhe tinha sido dado, anteriormente, por autoridade da infanta D. Isabel (ANTT, CSPTV, m. 2, doc. 128). Não se percebe, porém, se algum destes homens seria seu filho, criado ou apenas aprendizes que o seguiram no ofício.

Foi ainda possível apurar que Fernão de Elvas foi nomeado, em 1440, responsável pelos registos de receita e despesa do testamento de Afonso Álvares (ANTT, CSMCTV, m. 27, doc. 20), de quem Gil Vasques, também tabelião, foi nomeado testamenteiro. Este é um facto pouco comum, uma vez que nunca encontrei um tabelião a ser nomeado escrivão dos registos de receitas e despesas de um testamento. Não se consegue determinar, porém, quem terá sido este Afonso Álvares. Fernão de Elvas trazia, em 1445, uma herdade de vinha emprazada à colegiada de Santa Maria do Castelo (ANTT, CSMCTV, m. 14, doc. 20).

A sua intitulação ao longo dos anos de carreira é demonstrativa das mudanças administrativas que Torres Vedras, por ser usualmente vila dada às rainhas, conheceu: no primeiro documento que se compulsou da sua autoria, datado de 26 de junho de 1426 referiu-se a si mesmo como “tabelião por nossa senhora a rainha na dita vila” (ANTT, CSMCTV, maço 39 (1 de pergaminhos), doc.

25), para dois meses depois já se intitular “tabelião pela senhora infante em a dita vila” (ANTI, CSMCTV, maço 39 (1 de pergaminhos), doc. 23), denominação que vai utilizar até junho de 1429 (ANTI, CSPTV, L. 14, fl. 7-7v), com algumas variações, nomeadamente a inclusão do nome da infanta D. Isabel.

Após uns meses de hiato documental, temo-lo em dezembro de 1431 a designar-se como “tabelião por el rei meu senhor” (ANTI, CSMCTV, m. 29, doc. 16), referência que usou até abril de 1433. Tal justifica-se com o facto de a infanta D. Isabel ter casado com Filipe de Borgonha (1430), mas D. Leonor de Aragão só receber Torres Vedras após se tornar rainha, em 1433, uma vez que até então partilhava com D. Isabel o património das terras das rainhas (SILVA 2016: 231). Numas cláusulas testamentárias de 1434 voltou a intitular-se como tabelião da rainha: “Tabelião pela nossa senhora a rainha D. Leonor em a dita vila” (ANTI, CSMCTV, m. 29, doc. 3), o que manteve até agosto de 1442. Em novembro desse ano voltou a ser “tabelião d’el rei nosso senhor em a dita vila” (ANTI, CSPTV, m. 1, doc. 26) e, após um período de 3 anos sem se encontrar documentação da sua mão, reaparece em 1445 como “tabelião da rainha dona Isabel na dita vila” (ANTI, CSPTV, maço 3, doc. 138); neste caso, trata-se da consorte de Afonso V, que recebeu Torres Vedras em 1443.

Mais estranho foi o que sucedeu em 1450: se em fevereiro o tabelião mantinha a denominação de “tabelião da rainha D. Isabel” (ANTI, CSPTV, m. 3, doc. 145), em junho de 1450 volta a referir-se a si próprio como tabelião do rei (ANTI, CSMCTV, maço 27, doc. 18), para em novembro se intitular “tabelião por nossa senhora a rainha dona Isabel na dita vila” (ANTI, CSMCTV, m. 27, doc. 54). Não se registou mais documentação entre estes meses para que se possa verificar se terá sido um lapso ou por que razão teria mudado a intitulação para tabelião do rei a meio daquele ano.

Até 1453 recolheu-se documentação que atesta que se denominou tabelião da rainha e após 5 anos sem registos, em 1458 aparece como sendo “tabelião por autoridade real de nosso senhor el rei na dita vila” (ANTI, CSMCTV, m. 14, doc. 19), sendo com esta intitulação que termina a sua carreira, em 1460.

Estas alterações na forma de se autodenominarem vão ser recorrentes em todos os tabeliões, conforme os anos e as vicissitudes de mortes de rainhas, casamentos régios, existência ou não de infantas para assumir as terras. Isto é, há uma clara mudança na intitulação destes homens quando muda o responsável jurisdicional da vila, ou seja, quando se altera a pessoa que atribui a *auctoritas* ao tabelião.

O já citado tabelião Álvaro Gonçalves, que de Fernão de Elvas recebeu o ofício (ANTI, CSPTV, m. 2, doc. 120), começou a laborar, de acordo com os registos que se anotaram nesta investigação, em agosto de 1461, intitulando-se “tabelião por el rei em a dita vila” (ANTI, CSPTV, m. 3, doc. 150). Em 1465

juntou a expressão “termo” a Torres Vedras e em 1470 dizia-se “escudeiro, vassalo d’el rei nosso senhor e seu público tabelião por sua autoridade real em a dita vila e termo” (ANTI, CSMCTV, m. 12, doc. 2). Em janeiro de 1487 dizia ser “público tabelião pela senhora rainha Leonor nossa senhora em a dita vila e termo” (ANTI, CSMCTV, m. 8, doc. 2) e assim se manteve até 1491, quando se disse tabelião da princesa. Em 1502 refere-se como “público tabelião pela senhora rainha dona Maria em a dita vila e termo”, denominação que sabemos que usou, pelo menos, até 1508 (ANTI, CSMCTV, m. 14, doc. 4). Porém, o último registo que se possui da sua carreira data de 1511, e intitulou-se como “escrivão pelo reverendíssimo senhor dom Martinho arcebispo de Lisboa dante o vigário em a dita vila e público tabelião pela senhora rainha dona Maria” (ANTI, CSPTV, m. 3, doc. 191).

Mais exemplos existiriam, porém, estes dois casos serão suficientes para demonstrar as mutações que a intitulação dos tabeliães vai sofrendo.

De ressaltar que até 1318 os tabeliães apenas se intitulavam “tabelião da dita vila”, “público tabelião de Torres Vedras” ou outras designações similares, nunca fazendo referência ao rei, rainha e infantas. Em outubro desse ano apareceu, pela primeira vez, pela pena de Domingos Domingues II, uma intitulação como “tabelião d’el rei na dita vila” (ANTI, CSMTV, maço 7, doc. 124). A primeira vez que surgiu um tabelião a intitular-se como tabelião da rainha foi a 13 de fevereiro de 1349, Vasco Esteves (ANTI, CSPTV, m. 1, doc. 11). Ana Maria Rodrigues põe a hipótese de Torres Vedras ter sido doada uma primeira vez por Afonso III a D. Beatriz de Gusmão. A vila não foi, porém, passada desta rainha para a rainha D. Isabel, sua nora. Contudo, pela documentação compulsada, parece ter sido posse de D. Beatriz de Castela, nora de D. Isabel (RODRIGUES 1995: 113, 465-467).

As intitulações que envolviam as infantas, aparecem somente após a morte de D. Filipa de Lencastre, em janeiro de 1416, com Vicente Gonçalves II a intitular-se “tabelião da Infanta dona Isabel na dita vila” (ANTI, CSMCTV, m. 27, doc. 62).

Caso diferente é o do tabelião João Martins. Tendo elaborado um total de 12 documentos, entre 1295 e 1327, intitulou-se em 11 deles “tabelião de Torres Vedras”, para no último se designar “tabelião da Atouguia” (ANTI, MSMA, 1ª Inc., m. 28, doc. 22). O sinal e a grafia – do ponto de vista paleográfico – são os mesmos, pelo que se considera que seja o mesmo homem, que é possível que tivesse acumulado ou mudado de circunscrição, à semelhança do que foi já noticiado por Ricardo Seabra para tabeliães do Porto e regiões circundantes no séc. XV (SEABRA 2020).

Redes clientelares e familiares

Outra questão que importa compreender é a da existência de relações familiares e clientelares junto dos vários oficiais da escrita de Torres Vedras.

Apesar de se terem inventariado 99 tabeliães a redigirem documentação na ampla cronologia que aqui se abarca, não existem, porém, muitas informações sobre a sua vida, a começar pelos locais onde moravam. Ao contrário de Lisboa, onde se conhece as freguesias de morada de mais de uma dezena de tabeliães⁴, em Torres Vedras, ainda que muitos escrevam nas suas habitações, apenas se sabe que Barnabé Afonso morava na freguesia de Santiago (ANTT, CSPTV, m. 2, doc. 104).

No que a relações familiares diz respeito, conhecem-se as mulheres de 7 tabeliães, por os seus nomes surgirem ao lado dos maridos em negócios que firmaram com as colegiadas. A título de exemplo, refiro o caso de Martim Pais, casado com uma Dona Elvira Pascoal. O testamento da mulher mencionou o tabelião, as suas três filhas e o seu neto (ANTT, MSMA, 2ª Inc., m. 1, doc. 17). O facto de ela ser tratada por “Dona” pode indiciar que pertenceriam a um grupo socioeconómico superior a outros casais, mas sobre isso, nada mais se conseguiu apurar.

Quanto aos filhos de Gil Vasques, escudeiro e vassalo do rei, foi possível recolher várias informações. Teve um escrivão jurado que, a avaliar pela patronímica, poderia ser seu filho: Fernão Gil (ANTT, MSMA, 2ª Inc., m. 2, doc. 75). Sabe-se ainda que Álvaro Gil, casado com Catalina Gonçalves, era filho de Gil Vasques e foi testamenteiro de um sobrinho da mulher (ANTT, CSMCTV, maço 27, doc. 20).

Além destes, apenas há conhecimento de mais dois casos: um dos tabeliães Martim Eanes teve como filho Vasco Martins (ANTT, CSPTV, L. 14, fl. 1-1v) e Diogo Afonso foi pai do também tabelião Lopo Gil (ANTT, CSMCTV, m. 42 (7 de pergaminhos), doc. 14). O tabelião Vasco Esteves teve um enteado, Gonçalo, que foi testemunha num documento escrito pelo tabelião Fernão Garcia (ANTT, CSMCTV, m. 29, doc. 35). Estes exemplos são importantes por representarem a patrimonialização do tabelionado, fenómeno já amplamente confirmado pelos vários autores que tratam destas matérias, para as várias vilas e cidades do reino (SEABRA 2020: 232-247; FERREIRA 2021: 65; FRESCO 2006: 27).

Dos 99 tabeliães a redigir documentação, 11 tinham escrivães jurados dados por autoridade régia a lavrar os seus documentos⁵. São da autoria destes

⁴ Sabe-se a sua localização no âmbito da investigação para tese de doutoramento que está a decorrer.

⁵ São os casos dos tabeliães: Afonso Eanes (escrivão Lourenço Esteves); Domingos de Carnide (escrivão João

escrivães um total de 40 registos, de toda a espécie de tipologia: emprazamentos, aforamentos, vendas, encampações, posses, doações por alma, quitações e traslados. De reter somente que não se encontraram sentenças escritas por escrivães jurados. No final todos os documentos têm umas breves linhas do tabelião a dar fé pública ao documento e a apor o seu sinal. Destes 40 documentos, 36 são do séc. XIV e 4 são do séc. XV. Os locais de produção são também variados, desde o paço dos tabeliães, paços do concelho, casas particulares, igrejas e casas dos tabeliães. Alguns destes escrivães parecem estar associados a tabeliães com grande volume documental (Fernão de Elvas, Afonso Eanes, João Domingues, Vicente Gonçalves e João Rodrigues), mas existem igualmente escrivães jurados com tabeliães em que, pelo menos da documentação que chegou até hoje, tinham uma modesta ou baixa produção (caso de Gil Vasques, Estêvão Vicente, João Fernandes).

Outras relações profissionais que se conhece são as dos tabeliães que foram testamenteiros: Afonso Eanes foi testamenteiro e vendeu bens do testamento de uma Urraca Domingues, juntamente com o tabelião Domingos Domingues (ANTT, CSMCTV, m. 27, doc. 19). O mesmo sucedeu no caso já referido em cima, entre outros casos conhecidos para outras vilas e cidades do reino.

Já Martim Fernandes do Rego foi escudeiro do doutor Rui Gomes, vassalo do rei, provedor e administrador da capela de Lourenço Esteves (seu tio e prior da igreja de Sta. Maria do Castelo). Outro administrador da mesma capela foi Afonso Esteves, (também ele sobrinho de Lourenço Esteves), e raçoeiro da igreja de S. Pedro. A estes tem de se juntar Nascente Esteves, prior, (irmão do mesmo Lourenço Esteves) e provedor da sua capela, pelo que poderá ser igualmente tio ou pai do tabelião Martim Fernandes do Rego. Pela chancelaria régia chega, de 1464, uma confirmação do rei de uma mercê a um Garcia Fernandes do Rego, morador em Torres Vedras, escudeiro régio e tabelião geral (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L. 8, fl. 35), que muito provavelmente seria familiar deste tabelião torriense, sendo esta mais uma prova de que o ofício tenderia a ser fechado entre si, passado de pais para filhos, amos para criados, entre irmãos... Confirma a mesma carta (a original é da rainha D. Isabel, datada de 1448) que Garcia Fernandes do Rego poderia ser tabelião das notas da vila assim que vagasse por falecimento algum lugar de tabelião. Não se encontrou

Afonso); Estêvão Vicente (escrivão João Eanes, que indica ser seu criado); Fernão d'Elvas (escrivão Álvaro Peres); Gil Vasques, já referido; João Domingues (3 escrivães: Gonçalo Esteves, Luís Eanes, Gonçalo Eanes); João Fernandes (escrivão Giral Vicente, que depois foi tabelião); João Rodrigues (escrivão João Afonso Redondo); Vasco Esteves II (escrivão João Afonso); Vicente Afonso (escrivão Afonso Eanes); e Vicente Gonçalves (escrivão Afonso Martins).

documentação, porém, escrita pelo próprio ou a ser citado por outros tabeliães, pelo que pode não ter chegado a ser tabelião da vila.

O tabelião Pedro Afonso foi criado do rei e seu vassalo (pelas datas – 1437 a 1447 – teria sido vassalo dos reis D. Duarte, de quem também era criado, e D. Afonso V). O mesmo sucedeu com o já citado Álvaro Gonçalves, que foi escudeiro e vassalo do rei e com os tabeliães Rui Dias Trigueiro, Martim Fernandes do Rego, Gil Vasques e Diogo Martins (todos vassalos de Afonso V).

O tabelião João Afonso, em 1368, foi dado como testemunha num documento em que foi referido como criado de Alcobaça (ANTT, CSMCTV, maço 42 (7 de pergaminhos), doc. 32).

Quanto a tabeliães que têm mais do que um ofício na escrita, existem 3 casos: Domingos Domingues que foi “tabelião e escrivão d’el rei em Torres Vedras” a partir de 1320 e até ao último registo que se encontrou da sua autoria, em 1327. O já citado Álvaro Gonçalves que no fim da sua carreira (1511) se denominou escrivão do arcebispo de Lisboa, e Nuno Martins, também ele tabelião e escrivão (1334). Por seu turno, Diogo Afonso apareceu como testemunha num documento em que foi designado como tabelião e escrivão perante o vigário (1408). Pela forma de se intitularem, apreende-se que exerceram ambos os ofícios em simultâneo, pelo menos, nos casos de Domingos Domingues e Nuno Martins. Porém, pouco mais se pode adiantar, pois não se sabe se são funções temporárias, ou outro tipo de relação. Até ao reinado dionisino era comum os tabeliães serem chamados pelo concelho para escrever vários tipos de documentos, o que pode justificar esta simultaneidade de ofícios.

Compulsaram-se ainda alguns documentos que demonstram negócios feitos entre as igrejas e os tabeliães, nomeadamente emprazamentos. Ana Maria Rodrigues (1996: 91-92) fala de dois cavaleiros-vilãos que foram proprietários de diversas quintas e herdades e que coincidem com nomes de tabeliães, podendo ser os mesmos homens: Giral (ou Giraldo) Vicente e Pedro Escacho. Este último, pela particularidade e raridade do seu apelido, parece bastante provável que seja o tabelião, ainda que não haja qualquer indício de que pudesse ser cavaleiro-vilão e de que tivesse propriedades.

Tal facto, bem como a durabilidade das suas carreiras e outras fontes de rendimento que pudessem ter, promovia a existência de tabeliães com diferentes meios de subsistência e níveis de rendimento. Isso mesmo é corroborado pelo *Livro dos Dois Soldos de Bois*, datado de 1381, uma lista onde constam as contribuições para uma finta extraordinária de torrienses para o envio ao rei de uns bois (ANTT, Colegiada de Santamaria do castelo de Torres Vedras, Maço 27, nº 5).

Nessa lista, um conjunto de indivíduos eram isentos do tributo. Porém, os tabeliães não estavam neste grupo. Registou-se, por isso, o contributo de

9 tabeliães⁶.

Diz a mesma autora que “os mais ricos pagariam 3 soldos, os de rendimento médio, dois e os mais pobres, um” (RODRIGUES 1996: 54). Havia, desta forma, um tabelião “mais rico”, que estaria ao nível de dois almoxarifes, um vereador e um alvazil; a maioria deles tinha rendimento médio, comparando-se a grande número de mesteiros e um “mais pobre”, que se juntava ao pregoeiro e porteiro (RODRIGUES 1996: 72).

Sinais

A principal característica de um tabelião e o que o diferencia de outros agentes da escrita é a aposição do seu sinal, o *signum tabelionis*, em cada documento lavrado. É essa marca, única, que atribui validade legal a um documento (SÁ-NOGUEIRA 2001-2002: 469, 471).

Qualquer tabelião, para ser investido do ofício, teria de prestar-se a um exame na chancelaria régia, onde provaria saber ler e escrever. Juntamente com esse exame devia desenhar, nos livros da chancelaria, o seu sinal, para registá-lo (ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 34, fl. 134v, Conf. PEREIRA 1986: 618). Porém, conforme referem Cristina Cunha e Ricardo Seabra, o facto de por vezes serem representados por procuradores, levanta dúvidas sobre a real existência de um exame prático de escrita e se não seria apenas feito o juramento pelo tabelião e a confirmação por parte do Chanceler em como ele cumpriria o disposto na legislação (CUNHA e SEABRA 2018: 135-137).

Apenas se conhece, para Torres Vedras neste período, um registo de sinal nas Chancelarias, o de Lopo de Óbidos, em 1476 (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L. 7, fl. 42). É aliás na mesma fonte e no mesmo ano que se encontra a nomeação que o rei faz do tabelião Lopo de Óbidos, morador na vila de Torres Vedras, escudeiro de D. Álvaro, para o cargo de tabelião do cível e crime (ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, L. 7, fl. 42).

Apesar de em Cortes não existirem reclamações do povo de Torres Vedras sobre o número excessivo de tabeliães na vila e as consequências que daí frequentemente advinham, certo é que nesta nomeação o rei referiu que era “para além do número existente”.

No caso dos tabeliães de Torres Vedras, os sinais são muito semelhantes aos de outras vilas e cidades. Apurou-se a existência de sinais polilobados⁷,

⁶ Sendo eles: Martim Vasques que paga 1 soldo; Afonso Vicente, Giral Vicente, Gonçalo Martins, João Esteves, João Miguéis, Lourenço Peres, Vasco Eanes (pagam cada um 2 soldos); e Vasco Esteves II, que paga 3 soldos.

⁷ Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião Gonçalo Esteves III na tabela em anexo.

estrelados⁸, entrelaçados⁹, rômnicos¹⁰, com grafias¹¹ e os que se podem categorizar como “outros”¹² (seguindo a tipologia de GARCIA 2011: 83-93). As grafias inclusas nos sinais são frequentemente iniciais do nome do tabelião ou o próprio nome escrito no interior de guardas fechadas. Praticamente todos os tipos de sinais têm na sua constituição um elemento cruciforme, mesmo que o sinal em si não tenha essa forma.

Foi possível observar ainda, à semelhança de outras vilas e cidades, que no séc. XIII e na primeira metade do XIV os sinais têm de comprimento o dobro ou triplo em relação à sua altura¹³. São igualmente recorrentes sinais com grafias neste período, sendo mais comuns no fim do séc. XIV e durante o séc. XV os sinais com guardas fechadas e cruces no interior¹⁴.

Foram recolhidos sinais muito parecidos, mas nunca dois iguais. Há aparentemente, por vezes, uma semelhança entre sinais de indivíduos com o mesmo nome, mas também com nomes diferentes, pelo que, provavelmente, não passará de uma coincidência. Entre eles, o caso dos dois tabeliães Estêvão Eanes, o de Torres Vedras e o homónimo de Lisboa. Os sinais de ambos estão inseridos em guardas fechadas, retangulares, com o nome escrito no seu interior. A grande diferença entre si é a cruz que o tabelião de Torres Vedras usa por cima do sinal, conforme é observável na figura:

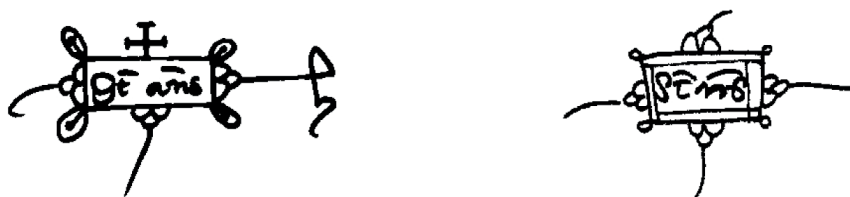


Fig. 4. Sinais dos tabeliães Estêvão Eanes de Torres Vedras e Estêvão Eanes de Lisboa, respetivamente.

Também os sinais dos tabeliães Afonso Eanes II de Torres Vedras e do tabelião Afonso Dinis de Lisboa são idênticos, ambos de nome próprio Afonso

⁸ Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião João Eanes III na tabela em anexo.

⁹ Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião Fernando Afonso na tabela em anexo.

¹⁰ Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião Gonçalo Eanes na tabela em anexo.

¹¹ Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião Afonso Eanes II na tabela em anexo.

¹² Como exemplo, o tipo de sinal do tabelião João Martins II na tabela em anexo.

¹³ Ver na tabela em anexo os sinais dos tabeliães Álvaro Martins, Bartolomeu Domingues, Domingos Domingues, Gil Martins, João Domingues II, João Martins, João Martins II, Rodrigo Eanes.

¹⁴ Ver na tabela em anexo, por exemplo, os sinais dos tabeliães Estêvão Vicente, Gonçalo Eanes, Gonçalo Esteves III, entre outros.

e ambos a usarem um sinal rômboico com a abreviatura do nome Afonso (aº) no seu interior, conforme se pode verificar na figura 5:



Fig. 5. Sinais dos tabeliães Afonso Eanes II de Torres Vedras e Afonso Dinis de Lisboa.

O mesmo sucede com dois tabeliães de nome Fernão: Fernão Garcia II, de Torres Vedras (1352-1354), e Fernão Rodrigues, de Lisboa (1374-1383). Tinham ambos um sinal polilobado com o interior dividido em quadrados, sendo o quadrado central preenchido a tinta e os restantes, contando apenas pontos, conforme a figura 6:



Fig. 6. Sinais dos tabeliães Fernão Garcia II de Torres Vedras e Fernão Rodrigues de Lisboa.

Diferente é o caso dos tabeliães Vicente Afonso, de Torres Vedras e Gil Vasques II de Lisboa, ambos com um sinal entrelaçado, semelhante, mas tendo eles nomes diferentes (fig. 7). O mesmo sucede com Vicente Martins, de Torres Vedras, e Fernão Martins, de Lisboa. Ambos têm o patronímico igual, no entanto não parece que tal seja o que determina a semelhança do sinal (fig. 8).



Fig. 7. Sinais dos tabeliães Vicente Afonso de Torres Vedras e Gil Vasques II de Lisboa.

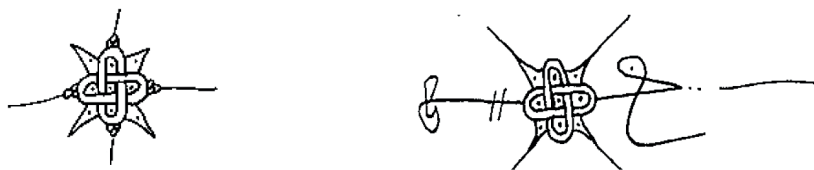


Fig. 8. Sinais dos tabeliães Vicente Martins de Torres Vedras e Fernão Martins de Lisboa.

Apesar da obrigação dos tabeliães registarem os seus sinais, tal não significava que não os pudessem mudar ao longo da sua carreira. Sucede um pouco por todas as vilas e cidades do reino e Torres Vedras não é exceção: Pero de Almeida teve 3 sinais diferentes, ainda que um deles surja apenas num documento. O que mudou foi essencialmente o interior do sinal, que deixou de ter grafia no seu interior e passou a dois triângulos preenchidos, primeiro um em cima e outro em baixo e depois um à esquerda e outro à direita (ver tabela em anexo).

Pedro Afonso II também mudou de sinal no final da sua carreira, em 1406, conforme se pode confirmar nessa mesma tabela.

Por fim, uma pequena observação sobre dois sinais mais fora do comum: o de Diogo Afonso III, que parece ser um sino, e o de João Miguéis, o qual parece inspirar-se em heráldica (ver tabela em anexo).

Considerações finais

O propósito desta breve reflexão não foi, desde o início, o de fazer uma história da vila medieval de Torres Vedras com base nos seus tabeliães. A história da vila nessa época foi já amplamente estudada, quer por Ana Maria Rodrigues, quer em publicações de iniciativa autárquica que foram saindo ao longo dos últimos anos, a maioria delas com a coordenação e/ou autoria de Carlos Guardado da Silva (SILVA 2001; 2008). O objetivo era exatamente, com o devido enquadramento dado pelo que se sabe sobre a história medieval da vila, conhecer as características gerais do tabelionato torriense.

O intento era, por isso, o de abordar as suas características, redes familiares e clientelares, tipologia de documentação produzida, carreiras, sinais e outras componentes que fornecessem informações para um conhecimento mais alargado do ofício e as suas particularidades entre as várias vilas e cidades do reino. Tanto mais importante quando se está perante uma vila que vai estando administrativamente em diferentes mãos e que ora era do rei, ora da rainha.

Procurou-se, desta forma, conhecer os homens – considerando a documentação que chegou até hoje – que detinham o ofício do tabelionado público entre 1279 e 1481, bem como analisar as suas carreiras em termos de produção e duração. Indagou-se igualmente fazer algumas pontes de comparação entre os oficiais da escrita da vila e vicissitudes históricas como a Peste Negra ou o Cerco de Torres Vedras de 1384.

Permitiu ainda esta breve investigação analisar os sinais usados pelos oficiais da escrita de Torres e traçar alguns paralelos com *signum* de tabeliães de Lisboa, deixando mais questões que respostas, nomeadamente sobre a relação entre um nome próprio e o aspeto do sinal usado.

Poucos informes chegaram sobre a riqueza de alguns destes homens, nomeadamente no que a negócios relacionados com a produção agrícola diz respeito. É o *Livros dos Dois Soldos de Bois* que dá a conhecer, para os tabeliães de Torres Vedras, uma realidade social e económica díspar entre os profissionais da escrita, aspeto que já havia sido frisado por Maria Helena da Cruz Coelho, quando traçou o perfil destes homens (COELHO 1994: 173-211).

A reter ainda as frequentes alterações na intitulação que os tabeliães usam, fruto das mudanças administrativas da vila, conforme o poder estivesse nas mãos do rei, da rainha ou tivesse sido dado a alguma infanta após morte da mãe.

Um período particularmente interessante de analisar as formas de intitulação a que os tabeliães recorrem é o de 1383-85. Na verdade, não surge em Torres Vedras um tabelião intitulado como tabelião pelo Regedor e Governador do reino. As intitulações compulsadas até outubro de 1383 são como tabeliães da rainha (ou do rei, conforme as sucessões que existiam), havendo somente um caso, em junho de 1383 em que o tabelião apenas se designa como “público tabelião na dita vila”. De 1384 apenas chega um documento, escrito a 21 de abril por João Esteves, “tabelião na dita vila” (ANTT, CSMTV, maço 8, doc. 153). Em outubro de 1385 já Álvaro Gonçalves se referia a si próprio como “público tabelião por el rei nosso senhor em a dita vila e termo”. Tal vai ao encontro dos acontecimentos do Interregno de 1383-85, sendo Torres Vedras vila da rainha D. Leonor e em dezembro de 1383 o Conde de Andeiro foi assassinado e após esse acontecimento D. João passou a ser regedor e defensor do reino. Algo diferente sucede com os tabeliães de Lisboa, que não era terra de rainha, e onde aparece uma única intitulação, do tabelião Lourenço Miguéis, como “tabelião na dita cidade posto pela Rainha D. Leonor governadora e regente dos reinos de Portugal e do Algarve” (ANTT, Mosteiro de Chelas, m. 23, doc. 449). Tal nunca sucede para Torres Vedras entre 1384 e abril de 1385, porém, existem também hiatos temporais de documentação que não permitem retirar conclusões mais assertivas.

Quanto à regência do infante D. Pedro, tal nunca se reflete na intitulação dos tabeliães, mas também não faria sentido, uma vez que Afonso V era o rei, ainda que menor de idade e a sua mãe, a rainha consorte, ainda era viva. Na verdade, até 29 de agosto de 1442 os tabeliães surgem a intitular-se como sendo da rainha (D. Leonor) e, após quase 3 meses sem documentação, aparece a 1 de novembro a referência a tabeliães do rei. Ainda que a rainha D. Leonor apenas tenha falecido em 1445, não se pode ignorar o facto de ter perdido a regência para o Infante D. Pedro em 1439 e que viria a retirar-se para Castela. Em julho de 1445 já os tabeliães se intitulam como tabeliães da rainha D. Isabel, que tinha, entretanto, recebido as terras de D. Leonor.

A principal tipologia documental produzida em Torres Vedras diz respeito a contratos de locação, o que sucedia também em Lisboa e outras cidades e vilas do reino, e que é decerto influenciado pelo tipo de fundos que analisamos: monástico-conventuais.

Das chancelarias régias e das Cortes pouco ou nada surge especificamente sobre os tabeliães de Torres Vedras, havendo apenas 3 referências nos livros da chancelaria de Afonso V a estes profissionais da vila do Oeste. Tal facto pode dever-se a não ter um grande volume de tabeliães que justificasse mais queixas em cortes ou simplesmente ter-se perdido os registos.

Quanto às suas carreiras e ao número de tabeliães em labor simultâneo, tal parece, na generalidade ir ao encontro do que acontece no restante reino: um aumento nos reinados de D. Fernando e de D. João I, com redução a partir de finais do reinado joanino e durante os reinados seguintes.

Os locais de produção vão, também eles, ao encontro do que sucede em outras vilas e cidades do reino: a ida ao cliente, nomeadamente às igrejas, como o local preferido para a produção documental. A este soma-se a reunião nos paços do concelho, principalmente quando se trata de documentação de índole judicial. O paço dos tabeliães é pouco usado em Torres Vedras.

Porém, continua a não haver certezas sobre muitos aspetos da vida destes homens. Como era a sua formação? Que evolução concreta de carreira o tabelionado lhes proporcionava? Que vantagens os laços de vassalidade e clientelismo trariam em termos práticos no seu ofício? Apenas a aquisição do mesmo ou proporcionavam maior confiança por parte da clientela no seu trabalho e maior volume de produção? Os hiatos de documentação infelizmente deixam a maioria destas questões em aberto, na esperança que a continuação das investigações traga um ou vários documentos que ajudem a entender estas nuances de um ofício nem sempre bem compreendido.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras, Livro 11, Maços 2, 4, 8, 9, 11 a 17, 22 a 24, 26 a 31, 35 e 38 a 42.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras, Livro 1, Livro 14, Livro 15, Maços 1 a 11.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de S. Miguel de Torres Vedras, Maços 1 a 9, rolo 1.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Alcobaça, 1ª Incorporação, maços 16 a 42.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Alcobaça, 2ª Incorporação, maços 1, 2, 6, 7, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 30, 32, 37, 39, 41, 43, 45, 46, 47, 50, 56, 57, 59.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Celas, maços 3 a 13.

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico, Chancelaria Régia, Livro 1º de Cortes, doc. 11.

Cortes portuguesas: reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Edição A. H. de Oliveira Marques, Maria Teresa Campos Rodrigues, Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Fontes impressas

RIBEIRO, José Pedro (1789). *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Typografia da Academia Real Das Sciencias.

Bibliografia

BARROS, Henrique Gama (1914). *História da Administração Pública em Portugal dos séculos XII a XV*, tomo III. Lisboa: Typographia Castro e Irmão, 721-794.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1983). *O Baixo Mondego nos finais da idade média: estudo de história rural*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2 vols.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1994). “Os tabeliães em Portugal, perfil

- profissional e socioeconómico”, in *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 173-211.
- COELHO, Maria Teresa (2006). *Existiu uma escrita manuelina? Estudo paleográfico da produção de escrivães da Corte Portuguesa 1490-1530*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COSER, Miriam (2020). “Jurisdições das rainhas medievais portuguesas: uma análise de queenship”. Dossiê Regulação de conflitos na idade média. *Tempo*, 26 (1), 230-247.
- CUNHA, Cristina (1987). “Alguns tabeliães do Algarve durante a Idade Média”. *Revista de História*, 7, 151-157.
- CUNHA, Cristina (1990). “Tabeliães bracarenses no século XIII”, in *IX centenário da dedicação da Sé de Braga*. Congresso Internacional. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia-Braga.
- CUNHA, Cristina (2005). *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga: 1071-1244*. Noia: Toxosoutos.
- CUNHA, Cristina (2006). “Os tabeliães de Bragança no século XIV. Da Legislação à Praxis”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 3, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 313-324.
- CUNHA, Cristina (2018). “Notariado público no nordeste de Portugal: o caso de Torre de Moncorvo (séc. XIV)”, in *Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVII)*. Gijón: Trea, 158-166.
- CUNHA, Cristina e SEABRA, Ricardo (2018). “‘Se o auees por ydoneo e perteecente’. A propósito da atividade dos tabeliães de Lisboa nos séculos XIV e XV”. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2.ª Série, n.º 10, julho-dezembro, 131-139.
- CUNHA, Cristina e SEABRA, Ricardo (2021). “Os custos da escrita notarial em Portugal no século XV: queixas dos povos e realidade documental”, in *De scriptura et scriptis: consumir*. Actas de las XVII jornadas de la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas. Murcia: Fundación Cajamurcia, Universidad de Murcia, 289-310.
- DIAS, João José Alves (org.) (2004). *Cortes portuguesas: reinado de D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Centro de Estudos Históricos.
- FERREIRA, Ana Pereira (2012). *Análise Paleográfica de uma escrita de Chancelaria Régia: a letra Joanina, 1370-1420*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação


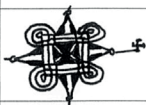













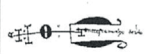




- de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, Ana Pereira (2021). “Tabelião, escrivão e até juiz: o ofício da escrita em Loulé em finais do século XIV e século XV”, in *Atas do IV Encontro de História de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 47-92.
- FRESCO, João (2006). *O Tabelião Afonso Guterres (1400-1441)*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GARCIA, Leonor (2011). *O tabelionato escalabitano na transição do século XIV para o século XV: estudo diplomático*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GOMES, Saúl (2000). “O notariado medieval português. Algumas notas de investigação”. Sep. *Hymánitas*, Vol. LII, 241-286.
- GOMES, Saúl (2006). “Percepções em torno da história do tabelionato medieval português”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 5, 81-100.
- Livro das Leis e Posturas* (1971). N. G. da SILVA (prefácio), leitura paleográfica e transcrição de M. T. RODRIGUES. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Direito.
- MORUJÃO, Maria do Rosário (2010). *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- OSTOS, Pilar e PARDO RODRÍGUEZ, María Luísa (2003). *Documentos y Notarios de Sevilla en el siglo XIV (1301-1350)*. Sevilha: Universidad de Sevilla.
- PEREIRA, Isaías da Rosa (1986). “O tabelionato em Portugal”. Sep. das *Actas do VII Congresso Internacional de Diplomática “Notariado público y documento privado: de los orígenes al silo XIV”*. Valência, 1986, 1.
- REGO, António da Silva (coord.) (1971). *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: CEHU, vol. IX, 483-490.
- RODRIGUES, Ana Maria (1995). *Torres Vedras – a Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, Ana Maria (1996). *Espaços, Gente e Sociedade no oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*. Cascais: Patrimonia.
- RODRIGUES, Ana Maria (2008). “Rainhas medievais de Portugal: funções, patrimónios, poderes”. *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 16/17, 139-153.
- RODRIGUES, André Moutinho (2022). “O espaço do paço: tabeliães de Guimarães no século XV”, in *Juvenes – The Middle Ages seen by young*








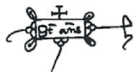














- researchers. Biblioteca – Estudos & Colóquios, 29. Évora: Publicações do Cidehus.
- ROMÃO, João (2014). *Tabelionato e tabeliães nos livros de chancelaria de D. Afonso V*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo (1988). *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo (2001-2002). “Exercício do ofício tabeliônico por clérigos”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 13-14, 467-476.
- SÁ-NOGUEIRA, Bernardo (2008). *Tabelionato e instrumento público em Portugal: génese e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1990-1992). “Alguns aspectos do tabelionato em Coimbra (séculos XIV-XV)”. *Arquivo Coimbrão*, vols. XXXIII-XXXIV, 125-149.
- SARAIVA, Anísio (2003). *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV: 1296-1349*. Leiria: Magno Edições.
- SEABRA, Ricardo (2012). *Publicus tabellio in civitatis Portugalensis: estudo sobre o tabelionato no Porto medieval (1242-1383)*. Porto: [s.n.]. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SEABRA, Ricardo (2020). Porto: [s.n.]. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SILVA, André Filipe Oliveira da (2021). *A Peste Negra em Portugal. Os casos do Entre-Douro-e-Minho e do Entre-Tejo-e-Odiana*. Porto: [s.n.]. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Porto.
- SILVA, Carlos Guardado (2001). *O Foral Medieval da Vila de Torres Vedras*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras.
- SILVA, Carlos Guardado (2008). *Torres Vedras Antiga e Medieval*. Lisboa: Câmara Municipal de Torres Vedras e Edições Colibri.
- SILVA, Manuela Santos (2007). “Os Primórdios da Casa das Rainhas de Portugal”. *Raízes medievais do Brasil Moderno. Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, Centro de História da Universidade de Lisboa e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 38 e 39.
- SILVA, Manuela Santos (2016). “Óbidos na casa das rainhas medievais de Portugal”. *Actas do I Congresso de História e Património da Alta Estremadura*.






















Batalha: CEPAE, 230.












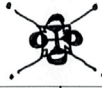








SILVA, Maria João Oliveira (2014). *A Escrita na Catedral. Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa.



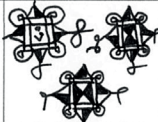





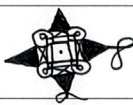






Anexo

Nome	Datas	Sinal	Nome	Datas	Sinal
Afonso André	1310		Barnabé Afonso	1366-1408	
Afonso Cabrito	1409-1410		Bartolomeu Domingues	1289	
Afonso Eanes	1317-1348		Bartolomeu Gonçalves	1404	citado como testemunha
Afonso Eanes II	1412		Bernardo Afonso	1404	
Afonso Eanes III	1362		Diogo Afonso	1406-1414	
Afonso Martins	1368-1370		Diogo Afonso II	1397-1407	
Afonso Vicente	1378-1407		Diogo Afonso III	1417-1442	
Álvaro Gonçalves	1461-1512		Diogo Martins	1446	
Álvaro Martins	1285-1292		Domingos de Carnide	1325-1349	
Álvaro Peres	1443-1450		Domingos Domingues	1301-1327	
Antom Peres	1411	citado como testemunha	Domingos Domingues II	1318-1321	

Domingos Eanes	1370	citado como testemunha	Gil Vasques	1410-1450	
Domingos Gomes	1352-1371		Giral(do) Vicente	1349-1372	
Domingos Ramos	1266-1282		Giral(do) Vicente II	1308	
Estêvão de Mafra	1318-1329		Giral(do) Vicente III	1356-1387	
Estêvão Eanes	1360-1369		Giral(do) Vicente IV	1349-1352	
Estêvão Vicente	1334-1348		Gonçalo Domingues	1355-1356	
Fernão d'Elvas	1426-1460		Gonçalo Eanes	1425-1429	
Fernão Garcia	1354-1361		Gonçalo Eanes II	1430	
Fernão Garcia II	1352-1354		Gonçalo Esteves	1349-1350	
Garcia Fernandes	1450	citado como testemunha	Gonçalo Esteves II	1353	
Gil Martins	1297-1301		Gonçalo Esteves III	1356	
Gonçalo Martins	1382-1400		João Esteves	1370-1383	

Gonçalo Martins II	1406		João Esteves II	1371	
João Afonso	1367-1379		João Esteves III	1383	
João Afonso II	1370		João Fernandes	1339-1347	
João Afonso III	1482	citado como testemunha	João Gonçalves	1411-1413	
João Dinis	1321	citado como testemunha	João Martins	1295-1327	
João Domingues	1335-1361		João Martins II	1280	
João Domingues II	1316-1317		João Miguéis	1372-1400	
João Eanes	1311-1334		João Nicolau	1307-1313	
João Eanes II	1391		João Peres	1352	
João Eanes III	1351		João Peres II	1373	
João Peres III	1362		Lourenço Peres II	1371	
João Ramos	1295	citado como testemunha	Martim Eanes	1353	

João Rodrigues	1314-1348		Martim Eanes II	1358-1362	
João Serrão	1400	citado como testemunha	Martim Fernandes do Rego	1456	
Lopo d'Óbidos	1476		Martim Pais	1220	citado por Bernardo Sá-Nogueira
Lopo Dias	1413-1437		Martim Peres	1259-1272	citado por Bernardo Sá-Nogueira
Lopo Gil	1352		Martim Vasques	1376-1399	
Lopo Vaz	1458	citado como testemunha	Martim Vasques II	1387-1404	
Lourenço Esteves	1369		Nicolau Gonçalves	1383	
Lourenço Martins	1405		Nuno Martins	1334-1338	
Lourenço Peres	1366-1376		Pedro Afonso	1435-1447	
Pedro Afonso II	1386-1409		Vasco Eanes II	1377	
Pedro Eanes	1351-1352		Vasco Esteves	1319-1353	
Pedro Escacho	1323		Vasco Esteves II	1362-1404	

Pedro Fernandes	1281		Vasco Peres	1332	
Pero d'Almeida	1456-1512		Vicente Afonso	1406-1411	
Pero Gonçalves	1427	citado como testemunha	Vicente Afonso II	1413-1426	
Rodrigo Eanes	1283-1287		Vicente Eanes	1369	
Rui Álvares	1411	citado como testemunha	Vicente Gonçalves	1387-1415	
Rui Dias Trigueiro	1471-1475		Vicente Gonçalves II	1416-1421	
Vasco Afonso	1389-1404		Vicente Gonçalves III	1292	citado como testemunha
Vasco Eanes	1368		Vicente Lourenço	1377	
Vicente Martins	1411-1440		Vicente Martins II	1317	

Uma obra (in)consequente: a Vala da Azambuja em meados do século XIX

An inconsecutive work: the Azambuja canal in the middle of the 19th century

JOSÉ MANUEL BRANDÃO

NOVA FCSH, História, territórios, comunidades/CEF

jbrandao@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7849-3306>

ELISABETTA FIOCCHI MALASPINA

University of Zurich

elisabetta.fiocchi@rwi.uzh.ch

<https://orcid.org/0000-0001-6815-1698>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/10/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 29/03/2022

Resumo. Este texto contextualiza a criação e os trabalhos da Companhia dos Canais da Azambuja (1844), com a qual o governo contratou a realização de trabalhos visando tornar a “vala da Azambuja” navegável durante todo o ano, ampliando-a até às Onias de Santarém, onde seria aberta uma nova ligação com o Tejo. Segundo os planos originais dos engenheiros holandeses Ortts, os trabalhos dirigidos por Mouzinho de Albuquerque e depois pelo milanês Giulio Sarti, deveriam contemplar também, a drenagem das águas das chuvas e das cheias que se acumulavam nos campos adjacentes e garantir a sua irrigação na estação quente. Três objetivos de difícil conciliação prática, como se verificou, em particular numa época em que o país conheceria uma grande destabilização política e económica.

Palavras-chave. Navegação interior, Tejo, canal da Azambuja, drenagem de terrenos, Portugal.

Abstract. This paper contextualises the foundation of the so-called Companhia dos Canais da Azambuja (1844). The Portuguese government contracted with the Companhia in order to carry out work aimed at making the “vala da Azambuja” navigable throughout the year, extending it to the Onias of Santarém, where a new connection with the Tagus would be opened. According to the original plans of the Dutch engineers Ortts, the works, directed by Mouzinho de Albuquerque and later by the Italian Giulio Sarti, should also contemplate the drainage of rainwater and floods that accumulated in the adjacent fields and guarantee their irrigation during the hot season. Three objectives that were difficult to reconcile in practice, as it turned out, particularly at a time when the country was undergoing major political and economic destabilisation.

Keywords. River navigation, Tagus, Azambuja canal, soil drainage, Portugal.

Introdução

Até à construção de várias barragens durante o século XX, as extensas planícies marginais do Médio e Baixo Tejo, sofriam cheias sazonais mais ou menos extensas e duradouras, que ora depositavam lodos fertilizantes que iam alteando os terrenos, ora destruíam trabalhos agrícolas e arrastavam gados, originando pauis que, na estação quente, se tornavam fonte de maus cheiros e sezões: “uma das regiões mais férteis da nossa terra, amarrada às vicissitudes cegas da sorte, que num ano espalha grossas espigas, noutro mal deixa que se arrastem algumas vacas magras” (SILVA 1879: 4).

O encharcamento destas áreas levou, desde os tempos de D. Dinis, a trabalhos de defesa contra as cheias (MADALENO 2006: 158) e, subsequentemente, à abertura de valas para encanar as águas retidas para o Tejo, de que é exemplo a da Azambuja. Na segunda metade do século XVIII foram feitos novos trabalhos de enxugamento, mas só em meados de Oitocentos é que, a instâncias dos municípios da Azambuja, Cartaxo e Santarém e dos proprietários dos terrenos confinantes, se retomam trabalhos de limpeza e melhoramento na vala (Arquivo Histórico Parlamentar [doravante AHP] [1835], parecer 99-M-III-2ª).

Embora as condições de salubridade e a drenagem dos terrenos, a par da sua irrigação na estação quente, fossem prioridades, na lista de reivindicações locais estava também a melhoria da navegabilidade da vala (ou canal), para dar fácil escoamento às produções agrícolas regionais. O projeto então elaborado visava facilitar a comunicação fluvial até perto de Rio Maior e prolongar a vala da ponte da Asseca aos baixos do *horst* de Santarém, evitando a difícil circulação por entre os bancos de areia do Tejo, especialmente na estação seca, quando a lâmina de água era mínima e os barqueiros tinham de abrir canais nas “cabeças de areia”.

A questão da navegação no canal da Azambuja, emerge num tempo que a Europa assiste ao desenvolvimento das redes de canais navegáveis e discute a construção do emblemático Canal de Suez (*Milano e l'Europa...* 1994: 234), e é indissociável da visão que tomara corpo desde o início da dominação filipina, de ligar Madrid a Lisboa pelo Tejo, a mais importante rota ibérica de comunicação e transportes (FERNANDES et al., 2020: 3). Sucederam-se, desde então, projetos mais ou menos ambiciosos, que embora pontualmente experimentados nunca se concretizaram, não obstante a realização de algumas obras de limpeza do álveo e construção de caminhos de sirga, na parte portuguesa do Alto Tejo. Interesses que se desvaneceram com a Restauração, retomados em Oitocentos com as propostas de ligação a vapor entre Lisboa e Aranjuez dos espanhóis Francisco Xavier Cabanes (1828) e Manoel Bermudez de Castro (1844), e do empresário português Aires

de Sá, recordadas resumidamente por López Requena (2020: 13-22).

Paralelo ao Tejo, o canal da Azambuja, tem cerca de 25 km. As marés de águas-vivas fazem-se sentir até cerca de 15 km de distância da sua foz, ponto até onde chegavam os barcos de 30 a 35 toneladas; para montante, circulavam apenas barcos até três toneladas. Apesar da sua importância relativa e da notoriedade dos envolvidos no projeto de navegabilidade da década de 1840, é escassa a informação sobre esta obra e as suas implicações, mesmo entre os autores que estudaram o regime e a navegação no Tejo como Júlio Guerra, Fagundo da Silva, Almeida de Eça, Adolfo Loureiro ou Teodoro de Matos. Assume-se por isso, de particular relevância, a informação veiculada no jornal oficial e imprensa da época que, todavia, não supera o facto de não ter sido localizada a documentação da *Companhia dos Canaes d'Azambuja* (doravante Companhia), que administrou a vala mais de duas décadas.

O presente artigo foca-se, na constituição e primeiros tempos da Companhia, porventura, o período mais vivo do projeto abraçado. Lançado com uma visão de futuro, implicou transferências de tecnologia, cooperação internacional e polarizou atenções de capitalistas, políticos e populares. Sem conseguir superar dificuldades e contradições, não resistiu à competição do caminho de ferro.

Tejo, cheias e navegação

Ao deixarem de correr entre a acidentada orografia do Maciço Antigo, as águas do Tejo perdem velocidade tendo dado origem, durante o Pliocénico Superior, a um sistema anastomosado com múltiplos canais separados por barras de areia que se reconfiguravam a cada cheia (RAMOS-PEREIRA e S.-MARTINEZ 2018: 12; AZEVEDO et al. 2019: 189), evoluindo numa extensa planície aluvial, *lezíria*, que se estende por cerca de 80 km, com uma largura entre 3 e 13 km (RAMOS-PEREIRA et al. 2002: 68), bordejada por terraços plistocénicos escalonados a várias altitudes, terminando num largo estuário frente a Lisboa.

Em consequência da ação do clima e das variações do nível do mar durante o Plistocénico, e da antropização da bacia hidrográfica e da planície aluvial nas últimas centenas de anos, o Tejo foi evoluindo para um sistema de canal único pontuado por barras de areia (*mouchões*) situadas ora no meio do canal, ora encostadas às margens e meandros (RAMOS-PEREIRA et al. 2002: 70; FERNANDES et al. 2020: 9-10), cuja dinâmica foi descrita em 1790, pelo jesuíta e académico Estevão Cabral (1734-1811).

Ao percorrer as margens do rio de Abrantes até ao estuário, Cabral

constatava que a dificuldade de esgotar as águas das chuvas e das cheias era, sobretudo, consequência de muitos daqueles campos serem mais baixos do que o próprio Tejo, propiciando a formação de pauis difíceis de escoar como o da Asseca, “povoado de rãs em vez de gados; semeado de juncos em vez de searas” (CABRAL 1790: 180). Quanto mais larga fosse a planície, dizia, mais difícil era de enxugar, sendo precisas muitas valas – que os agricultores nunca queriam ver inteiramente despejadas para ali beberem os gados –, as quais estavam amiúde entupidas com “ervas aquáticas” não ceifadas pelos agricultores:

(...) o despejo que poderia fazer-se em um dia, não se conclui em todo um mês, e vem por isso a apodrecer nos campos alagados, não só a sementeira (...), mas até a erva deputada para pastos de animais, toda se extingue; a pouca água que passa vai tão lenta, e morta, que depõe o lodo entre as ervas e suas raízes e entulha a vala (ib.: 190).

A Itália setentrional foi uma inspiração para as desejadas obras hidráulicas, não fora a sua multissecular atividade neste domínio, a que o próprio Estevão Cabral se rendera enquanto estudioso e seguidor das teorias do matemático e hidrologista Domenico Guglielmini (1655-1710), autor do tratado *Della natura de' fiumi* (Bolonha, 1739), cujos princípios aplicou ao Tejo para compreender os fenómenos de erosão e deposição. Recorde-se, a propósito, o complexo sistema de canais do Navigli, que ligavam Milão aos rios navegáveis mais próximos¹, dotados de comportas, descarregadores, bocas de distribuição acionadas com a pressão da água e outros artifícios de controlo de caudais. A sua eficácia foi sobejamente referida pelo reputado economista e político Carlo Cattaneo (1801-1869) ao ilustrar o sistema baseado no princípio das “conchas navegáveis” e dos vasos comunicantes, desenvolvido de forma magistral por Leonardo da Vinci (1452-1519) no seu *Codice Atlantico* (1478 a 1519)².

Os canais de Milão causaram uma forte impressão a D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1745-1812), ministro plenipotenciário de Portugal em Turim entre 1779 e 1796. Interessado nas questões económicas, aproveitou a estada em Itália para estudar atentamente, e informar o governo português, sobre o funcionamento do comércio e dos mercados, cujo desenvolvimento atribuía à profusão de estradas e canais “que tornavam mais rápidos e menos dispendiosos os circuitos de comercialização” (apud. CARDOSO 2019: 26).

¹ Mesmo depois de cessar a navegação nestes canais, a água dos rios continuou a circular neles para irrigar as planícies em torno da cidade, função que ainda se mantém (SIBILLA et al. 2017: 248).

² Veja-se detalhes em CATTANEO 1956.

Estes canais são rigorosamente rios artificiais com a vantagem de não terem correntes pelo que as águas são sustentadas pelos diversos corpos de eclusas das quais se tira vantagem navegando, subindo ou descendo com as embarcações tiradas por cavalos que marcham pelas estradas que bordam a parte superior dos canais (ANTT, Cds. Linhares, mç. 26, 17).

Coutinho observou em detalhe os canais e comportas do Piemonte, na convicção de que em Portugal, tal solução poderia facilitar as comunicações e beneficiar a agricultura. Porém, sublinhava, a remuneração do capital não ia além de 1% do primeiro montante investido, pois das receitas, metade ia para vigilância e reparações e a outra para os proprietários. Não sendo por isso, a construção de canais atrativa para os particulares, tais obras deveriam ser feitas pelo Estado (ib.).

Não deve descartar-se a sua possível influência quando, na década de 1780, se reacendeu a vontade em reabilitar a vala da Azambuja, que implicou obras no seu leito e nos terrenos adjacentes, demolição de mouchões e reparações nos diques de Valada, trabalhos que progrediram a ritmo lento³. Quando da sua suspensão em 1793, nem o previsto fora concluído, nem a vala fora alterada significativamente (MARQUES 2018: 49-51).

Após a derrota do absolutismo em 1834, os provedores das lezírias do Ribatejo voltaram a chamar a atenção do governo para a urgência de obras na vala da Azambuja a fim de facilitar a navegação até Cabeço do Guião perto do Cartaxo, e proteger os campos, retomando os trabalhos subitamente interrompidos em 1822. Estas pretensões tiveram eco nos autarcas de Santarém, Cartaxo e Azambuja que, em março de 1835, solicitaram ao governo autorização para contraírem um empréstimo para limpeza e destorcimento da vala, anulando a grande curva existente (fig. 1), em benefício da agricultura, da navegação e da saúde pública (AHP, Parecer 99, mç.19, c.3).

³ Por detrás desta iniciativa, estaria também alguma pressão dos proprietários da lezíria, muitos dos quais membros destacados das elites nobiliárquicas onde pontificava Sousa Coutinho.

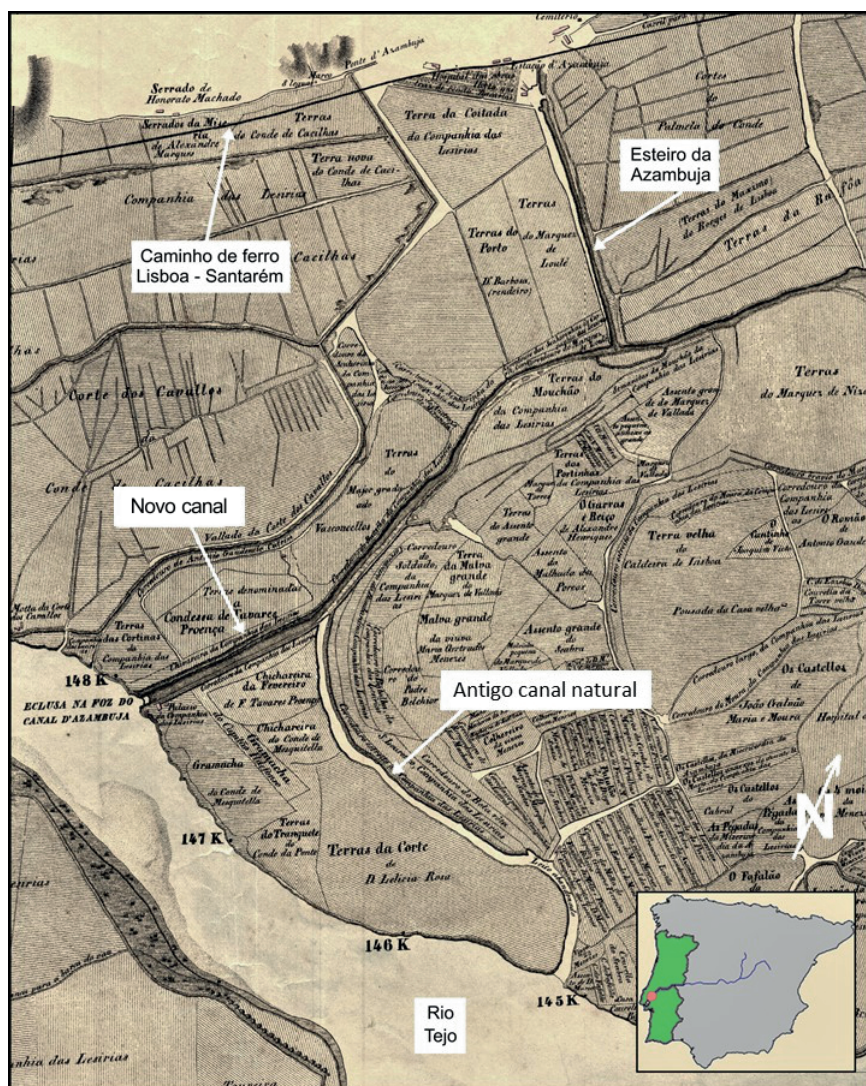


Fig. 1. Extrato da “Planta do rio Tejo, desde Salvaterra até ao Carregado” (GUERRA 1861), com a localização do segmento terminal da Vala da Azambuja, destacando o canal aberto em 1845, o antigo canal natural.

É então que a pedido do Governador Civil de Santarém, o tenente engenheiro Francisco Sousa Pegado (1798-1868), efetua o levantamento da vala que suportaria um novo pedido dos três municípios para um empréstimo até 200 contos de réis, destinado àquelas obras. O decreto de 25 de outubro de 1836 que o autorizou, impunha às três Câmaras o lançamento dos impostos

a aplicar às embarcações que ali navegassem, para amortização do capital e juros. O diploma não referia, porém, prazo para adjudicação das obras, que os edis pretendiam fossem executadas por uma companhia ou particular, sob sua fiscalização (AHP, Proj. lei 58, 1839, doc. 6).

Em março de 1839, foram nomeados os coronéis de engenharia José Carlos de Figueiredo e Francisco Arbués Moreira, para procederem a novo reconhecimento da vala, indicando as obras necessárias para a tornar navegável pelos barcos que subiam o Tejo até Valada⁴ e a identificação de um ponto perto de Santarém, onde aquela pudesse comunicar com o Tejo sem que se produzissem assoreamentos. Além de um orçamento pedia-se-lhes particular atenção às águas disponíveis na região ao longo do ano, nomeando as que seria preciso represar para encher a vala.

Os dois engenheiros apontavam para a abertura de uma nova vala no sítio da Chichareira, desembocando no Tejo a sul de Corte de Cavalos, retomando o projeto que havia sido proposto em 1782 de atravessamento dos terrenos então pertencentes à Cúria Patriarcal, fazendo desembocar o novo canal retilíneo cerca de 2,5 km a jusante da antiga foz. Propunham ainda a construção de um través fechando o canal antigo e a limpeza dos esparceis da vala, que lhe diminuía a largura e contribuíam para a estagnação das águas. Obras que orçavam em 27:988\$865 réis, valor a que acresciam ordenados do encarregado geral e dos engenheiros, compra de ferramentas e contratação de uma barça de apoio (AHMOP, MR32: 499).

O referido empréstimo conjunto aos três municípios foi aprovado pelo decreto de 30 de julho de 1839, que definia a proporção pela qual cada um seria responsável e estabelecia o prazo máximo de um ano para iniciar as obras, ficando o governo autorizado a contratá-las em concurso público, caso aquele fosse excedido. Ao pagamento das obras seria consignado o imposto de navegação (fig. 2) bem como a contribuição anual a aplicar sobre os terrenos confinantes com a vala.

⁴ A navegação de Lisboa a Valada, pelo Tejo, era fácil em todas as épocas do ano, pois as correntes eram lentas e as marés forneciam água suficiente (GUERRA 1861: 34; SILVA 1879: 65); porém, os barcos maiores que precisavam de um tirante de água de “sete palmos”, só podiam entrar na vala na preia-mar, porque a sua foz, obstruída por cabeças de areia, tinha apenas dois a três palmos de água na baixa-mar (Arquivo Histórico de Obras Públicas [doravante AHMOP], MR32: 500).

Tobella do imposto que devem pagar, no acto da entrada, as embarcações que navegarem na valla d'Azambuja.

CADA barco de lotação de cinco a dez moios, quatrocentos e oitenta réis	480
Idem de dez a vinte ditos, oitocentos réis.....	800
Idem de vinte a trinta ditos, mil e duzentos réis.....	1\$200
Idem de trinta a quarenta ditos, mil e seiscentos réis.....	1\$600
Idem de quarenta a sessenta ditos, dous mil e quatrocentos réis.....	2\$400
Barco de Vapôr, dous mil e quatrocentos réis.....	2\$400
Bote de dous remos, duzentos e quarenta réis.....	240
Dito de quatro ditos, quatrocentos e oitenta réis.....	480
Dito que tiver mais de quatro remos, por cada remo cento e vinte réis.	120
Barcos de pesca.....	nada.
Palacio de Cintra, em 30 de Julho de 1839. — <i>Julio Gomes da Silva Sanches</i>	

Fig. 2. Imposto a aplicar às embarcações que navegassem na vala da Azambuja.

Em dezembro de 1842 a *Revista Universal Lisbonense* (doravante RUL), dava nota que o marquês do Faial se achava empenhado em tornar a vala navegável, desde a sua foz até à Ribeira Seca perto de Rio Maior, e da ponte da Asseca até às Onias no extremo norte do grande dique de Valada, onde seria construída uma eclusa. Para tal, tinha contratado dois experientes engenheiros hidráulicos holandeses, Jacob e Joan Ortt, que estavam na região desde meados de outubro a elaborar o projeto de abertura de um novo canal perto de Corte de Cavalos, evitando a tortuosidade do canal existente e colocar escalas, na vala e no Tejo, para registo das flutuações do nível das águas (*Diário do Governo* [doravante DG] 78 [1859]: 433). Porém, chamados pelo governo holandês, deixariam o canal apenas traçado (OMBONI 1846: 347).

“Se for útil aprova-se; se não, rejeita-se”

Considerando a sua “utilidade transcendente”, o assunto voltaria à discussão no Parlamento.

Para o deputado Luís Mouzinho de Albuquerque (1792-1846), Inspetor Geral das Obras Públicas, a obra da vala da Azambuja só poderia fazer-se por uma Companhia, pois carecia de verbas muito elevadas que as Câmaras não tinham, excluindo a ideia de concurso público. Propunha um prazo de quarenta anos para o privilégio a conceder à entidade que se perfilasse para o efeito, dando assim maior força negocial ao governo. Se aparecesse uma companhia para empreender a obra, não se devia ser “exigente em condições que poderiam não lhe convir e, por consequência, não se organizar” (DG 78 [1843]: 576).

Na Câmara dos Pares, reconhecia-se o mérito do empreendimento, mas

apontava-se-lhe o facto da proposta apresentada acomodar um voto de confiança ao governo, uma vez que as justificações para contratar com privados eram escassas. Para António Teixeira Girão (1785-1863), visconde de Vilarinho de S. Romão, a principal questão era a de saber se o canal seria ou não útil e a quem, pois uma vez construído e para ele derivadas as águas do Tejo, tornava-se impossível navegar de Valada para montante, pelo que todos os barcos do Tejo teriam de passar pelo canal pagando direitos. Se este tivesse as dimensões necessárias ao movimento esperado seria vantajoso, senão seria uma obra arriscada, vulnerável às cheias, podendo até as águas do Tejo precipitar-se pela escavação e “transformar os campos de Valada em mouchões e quebradas” (Diário da Câmara dos Pares 1843: 269).

Vilarinho lançou ainda algumas questões técnicas, travadas sem discussão pelo Par do reino Silva Carvalho: “Trata-se de uma empresa e de o governo contratar com ela debaixo de certas condições; por consequência: se a Câmara assentar que a empresa é útil aprova o projeto e senão rejeita-o” (ib.: 270).

Em defesa do projeto, enquanto parte interessada, levantou-se o duque de Palmela, Pedro de Sousa Holstein (1781-1850):

Julgo que não é necessário (...) demonstrar que seria de utilidade pública a construção da vala da Azambuja (...) num país tão destituído de vias de comunicação como o nosso é para desejar que se façam, e nenhuma se apresenta primeiro do que esta (...) e agora, não se trata senão de melhorá-la, e de torná-la novamente navegável (...) em ponto maior do que tinha sido antigamente (ib.: 271).

Embora referisse não ter a certeza de que se constituiria uma Companhia, informava que seu filho, o marquês do Faial, empreendera já, por sua conta, vários trabalhos preparatórios.

(...) esta obra, solicitada pelos habitantes do Ribatejo, e pelos donos dos terrenos contíguos à vala, é concebida num espírito absolutamente alheio de lucros provenientes do contrato. O lucro que se espera, e se deseja, é o que há de naturalmente provir da facilitação desse novo meio de comunicação; mas de modo algum se espera ganhar, pelo dinheiro que se adianta, e a prova é o limitado juro de cinco por cento, e a duração do privilégio que não excede a quarenta anos (ib.: 273).

Parte da contestação à obra residia no facto do Tejo ser francamente navegável até Valada e só no verão ser difícil acima deste ponto; assim, uma obra tão cara, que iria sobrecarregar de impostos os municípios dos concelhos envolvidos, funcionaria apenas de junho a outubro.

O visconde de Sá da Bandeira (1795-1876), mostrou-se tão favorável quanto realista, ao afirmar que se a obra se fizesse como anunciado, vindo a maior parte dos barcos pelo canal, especialmente na estação seca quando os bancos de areia do Tejo obrigavam ao transbordo das cargas para os pequenos *alijos*, a navegação até Santarém poderia fazer-se em cinco ou seis horas. “(...) quando há um rio como o Tejo, com um leito muito largo e cheio de baixos, e que para se tornar a navegação fácil em todas as estações, carece de enormes despesas (...) prefere-se abrir canais laterais”. Assim, o canal da Azambuja tornar-se-ia parte da almejada rota de navegação de Lisboa a Madrid (ib.: 275).

A proposta que autorizava o governo a ajustar as obras com uma entidade particular, seria aprovada pelo Parlamento e promulgada pela Carta de Lei de 1 de maio de 1843; no entanto, quase um ano se passaria até que, por iniciativa do marquês do Faial, Domingos de Sousa Holstein (1818-1864) (fig. 3) e o ineludível patrocínio de Palmela, se constituísse a *Companhia dos Canaes d’Azambuja* (12 fevereiro 1844).



Fig. 3. Marquês do Faial (1818-1864). Gravura por J. Mena, Lisboa, entre 1834 e 1852. Coleção da Biblioteca Nacional de Portugal.

Além do marquês, seriam nomeados diretores Félix Pereira de Magalhães (1794-1878), par do reino, e o deputado António Cabral de Sá Nogueira (1799-

1879). Com sede em Lisboa, reuniu um capital social de 240:000\$000 réis dividido em 1 600 ações de 150\$000 réis (COMPANHIA... 1844: 7), subscritas por um grupo de cavalheiros convidados pelo duque, os quais acederam às suas instâncias “no intuito de prestarem um bom serviço ao país e não com ânimo de lucrarem, porque todos sabiam que não era Companhia para lucrar”, diria mais tarde Pereira de Magalhães (DG 78 [1959]: 433).

Assessorada por Mouzinho de Albuquerque, a Companhia, aproveitou o inverno de 1844 para se organizar e adquirir em Inglaterra uma barca para dragagens (MATOS 1980: 443) e reunir os equipamentos necessários para começar a abrir o novo canal de junção da vala com o Tejo na primavera seguinte, trabalho que se prolongou até ao inverno de 1845, ocupando mais de mil operários (DG 78 [1859]: 433).

Um “Instrumento de contrato” controverso

O contrato entre o Estado e a Companhia seria assinado em 23 de março de 1844 e confirmado por Alvará de 25 de abril. Vertida em sete artigos com múltiplas alíneas e dois anexos, a respetiva minuta, de que se respingam os parágrafos seguintes, procurou ser tanto quanto possível exaustiva: por um lado, comprometia a Companhia a emprestar ao governo o capital necessário às obras mediante o seu reembolso em prestações anuais e um rendimento de 5%, entrando o Estado, com 10% do capital; por outro, obrigava-a a “canalizar, em benefício da navegação e melhoramento agrícola e sanitário dos campos adjacentes”, as águas que afluíam ao Tejo pela vala da Azambuja no prazo de cinco anos, sob pena de nulidade das vantagens acordadas (COMPANHIA... 1844: 7-21).

Determinava-se a abertura de uma nova foz e canal de ligação da vala existente com o Tejo; a limpeza e readequação desta até à confluência das valas de Almoester, Rio Maior e Asseca; e a abertura de um novo canal de comunicação com o Tejo, da ponte da Asseca até às Onias de Santarém. Este sistema, equipado com as comportas necessárias, deveria ser navegável durante todo o ano até Cabeço do Guião por embarcações de maior porte (c. 50 t) e, para montante desse ponto, por barcos chatos ou *alijos*, de média capacidade, navegando de forma autónoma ou à sirga, puxados por animais. A empresa obrigava-se ainda a fazer obras de drenagem dos terrenos pantanosos vizinhos à vala e outras para irrigação usando as águas excedentes do canal, mediante pagamento pelos proprietários agrícolas.

À Companhia eram garantidas facilidades de aquisição de terrenos, direitos sobre a utilização das águas e, durante 40 anos, a propriedade da vala,

margens, águas e esteiros e valas do Estado em comunicação com os seus canais. Era-lhe ainda concedida a utilização gratuita do arruinado convento das Virtudes, e isenção de direitos alfandegários nos materiais considerados necessários.

A versão final do contrato foi discutida na Câmara dos Pares, em 4 de novembro, gerando vivo debate, mormente por parte de Vilarinho de S. Romão que questionava a posição do Estado no final do período de privilégio, discordando da orientação técnica proposta pelos dois holandeses; argumentos que os seus pares se escusaram discutir, recordando que as obras haviam sido projetadas por alguns dos principais engenheiros hidráulicos da Europa e pelos “mais hábeis engenheiros portugueses” (DG 262 [1944]: 1259). Vilarinho tentou ainda fazer aprovar uma autorização para que o Governo fizesse algumas alterações no sistema de obras, mas foi vencido pelo ministro do Reino e pelo duque de Palmela (representando os interesses da empresa), que consideravam que quaisquer emendas ao que fora negociado fariam cair o contrato. Ultrapassadas dúvidas e divergências, a minuta seria aprovada, e o contrato promulgado pela Carta de Lei de D. Maria II, de 30 de novembro de 1844.

Dias depois do debate parlamentar em que foi aprovada a proposta de contrato, saía na RUL o primeiro de sete artigos de Vilarinho de S. Romão sob o título genérico “*A Valla da Azambuja*”, onde se expunham divergências e alternativas, sem pôr em causa, nem o interesse do projeto nem o marquês, que elogiava pela iniciativa, e sem esconder um preconceito contra os projetos elaborados por estrangeiros que, em sua opinião, ajuizavam que os portugueses nada sabiam de Artes e Ciências.

Vilarinho considerava o plano dos Ortts para a Azambuja “impróprio para o local (...) ruinoso para a nação e para a empresa e muito mesquinho” (RUL 1844: 209), e reprovava o sistema de *écluses à sas* (eclusas de caldeira) por não haver água disponível suficiente. Propunha, em alternativa, o sistema inventado por Agustín de Bétancourt, de *écluses à flotteur* (eclusas de flutuador) acionado por máquinas a vapor e alcatruzes, que utilizava muito menos água (ib.: 224), eventualmente combinado com alguma das soluções concebidas por Robert Fulton (ib.: 310)⁵. Sugeria ainda a construção de regos para drenar as águas das chuvas e das cheias, e válvulas de despejo abrindo para um contrafosso, deixando passar a água nesse sentido, mas sem deixar passar, em sentido inverso, a das marés sentidas até às Virtudes, nem a das cheias, garantindo ainda que os proprietários agrícolas, não seriam privados de água para regas. Na prática, alvitrava quase um novo projeto.

⁵ A importante obra de Fulton, *A Treatise On The Improvement Of Canal Navigation...*, fora traduzida para português em 1800.

Apresentando estimativas financeiras, augurava a ruína da empresa se fosse seguido o plano concebido pelos Ortts, que obrigava a despesas enormes e desnecessárias, com a construção de reservatórios laterais para reter águas destinadas a encher o canal das Onias, convicto de que o rendimento da passagem dos barcos não chegaria para cobrir as despesas das obras e manutenção do canal, uma vez que em parte do ano estes navegariam sem custos pelo Tejo, e os barcos maiores só podiam navegar pelo canal até Cabeço do Guião (ib: 224). Em aberto ficava a questão de saber se não seria preferível empregar os capitais na desobstrução do Tejo, que ficaria transformado “num charco de rãs” até Valada quando se abrisse o canal nas Onias e desviassem as águas, recordando que as vantagens que traria a obra da vala da Azambuja seriam totalmente anuladas se a Companhia das Obras Públicas, levasse a bom porto as obras de canalização do Tejo até à raia de Espanha.

Mouzinho de Albuquerque a quem fora confiada a direção das obras, ripostou, enviando ao jornal oficial um “Esclarecimento para ser presente à Direção da Companhia”, no qual considerava o autor daqueles artigos mal informado sobre o projeto, a que atribuía “imperfeições” e “perigos” que não continha. Nem a água “roubada” ao Tejo era a ali estimada, nem a obra era “mesquinha”, salientando que estava prevista, entre comportas, uma altura de água que permitia aos barcos maiores navegar em todo o canal (DG 12 [1845]: 47).

Em novo artigo assinado como “*Um obscuro hydraulico*”, Vilarinho reiterava a sua contestação, acrescentando que os barcos maiores não conseguiriam sair pela porta das Onias rio acima, o que só poderia ser feito com *varinos* de fundo chato, que não precisavam mais do que três palmos de água. Aventava ainda, que a corrente do Tejo ao entrar no canal, iria arrastar consigo as areias do rio, assoreando-o rapidamente (RUL 1845: 333).

Do contrato de Sarti à inauguração do novo canal

É neste quadro que a engenharia hidráulica do Piemonte e da Lombardia, se cruza com a história da vala da Azambuja, graças à perspicácia do ministro do reino António José d’Ávila (1807-1881), à época secretário de estado honorário e “representante especial” da Companhia, com poderes para contratar um engenheiro hidráulico para dirigir as obras (*Milano e l’Europa...* 1994: 234; SARDICA 2005: 258).

Depois de algumas diligências em França, Ávila partiu para o norte de Itália onde viu, com os próprios olhos, a eficácia da rede de canais existente.

As recomendações recebidas conduziram-no ao milanês Giulio Sarti (1792-1866). Personalidade central do meio intelectual e liberal milanês (FIOCCHI MALASPINA 2020: 141-153), Sarti era conhecido como “líder” no campo das construções civis, ferroviárias e hidráulicas, tendo-se destacado pela construção da ligação ferroviária Milão – Monza, inaugurada em agosto de 1840 (ZUCOLI 1841: 175-176; OMBONI 1845: 347; BIGATTI 2000: 83). Tal como Cattaneo, era membro da *Cassa d’Incoraggiamento per le Arti e Mestieri* (também chamada Sociedade para o Incentivo às Artes e Ofícios), fundada em Milão em 1838, para fomentar a industrialização da Lombardia, e providenciar formação especializada e técnicos, ao setor manufatureiro, em constante crescimento (LACAITA 1990: 15-30; PIPARO 2019: 9-36)⁶.

O contrato de trabalho foi assinado em Milão em 28 de julho de 1845, no cartório notarial de Giuseppe Alberti, nele se estabelecendo os termos, forma e conteúdo da colaboração (Archivio di Stato di Milano [doravante ASMi] 1845). Testemunharam o ato o engenheiro Galeazzo Kreutzlin, inspetor dos canais navegáveis da Lombardia, e Pietro Gavazzi, um importante empresário da seda milanês, vizinho de Cattaneo (BIGATTI 2000: 41). Dos anexos à escritura constam a procuração de Faial e demais diretores a favor de Ávila, os estatutos da Companhia, o contrato por esta celebrado com o governo português, e as instruções sobre as obras que o engenheiro teria de realizar, vertidas em italiano e francês.

A Sarti competiria preparar, com a ajuda de um desenhador por ele escolhido, um mapa geral da vala da Azambuja e das ampliações previstas, tendo em atenção as indicações dadas pelas escalas que haviam sido anteriormente colocadas em vários pontos, a fim de “se tirar proveito das observações feitas sobre o nível das águas” (ASMi 1845). Como sinal de reconhecimento da competência hidráulica e capacidade de gestão do território do norte de Itália, Sarti foi expressamente convidado a adotar “as mesmas escalas dos planos e perfis” usadas para os sistemas de canais e estradas do seu país (ib.).

Após esta etapa preliminar o milanês deveria elaborar: 1. o plano de benfeitorias necessárias para tornar o canal navegável todo o ano da foz à ponte da Asseca, exceto nas épocas de cheias; 2. o plano de um canal de igual secção da ponte de Asseca às Onias onde comunicaria com o Tejo, construindo “eclusas suficientes para que o Tejo nunca siga o seu curso na vala”; 3. o plano das obras para reter as águas dos dois ribeiros acima da ponte da Asseca e torná-los navegáveis; 4. o plano para um melhor escoamento das águas dos campos, conjugado com a sua irrigação (ib.).

⁶ A Universidade Politécnica de Milão, bem como a Exposição Nacional (atual Feira de Milão) foram criadas por esta Sociedade, em 1863 e 1881, respetivamente.

As instruções incluíam também a obrigação de preparar o plano de bebedouros para o gado e as pontes necessárias para ligar as duas margens; um caminho de sirga para uma “comunicação regular e certa”; a planta das eclusas de caldeira e, por último, um anteprojeto das obras de irrigação especificando o seu custo (ib.).

Proibia-se ao italiano qualquer participação direta ou indireta em trabalhos idênticos, exigindo a sua colaboração

(...) em tudo o que a Direção entendesse necessário para reduzir à perfeição o Canal projetado, para assegurar a navegabilidade e a defesa do canal das águas impetuosas do Tejo, e para regular a distribuição das águas que excedam as necessidades da navegação para usos agrícolas, ou para pôr em obra edifícios de qualquer género (ASMi 1845).

A Companhia suportaria os custos de hospedagem e alimentação do engenheiro e do desenhador, bem como de todos os utensílios de que necessitassem, fixando-se o seu salário mensal em 1.500 francos, e o do desenhador em 300 francos, com possibilidade de aumento, por decisão exclusiva da Companhia (ib.).

Como se retira do teor da convenção, Sarti aceitou uma tarefa hercúlea, não deixando por isso a Sociedade de Incentivo às Artes e Ofícios, de lhe expressar total apoio (PETROBONI e FUGAZZA 2001: 596).

Partindo de imediato para Portugal, onde terá chegado a 15 de outubro, foi calorosamente acolhido (OMBONI 1845: 347), lançando-se de imediato ao trabalho, juntamente com o desenhador Alexandre Moscheni. Todavia, foram muitas as dificuldades encontradas desde o início desta obra complexa e de difícil concretização, como confidenciava a um amigo, o advogado Gottardo Calvi: “Não poderei contar como uma grande glória ter vindo aqui para cortar madeiras, fazer tijolos, cal (...) porém, se a fraqueza da glória me levasse, podia contar que vim resolver o mais difícil problema de encanamento apresentado a um engenheiro” (CAFFE’ PEDROCCHI 1846: 225).

Na primavera de 1846, quando se preparava o arranque dos trabalhos na vala, eclodiu no norte do país um movimento de contestação popular, a revolta da Maria da Fonte, que rapidamente alastrou pondo o país em armas; o governo seria afastado e substituído por outro em que participavam o duque de Palmela e o marquês de Saldanha, que assumiu a liderança na sequência de um golpe militar.

A guerra civil – Patuleia – prolongou-se até junho de 1847, criando sérias dificuldades à Companhia, confrontada com “penúria e escassez de numerário”, só ultrapassadas, como recordaria mais tarde Pereira de Magalhães, com o empenho do marquês do Faial e dos acionistas, que apenas tinham em conta

“o interesse público da obra” (DG 260 [1847]: 1040).

As obras da vala foram também sede de conflitos com lavradores e edis, o mais grave dos quais ocorrido em maio de 1846, quando no começo da abertura do canal das Onias o administrador do concelho de Santarém decretou um embargo, alegando que se o canal se abrisse, as águas do Tejo precipitar-se-iam por ele arruinando as terras até à Azambuja. Apesar de tudo, a Companhia conseguiu abrir o canal da foz de jusante e construir a represa, continuando a regularização até à ponte de Santana.

(...) todos estes trabalhos fez a Companhia á custa de muitos perigos e sacrifícios; porque teve de conservar e pagar durante a revolução e a guerra civil grande número de operários, que não podia despedir nem lhes diminuir os salários, porque repetidas vezes se quiseram revolucionar (...) sendo obrigada a descontar as notas em Lisboa com 40 por cento e mais de prejuízo para lhes pagar em metal (DG 78 [1859], 434).

No entanto, as denúncias de má administração terão sido suficientes para o Ministério da Fazenda ordenar, em junho de 1847, a nomeação de uma Comissão para

(...) proceder ao exame e inspeção ocular das obras, e informar o seu estado de adiantamento comparativamente com as respetivas plantas e projetos; se a despesa feita era excessiva ou devia considerar-se prudentemente exata; porque forma se exercia a administração, e fiscalização das obras; bem como o pagamento das suas despesas; e se neste serviço podiam admitir-se alguns melhoramentos, reduções, ou economias; e finalmente se na mesma administração tinha havido abusos, pelos quais se devesse exigir a competente indemnização (DG 117 [1848]: 613).

Apesar destes contratempos e de o país viver ainda em guerra civil – embora já num quadro menos dramático no âmbito do pedido de intervenção feito por Portugal a alguns países aliados –, os marqueses do Faial e os outros diretores da Companhia, visitaram as obras da vala em maio de 1847.

Num dia de “calor abrasador e em destemor dos riscos para a saúde” que representava o “clima insalubre da Azambuja”, como referia a imprensa (DG 127 [1847]: 507), a comitiva caminhou ao longo do canal examinando máquinas, oficinas e obras. O que mais atraiu a atenção dos visitantes foi a vista dos trabalhos de fundação da represa na foz do canal, e dos desaguadouros na extremidade oposta do novo canal que, em tempos de cheia dariam vazão às águas que não corriam para o Tejo. Motivo de grande interesse foram também

as bombas a vapor cedidas pela Marinha que esgotavam a água dos caboucos da estrutura, e os engenhos e sistema de carris usados para transportar e assentar as cantarias da represa.

O fim da Patuleia permitiu à Companhia imprimir novo ritmo aos trabalhos, reequipando-se e tornando a contratar operários, a fim de apressar a abertura do canal. Nessa perspectiva, pelo final de outubro o marquês, os diretores, acionistas e demais convidados, sobem o rio num vapor alugado para o efeito até ao cais da Azambuja para nova visita às obras. Caminhava-se a passos largos para a inauguração do troço até à ponte de Santana e o início da navegação regular no canal, aprazadas para 28 de março de 1848. Dir-se-ia que este seria um ano auspicioso, não fosse a pendência da auditoria à Companhia e as representações de lavradores e dos municípios da Azambuja, Cartaxo e Santarém denunciando a má execução dos trabalhos.

O evento inicia-se cedo em Lisboa, com a saída de Faial, Pereira de Magalhães, Sá Cabral e muitos convidados no vapor *Sertorio* e, com eles, a banda do regimento de granadeiros. Em ambiente de festa popular, participada por muitas pessoas da região e outras idas de Lisboa em carreira de barcos expressamente organizada, celebrou-se a bênção das instalações e da gôndola *Esperança*, que a Companhia adquirira para o transporte de passageiros no canal. Os presentes assistiram às manobras de fecho das portas do canal sob indicações de Sarti (fig. 4), embarcando de seguida na gôndola puxada à sirga, para um passeio até ao esteiro da Azambuja, voltando para inaugurar a estação onde estava patente a planta completa do canal elaborada pelo engenheiro António Paulo Pereira sob direção do italiano, e a planta do Tejo em tempos levantada por Estevão Cabral.

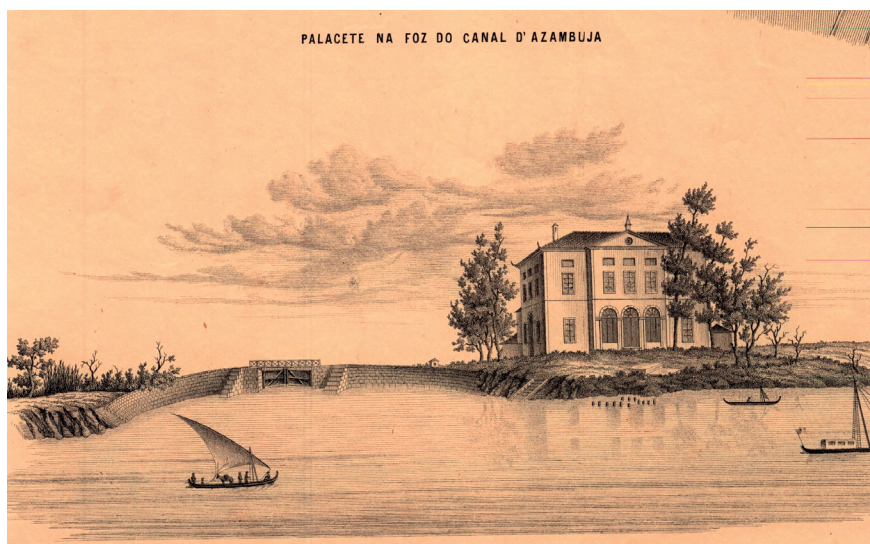


Fig. 4. Ilustração da “Planta do rio Tejo, desde Salvaterra até ao Carregado” (GUERRA 1861) mostrando as portas do canal construídas por Giulio Sarti e a estação da Companhia para receção e abrigo dos passageiros em trânsito entre o Tejo e o canal, conhecida por “Palácio das Obras Novas”.

(...) ainda faltam obras (...) todas de grande custo: da conclusão dessas obras, depende a justa avaliação do mérito de tão grande empresa e da necessidade de ser levada a seu completo efeito. (...) O público (...) tem já bastante que ver, para julgar do merecimento e vantagem das obras concluídas; e é de esperar que tenha prudência bastante para aguardar o completo remate das que faltam, para pronunciar um juízo seguro (RUL 1848: 204).

Dava-se por finda uma parte dos trabalhos para melhorar a navegação na vala e assegurar a drenagem e a irrigação dos campos adjacentes, desígnios que, a avaliar pelas representações, estavam ainda longe de soluções a contento e das metas contratuais⁷.

Entretanto, Pereira de Magalhães via finalmente ser discutida no Parlamento a questão da auditoria, solicitando a denúncia do que considerava ser um abuso de autoridade do ministro da Fazenda, ao determinar uma “inspeção ultrajante, baseada em cartas anónimas e informações verbais”, quando o próprio delegado do governo na Companhia, aprovara as contas (DG 117 [1848]: 613).

⁷ A imprensa não regista a presença de membros do governo na inauguração, ausência porventura justificada pelo contencioso entre o Estado e a Companhia, certamente agravado pelo último protesto contra esta, provindo Santarém, por incumprimentos do contrato (DG 113 [1948]: 585).

Rejeitando a acusação, o conde do Tojal, o ministro que no governo anterior decretara a auditoria, explicou que o fizera tendo em conta quer os interesses do Estado ao comprometer verbas do Tesouro Público, quer o parecer da Comissão, que apontara um custo das obras superior em 20% ao que era praticado noutros países, além de que a Companhia já consumira 75% do fundo total e executado poucos trabalhos. Ficava no ar a presunção de que não teria havido “o zelo que seria esperado” (ib.: 614).

Entretanto, continuavam as queixas de munícipes e autarcas da Azambuja, Cartaxo e Santarém. Os principais motivos prendiam-se com o facto de a vala não permitir o escoamento das águas na época das cheias nalguns sítios e os cômoros estarem mal construídos, não oferecendo suficiente protecção aos campos adjacentes, deixando passar as águas do canal. Queixavam-se os proprietários rurais de que lhes faltava água para o gado, pois ao represar o canal, a Companhia fechara as adufas que permitiam encher as valas, obrigando os animais a percorrer alguns quilómetros para poderem beber; reclamava-se que a eclusa na foz do canal era muito estreita, e impedia a passagem dos barcos carregados de palha e lenha e que estes tinham de pagar uma taxa correspondente à totalidade do canal, quando muitas vezes não havia água suficiente para fazerem esta viagem; queixavam-se os populares que a Companhia iria fazer um alçapão na ponte de Santana para os barcos passarem (fig. 5) e, por isso, iria cobrar portagens a quem a atravessasse; enfim, um longo rol de protestos agravados pelo mau estado sanitário das águas do canal.

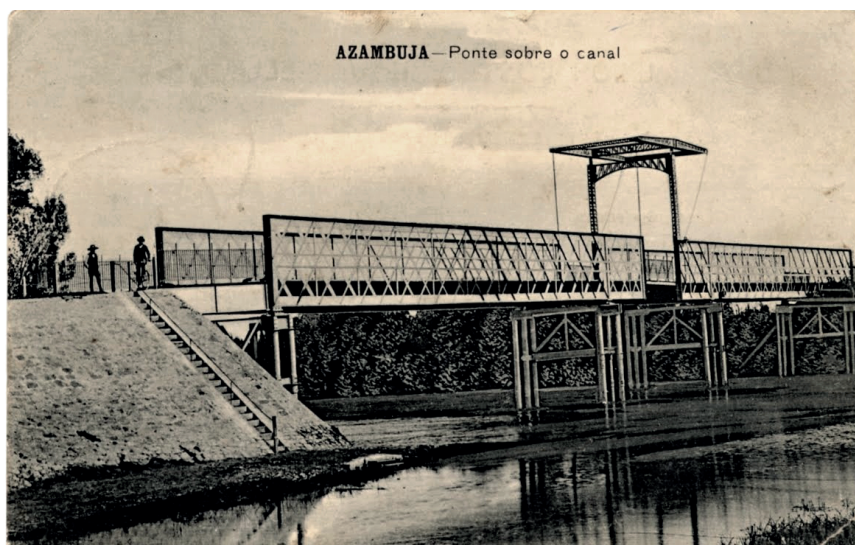


Fig. 5. Ponte sobre o canal, Postal ilustrado. Edição J.C.F. Heitor, Azambuja, c. 1910.

Não sendo viável aumentar a largura da eclusa sem grandes despesas, o governo respondeu às queixas com medidas de execução imediata (portarias de 28 de junho e 11 de julho de 1848), de forma a tranquilizar os ânimos dos proprietários e lavradores locais e evitar prejuízos no inverno seguinte. Além da criação de condições para os gados, impunha-se a limpeza do canal e reparação dos cômoros, e a modificação do *deversoir* (descarregador) na confluência da vala nova com a antiga, permanecendo a estrutura fixa submergível às águas das cheias e aumentada em altura por meio de *fermettes mobiles*⁸ para a irrigação dos campos, sem perder a altura de água indispensável à navegação no canal. Impunham também a implantação de um sistema de estacas ao longo do canal, a cada quarto de *légua*, marcando em cada uma a distância à foz do canal, de forma a que barqueiros e passageiros pudessem contar as distâncias efetivamente percorridas, para efeitos de pagamento de taxas.

Sarti abandonou a Companhia após a inauguração do canal, tendo a chefia das obras, até 1852, sido assumida por João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895) (DIOGO e MATOS 2006: 32), engenheiro militar com um sólido currículo em obras públicas.

Ultrapassado o incidente de 18 de julho de 1848, de aluimento do desagradouro, a atividade da Companhia parece ter-se limitado ao transporte regular de passageiros, conjugado com os *Vapores do Tejo* (fig. 6), alargando o serviço à sirga até à Ponte do Vale (DG 36 [1850]: 168), pois continuava impedida de abrir o canal para as Onias por não ter sido levantado o embargo decretado em 1846.

0 cargo signoi.

5 7 A COMPANHIA DOS CANAES DA AZAMBUJA.

10 DIRECÇÃO DA DITA COMPANHIA faz pu-
15 blico que derendo os barcos a vapór da carreira
20 do Ribá-Têjo começar no dia 20 do corrente as suas via-
25 gens entre Livões e a foz do canal de Azambuja, do mes-
30 mo dia 20 em diante começará a carreira dos barcos co-
35 bertos, sirgados por cavaladuras, entre a dita foz e as
40 pontes do Reguengo, e de Santa Anna, subsistindo a car-
45 reira já estabelecida para a Villa da Azambuja.

50 As horas da partida da carreira em cada um dos ditos
55 pontos serão em correspondencia com as chegadas dos
60 vapóres do Tejo á foz do canal, a fim de que os pas-
65 sageiros se possam aproveitar de subias; e regularmente a
70 partida da foz do canal será meia hora depois do meio
75 dia, e a da ponte de Santa Anna ás 8½ horas da manhã.

80 PREÇOS:

Localidades da partida	1.ª Classe	2.ª Classe
Carreira entre a foz do canal e a 10 ponte de Santa Anna.....	300	180
Dita entre a foz do canal e ponte 15 d. Reguengo.....	200	120
Dita entre a foz do canal e a Villa 20 da Azambuja.....	100	060

25 As bagagens serão livres de direitos quando não ex-
30 cedezem numa arroba, e dahi para cima pagão no ratio
35 da Tabela do Contracto, de 5 réis por quintal de peso,
40 por uma distancia ou legoa.

45 DADA A CONHECIMENTO DO PUBLICO

Fig. 6. Ligações, trajetos e custo dos transportes pelo canal da Azambuja. Um serviço que acabaria em 1857, depois de abrir a estação de caminho de ferro de Virtudes (DG 242, 1848).

⁸ Barragem de elementos móveis, reguláveis em função dos caudais, inventada pelo francês Charles Poiré em 1834.

Todavia, pairava sobre a Companhia a ameaça do caminho de ferro que iria ligar Lisboa à fronteira com Espanha, cuja construção fora contratualizada entre o governo e a *Companhia das Obras Públicas de Portugal* em março de 1845, que seguiria até Santarém pela margem direita do Tejo, num trajeto paralelo ao Canal da Azambuja.

Conclusão

As vantagens da navegação fluvial e a possibilidade de potenciar o tráfego nos portos do Tejo, contornando as dificuldades de navegação colocadas pelas barras de areia acima de Valada, terão sido, porventura, os principais motivos para a constituição da *Companhia dos Canaes d'Azambuja* em 1844, patrocinada pelo duque de Palmela e subscrita pelas elites que compunham o seu círculo de relações privilegiadas. Aquela propunha-se melhorar a vala da Azambuja, ampliando-a até às Onias (Santarém) e na direção de Rio Maior, com benefícios para a agricultura e a salubridade. Para o efeito foram convocados os saberes e experiência de notáveis engenheiros, com destaque para Luís Mouzinho de Albuquerque e o italiano Giulio Sarti.

A tripla finalidade do canal da Azambuja consignada no régio diploma de 30 de novembro de 1844, *navegação, enxugo dos terrenos, irrigação*, cedo se mostrou difícil de alcançar, favorecendo, pelo contrário, cenários de conflito decorrentes da necessidade de se manter um tirante de água que possibilitasse a circulação dos barcos, água que os lavradores usavam na irrigação dos campos e na alimentação dos gados. Por outro lado, a manutenção desse nível de água no canal, não facilitava a drenagem da lezíria, afinal o mais antigo objetivo da construção dos canais. Situações denunciadas nos relatórios das inspeções ordenadas pelo Ministério do Reino, que deveriam ter sido acauteladas.

Alegava a Companhia ter sido vítima de um momento política e economicamente adverso; de sucessivas incompreensões por parte de proprietários, lavradores e das próprias autoridades locais, porventura respaldadas no poder das Juntas de que Santarém foi peça destacada; de incumprimentos do Estado no reembolso das prestações acordadas; de que os proprietários não queriam pagar as obras de esgoto e irrigação. No entanto, também não conseguiu contrariar, de forma inequívoca, as acusações de má administração e condução técnica das obras, que nem cumpriram os desígnios de servir a navegação enquanto canal marginal alternativo ao Tejo, nem tão pouco a drenagem eficaz dos terrenos.

O caminho de ferro do Leste, que chegara ao Carregado em 1856 e a

Santarém em 1861, ditou o seu fim ao retirar-lhe todo e qualquer protagonismo, esvaziando quaisquer ideias de prosseguir o projeto inicial; contudo a *Vala da Azambuja*, peça axial da paisagem e da história da lezíria do Tejo, continua a fornecer água à agricultura e a drenar as terras, aguardando novos usos recreativos e turísticos, para os quais têm surgido projetos, talvez iluminados pelos atuais esforços dos milaneses de recuperação do centenário Navigli.

Agradecimentos

Trabalho realizado no âmbito da Unidade de I&D Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet (CFE), com a referência UIDB/04004/2020, com apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC).

Fontes e bibliografia

Fontes

Manuscritas:

Archivio di Stato di Milano, Notarile Ultimi versamenti, cart. 697.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Cds. de Linhares, Mç 26 doc 17.

Arquivo Histórico de Obras Públicas, Processos de Obras Públicas específicas, MR32.

Arquivo Histórico Parlamentar, Parecer 99, fev. 1835; Proj. lei 58, abril 1839.

Impressas:

CABRAL, Estevão (1790). “Memoria sobre os danos causados pelo Tejo nas suas ribanceiras”, in *Memórias Económicas da Academia das Ciências de Lisboa*, t. II, 155-197.

COMPANHIA DOS CANAES D’AZAMBUJA (1844). *Contracto celebrado com o governo de S. Magestade e sancionado por Alvará de 25 d’Abril de 1844 seguido da escriptura de Associação relativa á canalisação da Valla d’Azambuja*. Lisboa: Imprensa Nacional.

GUERRA, M. Júlio (1861). *Estudos chorographicos, phisicos e hidrographicos da bacia do rio Tejo comprehendida no Reino de Portugal, acompanhados de projectos e descrição das obras tendentes ao melhoramento da navegação d’este rio e protecção dos campos adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional.

OMBONI, Tito (1845). “Cenni sul nuovo sistema d’irrigazione e di canalizzazione nel Portogallo”, in F. Lampato (comp.), *Annali universali di statistica economia pubblica, geografia, storia, viaggi e commercio*, vol. 6, 345-351.

SILVA, J. Fagundo (1879). *Estudos para a protecção dos campos marginaes do Tejo e navegabilidade do mesmo rio*. Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, 6 (1). Lisboa: Typographia da Academia.

ZUCOLI, Luigi (1841). *Descrizione di Milano e de’ principali suoi contorni di città, ville, delizie e luoghi notevoli*. Milano: Zucoli.

Periódicos:

Diário do Governo, v. números, 1843, 1844, 1845, 1847. 1848, 1850, 1859.

Diário da Câmara dos Pares, 1843.

Il Caffè Pedrocchi Foglio settimanale, 1846, n. 28-29.

Revista Universal Lisbonense, v. números, 1842, 1844, 1845, 1848.

Bibliografia

AZEVEDO, Teresa M.; RAMOS-PEREIRA, Ana; NUNES, Elisabete (2019). “As cheias na construção da lezíria do Tejo: síntese de dois projetos”, in A. Ramos-Pereira (coord.), *Água e território. Um tributo a Catarina Ramos*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 181-215.

BIGATTI, Giorgio (2000). *La città operosa: Milano nell'Ottocento*. Milano: FrancoAngeli.

CARDOSO, José Luís (2019). “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado”, in I. F. MOTA & Carla SPANTIGATI (coords.), *Tanto ella assume novitate al fianco. Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à europa pós-napoleónica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 19-48.

CATTANEO, Carlo (1956). “Prospetto della navigazione interna delle Province Lombarde con alcune notizie sulla loro irrigazione”, in A. Bertolino (ed.), *Scritti economici*, vol. 2. Firenze: Le Monnier, 293-341.

DIOGO, M. Paula e MATOS, A. Cardoso (2006). “Being an Engineer in the European Periphery. Three Case Studies of Portuguese Engineering”, in I. Inkster (ed.), *History of Technology*. London: Continuum, 125-146.

FERNANDES, Maria R.; AGUIAR, Francisca; MARTINS, Maria J.; RIVAES, Rui; FERREIRA, Maria T. (2020). “Long-term human-generated of Tagus River: Effects of Hydrological regulation and land-use changes in distinct

- river zones". *Catena*, 188, 1-14.
- FIOCCHI MALASPINA, Elisabetta (2020). *L'utile giusto. Il binomio economia e diritto per l'avvocato Giacomo Giovanetti (1787-1849)*. Soveria Mannelli: Rubbettino Editore.
- LACAITA, Carlo G. (1990). *L'intelligenza produttiva. Imprenditori, tecnici, operai nella Società d'incoraggiamento d'arti e mestieri di Milano*. Milano: Electa.
- MADALENO, Isabel (2006). "História econômica da Companhia das Lezírias". *História Econômica & História de Empresas*, 9 (2), 155-204.
- MARQUES, Elodie G. (2018). *As obras públicas no Vale do Tejo: a navegação do Canal da Azambuja*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- MATOS, Artur T. (1980). *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Milano e l'Europa dal XIII al XIX secolo. *Catalogo della mostra* (1994). Como: Nodolibri.
- PETROBONI, Margherita C. e FUGAZZA, Marachiara (eds.) (2001). *Carteggi di Carlo Cattaneo. Serie I, lettere di Cattaneo, (1820-15 marzo 1848)*. Firenze: Bellinzona.
- PIPARO, Daniele (2019). "La missione della formazione per lo sviluppo del territorio. La Società d'Incoraggiamento d'Arti e Mestieri", in D. Piparo, R. Capozucca (eds.), *La società d'incoraggiamento d'arti e mestieri. Un modello di innovazione continua*. Milano: SIAM, 9-36.
- RAMOS-PEREIRA, Ana; RAMOS, Catarina; REIS, Eusebio; AZEVEDO, Teresa M.; NUNES, E.; FREITAS, M. Conceição; ANDRADE, C. (2002). "A dinâmica da planície aluvial do Baixo Tejo no Holocénico recente: aplicação de métodos de análise geomorfológica e sedimentológica, in *Atas do I Seminário Contribuições para a Dinâmica Geomorfológica*, vol. I. Lisboa: Associação Portuguesa de Geomorfólogos, 67-76.
- RAMOS-PEREIRA, Ana; S.-MARTINEZ, João C. (2018). "O estuário do Tejo das origens à contemporaneidade: o rio e as gentes", in J. C. S.-Martinez et al. (eds.), *Meios, Vias e Trajectos: entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 9-22.
- REQUENA, Jesus López (2020). *El proyecto de navegación del Tajo de Carlos de Simón Pontero (1753-1757)*. Madrid: Fundación Juanelo Turriano.
- SARDICA, J. M. (2005). *Duque de Ávila e Bolama*. Lisboa: D. Quixote / Assembleia da República.
- SIBILLA, Stefano; SCIANDRA, M. Cristina; ROSSO, Renzo; LAMERA, Carlotta (2017). "Hydraulic approach to Navigli canal daylighting in Milan Italy". *Sustainable Cities and Society*, 32, 247-262.

De Coimbra para o Rio Grande do Sul: análise de passaportes, 1881-1889

Coimbra to Rio Grande do Sul: analysis of passports, 1881-1889

CARLOS EDUARDO PIASSINI¹

Universidade Federal de Santa Maria

cepiassini@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3142-1767>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 05/04/2022

Resumo. O presente estudo tem como principal objetivo apresentar a análise de registros de passaportes do distrito de Coimbra cujos titulares pretendiam viajar/emigrar para a província brasileira do Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889. Apesar da vasta bibliografia existente a respeito da emigração portuguesa para o Brasil nos séculos XIX e XX, ainda são poucos os trabalhos que se centram no Rio Grande do Sul, local onde predomina o estudo das imigrações alemã e italiana. Foram analisados 396 registros de passaportes do Governo Civil de Coimbra, disponíveis no Arquivo da Universidade de Coimbra e no *site FamilySearch*. As principais conclusões a que foi possível chegar são: uma maioria absoluta de titulares do sexo masculino; a proximidade entre o número de casados e solteiros; o elevado índice de instrução para os parâmetros portugueses da segunda metade do século XIX; uma maioria de trabalhadores do mundo rural e indícios de uma realidade violenta.

Palavras-Chave. Passaportes, Emigração Portuguesa, Coimbra, Rio Grande do Sul.

Abstract. The present study intends to present the analysis of records of passports of the District of Coimbra whose holders intended to travel/emigrate to the Brazilian province of Rio Grande do Sul between 1881 and 1889. Despite the vast bibliography about Portuguese emigration to Brazil in the nineteenth and twentieth centuries, there are still few studies focusing on Rio Grande do Sul, where the study of German and Italian immigration predominates. It was analyzed 396 passports of the Civil Government of Coimbra, available in the Archives of the University of Coimbra and in the FamilySearch website. The main conclusions are: an absolute majority of male; the proximity between the number of married and single; the high index of instruction for the Portuguese parameters of the second half of the nineteenth century; a majority of rural workers and evidence of a violent reality.

Keywords. Passports, Portuguese Emigration, Coimbra, Rio Grande do Sul.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

Introdução

O tema das migrações possui grande relevância entre os estudos acadêmicos da área de História no Rio Grande do Sul, sobretudo aqueles que tratam da emigração europeia para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Alemães e italianos foram os grupos mais estudados, embora também seja grande a atenção conferida a outros, como os portugueses. Contudo, os estudos centrados no trânsito de portugueses para a região meridional brasileira são escassos comparativamente aos que incidem sobre os grupos de imigrantes antes citados, além de quase exclusivamente focados na contribuição da colonização açoriana ocorrida ao longo da segunda metade do séc. XVIII e início do séc. XIX. A presença portuguesa no Rio Grande do Sul no período posterior ainda é pouco estudada.

De acordo com Maria Xavier Villas Bôas e Beatriz Padilla (2007), essa circunstância é consequência do reduzido número de portugueses que migraram para o Sul do Brasil, assim como da sua pouca expressividade na atualidade. Há também fatores de ordem histórica e simbólica que importa considerar. A construção de uma identidade nacional no pós-independência, conjugada com alguns casos de aversão aos lusitanos, não favoreceu o destaque da presença portuguesa. O idioma auxiliou na rápida inserção do imigrante português e possibilitou uma menor dependência de redes de sociabilidade restritas aos seus iguais. Por fim, esta migração portuguesa foi urbana e dispersa.

A historiografia reserva um espaço mais significativo à imigração portuguesa quando o foco é o Brasil, no seu todo, ainda que em volume reduzido em relação à extensa produção científica sobre o tema desenvolvida em Portugal. Destacam-se o Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), uma Unidade de Investigação regida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, com inúmeras publicações e pesquisadores agregados.

As pesquisas desenvolvidas em Portugal contam com uma quantidade considerável de estudos que fizeram uso de uma fonte documental rica em informações: os registros de passaportes. Por exemplo, há trabalhos que tratam das migrações ocorridas a partir de Vila Nova de Gaia (CIRNE 2007), Viana do Castelo (RODRIGUES 2007, 2017), Porto (FERREIRA 2010), Meda (LOPES 2002) entre outros, com perspectivas diversas, como a imigração de jovens, de integrantes da elite local e durante as grandes guerras do séc. XX.

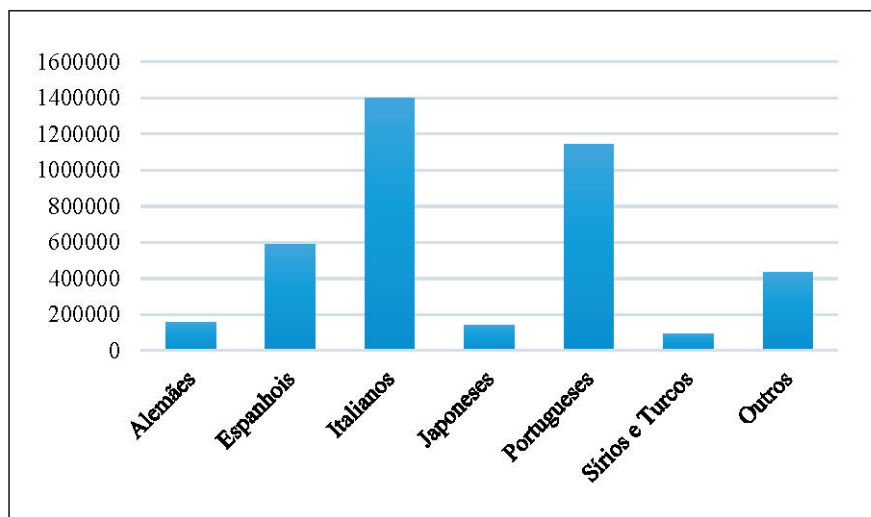
Constata-se, entretanto, a ausência de investigações centradas na migração de Coimbra para o Rio Grande do Sul. Existe alguma produção historiográfica, ainda que reduzida, sobre a emigração portuguesa para a Região Platina, como é o caso da levada a cabo pelos pesquisadores Helena Carreiras, Andrés Malamud, Beatriz Padilla, Maria Xavier e Diego Bussola (2007). A Região Platina abarca a República Oriental do Uruguai, as províncias do litoral Argentino e os estados do Sul do Brasil e possui características próprias por ser território de fronteira, sendo de destacar a sua suscetibilidade a disputas territoriais, como as que se verificaram entre portugueses e espanhóis durante os séculos XVII e XVIII, que se mantiveram com as independências do séc. XIX.

Considerando, portanto, a fraca produção historiográfica sobre a emigração portuguesa para o Rio Grande do Sul, em detrimento de farta pesquisa sobre as imigrações alemã e italiana, assim como a inexistência de trabalhos centrados na migração de grupos oriundos de Coimbra para o Rio Grande do Sul, este trabalho possui como objetivo uma análise de passaportes emitidos entre 1881 e 1889 para moradores do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul. O recorte temporal relaciona-se com a última década do período imperial brasileiro, momento no qual a imigração alemã já não era tão expressiva, ao contrário da imigração italiana e portuguesa, que passava por um momento áureo.

A emigração portuguesa para o Brasil

De modo geral, afirma Bôas e Padilla (2007), duas características tornam a emigração portuguesa singular quando comparada com outros grupos de imigrantes que rumaram ao Brasil: por um lado, o grande número de imigrantes e, por outro, a regularidade com que se deu o seu trânsito. Através do Gráfico 1 é possível perceber a expressividade da presença portuguesa dentro do conjunto de imigrados para o Brasil entre o final do séc. XIX e o começo do séc. XX.

Gráfico 1. A imigração para o Brasil entre 1884 e 1933



Fonte: IBGE (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 226.

Os números indicam que apenas a entrada de italianos supera a de portugueses no período considerado pelo levantamento do IBGE. Temos, assim, 1.401.335 italianos, 1.145.737 portugueses, 587.114 espanhóis, 434.645 imigrantes de outras nacionalidades, 154.397 alemães, 142.457 japoneses e 93.823 sírios e turcos.

A deslocação massiva de portugueses para o Brasil foi consequência de uma combinação de fatores económicos, políticos, sociais e culturais. De um lado, a estrutura social e a economia portuguesa não conseguiram acompanhar o crescimento demográfico, do outro, o Brasil oferecia grandes possibilidades graças à expansão da economia cafeeira no Rio de Janeiro, Santos e São Paulo, e da borracha na Amazônia. Ao mesmo tempo, aquele era o contexto do fim da escravidão, que se deu oficialmente em 1888, assim como do desenvolvimento tecnológico que provocou uma revolução nos transportes, o que permitiu reduzir não só a distância entre os continentes, como também a que separava o interior e os portos, através das estradas de ferro e do investimento em infraestruturas de comunicação (SILVA 1994; ALVES 2001; MONTEIRO 2004).

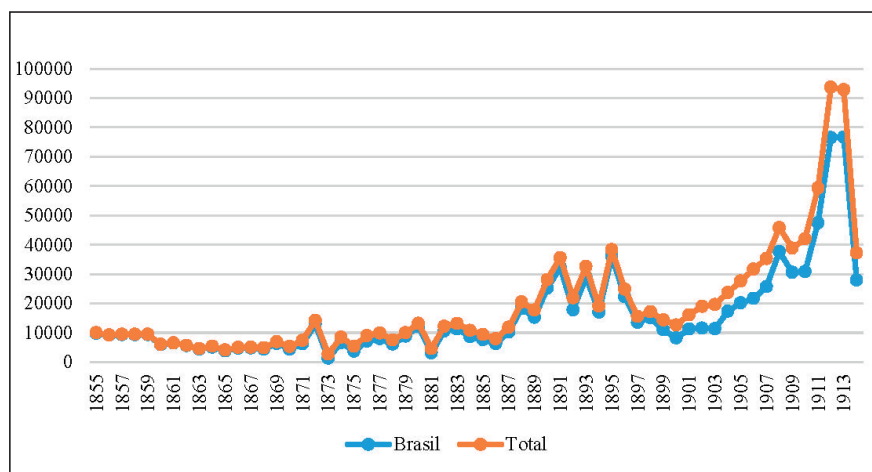
As razões que levaram italianos, portugueses, alemães e outros europeus à procura de oportunidades noutros países são semelhantes, sobretudo a fuga à miséria, mas as causas que resultaram nas precárias condições de vida foram diferentes. No séc. XIX a Alemanha já conhecia a industrialização e passava

por um intenso processo de transformação capitalista. Portugal, por sua vez, continuava dependente de um sistema económico quase de Antigo Regime. Apesar das diferenças, um fator se mostrava comum: a mão de obra excedentária, daí que a migração para o mundo americano tenha sido encarada como alternativa (LOPES 2002).

Outros motivos que levaram muitos portugueses a deixarem o seu país devem ser considerados. Desde logo o mito do enriquecimento fácil, alimentado pelo exemplo de imigrantes abastados que regressaram para Portugal. A fuga ao serviço militar também foi forte incentivo, levando muitos a buscar vias ilegais para deixar o país com a intenção de evitar o pagamento de taxas. Acrescem as sucessivas crises agrícolas, como a motivada pela infestação de filoxera, que ocorreu no séc. XIX e afetou brutalmente a produção de vinho, levando muitos trabalhadores a ficarem sem trabalho ou em condições pouco atrativas de remuneração (ALVES 2001; GOUVEIA 2016).

O Brasil foi incontestavelmente o destino preferencial da emigração portuguesa na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, de acordo com Leite (1987), Gouveia (2016) e Lopes (2002), a percentagem de portugueses que migraram legalmente escolhendo o Brasil como destino, superou 80% do total daqueles que emigraram (Gráfico 2).

Gráfico 2. Comparação entre o número total de portugueses que entre 1855 e 1914 deixaram o seu país e aqueles que escolheram o Brasil como destino



Fonte: LEITE 1987: 480.

Devido ao processo de colonização que lhe precedeu, a emigração portuguesa para o Brasil sofreu uma naturalização, pelo que pouco destaque lhe foi dado frente a outras correntes migratórias europeias. Enquanto em Portugal o conhecimento da numerosa entrada de portugueses no Brasil parece ser inequívoco, o mesmo não tem ocorrido no Brasil, o que tem vindo a ser modificado graças aos recentes esforços de pesquisadores portugueses e brasileiros (EMMI 2010). A escolha do Brasil não era mero acaso. Segundo Gouveia (2016: 10):

Para além do domínio da língua do país onde as oportunidades se apresentavam mais promissoras; do acesso e da instalação mais fáceis pelas relações pessoais, familiares e locais enquanto base de apoio e circuito de informação; das condições jurídicas de instalação e naturalização; e das similitudes dos costumes; o Brasil como destino tinha, por conseguinte, uma política de emigração favorável devido à falta de mão-de-obra, facilitando o pagamento das viagens e garantindo a integração dos imigrantes em postos de trabalho.

Durante o séc. XIX, apesar das políticas da Regeneração e do Fontismo, que se propuseram a criar riqueza para consolidar o regime constitucional, Portugal continuou com problemas sociais e económicos fortes. Nos finais do século XIX ocorreram profundas transformações económicas e culturais determinantes para o fenómeno migratório: a integração das sociedades europeias numa economia global determinou uma baixa dos preços dos alimentos, resultante da concorrência internacional, e a economia portuguesa teve dificuldade em inserir-se nessa economia global; a deflação afetou os rendimentos dos proprietários rurais que constituíam a maioria da classe média; Portugal tinha, em relação à população, a maior dívida pública externa dos pequenos países europeus; os portugueses viviam à beira da bancarrota. Esse contexto levou muitos portugueses à procura de melhores condições de vida no Brasil (RAMOS, VASCONCELOS E SOUSA, MONTEIRO 2009).

Os passaportes como fontes documentais

Desde 1709 passou a existir a exigência de um passaporte para quem pretendesse deixar Portugal de modo temporário ou definitivo, rumo ao Brasil (SOUSA et al. 2009). Para deixar legalmente o país era necessário obter autorização do governo por meio do registro do passaporte. Desse modo, a vultuosa emigração portuguesa deixou milhares de registros dos governos

civis de Portugal (SANTOS 2009). Para o presente trabalho, foram consultados catorze livros de registros de passaportes do Governo Civil do Distrito de Coimbra entre os anos de 1881 e 1889. O número total de registros foi de 11.525, dos quais 396 tinham como destino o Rio Grande do Sul ou alguma de suas cidades portuárias, portanto, 3,4% do total (Quadro 1). Essa documentação está disponível para consulta no Arquivo da Universidade de Coimbra e em linha, no site *FamilySearch*.

Quadro 1. Registros de passaportes do distrito de Coimbra entre 1881 e 1889

Ano	Total Registros	Registros RS	%
1881	1.142	55	4,8
1882	1.324	37	2,8
1883	1.564	44	2,8
1884	1.430	66	4,6
1885	835	45	5,4
1886	783	37	4,7
1887	1.500	35	2,3
1888	1.741	47	2,7
1889	1.206	30	2,5
TOTAL	11.525	396	3,4

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra [doravante AUC], Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

O passaporte é um documento de caráter policial cujo objetivo é garantir ao viajante/emigrante direitos e proteção da autoridade pública quando se encontra num outro país que não o seu. Indica ao país recetor que o seu portador é confiável, pois tem um país para onde pode voltar, voluntariamente ou obrigado. Além disso, o passaporte pode ser considerado como um entrave à mobilidade dos cidadãos, pois é um elemento que obstaculiza a mesma, assim como serve para monitorar quem o solicita, portanto, é um instrumento de controlo do Estado. A exigência da obtenção de um passaporte para sair do país foi uma tendência na Europa a partir das décadas de 1850 e 1860. Portugal não ficou de fora, porém tornou os mecanismos processuais cada vez mais complexos, exigentes e restritivos, enquanto outros países da Europa

tomaram o caminho oposto. Por exemplo, aos menores, mulheres casadas e funcionários públicos foi exigida uma autorização para a obtenção de passaporte, respetivamente, dos pais, maridos ou superiores hierárquicos (MONTEIRO 2011).

A obrigatoriedade do passaporte para deixar Portugal fez com que hoje os historiadores disponham de uma fonte documental valiosa para obter informações sobre a emigração legal. Torna-se possível proceder a levantamentos estatísticos e ao cruzamento de dados com outras fontes documentais. Ainda assim, é importante ressaltar que os passaportes não dão conta de toda a complexidade das migrações. Enquanto registro oficial são uma fonte limitada, pois não trazem informações a respeito dos casos de emigração clandestina. Além disso, não diferenciam os indivíduos que migravam daqueles que apenas viajavam por lazer, a negócios, ou por outro motivo. Por si só, os passaportes também dificilmente oferecem elementos para estudar as fraudes que, é presumível, ocorreram (PEREIRA 1981).

A legislação portuguesa que regeu a emigração nos sécs. XIX e XX é considerada por muitos autores como restritiva, sobretudo pela exigência de passaporte, imposições e taxas. Apenas na segunda metade do séc. XIX os ideais liberais fizeram com que ganhasse maior aceitação a noção de que o indivíduo tinha a liberdade de escolher ir para onde quisesse. Ainda assim, Portugal nunca deixou de exercer controlo sobre as entradas e saídas de nacionais e estrangeiros, ampliando ou reduzindo as exigências para tanto, porém nunca proibiu ou dificultou a emigração para destinos específicos como ocorreu em outros países europeus (LEITE 1987). A Prússia constitui um dos exemplos. Promulgou em 1859 o “Rescrito de Heydt”, proibindo a propaganda e o aliciamento de prussianos para migrarem para o Brasil devido, entre outros fatores, ao histórico de condições indignas, reclamações e promessas não cumpridas. Este normativo apenas foi revogado em 1896 (BANDEIRA 2011).

A emissão de passaportes entre 1881 e 1889, período em estudo, obedeceu às normas definidas no regulamento geral de polícia de 7 de abril de 1863. A exigência de passaporte para o trânsito interno em Portugal foi abolida. Por sua vez, os nacionais que quisessem ir para outros países precisavam obter passaporte emitido pela autoridade responsável, exceto os militares, indivíduos comissionados pelo governo, integrantes do corpo diplomático ou consular e seus dependentes, e os correios de gabinete. Para obter o passaporte era necessário entregar documentação comprobatória de acordo com as seguintes exigências: cumprimento dos preceitos da lei do recrutamento para os maiores de 25 anos de idade ou emancipados; prova de cadastro limpo; autorização dos superiores para os empregados públicos; autorização dos

pais ou tutores para os menores de 25 anos; autorização dos maridos para as mulheres casadas; comprovativo de fiança do serviço militar para indivíduos de idades compreendidas entre 14 e 21 anos, além de declaração através da qual se comprometiam a cumpri-lo ou a custear a sua substituição, caso fossem chamados. Para quem tinha o objetivo de emigrar, além das exigências anteriores, era necessário apresentar o contrato de prestação de serviços no país de destino ou o recibo do pagamento da passagem (VASCONCELOS 1864).

De acordo com Leite (1987), as exigências àqueles que queriam emigrar pretendiam evitar incidentes como a transferência de um contratador para outro, abusos derivados de dívidas para com comandantes de embarcações que levavam emigrantes e contratos irregulares. De modo geral, o procedimento para obtenção de passaporte não era restritivo. Quem tinha maiores dificuldades eram os indivíduos sujeitos às obrigações militares. Portugal optou pelo serviço militar obrigatório em 1855, e desde o começo enfrentou a tarefa impossível de preencher por inteiro os contingentes votados pelo Parlamento. As possibilidades de escapar ao serviço militar através de fiança elevavam os custos daqueles que pretendiam emigrar.

Quadro 2. Despesas de Emigração Legal em Portugal

Data	Passaporte	Fiança Militar	Viagem ao Brasil
1863	2\$600	139\$000	38\$000
1882	2\$600	240\$000	36\$000
1910	7\$000	75\$000	43\$000

Fonte: LEITE 1987: 467.

O quadro 2 indica despesas individuais. Houve variações significativas das despesas ao longo do tempo, por isso Leite (1987) escolheu datas representativas de acordo com essas mudanças. Grande parte dos emigrantes contava com algum capital ou crédito para pagar a viagem transatlântica ao Brasil. Os gastos com um passaporte normal não ultrapassavam 20% do preço do bilhete. O mesmo não aconteceu com a fiança militar, pois o seu valor manteve-se elevado ao longo dos anos, superando os gastos com a viagem. Esse era um dos elementos que mais influenciava a rede de emigração clandestina. Outro fator que fez muitas pessoas optarem por não seguir o caminho da legalidade ao deixar Portugal foi a pobreza extrema. Dispostos a partir o quanto antes e sem dinheiro, evitavam as despesas do pedido de passaporte (LEITE 1987).

As informações contidas nos passaportes permitem construir certo perfil dos emigrantes legais de Portugal, designadamente: a data de concessão do passaporte; o nome do titular; o estado civil; a profissão; o nome dos pais e se já haviam falecido; a freguesia e o concelho de residência; o destino; o local de saída; os acompanhantes, pois no período em estudo havia passaportes coletivos; o grau de instrução; se havia prestado fiança ao recrutamento; se já havia viajado ao Brasil, por quanto tempo, em que lugar e qual a atividade desempenhada; e características pessoais dos viajantes (idade, formato do rosto, do nariz e da boca, cor do cabelo, sobrancelhas, olhos e da pele, estatura e sinais particulares).

De Coimbra ao Rio Grande do Sul, 1881-1889

O distrito de Coimbra, no final do século XIX, era grandemente marcado pela importância da cidade do mesmo nome, que exercia influência sobre a zona rural e canalizava em seu benefício homens, capitais e produtos da atividade agrícola. O comércio conhecia importante expansão com os caminhos de ferro e o desenvolvimento de indústrias, como da cerâmica, massas alimentícias, sabão e laticínios. A população apresentava constante aumento, pelo menos na zona urbana e proximidades. A região de Eiras e Santo António dos Olivais desenvolvia produção de gado e leite. Outras localidades caracterizavam-se pelo cultivo do arroz. Apesar disso, o distrito de Coimbra ainda enfrentava desafios para seu crescimento, como epidemias palúdicas. Apesar de constante, a emigração não chegou a figurar como um fator de despovoamento. Entre os fatores que explicam essa movimentação, estão o desejo de promoção económica e social, o declínio sensível do trabalho artesanal, o endividamento rural e a crise vitícola (VAQUINHAS 1990)

Por sua vez, o Rio Grande do Sul teve significativo desenvolvimento económico e industrial na segunda metade do século XIX, sobretudo em Porto Alegre, cidade que recebeu contingentes de imigrantes alemães e italianos, bem como de seus descendentes, interessados em investir o dinheiro acumulado com o comércio nas regiões de colonização. O endividamento público impedia maiores investimentos, o que fazia os governantes da província sulina incentivarem a iniciativa privada, atraindo comerciantes e industriais de todas as partes (PIASSINI 2021). Era um território ideal para receber os portugueses emigrados.

A análise dos 396 registros de passaporte do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889, permitiu identificar, quanto

ao sexo, uma maioria absoluta de homens, 385, portanto, 97,2% do total de registros. Apenas 11 mulheres, 2,8%, obtiveram passaportes como titulares. Segundo Nelly de Freitas (2014), quando as sociedades portuguesas analisadas se originam dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, a presença feminina nos registros ultrapassa 40%, condição que adviria, por um lado, das dificuldades enfrentadas nesses locais e, por outro, do facto da emigração ser uma tradição antiga, aceite e encorajada pela cultura popular, tanto para os homens quanto para as mulheres.

De acordo com as estatísticas oficiais portuguesas, entre 1886 e 1900, cerca de 80,49% dos emigrantes registrados em Portugal continental eram homens, enquanto 19,50% eram mulheres (FREITAS 2014). Os resultados obtidos para o distrito de Coimbra são semelhantes aos revelados por Mário Jorge Martinho da Costa (2014) para o concelho de Penacova entre 1870 e 1899. Aí se verificou que, de 2.992 registros, 2.891 (97%) eram de homens, enquanto apenas 101 (3%) eram de mulheres.

Relativamente ao estado civil foi possível verificar: 191 homens casados e 6 mulheres casadas; 172 homens solteiros e 2 mulheres solteiras; 10 homens viúvos e 2 mulheres viúvas; 9 crianças; e 4 registros em que não constam dados sobre o estado civil. O número reduzido de ocorrências femininas nos registros não permite realizar comparações mais acuradas. Por sua vez, percebe-se uma proximidade muito grande entre o número de solteiros e casados entre os indivíduos do sexo masculino. Segundo Paula Marques dos Santos (2009), durante muito tempo prevaleceu o argumento de que o emigrante típico português era jovem, solteiro e deixava seu país por razões económicas e para fugir ao recrutamento militar. Entretanto, no distrito de Coimbra, como indicado no quadro 3, os casados requereram mais passaportes do que os solteiros entre 1881 e 1889.

Quadro 3. Estado Civil dos titulares de registros de passaporte do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul (1881-1889)

Casado	197	49,8%
Solteiro	174	43,9%
Viúvo	12	3,0%
Criança	9	2,3%
Não Informado	4	1,0%
TOTAL	396	100%

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

No que concerne à faixa etária dos homens solteiros (quadro 4), verifica-se que 83% deles tinha menos de 31 anos, o que constitui 36% do total de registros. Assim, de facto, a grande maioria dos solteiros eram homens jovens, porém, quando se considera o total de emigrantes percebe-se que, no período em estudo, os homens casados foram os que mais emigraram.

Quadro 4. Faixa etária e estado civil dos titulares de passaporte do distrito de Coimbra entre 1881 e 1889

Idade	Casados	Solteiros	Viúvos	NI*
0-20**	1	15	0	3
21-30	54	128	1	0
31-40	82	27	1	1
41-50	38	1	2	0
>50	16	1	6	0
Total	191	172	10	4

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

* Não Informado.

** Nessa faixa etária há 9 crianças que não foram consideradas na soma do estado civil.

Em relação às mulheres verificou-se uma solteira com menos de 20 anos de idade; cinco casadas e uma solteira com idade entre 21 e 30 anos; uma casada e outra viúva com idades entre 31 e 40 anos; uma mulher solteira e duas viúvas com idade acima dos 40 anos. A análise dos registros com acompanhantes demonstrou que havia um número maior de mulheres nessa

condição. Muito poucas foram titulares de passaporte e, aliás, quando o eram levavam consigo algum acompanhante, sobretudo os filhos.

Enquanto do total de 385 titulares de passaporte do sexo masculino apenas 4,9% levaram consigo acompanhantes, das 11 mulheres titulares do mesmo documento 72,7% não viajaram sozinhas. Foram identificados 27 registros com acompanhantes, que envolveram 46 indivíduos, dos quais 15 do sexo masculino, todos identificados como filhos dos titulares, e 31 do sexo feminino, sendo 14 referidas como esposas e 17 como filhas. O final do séc. XIX era ainda, portanto, um período em que poucas mulheres portuguesas da região continental, especificamente aqui o caso do distrito de Coimbra, conseguiam ou tentavam viajar/emigrar como titulares de seus passaportes. Eram dependentes dos maridos enquanto acompanhantes ou filhas.

Quadro 5. Registros de passaportes com acompanhantes de acordo com o sexo do titular

	Casado(a)	Solteiro(a)	Viúvo(a)
Homens	18	0	1
TOTAL	19		
Mulheres	6	1	1
TOTAL	8		

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

As profissões dos titulares dos passaportes eram variadas, sobretudo ligadas ao mundo rural e comercial, como se percebe pelo quadro 6. Nota-se o predomínio absoluto dos “trabalhadores”, que constituíram 73,7% (292 registros) do total de registros considerados. A motivação de grande parte deles era “o pouco ganho”, ou seja, o trabalho rural já não compensava naquela região, desse modo a possibilidade de emigrar para o Brasil era atraente. Com efeito, entre as principais motivações da saída dos portugueses para outros territórios, estava a ocorrência de crises no campo, caso da infestação de filoxera. Além disso, muitos alegavam possuir família no Brasil. As redes de contacto revelavam-se essenciais (ALVES 2001; MONTEIRO 2004).

Em segundo lugar, com 18 registros, correspondentes a 4,5% do total, estavam os proprietários. As informações presentes nos passaportes não permitem saber o que caracterizava o titular como proprietário, ou seja, se era dono de terras, de algum estabelecimento comercial, de imóveis, ou de qualquer outro tipo de propriedade. Os carpinteiros representaram 3,0% do grupo; os

pedreiros 2,0%; os alfaiates e caixeiros 1,5% cada; os negociantes 1,3%; os sapateiros 1,0%; as tecedeiras, os curtidores, os tamanqueiros, os barbeiros e os serradores, 0,75% cada; os calceteiros, moleiros e ferreiros 0,5% cada; os trabalhadores de caminho de ferro, jardineiros, pescadores, carranqueiros, padeiros e lavradores 0,25% cada.

Quadro 6. Profissões dos titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889

Trabalhador	292	Serrador	3
Proprietário	18	Moleiro	2
Não informado	13	Ferreiro	2
Carpinteiro	12	Calceteiro	2
Pedreiro	8	Jardineiro	1
Alfaiate	6	Marítimo	1
Caixeiro	6	Pescador	1
Negociante	5	Carranqueiro	1
Sapateiro	4	Tanoeiro	1
Tamanqueiro	3	Comerciante	1
Tecedeira	3	Caminho de ferro	1
Curtidor	3	Padeiro	1
Barbeiro	3	Lavrador	1

Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

Foram encontrados 20 registros de passaportes cujos titulares possuíam menos de 20 anos de idade, portanto abaixo da idade exigida para o serviço militar. Houve 10 titulares com menos de 15 anos e o mesmo número de titulares com idades entre 15 e 19 anos. Percebe-se que desde muito cedo os portugueses já exerciam alguma atividade laboral. Jerónimo Henriques, de 9 anos, morador de Penacova com destino a Porto Alegre, teve registrada a profissão de “trabalhador”. Por sua vez, José da Cunha d’Eça do Amaral, de 11 anos, e Carlos Duarte Pocinha, de 13 anos, ambos moradores de Condeixa-a-Nova, tiveram registrada a profissão de “caixeiro”.

De acordo com Isilda Braga da Costa Monteiro (2007), no séc. XIX ainda não havia a compreensão do que era a infância e a adolescência. Assim, crianças e adolescentes eram vistos como pequenos adultos, muitos deles introduzidos precocemente no mundo do trabalho. As famílias investiam nesses jovens o pouco que possuíam, ou mesmo o que não possuíam, para tentarem

a sua sorte no Brasil com a esperança de uma vida melhor para todos. A fuga ao serviço militar não pode portanto ser o único fator a considerar para explicar a emigração dos mais jovens. Nesse grupo, com menos de 20 anos, encontramos: 6 trabalhadores, 4 caixeiros, 2 alfaiates, 1 proprietário, 1 tanoeiro e 6 registros sem indicação de profissão. Por sua vez, entre as 11 mulheres titulares de passaportes, apenas 3 tiveram a profissão registrada, todas como tecedeiras.

Um aspeto de grande interesse é o grau de instrução dos titulares. Infelizmente 40,9% dos registros não contêm essa informação, pelo que não é possível concluir simplesmente que não possuíam nenhum grau de instrução. De qualquer modo, 35,2% dos titulares sabiam ler e escrever, enquanto 6,8% sabiam escrever, 1% sabia ler e 3,5% sabiam redigir o nome. Significa isto que, pelo menos 46,5% dos titulares de passaporte tinha algum tipo de instrução, ainda que rudimentar, número que tenderia a aumentar caso todos os registros contassem com informações sobre o grau de instrução. Aqueles que “nada” sabiam, portanto, que não tinham nenhum grau de instrução, constituíram 12,6% do total.

Considerando os dados colhidos pelos censos portugueses de 1878 e 1890 quanto ao nível de instrução da população, conclui-se que o percentual de titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul e com algum grau de instrução foi elevado. Entre as 4.539.346 pessoas que habitavam em Portugal no ano de 1878, apenas 17,6% (798.925) possuíam algum grau de instrução. Em 1890 a percentagem era maior, já que para uma população de 5.049.729 de portugueses, 20,8% (1.048.802) contavam com algum tipo de instrução. Não houve grandes diferenças entre os dois censos, portanto, durante a década de 1880 não se alterou o baixo valor de pessoas instruídas no país. Entre 1881 e 1889 o percentual de titulares de passaportes, naturais ou residentes no distrito de Coimbra com alguma instrução, foi mais do que o dobro dos valores apontados pelos índices nacionais de 1878 e 1890.

Quadro 7. Comparação do grau de instrução da população do distrito de Coimbra entre 1878 e 1890

1878 (População de Coimbra: 292.037)				
	Homens		Mulheres	
Algum Grau	28.907	9,9%	7.496	2,6%
Nenhum Grau	106.908	36,6%	148.726	50,9%
Total	135.815	46,5%	156.222	53,5%
1890 (População de Coimbra: 316.624)				
	Homens		Mulheres	
Algum Grau	37.045	11,7%	11.082	3,5%
Nenhum Grau	110.818	35%	157.679	49,8%
Total	147.863	46,7%	168.761	53,3%

Fonte: ESTATÍSTICA DE PORTUGAL (1890). *Relatório sobre o censo da população*. Lisboa: Imprensa Nacional; Estatística de Portugal (1881). *População no 1.º de Janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.

O concelho de Penacova, pertencente ao distrito de Coimbra, apresenta para o período compreendido entre 1870 e 1899 números semelhantes aos aqui referidos. A percentagem dos que possuíam algum grau de instrução, de acordo com o estudo de Mário Jorge Martinho da Costa (2014) foi de 39,5%, de um total de 2.891 registos. Por sua vez, considerando o distrito de Coimbra, em 1878 apenas 12,5% da sua população possuía algum grau de instrução, percentagem que sobe em 1890 para 15,2%, contrastando com os 46,5% encontrados entre os 396 titulares de passaportes em análise. Ainda que sejam considerados apenas aqueles que “sabem ler e escrever”, ou seja, que possuíam um grau de instrução considerável para os parâmetros do séc. XIX, verifica-se um total de 35,2%. Desse modo, é lícito afirmar que o grupo com pretensões de viajar ou emigrar para o Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889 era constituído por um número elevado de pessoas com algum tipo de instrução, um diferencial que importa sublinhar.

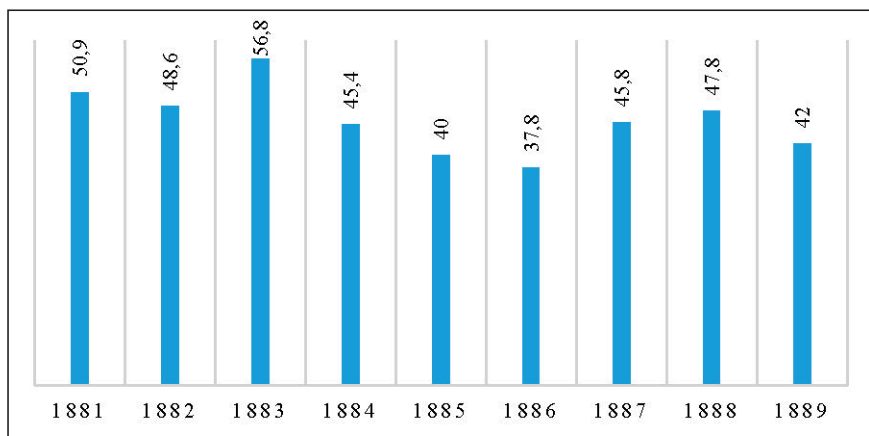
Alguns autores consideram a falta de instrução como um elemento facilitador para a emigração, pois isso tornaria essas pessoas mais vulneráveis aos empregadores, cujo objetivo, muitas vezes, era obter mão de obra barata para as plantações do Sudeste brasileiro em substituição do trabalho escravo. As histórias de enriquecimento fácil acobertavam a realidade de condições de

vida pouco atraentes. Além disso, a pouca instrução seria um obstáculo extra aos emigrantes que porventura quisessem deixar o trabalho nas fazendas para atuar em outras atividades, como o comércio. Saber ler poderia evitar, por exemplo, a assinatura de um contrato de trabalho injusto que endividaria o emigrante junto ao seu patrão, uma estratégia muito utilizada para a manutenção da mão de obra barata (COSTA 2014).

O que este estudo demonstra é o contrário. Pelo menos para o concelho de Penacova e o distrito de Coimbra, os dados apresentados evidenciam que houve um número considerável de titulares de passaporte com algum grau de instrução. Esse fenómeno pode ser explicado através da hipótese de que parte dos emigrantes considerava desempenhar funções comerciais no Brasil, ainda que, à partida para a viagem, a maioria dos viajantes tivesse desempenhado funções ligadas à agricultura. A perspetiva da emigração para terras brasileiras como possibilidade de melhoria das condições de vida pode ter influenciado muitos emigrantes a investir na instrução, ainda que rudimentar. Assim como os mais jovens eram preparados desde muito cedo no mundo do trabalho com vista a emigrar, também a educação poderia ser um caminho para alçar maiores voos no Brasil. No caso concreto dos titulares de passaportes de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul, é lícito afirmar que não estavam tão propensos ao trabalho agrícola quanto os emigrantes com destino a outras regiões brasileiras, sobretudo o Sudeste cafeeiro.

A região Sul brasileira contava com diversos núcleos de colonização baseados na pequena propriedade, de modo que os objetivos da emigração para aquela região eram diferentes dos da região Sudeste, ou seja, a prioridade não era a substituição da mão de obra escrava, mas, entre vários fatores, a constituição de uma zona colonial produtora de alimentos. Além disso, o Rio Grande do Sul poderia ser apenas um local de passagem com vista à emigração para países próximos, como Uruguai e Argentina. Assim, a aposta na instrução poderia revelar-se um meio útil para conquistar melhores condições de vida a partir da emigração.

Quadro 8. Percentagem de titulares de passaportes do distrito de Coimbra com destino ao Rio Grande do Sul entre 1881 e 1889 com algum grau de instrução



Fonte: AUC, Livros de Registros de Passaportes do distrito de Coimbra (1881-1889).

A partir das informações dos registros de passaporte foi possível identificar as regiões do distrito de Coimbra onde residiam seus titulares, a saber: Coimbra (163); Miranda do Corvo (84); Condeixa-a-Nova (63); Figueira da Foz (34); Montemor-o-Velho (17); Penacova (10); Tábua (7); Oliveira do Hospital (7); Cantanhede (4); Penela (2); e Lousã (1). Houve um registro de titular estrangeiro, proveniente do Rio Grande do Sul, e três registros sem identificação de localidade. A maior parte dos titulares provinha dos concelhos limítrofes de Coimbra, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova.

Os registros de passaporte eram emitidos de acordo com os concelhos de origem dos solicitantes. Por exemplo, no dia 8 de outubro de 1888 foram emitidos em sequência quatro registros de moradores da Freguesia de Castelo Viegas, do concelho de Coimbra, todos com destino à cidade de Pelotas, enquanto no dia 11 de novembro de 1886 foram emitidos em sequência quatro registros de moradores da Freguesia de Buarcos, do concelho da Figueira da Foz, sendo que dois titulares já haviam residido e trabalhado no Brasil, um deles durante 2 anos e o outro ao longo de 9 anos. Existem assim ocasiões em que é possível perceber grupos de migrantes que integravam indivíduos que já tinham vivido no Brasil, o que permite formular a hipótese de que essas pessoas estariam a influenciar as demais a emigrar.

Por fim, as características físicas dos titulares dos passaportes indicam um perfil de indivíduos de estatura baixa, brancos, com idade predominante en-

tre 21 e 40 anos e de cabelos e olhos em variações de castanho. O titular mais jovem, Abel Carvalho, tinha apenas 3 anos de idade, proveniente de Almala-guês, Coimbra, mesma localidade do titular mais velho, António Raiz, de 68 anos, casado, negociante, que sabia ler e escrever e já havia vivido no Brasil durante 16 anos. Este levou consigo a sua esposa, Bernarda, de 60 anos.

Os titulares com menos de 21 anos representaram 7,3% (29) do total. Os que tinham idades compreendidas entre 21 e 30 anos somaram quase metade dos titulares, 47,7% (189), enquanto os titulares com idades entre os 31 e os 40 anos representaram 28,5% (113). Entre os 41 e os 50 anos a percentagem foi de 10,4% (41) e, finalmente, os maiores de 50 anos foram o menor grupo, representando 6,1% (24) do total. Em média, os homens possuíam 1,64m de altura, as mulheres 1,56m e as crianças 1,32m. Poucos indivíduos possuíam cabelo loiro, grisalho ou ruivo, predominando os tons de castanho ou preto, assim como ocorria com a cor das sobrancelhas. Do mesmo modo eram escassos os olhos azuis ou verdes.

As descrições contidas nos passaportes traziam muitas vezes detalhes sobre sinais específicos capazes de os identificar. As cicatrizes, sinais, e partes do corpo com algum defeito são os mais citados. Os sinais variavam de pintas no rosto, no pescoço e nas mãos até indícios de varíola, doença comum no séc. XIX. Alguns documentos faziam referências à ausência de dedos nas mãos e a defeitos ou problemas nas mesmas partes do corpo. Houve casos de indivíduos mancos de uma ou das duas pernas. A falta de cabelo também aparece, ainda que poucas vezes. Outras características apontadas foram a gagueira, verrugas, defeitos nas pupilas, sobrancelhas unidas e papeira. A falta de dentes variava entre um e quase todos. As cicatrizes apareceram com a maior frequência, principalmente na cabeça (testa, barba, canto dos olhos, queixo e lábios) e nas mãos (costas e palmas). Essas características apontam para uma realidade violenta.

Segundo Irene Vaquinhas (1990), a violência era um traço comum do mundo rural português do séc. XIX. Ao analisar farto material de processos correcionais das comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova, entre 1858 e 1918, a autora demonstra que a sociedade rural era estruturalmente violenta, portanto não era realidade exclusiva em grupos marginais, assim como também não era monopólio do sexo masculino. Essa perspectiva explica o porquê dos sinais característicos de muitos dos titulares de passaportes de Coimbra.

Conclusões

Após o que foi exposto importa destacar algumas conclusões. A constatação do reduzido número de estudos sobre a emigração portuguesa para Rio Grande do Sul nos séculos XIX e XX face a outras migrações, como a alemã e a italiana, levou ao desenvolvimento deste trabalho. Apesar de existir considerável historiografia a respeito da ida de portugueses para o Brasil, que se deu de modo regular e em grande quantidade, a sociedade brasileira ainda não tem a devida compreensão da importância desta imigração, uma vez que outros grupos de imigrantes ganharam maior visibilidade. Há muito ainda por fazer. Fontes históricas como os registros de passaportes contribuíram para a realização de diversos estudos e ainda têm muitas possibilidades de análise a oferecer. A preservação e digitalização destes documentos históricos é essencial, pelo que é preciso reconhecer e felicitar a excelência do trabalho desenvolvido pelo Arquivo da Universidade de Coimbra.

A análise dos registros de passaportes do distrito de Coimbra emitidos entre 1881 e 1889 cujos titulares tinham como destino o Rio Grande do Sul, permitiu a construção do seu perfil. Ainda que os passaportes não indiquem unicamente aqueles indivíduos que tinham o interesse de deixar Portugal, pois também eram necessários àqueles que queriam realizar viagens para o exterior, oferecem possibilidades para compreender quem foram os imigrantes portugueses. Entre as principais motivações para a emigração destacam-se as mudanças estruturais do século XIX, a fuga ao serviço militar e grandes crises agrícolas. Além disso, é necessário considerar a emigração como uma estratégia consciente na busca por melhores condições de vida e não apenas como uma solução pouco planejada para problemas ocasionais de grande repercussão.

Quanto aos titulares de passaportes do distrito de Coimbra, constatou-se uma maioria absoluta de indivíduos do sexo masculino, porém foi refutada a tese de que o emigrante português era jovem e solteiro, visto que o número de homens casados superou o de solteiros. Os poucos registros de mulheres titulares de passaportes indicam que elas migravam como acompanhantes dos seus pais ou maridos, pelo menos na área continental, visto que a realidade das Ilhas era diferente. As profissões exercidas pelos titulares de passaportes eram maioritariamente ligadas ao mundo rural. As crianças eram inseridas em atividades laborais desde muito cedo, uma vez que eram consideradas pequenos adultos. Não só a necessidade da vida rural do séc. XIX o obrigava, como era ainda uma forma de as preparar para alcançar melhores condições de vida em caso de emigração.

Constatou-se uma elevada taxa de instrução entre os titulares de passaportes para os padrões portugueses da segunda metade do séc. XIX, o que pode indicar que os emigrantes com destino ao Rio Grande do Sul, onde predominava a colonização baseada na pequena propriedade em contraste com o Sudeste cafeeiro que buscava mão de obra barata em substituição ao trabalho escravo, intentavam atuar em atividades comerciais. As emissões de passaportes em sequência, para indivíduos da mesma localidade, era comum, indício de migrações planejadas em grupo. Além disso, por vezes estes contavam com pessoas que já tinham vivido no Brasil, portanto possivelmente teriam influenciado os demais a emigrar. Por fim, sinais característicos que identificavam os titulares de passaportes, como cicatrizes na face, revelam o caráter violento do mundo rural, sobretudo a defesa da honra masculina.

Fontes

Arquivo da Universidade de Coimbra, Livros de Registro de Passaportes do Governo Civil de Coimbra, Tomos 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25.

Assembleia da República, Legislação Régia: Decreto, 07 de abril de 1863. <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/38/91/p174> (consultado em 12 de agosto de 2021).

Estatística de Portugal (1890). *Relatório sobre o censo da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (2001). “Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”, in *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 113-128.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz (2011). *“O milagre alemão” e o desenvolvimento do Brasil, 1949-2011*. São Paulo: EdUNESP.

BÔAS, Maria Xavier Villas; PADILLA, Beatriz (2007). “Rumo ao sul: emigrantes portugueses no sul do Brasil”. *População e Sociedade*, 15, 115-130.

CARREIRAS, H.; MALAMUD, A.; PADILLA, B.; XAVIER, M.; BUSSOLA, D (2007). “Do fado ao tango: a emigração portuguesa para a Região Platina”. *Sociologia, problemas e práticas*, 54, 49-73. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n54/n54a04.pdf> (consultado em 12 de agosto de 2021).

- CIRNE, Teresa (2007). “A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)”, in Fernando de Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 51-71.
- EMMI, Marília Ferreira (2010). “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses”, in *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 17. Caxambu: ABEP, 1-14. <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anaais/article/view/2305/2259> (consultado em 12 de agosto de 2021).
- FERREIRA, Diogo (2010). “A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem (1918-1931)”, in Maria de Nazaré Sarges et al., *Entre Mares: O Brasil dos portugueses*. Belém/PA: Paka-Tatu, 145-160.
- FREITAS, Nelly (2014). “Retrato de mulheres migrantes: o perfil socioeconômico e as trajetórias das imigrantes madeirenses no Estado de São Paulo, 1886-1899”. *Revista de História*, 33, 2, 288-306.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo (2016). “Os refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil nos fins do século XIX e inícios do século XX – um olhar a partir do folclore”. *Beira Alta*, 75, 1-57.
- LEITE, J. Costa (1987). “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*, 23, 97, 463-480.
- LOPES, Maria Antónia (2002). “Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)”. *Revista Portuguesa de História*, 35, 389-419. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12799> (consultado em 12 de agosto de 2021).
- MARTINHO DA COSTA, Mário Jorge (2014). *A emigração no Concelho de Penacova através dos registos de passaportes (1870-1899)*. Porto: dissertação do 2º Ciclo de Estudos em História Contemporânea apresentada à Universidade do Porto.
- MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2007). “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX”, in Fernando Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento, 385-400.
- MONTEIRO, Isilda (2011). “Os passaportes: do enquadramento legal à prática (1855-1926)”, in F. Sousa et al., *Um passaporte para a terra prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 117-135.
- MONTEIRO, Miguel (2004). “Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia – sair, viver e regressar na primeira pessoa”. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, 155-168.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981). *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

- PIASSINI, Carlos Eduardo (2021). *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul e Cidadania: naturalização e participação política, 1824-1889*. Santa Maria: Tese de doutoramento em História apresentada à Universidade Federal de Santa Maria.
- RAMOS, Rui; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos livros.
- RODRIGUES, Henrique (2007). “A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)”, in Fernando de Sousa et al., *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 237-256.
- RODRIGUES, Henrique (2017). “Emigração do Alto Minho e a saudade nas escritas familiares de oitocentos”. *CEM/cultura, espaço e memória*, 8, 373-389.
- SANTOS, Paula (2009). “A emigração do distrito de Viseu em direcção ao Brasil (1854-1973)”, in Fernando de Sousa et al., *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, 349-362.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1994). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- SOUSA, Fernando de et al (2009). *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*. Porto: CEPES.
- VAQUINHAS, Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes (1990). *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Coimbra: Tese de doutoramento em Letras – História Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra.
- VASCONCELOS, José Maximo de Castro Neto e (1864). *Collecção Official da Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Olive grove landscape: the hydraulic pressing machine and its importance in the cultural heritage of Andalusia (Spain)

SHEILA PALOMARES ALARCÓN

University of Évora – CIDEHUS – IIFA

sheila@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0001-5451-8225>

Texto recebido em / Text submitted on: 03/12/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/04/2022

Abstract. The hydraulic press was patented by Bramah in 1795. Initially, it was used for keeping paper flat or pressing maps, but in 1833, in Montilla (Córdoba, Spain), the machine was properly adapted by Diego de Alvear to produce olive oil. It was an extraordinary technological advance in the olive oil sector, not only in Spain but also in other countries of the Mediterranean Basin, because it made possible to produce better olive oil in less time. The aim of this article is to analyse the importance of the invention of the hydraulic press for the olive oil industry; the influence it had on the configuration of the olive grove landscape and its heritage value as an example of the evolution of Andalusian society.

Keywords. Cultural Heritage, Olive oil, Hydraulic Press, Patents, Andalusia (Spain).

Introduction

The olive grove landscapes of Andalusia were included in the Spanish Tentative List of World Heritage Sites on 27 January, 2017, in the Cultural Landscape category¹ (UNESCO 2017). The news, which was widely covered by the media, has been leading more and more people to take an interest in the olive oil culture in the international context.

¹ On 24 April 2021, the Historical Heritage Council agreed that the application would be submitted by the Spanish Government in January 2022 to UNESCO for appraisal as a World Heritage Site (ABCdesevilla, 2021).



Fig. 1. Olive grove landscape, Mancha Real (Jaén). Photo by Author, 2018.

One of the elements that characterise the olive grove as a cultural landscape² (fig. 1) are the industrial buildings in which olive oil is produced³: *cortijos* (country properties)⁴, olive oil factories⁵ or cooperatives⁶.

We should note that, according to UNESCO (2008: Annex 3): “the term cultural landscape embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment. [...] They are illustrative of the evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural

² There are different views and approaches to the term cultural landscape, which according to Mateu I LLADÓ (2014: 254, 255) follow two main lines: the morphological vision and the symbolic vision. The morphological vision was developed by Carl Sauer (SAUER 1925 quoted by MATEU I LLADÓ 2014: 255) and “regards cultural landscape as the result of the action of a social group on an original natural landscape, through an agent, culture, the result of which would be a cultural landscape. Thus, there are two main types of landscapes - natural landscapes and cultural landscapes. The morphological vision of cultural landscapes is closely related to the historicist tradition of Geography, from which it adopts a regionalist approach for its working methods, based on fieldwork, the study of the historical evolution of the territory and the interpretation of space as a result of the intervention of the different cultures that have passed through it, and whose traces are decipherable through the landscape itself”. The latter vision, developed from the point of view of cultural and humanistic geography from the 1970s onwards, was developed by authors such as Denis Cosgrove and Stephen Daniels. (ROBERTSON and RICHARDS 2003 quoted by MATEU I LLADÓ 2014: 255).

³ Also called *almazas* or olive oil mills.

⁴ “Standalone construction in the middle of the countryside, formed by farmers dwellings and the premises necessary for farming activities grouped together next to them” (FLORIDO TRUJILLO 1996: 178, quoting TORRES BALBÁS 1930).

⁵ “Establishment equipped with the machinery, tools and facilities necessary for manufacturing certain objects, obtaining certain products or carrying out the industrial transformation of an energy source” (RAE 2021a).

⁶ “Which is set up by producers, sellers or consumers, for the common benefit of the members” (RAE 2021b). They were mainly built between the 1950s and the 1960s.

environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal”.

For the last 50 years or so, the precious juice has been produced in modern olive oil mills using the continuous system⁷, a system that allowed factories to reach a truly industrial dimension (ZAMBRANA PINEDA 1993: 75) due to its high degree of automation.

However, the first industrialisation of olive oil mills in Andalusia began in the mid-19th century, when the traditional beam or tower presses (among others) began to be replaced by modern hydraulic presses, which reached their peak during the last quarter of the 19th century.

This technological advance, which, *a priori*, could have been just another invention among the many that emerged in this historical period, actually revolutionised the olive sector, without which the so-called “Golden Age of the Olive Grove” would hardly have occurred during the first three decades of the 20th century (GARRIDO GONZÁLEZ 2007: 67); it was characterised by a transformation of crops and an increase in the area planted with olive groves, which today are a hallmark of the Andalusian landscape.

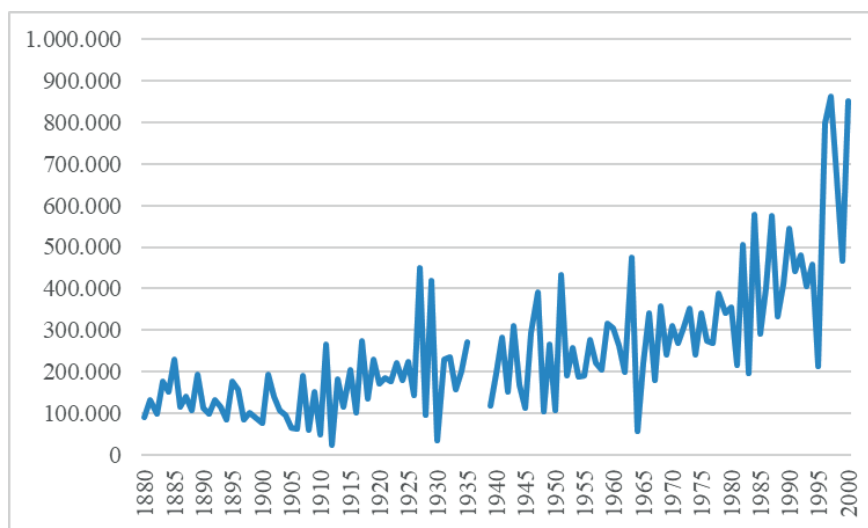
Table 1. Olive grove surface area in Andalusia, 1880-2000 (Hectares)

	c. 1880	1920	1960	2000
Almería	-	3.681	7.720	10.800
Cádiz	20.038	20.930	31.620	18.250
Córdoba	189.047	236.000	264.025	326.936
Granada	13.992	48.936	67.450	150.300
Huelva	-	18.109	30.280	25.822
Jaén	159.244	271.450	357.660	568.035
Málaga	25.070	43.050	90.495	113.882
Sevilla	189.501	225.265	288.900	184.636
Andalucía	596.892	867.421	1.138.150	1.398.661

Source: Atlas de Historia Económica de Andalucía, ss XIX-XX. https://www.juntadeandalucia.es/institutoestadisticaycartografia/atlashistoriaecon/atlas_cap_15.html (accessed 12th April 2022).

⁷ The olives, once cleaned, are ground (there are various types of mills). In order to separate the liquid part from the solid part, a thermal mixer (a machine for mixing the olive mass obtained after grinding to facilitate oil extraction) is used first (CERRETANI; GÓMEZ CARAVACA and BENDINI 2010: 181); then a centrifuge (horizontal and/or vertical) is used, which allows obtaining the oil. It can be a three-phase centrifuge (adds water) or a two-phase centrifuge (does not add water). (PALOMARES ALARCÓN 2020a: 197, 198).

Graphic 1. Olive oil production. Andalusia, 1880-2000 (Tons)



Source: Atlas de Historia Económica de Andalucía, ss XIX-XX. https://www.juntadeandalucia.es/institutodeestadisticaycartografia/atlashistoriaecon/atlas_cap_15.html (accessed 12th April 2022).

The first hydraulic press built with the intention to produce olive oil in Spain was designed by Diego de Alver y Ward (ALVEAR Y WARD 1834) who set it up at his Finca el Carril, in Montilla (Córdoba), in 1833. This first machine was manufactured in Manchester and transported from England to Andalusia (FUENTES GARCÍA; ROMERO ATELA and VEROZ HERRADÓN 1998: 29).

From this first installation onwards, Spanish foundries such as Portilla Hermanos y White (Seville); Casa Alvery (Zaragoza) or Pfeiffer (Barcelona), among others, started manufacturing different models of presses (SILVA SUÁREZ and MONTES TUBÍO 2013: 495) and farmers began setting them up in their oil mills.

Did the invention of the hydraulic press influence the configuration of the Andalusian olive grove landscape? How? How were buildings adapted?

Answering the aforementioned questions is the aim of this research, which is part of the post-doctoral research on the Mediterranean Industrial Agrifood Heritage that is being developed by the author of this article.

The importance of the olive oil industry in the configuration of the contemporary olive grove landscape in Andalusia

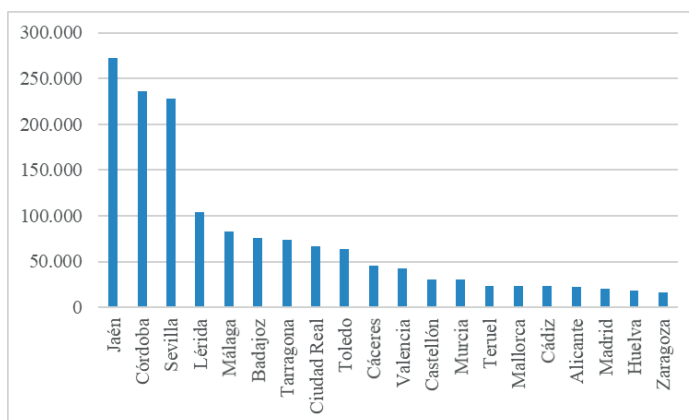
In 1840, Celedonio Rojo stated that, despite the fact that olive oil was one of Spain's main riches, there was the need to improve its quality. He referred that this branch of agriculture was so important that agronomists had been constantly coming up with new and more advantageous systems to improve the practice, and that more and more farmers were making improvements to their land and their oil mills, although it was proving difficult to get them to give up their old gadgets.

Its cultivation is, therefore, quite neglected and outdated, and the manufacture of olive oil is even more so; in such a way that one almost always notices an unpleasant and acrid taste, which makes it unbearable for people who are accustomed to the one produced in France, Italy [...] (ROJO PAYO VICENTE 1840: 244).

He insisted that there was the need for machines to crush and press the olives that arrived every day at the mills to prevent the olives stored outdoors or covered (they could be waiting their turn for up to twelve months) from rotting and, therefore, part of the oil from evaporating and part from turning into *alpechín* (black olive liquid), which gave it an awful taste.

The provinces of Andalusia were already the largest olive-growing areas in Spain in 1834. Until then, the olives were pressed in rather imperfect beam presses (the most common ones) or tower presses, among others, until, as mentioned above, Diego Alvear invented the hydraulic press in 1833 and set it up at his farmhouse in Montilla (Córdoba) to produce olive oil. This improved system made it possible to speed up the production process and, at the same time, to obtain a better quality olive oil. It was easy to handle and move.

Graphic 2. Provinces with the largest olive grove area in Spain in 1924 (Hectares)



Source: Prepared by the author based on the data from VII Congreso Internacional de Olivicultura, 5th to 9th December 1924.

Other Andalusian farmers began replacing their old beam presses (or other types) with hydraulic presses. They witnessed how the pressing time was significantly reduced and realised that the result of these modern machines was excellent. Furthermore, at the same time, the wooden screws of the tower presses began to be replaced by large iron screws, which allowed for greater durability (wooden screws broke more easily) and loading a greater quantity of olive paste at once.

Grinding mills also started to be modernised. Some owners began to replace animal power with steam power (sometimes using pomace⁸ as fuel), as it allowed the olive oil to be produced more quickly and thus reduced the time the olives were waiting to be ground (PEQUEÑO Y MUÑOZ REPISO 1879: 219, 220).

The invention of the hydraulic press revolutionised the olive oil sector. The introduction of these presses into olive oil factories was a continuous process. At first individually, and little by little, more units were introduced depending on the mill's grinding capacity.

Manjarrés, in 1872, publicised the novelty introduced by Mr. Pérez in his olive oil mill in Bollullos de la Mitación (Seville), which consisted of 'industrialising' the olive oil manufacturing process. It was a steam mill, where, in an orderly manner, some of the staff chose and washed the olives; they then crushed the olives in two cylindrical crushing mills; they pressed the mass (first pressing) in the three

⁸ Waste from crushed and pressed olives.

hydraulic presses that had been installed - from the Grouselle y Compañía brand (see table 1) - and obtained a superior olive oil with a 'beautiful colour and an excellent flavour; a product which, when sent to London, is paid at a higher price than in Spain' (MANJARRÉS Y BORAFULL 1872: 148).

In a second phase, in a mill with vertical iron grinding wheels that turned on an openwork metal platform, the pomace was reground and then pressed again to obtain common olive oil. Thanks to a pump, the olive oil that was in the tanks was absorbed, passed through several filters and was decanted in a series of interconnected tanks, which had taps through which, via a tin channel, it was conveyed to casks where it was stored and placed on trolleys for transport.

Over time, pulley-driven grinding mills and sets of hydraulic presses, usually comprising four units, became increasingly common and were installed in Andalusia until around the 1970s, although many of them were in operation until almost the 21st century. Currently, very few olive oil factories are still using this system.

The buildings that accommodated this machinery were representative (for the most part) of the vernacular architecture of the place and, when small, had a certain hermetic character. There is a key difference between olive oil mills and *cortijos* (country properties) (fig. 2), and cooperatives, in terms of architectural typology. Although they all developed their industrial activity horizontally and were located close to the production areas, so that the time that elapsed between the olives being picked and ground was as short as possible, factories and *cortijos* were usually associated with a residential unit (which could be two storeys high), which was not the case with cooperatives.



Fig. 2. Cortijo el Pozo, La Fábrica, Loja (Granada) (1940). In the foreground, a view of the old olive oil cellar of the 'cortijo'. Adjacent, on the ground floor, was the mill; the owners' home was on the top floor (TORICES ALBARCA y ZURITA POVEDANO 2003: 268). Photo by Author, 2021.

The former usually responded to a historicist language, with different decorative treatments in the residential areas and in the industrial areas, while cooperatives responded to a contemporary architecture and were mostly designed as industrial open-plan halls in which the use of prefabricated materials predominated (especially in those built at the end of the 21st century) (PALOMARES ALARCÓN 2020a).

Both are part of the Andalusian olive grove landscape. Whether built in rural or urban areas, they characterise, not only by their architecture, but also by the smell they give off, many rural areas and represent the evolution of Andalusian society and urban settlements over the years (UNESCO 2008: Annex 3).

Hydraulic press: Historical context and introduction in Andalusia. Privileges and patents

The hydraulic press was invented by Joseph Bramah and patented in 1795. This machine was first used in the Tower of London (between 1806 and 1874) probably for pressing paper. Later, between 1874 and 1894, it was used for pressing maps at Woolwich Arsenal. It continued to be used for the same purpose at the Leatherhead Ordnance Survey and the Chessington Ordnance Survey, where it served until 1966. It is currently kept at the *Bramah Press Kelham Island Museum*, in Sheffield (Sheffield Industrial Museums Trust, sd).

Although, over time, hydraulic presses were also used for pressing cloth, hay or fabrics, it was not until 1833 that they were adapted for the first time for pressing olive paste (olives were previously crushed in the mill) and obtaining olive oil, at least in Spain.

Since then, these machines were gradually introduced into the olive oil industry. In fact, in the Catalogue of objects on display at the Agricultural, Industrial and Artistic Exhibition held in Seville in 1858, we find several references to hydraulic presses used for pressing olive oil:

Number 97 “A mahogany box containing a white bottle with a pound and a half of olive oil from the harvest of Mr. José M. González de Gregorio, a resident of Los Palacios, produced in his property’s hydraulic press, without further purification than the subsequent rest: all presented by him”. Number 98 “Two paintings with gilt frames, showing drawings for a hydraulic press to produce olive oil from Mr. José M. González Gregorio’s property, whose press is set up in Los Palacios” (Catálogo 1858: 13).

In addition to hydraulic presses, there was also a production of spindle presses (screw presses that began to be manufactured in metal) such as those from Portilla Hermanos y White, who had an iron foundry at Plaza de Armas, in Seville, and, among other items, presented the following at the aforementioned exhibition: “Number 653. Spindle press, capacity for twenty bushels” (Catálogo 1858: 70). Or Mr. Parisot, also from Seville, who presented various elements for olive oil presses: “Num. 962. A soft iron spindle with the corresponding fixed plate and lever part for olive press; Num. 863. Another spindle press invented by him; Num. 964. Two drawings of the aforementioned olive press” (Catálogo 1858: 100).

After Diego de Alvear y Ward’s important invention, numerous models of hydraulic presses were invented in Spain that made improvements to the original model (SILVA SUÁREZ and MONTES TUBÍO 2013: 495), some of which were granted privileges, later called patents,⁹ which were submitted to the Spanish Patent and Trademark Office (Oficina Española de Patentes y Marcas)¹⁰.

After conducting a comprehensive search of the records regarding hydraulic presses to extract olive oil in the Historical Collection of the OEPM, whose databases are divided into Privileges (1826-1878); Patents (1878-1940); Patents (1941-1966); and Trademarks (1865-1919), we found the cases that are shown in tables 1 and 2. That is, between 1826 and 1950, 18 registrations were granted: 6 privileges (1826-1878) and 12 patents (1879-1950).

The aforementioned database includes the origin of the applicants since the registrations started being called patents, i.e., from 1878 onwards. As the results show us, 10 out of the 12 registration requests were submitted by Andalusian applicants.

Among the applicants, some were people who wanted to register their inventions as individuals, while others were representatives of major foundries such as: Mariano Beltrán de Lis Espona, from Fundación Mariano Beltrán de Lis, in Antequera (Malaga)¹¹ who patented a hydraulic press for olive oil in 1879; the various patents for hydraulic presses from the Balbontín family, from Seville, between 1913 and 1950¹²; or the ones from Pando, Rodríguez y Compañía, also from Seville.

⁹ Privilege and patent mean the same thing. The only difference is the period in which they were used. Privilege was introduced by Ferdinand VII on 27 March 1826 “as a reaction to Frenchified and liberal terms, such as patent or certificate”, and was used until 30 July 1878, when the law on patents was enacted, and the term was changed (SÁIZ 1999; ROJAS et al. 2012).

¹⁰ Hereinafter, OEPM.

¹¹ The foundry was established in 1870 and operated until the early 20th century. They manufactured various types of machinery, namely agricultural machinery (four-roller iron mills, presses, machinery for manufacturing flour, cane sugar, turbines, steam engines, etc.) (DE LOS RÍOS 2020).

¹² Enrique Balbontín’s foundry, later called Viuda e Hijos de Balbontín y Orta, was established in Seville. They were dedicated to manufacturing machinery in general, but especially agricultural machinery (presses and mills) and especially feet for ‘singer’ sewing machines. (Momento1942: 17).

We should also highlight the patents submitted by an industrial engineer living in Malaga, Ruperto Heaton¹³, whose inventions (from 1885 to 1960) could be used, not only to press olives, but also all kinds of fruits¹⁴.

Table 2. Privileges regarding hydraulic presses to obtain olive oil in Spain

TYPE	RECORD	DATE	NAME_TITLE	APPLICANT
Privilege	9	10/7/1826	Hydraulic machine to extract oil from olive pomace.	Gabrieli Maximiliano
Privilege	987	10/11/1852	Press for olive oil extraction and other uses.	Grouselle, Nicolas & Cia. (Madrid).
Privilege	1184	28/06/1854	Double helix press to extract oil from olive pomace.	Demetrio Muñoz Amador (Béjar, Salamanca)
Privilege	4068	25/08/1865	Dynamometric spindle press for olives, grapes or other species.	Julio Parizot
Privilege	4642	10/07/1869	Affordable hydraulic press for squeezing grapes, olive oil and other oleaginous substances.	Figueras y Betllot, Antonio & Sabater y Castaña, E.
Privilege	5838	15/04/1878	Press for manufacturing oils, wines, etc.	Juan Consinon y Bernard

Source: prepared by the author based on the data from the OEPM.

¹³ In 1906, he created his own factory brand, producing all kinds of industrial and agricultural machinery (BOPI 1906: 56).

¹⁴ “9.163. Mr. Ruperto Heaton, resident in Malaga. Patent of invention, for 20 years, for a system for pressing all kinds of fruit, pulp or paste by introducing a piston or plunger into a receptacle whose diameter is larger than that of the former, the walls of which, or the walls and bottom of which, are perforated to allow the liquid of the fruit, pulp or paste contained within the receptacle to escape. Application submitted to the Civil Government of Malaga on 11 February, 1889. Registration received on 13 February, 1889. Patent granted on 15 February, 1889”. (BOPI 1889. nº 61; 12); [...]. 11.812. Mr. Ruperto Heaton, resident in Malaga. Patent of invention, for 20 years, for “A system of perforated filtering plates applicable to all kinds of presses, filters and devices used, or that can be used, to extract or filter oil, juice or liquid from seeds, fruits, pulp or paste, and to filter materials or liquids”. Issued on 20 March, 1891. Accredited as practicable on 8 July, 1891. (BOPI 1892, nº 130, 11).

Table 3. Patents regarding hydraulic presses to obtain olive oil in Spain

TYPE	RECORD	DATE	NAME_TITLE	APPLICANT
Patent	293	6/03/1879	Hydraulic mechanical press for olive oil.	Mariano Bertrán de Lis Espóna (Antequera, Málaga)
Patent	1776	5/08/1881	Press applicable to olive oil, wine and other similar mills.	Juan Cousinou Monton (Seville)
Patent	3832	10/12/1883	A new hydraulic press for oils, wines and all kinds of pressing jobs.	Rafael Echeverría Cisneros (Seville)
Patent	15627	21/03/1894	A new differential hydraulic press for olive oil extraction.	Pietro Veraci (Florence, Italy)
Patent	29753	01/05/1902	A hydraulic and mechanical press for producing common and special oils without using baskets.	Blas Santisteban López (Jaén)
Patent	39849	14/01/1907	A new hydraulic press system suitable for olives.	Francisco Méndez de San Julián Belda (Córdoba)
Patent	44344	13/11/1908	A two-column hydraulic press for extracting olive oils.	Pando, Rodríguez y Compañía (Seville)
Patent	47122	31/12/1909	A hydraulic press with differential piston and double crate for wine and olive oil.	Antonio Izard Massaguer (Terrasa, Barcelona)
Patent	55625	21/05/1913	A hydraulic press for olives.	Francisco Méndez de San Julián Belda (Córdoba)
Patent	57106	20/12/1913	A hydraulic press with vessels, filters or crates for extracting olive oils.	Ana de Orta (Seville)
Patent	70686	19/08/1919	A new hydraulic press for extracting oils with metal filters and an appropriate mechanism for automatic loading and unloading.	Antonio Molina Cantos (Las Palmas de Gran Canaria)
Patent	80619	25/01/1922	A hydraulic press with vessels, filters or crates for extracting olive oils.	Enrique Balbontín Orta (Seville)
Patent	192316	28/03/1950	A high-pressure hydraulic press for extracting oils from all kinds of seeds, fruits and pomace.	Viuda e Hijos de Balbontín (Seville)

Source: prepared by the author based on the data from the OEPM.

We should note that, in most of the olive oil mills built in Andalusia in the 20th century (before the introduction of the continuous system) that have survived to this day, the hydraulic presses that were usually installed consisted of sets of 4 units.

Grinding mills usually had three or four truncated cone-shaped rollers (sometimes cylindrical), linked by a system of metal gears, and sometimes had a metal or mixed structure consisting of two, three or four cast iron columns, usually decorated with motifs reminiscent of the Corinthian order (fig. 3).

In this period, decanting was no longer carried out in earthenware vessels, but using a system of half-buried or underground containers with different sizes, lined with tiles and interconnected.



Fig. 3. Mill, hydraulic press and, in the background, large vessels for storing olive oil. 'El molino viejo' olive oil museum, Cabra (Córdoba). Photo by Author, 2019.

Hydraulic press: cultural heritage of olive oil production in the context of the Mediterranean

According to The Dublin Principles (2011: 4) to understand the heritage value of a site, structure or landscape, it is necessary to establish a comparative component to recognise the parts that are inherent to it.

In order to establish this comparative vision, some of the conclusions we have reached so far regarding the Mediterranean industrial agrifood heritage, by analysing areas such as southern Spain and southern Italy, are set out below.¹⁵

As far as we now, in Italy, the first patent for a hydraulic press to produce oil was attributed to Pattison Cristoforo, from Naples, in 1869 (MONTE 2019: 36). So, in principle, this invention was created more than 30 years after that of Diego de Alvear y Ward in the neighbouring country.

There are two main elements that differentiate the way olive oil was produced last century in southern Italy from the way it was produced in Andalusia. On the one hand, in Italy, with regard to the presses, patents were granted for the so-called superpresses, which were arc-shaped, cast-iron hydraulic presses, which usually came in sets of 3 units and were used together with sets of hydraulic presses or spindle presses, and were normally used in a second pressing to obtain pomace (the olive mass that was left behind after the first pressing was crushed again in another crushing mill).

Usually, Andalusian oil mills resorted solely to sets of hydraulic presses and crushing mills to obtain olive oil, since there were no superpresses available. Although there were oil factories with mixed functions, i.e., which manufactured olive and pomace oil, the vast majority were specialised - they either manufactured one or the other.

On the other hand, in southern Italy, mills had two or three cylindrical grinding wheels, initially set up on stone bases, and later, as patented by Pietro Veraci¹⁶, among others, on an iron vessel about 30 cm high. This system, rarely used in Andalusia, was widely used in Portugal; in fact, these mills were known as “veraci system presses” (PALOMARES ALARCÓN 2020b: 105).

Although it is very difficult to establish an architectural typology for these factories, as they manifest themselves differently according to their location and chronological period, we can highlight one key difference between the oil mills built in southern Italy and those built in Andalusia.

Specifically, in the regions of Apulia and Basilicata, pre-industrial mills were hypogeal or semi-hypogeal and the pressing systems were called *alla calabrese* or *alla genovese*¹⁷ (fig. 4). The mills had one, two or three cylindrical grinding wheels, moved by animals. Later, when hydraulic presses were introduced and industrialised, they began to be built according to the factory/open-plan hall

¹⁵ If we analyse the average olive oil production between 1915 and 1965 in Spain and Italy, Spain leads and Italy comes second (PALOMARES ALARCÓN 2020b: 69).

¹⁶ Pietro Veraci was an internationally renowned Florentine company specialising in agricultural machinery which, as we can see in table 2, patented a new differential hydraulic press for oil extraction in Spain in 1894.

¹⁷ On this topic, please see: (MONTE 2009) or (MONTE; PALOMARES ALARCÓN AND VISCOMI 2018).

typology - one-storey, well-lit, high-rise, open-plan buildings -, as in Andalusia. The materials, construction systems and decorative details that were used depended on each specific area.

In Andalusia, however, pre-industrial mills were one-storey buildings, usually built in *cortijos* or *haciendas* in rural areas¹⁸, associated with a residential unit and normally also dedicated to other agricultural and/or industrial activities; in urban areas, they could also take the shape of open-plan halls. There are still reminiscences, shaped as towers, of the large beam and weight presses, as they required a counterweight tower that rose between the buildings as if it were a church tower, as in the case of the Romera mill in Carmona (Seville), whose tower still stands out among the rest of the roofs of the city, despite the fact that the press has not been preserved.

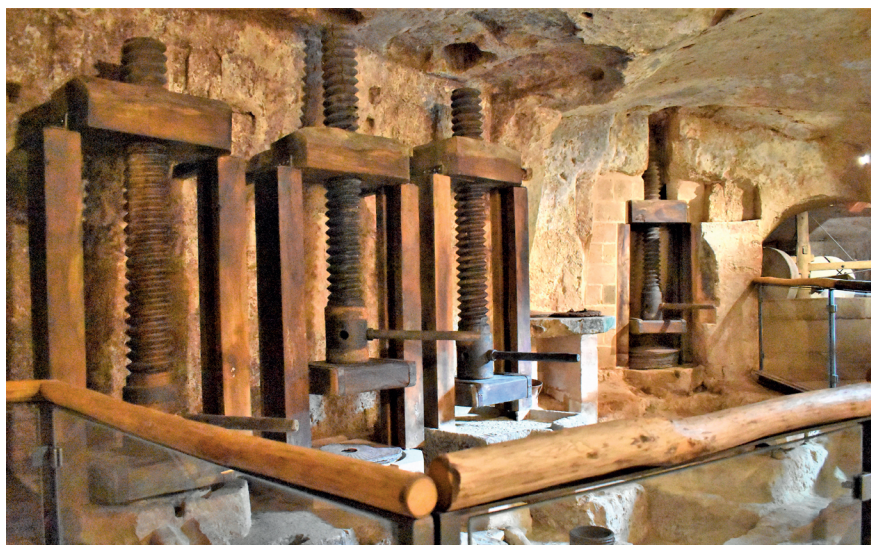


Fig. 4. Matera Olive Oil Museum. Old hypogeal mill (15th-16th century), Matera (Italy). In the foreground, a view of four *alla genovese* presses. In the background, the mill. Photo by Author, 2021.

¹⁸ To learn more about these buildings, please see the collection “*Cortijos, Haciendas y Lagares*”, developed between 1991 and 2002 and commissioned by the Junta de Andalucía. A total of 2225 buildings located in the various Andalusian provinces (Jaén, Córdoba, Seville, Cadiz, Huelva, Málaga, Granada and Almería) were inventoried. (OLMEDO 1991-2002).

Conclusion

Without going into details about the evolution of the term cultural heritage throughout history, analysed in the International Charters and Texts that have been accompanying its conceptual change (REY PÉREZ 2017: 35), we find it necessary to highlight that, according to the Andalusian Historical Heritage Law (Ley 14/2007), which aims to manage, disseminate, protect and enrich the Andalusian Historical Heritage, cultural assets are considered to be those that “are found in Andalusia and reveal an artistic, historical, palaeontological, archaeological, ethnological, documentary, bibliographical, scientific or technical interest”. Title VII explicitly defines Industrial Heritage and the Landscape associated with productive activities [...] as liable of being catalogued in some of its categories.

Throughout this article, we have briefly analysed the importance of the olive oil industry in the configuration of the contemporary olive grove landscape in Andalusia, in particular due to the incentive resulting from the invention of the hydraulic press applied to oil production and its installation and use in factories between the second half of the 19th century and the first decades of the 20th century. In addition, we also analysed the importance of the invention itself, by conducting a research focused on the first privileges and patents registered at the OEPM.

The hydraulic press is considered to have played a key role in the modernisation of the sector by allowing for a greater pressing capacity and improving the quality of the final product¹⁹, since it provided a further incentive to promote olive growing.

The fact that it is so important for the production of good olive oil that the time between olive picking and grounding is kept to a minimum, means that buildings related to oil production are located close to the raw materials and, therefore, have a very important presence in rural areas.

The introduction of the hydraulic press into buildings related to olive oil production occurred in two main ways: either by taking advantage of the pre-existing oil mill buildings and simply replacing their old presses with the new ones (mills with beam presses required large open-space halls, so there were no space-related problems when it came to replacing one press with another/s) or by building new oil mills, usually located in urban centres close to the raw materials.

¹⁹ It is not the aim of this article to analyse the olive grove or olive oil production from the point of view of economic history. On this topic, please see, for example: BERNAL RODRÍGUEZ 1979, ZAMBRANA PINEDA 1984, INFANTE AMATE 2012a, 2012b, 2012c.

In the case of the former, the changes made to the buildings were virtually imperceptible, apart from the construction of brick chimneys in steam mills. In the case of the latter - new buildings -, the factories generally displayed a historicist language that depended on the taste of the owner or the designer. We are dealing with buildings designed by anonymous people, engineers or architects, in many cases worthy of being catalogued and protected, whose heritage value is unquestionable, not only because of the immovable assets themselves and the movable assets they accommodate, but also because of the key role they played in the configuration of the Andalusian olive grove landscape, a reflection of the evolution of Andalusian society.

Acknowledgments

This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology, under the project UIDB/00057/2020.

Printed Sources

Catálogo de los objetos presentados a la Exposición Agrícola, Industrial y Artística celebrada en Sevilla en 1858 según el orden de su numeración (1858). Sevilla: Imprenta de la Revista Mercantil Colcheros 21.

MANJARRÉS Y BOFARULL, Ramón de (1872). *Memoria sobre el mejoramiento de nuestros aceites y necesidad de presentarlos bien elaborados y clarificados*. Barcelona: Imprenta del Diario de Barcelona.

Momento actual de la industria en España (1942). *Provincias de Sevilla, Cádiz y Huelva*. Publicaciones del Consejo de Industrial. Publicación 11. Fascículo 6.

PEQUEÑO Y MUÑOZ REPISO, Diego (1879). *Nociones acerca de la elaboración del aceite de olivas*. Madrid: Imp. de la Sociedad Tipográfica.

ROJO PAYO VICENTE, Celedonio (1840). *Arte de cultivar el olivo: método teórico y práctico y económicamente rural de dar las labores con la debida inteligencia [sic], siguiendo en todo paso a paso la marcha de la naturaleza*. Valencia: Imprenta de Cabrerizo, XXXII.

Bibliography

- ALVEAR Y WARD, Diego de (1834). *Descripción, uso y ventajas de la prensa hidráulica*. Madrid: D. E. Aguado.
- BERNAL RODRÍGUEZ, Antonio Miguel (1979). “Cambios, modernización y problemas en la agricultura andaluza (s.XIX-XX)”. *Revista de Estudios Regionales*, extra 4, 113-131.
- CERRETANI, L.; GÓMEZ CARAVACA, A. M. and BENDINI, A. (2010). “Aspectos tecnológicos de la producción del aceite de oliva”, in A. Fernández Gutiérrez e A. Segura Carretero (coords.), *El aceite de oliva virgen: Tesoro de Andalucía*. Málaga: Fundación Unicaja, 171-193.
- FLORIDO TRUJILLO, Gema (1996). *Hábitat rural y gran explotación en la depresión del Guadalquivir*. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Obras Públicas y Transportes.
- FUENTES GARCÍA, Fernando F.; ROMERO ATELA, Teresa and VEROZ HERRADÓN, Ricardo (1998). “La industria aceitera en el siglo XIX. Referencia a Córdoba y al Molino de Alvear”. *Estudios Regionales*, 51, 15-50.
- GARRIDO GONZÁLEZ, Luis (2007). *El olivar de Jaén en los siglos XIX y XX: una trayectoria de éxito*. Jaén: Universidad de Jaén, Servicio de Publicaciones.
- INFANTE AMATE, Juan (2012a). “‘Cuántos siglos de aceituna’. El carácter de la expansión olivarera en el sur de España (1750-1900)”. *Historia Agraria*, 58, 39-72.
- INFANTE AMATE, Juan (2012b). “La ordenación del espacio agrario en economías preindustriales. El caso del cultivo del olivo en el sur de España”. *El futuro del pasado*, 3, 403-438.
- INFANTE AMATE, Juan (2012c). “El carácter de la especialización olivarera en el sur de España (1750-1930). Ecología, campesinado e historia”. *Sociedad española de Historia Agraria*, Documentos de trabajo, 12-01, 1-64.
- MATEU ILLADÓ, Jaume (2014). “Los paisajes culturales patrimonio mundial como herramientas de gestión territorial. El caso de la serra de Tramuntana de Mallorca”. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 66, 253-270.
- MONTE, Antonio (2009). “Le macchine in uso nei processi storici di produzione dell’olio”. *Patrimonio industriale*, 4, 40-52.
- MONTE, Antonio (2019). “Brevetti per la produzione dell’industria alimentare”. *Patrimonio industriale*, 21, 28-47.
- MONTE, Antonio; PALOMARES ALARCÓN, Sheila and VISCOMI, Pietro (2018). “Patrimonio industrial oleícola: un estudio comparativo entre el Salento (Puglia, Italia) y la provincia de Jaén (Andalucía, España)”. *Boletín APIVA. Asociación de Patrimonio Industrial Valenciano*, 1, 17-21.

- PALOMARES ALARCÓN, Sheila (2020a). *Pan y aceite: arquitectura industrial en la provincia de Jaén. Un patrimonio a conservar*. Jaén: Diputación Provincial de Jaén, Instituto de Estudios Giennenses.
- PALOMARES ALARCÓN, Sheila (2020b). *Los nuevos usos de la arquitectura industrial agroalimentaria en el sur de Portugal en el contexto del Mediterráneo* (Doctoral thesis). Évora: Universidad de Évora.
- REY PÉREZ, Julia (2017). “Del patrimonio como objeto arquitectónico hacia la patrimonialización del paisaje: Un recorrido por las Cartas y Textos internacionales del Patrimonio Cultural”. *Estoa, Revista de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca*, 6 (10), 35-48.
- ROBERTSON, Iain and RICHARDS, Penny (eds.) (2003). *Studying cultural landscapes*. Londres: Arnold / Nueva York, Oxford University Press.
- ROJAS SOLA, José-Ignacio; CASTRO GARCÍA, Miguel and CARRANZA CAÑADAS, María del Pilar (2012). “Contribución de las invenciones históricas españolas al conocimiento del patrimonio industrial del aceite de oliva”. *Revista de Patrimonio Cultural*, 13 (3): 285–292.
- SAUER, Carl (1925). *The Morphology of Landscape*. Berkeley: University of California Publications in Geography, vol. 2.
- SILVA SUÁREZ, Manuel and MONTES TUBÍO, Francisco de Paula (2013). “Agroindustria de la tríada mediterránea. Apuntes sobre su renovación técnica”, in M. Silva Suárez (coord.), *Técnica e ingeniería en España*. Vol. 7, Tomo 1, (El Ochocientos: de las profundidades a las alturas). Zaragoza: Real Academia de Ingeniería; Institución ‘Fernando el Católico’; Prensas Universitarias de Zaragoza, 479-558.
- TORICES ALBARCA, Nicolás y ZURITA POVEDANO, Eduardo (2003). *Cortijos, haciendas y lagares. Arquitectura de las grandes explotaciones agrarias de Andalucía. Provincia de Granada*. Sevilla: Junta de Andalucía. Consejería de Obras Públicas y Transportes.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo (1930). *La vivienda popular en España*. Barcelona: Editorial Alberto Marín.
- ZAMBRANA PINEDA, Juan Francisco (1984). “El aceite de oliva y su dependencia del mercado internacional de las grasas vegetales. Un análisis histórico 1861-1935”. *Agricultura y sociedad*, 33, 159-196.
- ZAMBRANA PINEDA, Juan Francisco (1993). “Las industrias de los aceites y grasas vegetales en España: un desarrollo limitado, 1850-1950”. *Revista de Historia Industrial*, 4, 57-89.

Online Sources

- ABCdesevilla 24/04/2021. *El paisaje del olivar en Andalucía, candidato a Patrimonio Mundial de la Unesco*. Retrieved from https://sevilla.abc.es/cultura/sevi-paisaje-olivar-andalucia-candidato-patrimonio-mundial-unesco-202104211411_noticia.html (accessed 12th October 2021).
- Boletín Oficial de la Propiedad Intelectual*. 1889. Nº 61. Retrieved from <http://historico.oepm.es/bopi.php> (accessed 24th October 2021).
- Boletín Oficial de la Propiedad Intelectual*. 1906. Nº 474. Retrieved from <http://historico.oepm.es/bopi.php> (accessed 24th October 2021).
- DE LOS RÍOS, Ángel (1 marzo 2020). “Un paseo por la industria siderometalúrgica de Málaga”. *Diario Sur*. Retrieved from <https://www.diariosur.es/sur-historia/paseo-industria-siderometalurgica-20200208020545-nt.html> (accessed 12th October 2021).
- Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. Retrieved from <https://www.boe.es/buscar/pdf/2008/BOE-A-2008-2494-consolidado.pdf> (accessed 12th October 2021).
- RAE 2021a. Fábrica. *Diccionario de la lengua española*. Retrieved from <https://dle.rae.es/f%C3%A1brica?m=form> (accessed 12th October 2021).
- RAE 2021b. Cooperativa. *Diccionario de la lengua española*. Retrieved from <https://dle.rae.es/sociedad#EfrFu4V> (accessed 12th October 2021).
- SÁIZ, Patricio (1999). *El fondo histórico del archivo de la OEPM*. Ministerio de Industria, Comercio, Turismo. Oficina Española de Patentes y Marcas. http://historico.oepm.es/archivo_historico.php (accessed 24th October 2021).
- Sheffield Industrial Museums Trust. *Bramah Press*. Retrieved from Bramah Press | Sheffield Industrial Museums Trust (simt.co.uk) (accessed 30th September 2021).
- UNESCO 2008. *Directrices Prácticas para la aplicación de la Convención del Patrimonio Mundial*. Organización de las naciones unidas para la educación, la ciencia y la cultura. Comité intergubernamental de protección del patrimonio mundial cultural y natural. Retrieved from <https://ich.unesco.org/es/directrices> (accessed 12th October 2021).
- UNESCO 2017. *The Olive Grove Landscapes of Andalusia*. Retrieved from <https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6169/> (accessed 12th October 2021).

Crianças refugiadas que se salvaram através de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1944)

Refugee children who were saved through Portugal during the Second World War (1940-1944)

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA¹

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

carolinahenriques94@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7313-2560>

Texto recebido em / Text submitted on: 29/12/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 18/04/2022

Resumo. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, sobretudo, a partir de 1940, ano das principais ocupações e anexações da Europa Ocidental por parte do exército alemão, centenas de crianças em fuga encontraram refúgio provisório neste pequeno, pobre e isolado país do sudoeste europeu, antes de conseguirem embarcar para territórios além-mar, como os Estados Unidos da América. Para além do caso mais conhecido da Colónia Infantil e Balnear de São Pedro do Estoril, algumas crianças ficaram “internadas” na Escola Agrícola de Paiã (Lisboa); no Colégio da Bafureira, na vila de Parede, em Cascais; na Casa Pia (Lisboa); na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; e em centros de acolhimento, como o caso do Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha, no Estoril. Organizações internacionais de auxílio como a *American Jewish Joint Distribution Committee* (JOINT), o *American Friends Service Committee* (AFSC, Quakers) e o *Unitarian Service Committee* (USC) organizaram e financiaram, sob o patrocínio de Eleanor Roosevelt e do *United States Committee for the Care of European Children* (USCOM), o salvamento e a estadia destas crianças. Apesar de terem permanecido em Portugal por um breve período, foi-lhes possível escapar de uma Europa em chamas e partir sãs e salvas para países além-mar. Através de uma análise qualitativa e quantitativa, este artigo visa contribuir para o conhecimento histórico do Fenómeno de refúgio de crianças em Portugal durante esta Guerra fratricida.

Palavras-Chave. Segunda Guerra Mundial, Portugal, Crianças Refugiadas, Lisboa.

Abstract. During the Second World War (1939-1945), and especially as from 1940, the year in which the German army conducted the main occupations and annexations in Western Europe, hundreds of children fleeing found temporary refuge in this small, poor and isolated country in southwest Europe, before managing to depart on ships sailing overseas to countries such as the United States of America. Besides the best-known case of the *Colónia Infantil e Balnear de São Pedro do Estoril*, some children were “boarded” at the *Escola Agrícola de Paiã* (Lisbon), at *Colégio da Bafureira*, in the town of Parede, in Cascais, at *Casa Pia* (Lisbon), at *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa* and in shelters such as the *Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha*, in Estoril. Under the sponsorship of Eleanor Roosevelt and the *United States Committee for the Care of European Children* (US-

¹ Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência SFRH/BD/143217/2019).

COM), international aid organisations such as the American Jewish Joint Distribution Committee (JOINT), the American Friends Service Committee (AFSC, Quakers) and the Unitarian Service Committee (USC) organised and funded the rescue and subsistence of these children. Although their stay in Portugal was brief, it was possible for them to escape from a blazing Europe and depart, safe and sound, to overseas countries. Through a qualitative and quantitative analysis, this article aims to contribute towards the historical knowledge of the phenomenon of Portugal as a place of refuge for children during that fratricidal War.

Keywords. Second World War, Portugal, Refugee Children, Lisbon.

Introdução

Em 1941, o norte-americano William David Bayles (1908-2000) intitulava a capital portuguesa de “Europe’s Bottleneck”, o local para onde confluíam milhares de refugiados em fuga de Hitler e da Guerra. Nas suas palavras, os refugiados enchiam a grande maioria dos quartos de Lisboa “and overflow into the little villages outside” (*Life Magazine*, 28 de abril de 1941, fl. 77), situação recorrente desde os meses de maio e de junho de 1940, com origem nas ocupações e anexações dos principais países da Europa Ocidental – Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos e França – por parte das tropas alemãs. A situação piorou em junho de 1940, com a queda de Paris e a ocupação parcial de França pelos nazis (na sequência do Armistício Franco-Alemão de 22 de junho) e, mais tarde, em novembro de 1942, com a ocupação total (DIAMOND 2007), o que provocou um novo fluxo de refugiados para Portugal, ainda que em muito menor número que o anterior.

Para além da capital portuguesa e da cidade do Porto outras localidades se tornaram, neste período, espaços de acolhimento transitório para os refugiados provenientes dos mais variados países europeus. As designadas zonas de “residência fixa”, determinadas pelo governo português e sob forte controlo da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), localizavam-se na sua maioria na região centro e litoral do país (PIMENTEL 2006; PEREIRA 2017).

No entanto, e apesar do que se tem publicado relativamente à presença de milhares de estrangeiros em Portugal, pouco se tem escrito sobre os grupos de crianças, órfãs e abandonadas à sua sorte, trazidos pelas organizações humanitárias com o objetivo de seguirem para territórios além-mar como os Estados Unidos da América. Salvo raras exceções (HEINRICH, VARGAS e WINTERBERG 1994: 17; PIMENTEL 2006: 213-215; PIMENTEL e NINHOS 2013: 442-445; KAPLAN 2020: 58-61) o tema das crianças que passaram por Portugal rumo aos Estados Unidos da América tem recebido pouca atenção. A quem se

deve a sua passagem por território português? Quais as razões que determinaram a sua estadia temporária? Que organizações prestaram auxílio? De que países vinham estas crianças? Quantas eram? Onde ficaram alojadas? Estas são algumas das perguntas a que se tentará responder neste artigo. Ainda que algumas destas questões já tenham sido respondidas nos trabalhos citados, outras permanecem por responder, como quantas crianças eram e onde ficaram alojadas.

Privilegiando fontes impressas, de periódicos portugueses como *A Vida Mundial Ilustrada*, *O Século Ilustrado*, *O Século*, *O Primeiro de Janeiro* e internacionais, caso do *The New York Times*, complementadas por fontes documentais do *American Jewish Joint Distribution Committee* (JOINT), do *American Friends Service Committee* (AFSC), do *Unitarian Service Committee* (USC) e do *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT), este artigo debruça-se sobre o acolhimento de crianças refugiadas, judias e não-judias, em Portugal, durante a Segunda Guerra Mundial. O acolhimento provisório na região de Lisboa deu-se em espaços como a Escola Agrícola de Paiã (Odivelas), a Colónia Infantil e Balnear de São Pedro do Estoril, criada e patrocinada pelo jornal *O Século* desde 1927, o Colégio da Bafureira (Parede, Cascais), a Casa Pia de Lisboa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e em centros de acolhimento, como o Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha, no Estoril. Este artigo é suportado por metodologias qualitativas e quantitativas, através de estudos de caso, e tem como objetivo dar a conhecer diversos espaços de acolhimento de crianças refugiadas na região de Lisboa, entre os anos de 1940 e 1944, contribuindo assim para um maior conhecimento histórico do fenómeno de refúgio em território nacional durante este período.

Portugal na rota dos refugiados da Segunda Guerra Mundial

A perseguição e os vexames públicos contra os judeus, por parte da Alemanha nazi, começaram a sentir-se logo em 1933, contudo, a escalada de terror iniciou-se em 1935, com a promulgação das Leis raciais de Nuremberga e continuou ao longo da década de 1930: em março de 1938, a Alemanha integrou a Áustria no Reich alemão, em setembro anexou a região dos Sudetas e entre os dias 9 e 10 de novembro do mesmo ano levou a cabo um *pogrom*, conhecido por “Noite de Cristal” (“Kristallnacht”), que consolidaria a sua política antisemita. Ao mesmo tempo, e ainda que não existisse “um programa predeterminado e consistente de genocídio” contra os judeus, neste período, (PIMENTEL 2020: 111), o processo que culminaria no designado Holocausto (ou Shoah) estava em curso. Aliás, e como afirma Irene Pimentel, citando autores como Raul Hilberg, Yehuda Bauer e Tal Bruttman, a política

nazi relativamente aos judeus concretizou-se em quatro etapas: a primeira etapa desenvolveu-se entre 1933 e 1939 (PIMENTEL 2020: 112-120); a segunda entre setembro de 1939 e o verão de 1941 (PIMENTEL 2020: 121-132); a terceira entre junho de 1941 e até ao final desse ano (PIMENTEL 2020: 133-147); e, por fim, a fase final deu-se entre setembro de 1941 e 1944 (PIMENTEL 2020: 151-184). Assim, e se numa fase inicial, os alemães praticaram uma política de emigração forçada dos judeus para fora dos territórios da Alemanha e dos países por esta ocupados, de forma a criar um Reich “livre de judeus” (SCHAEFER 2014: 95), mais tarde, vai proibir e perseguir todos os que tentavam fugir. É neste contexto que Portugal – um país pequeno e ditatorial do sudoeste da Europa – se insere na rota de fuga internacional de refugiados.

Os primeiros refugiados chegaram a território português em 1933, logo após a subida de Hitler ao poder (PIMENTEL 2006: 25-28). Contudo, somente a partir de 1940 é que Portugal se viu confrontado com um fluxo massivo de estrangeiros provenientes, na sua maioria, dos principais países da Europa Ocidental. Numa fase inicial, chegavam munidos de vistos de trânsito, válidos por trinta dias e renováveis, passados por cônsules portugueses, como Aristides de Sousa Mendes (em Bordéus, Hendaia e Baiona) e, mais tarde, vieram sobretudo de forma ilegal. O governo português, à semelhança de outros Estados europeus, seguiu uma política de portas fechadas em relação aos refugiados, causando dificuldades e constrangimentos burocráticos a todos os que pretendessem passar por Portugal no seu trajeto de fuga. Desta forma, e apesar de ter permitido aos estrangeiros que residissem, de forma temporária, no país, limitou-lhes ao máximo a liberdade de circulação, proibiu-os de exercer a sua profissão e recusou-se a prestar qualquer auxílio financeiro aos mesmos. Por esta razão, autorizou algumas organizações humanitárias a abrirem delegações na capital, ficando estas com a responsabilidade de custear a estadia dos refugiados com menores recursos financeiros, bem como, solucionar de forma rápida a sua saída para países como os Estados Unidos da América, Canadá, Inglaterra e Brasil.

Organizações judaicas como o *American Jewish Joint Distribution Committee* (JOINT)², o *Hebrew Immigrant Aid Society* (HIAS-HICEM) e, no caso português, a Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados em Portugal (Comassis)³ e, ainda, não judaicas, como o *American Friends Servi-*

² Esta organização internacional de auxílio aos refugiados judeus instalou-se em Portugal, em 1940, no Hotel Metrópole, Rossio (Lisboa) e, mais tarde, fixou-se na Rua Áurea (ou Rua do Ouro), n.º 242, JOINT, pasta 896 (1940-1942), 9 de julho de 1940.

³ A Comassis, fundada por Augusto d'Esaguy, funcionou na Avenida da República, n.º 17 e, mais tarde, na Rua

ce Committee (AFSC), o Emergency Rescue Committee (ERC)⁴ e o Unitarian Service Committee (USC)⁵ cooperaram internacionalmente de forma a solucionar o problema dos refugiados. Ainda que tivessem objetivos distintos – organizações como a JOINT prestavam apoio direto aos estrangeiros, nomeadamente através de auxílio financeiro, enquanto outras como a HICEM⁶, tratavam de assuntos relacionados com a emigração, desde logo, a obtenção de vistos junto dos consulados e a comparticipação na compra de passagens marítimas ou aéreas para um terceiro destino – todas contribuíram para o auxílio humanitário a estes deslocados. Foi, em grande parte, devido ao esforço conjunto destas organizações, com a concordância do governo português, que milhares de refugiados conseguiram encontrar refúgio – e não exílio – em território nacional. Para além de intelectuais, artistas, políticos, famílias reais e pessoas comuns, Portugal permitiu a passagem de centenas de crianças em trânsito para os Estados Unidos da América.

Crianças refugiadas na Escola Agrícola de Paiã (1940)

Em finais de novembro de 1940, poucos meses após a invasão e a anexação dos países da Europa Ocidental por parte da Alemanha nazi, chegaram à Escola Agrícola de Paiã (desde 1995 designada por “Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã”), na Pontinha (Odivelas, Lisboa), “50 crianças estrangeiras refugiadas” (*O Primeiro de Janeiro*, 3 de dezembro 1940, fl. 6, col. 5 e *O Figueirense*, 7 de dezembro de 1940, fl. 4, col. 3). Estas crianças foram acompanhadas até Portugal por Martha Sharp, mulher do reverendo unitarista Waitstill Sharp e delegada em Marselha de comités norte-americanos de auxílio a refugiados. Enquanto Waitstill trabalhava no auxílio a refugiados no escritório do *Unitarian Service Committee* em Lisboa, Martha organizava a recolha e a distribuição de leite para as crianças na França de Vichy⁷, tendo con-

Rosa Araújo, n.º 12, em Lisboa, de 1933 a 1941. Era financiada pela organização norte-americana JOINT, reconhecida pelo Estado português e extinguiu-se aquando da entrada dos EUA na Guerra, no final de 1941.

⁴ O ERC era um comité norte-americano representado em Marselha pelo jornalista Varian Fry. Esta organização criou uma rede ilegal de fuga (F-Route), que funcionou de setembro de 1940 a abril de 1941, e que se destinava a auxiliar militares aliados, dissidentes políticos e judeus a sair do território francês com destino aos Estados Unidos da América. Os refugiados eram guiados, noite dentro, através dos Pirenéus por *Passeurs* e Guias de Fronteiras que os ajudavam a atravessar a fronteira entre França e Espanha. À semelhança desta organização humanitária, também o AFSC e o USC estavam determinados em solucionar a questão da emigração dos refugiados para fora da Europa ocupada.

⁵ Localizado do Hotel Métropole, em Lisboa.

⁶ A HICEM localizava-se na Rua do Arsenal, n.º 84, 1.º direito, em Lisboa.

⁷ Harvard University, Unitarian Universalist Service Committee, Administrative Records, ca. 1935-2006, Series

tado com a ajuda de Amé-Leroy, mulher do ministro francês para Portugal e Presidente da *L' Aidé à la Croix Rouge Française* que angariou diversos donativos através dos jornais portugueses para o auxílio a refugiados. A primeira organizou ainda transportes de crianças, através de Portugal, para os Estados Unidos da América a partir de Marselha, com a cooperação do *United States Committee for the Care of European Children*, organização fundada em 1940 pela Primeira-Dama norte-americana Eleanor Roosevelt⁸.

A 5 de setembro de 1940, Waitstill informou os seus superiores que Martha estava interessada em trazer até Lisboa cinquenta crianças, todavia, para que tal acontecesse iam necessitar de uma autorização de Washington e de um “block affidavit”⁹ que permitisse que estas crianças chegassem até Portugal em trânsito para a América do Norte. Resolvidos os problemas técnicos e burocráticos, nomeadamente a questão dos vistos, Martha conseguiu trazer um primeiro grupo de crianças até Lisboa. Num relatório por si redigido lê-se o seguinte:

We had just completed the registration forms and picked out fifty (50) children from some of the most distinguished families in France who were now either refugees or in great distress (...). By ten o'clock the Portuguese officials were examining our luggage again, and at 4.30 p.m. we arrived in Lisbon (...). We were met at the station by Madame Tallon (our secretary in Lisbon), the French Consul General, the Austrian Consul, and the President of the Junta of Estremadura, Portugal. Madame Tallon had provided an autobus and arranged for hospitality for the children at the Agricultural School at Pais [Paiã]. The group stayed in this school for two weeks (HU, UUSC, Executive Director, Robert Dexter. Records, 1940-1941, Sharp, Martha, memoranda, Box 2, Folder 39, Children's Emigration Project, Martha Sharp, 1941, fl. 5 e fls. 8-9).

Devido a atrasos administrativos, resultantes da papelocracia exigida, este grupo de crianças de diversas nacionalidades – americana, francesa, russa, austríaca, alemã e checoslovaca (*O Primeiro de Janeiro*, 4 de dezembro de 1940, fl. 1, col. 6) – acabou por perder o barco para os Estados Unidos da América, que partiria do porto de Lisboa às seis horas da tarde. Por esta razão, tiveram que ser internadas na Escola Agrícola de Paiã de 29 de novembro a 13 de dezembro

II, UUSC War Records, USC Lisbon, 1940, Box 4, Folder 63, Memorandum de 13 de agosto de 1940, fls. 1-6. <https://hollisarchives.lib.harvard.edu/repositories/12/resources/6407> (consultado a 25/11/2021 às 14h20).

⁸ HU, UUSC, Executive Director, Robert Dexter. Records, 1940-1941, Box 2, Folder 39, Boletim do Unitarian Service Committee, novembro de 1940 a maio de 1941, fl. 3

⁹ O *Affidavit* era um comprovativo de alguém, familiar ou não, ou de uma organização (é este o caso), onde se declarava que se comprometia a manter financeiramente uma determinada pessoa, de forma que esta não se tornasse um peso para o Estado, neste caso, para o governo norte-americano.

de 1940, até se puderem juntar aos seus pais na América do Norte. Com a cooperação do Presidente da Junta da Estremadura, António dos Santos Pedroso, estas crianças foram acolhidas, de forma provisória, nas instalações desta escola agrícola. Ao longo de duas semanas, aprenderam sobre a vida em Portugal, tiveram aulas de inglês e visitaram a Exposição do Mundo Português – realizada em Belém (Lisboa), entre 23 de junho e 2 de dezembro de 1940, com o objetivo de comemorar o Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal (1140 e 1640) – e o Palácio Nacional de Sintra.



Fig. 1. 27 das crianças refugiadas à chegada a Nova Iorque na companhia de Martha Sharp. Fonte: Harvard University, Unitarian Universalist Service Committee, Administrative Records, ca. 1935-2006, Series II, UUSC War Records, Children's Emigration, 1940-1941, Box 4, Folder 66, recorte de jornal não identificado de 3 de janeiro de 1941.

Partiriam a bordo do navio *Excambion* e chegariam a Nova Iorque a 23 de dezembro desse ano¹⁰. No dia seguinte, o *New York Times* noticiava que o “The American Liner *Excambion* arrives here with evacuees from the War Zones” (*New York Times*, 24 de dezembro de 1940, fl. 7), identificando, entre outros, seis irmãos refugiados – Françoise, de 9 anos; Jeanne, de 14; Margaret, de 9; Cecile, de 6; Jacqueline, de 13; Louise Theis, de 11 anos. A sua breve estada em território português foi suportada pelos comités de auxílio norte-americanos já indicados.

¹⁰ HU, UUSC, Administrative Records, ca. 1935-2006, Series II, UUSC War Records, Children's Emigration, 1940-1941, Box 4, Folder 66, recorte de jornal não identificado de 3 de janeiro de 1941.

“Three minutes to say goodbye to their parents” – crianças refugiadas na Colónia Infantil e Balnear do jornal *O Século* (1941)¹¹

As colónias balneares foram criadas a partir do início do século XX por iniciativa privada e tinham como objetivo inicial combater e controlar os surtos de tuberculose que assolavam Lisboa, porém, mais tarde, adquirem um propósito de lazer caritativo em benefício de crianças desfavorecidas (MARTINS 2011: 80). Entre as várias colónias estabelecidas destaca-se a Colónia Infantil e Balnear, criada em 1927 sob o patrocínio do jornal *O Século*, que funcionava entre os meses de setembro e de outubro (CABRAL 2016: 26) e que, no verão de 1941, na sequência de um pedido das organizações internacionais de auxílio a refugiados, recebeu provisoriamente 111 crianças estrangeiras (61 do sexo masculino e 50 do sexo feminino). Ao todo, esta colónia terá recebido mais de 150 mil crianças (com idades entre os 6 e os 11 anos) até 1998 (*Boletim da Colónia Balnear Infantil de O Século*, janeiro/fevereiro 1998: 7). Desconhece-se, porém, se este número engloba as crianças refugiadas.

No verão de 1941, o jornal *O Século* recebeu um pedido formal de diversas organizações humanitárias para acolher, de forma provisória e antes da abertura oficial da colónia, um grupo de crianças refugiadas que tinha como destino os Estados Unidos da América. As 111 crianças, com idades compreendidas entre os 7 e os 16 anos, chegaram a Lisboa, vindas de França, a 3 de junho, e foram recebidas com regozijo na margem sul do rio Tejo por Philip A. Conard, delegado do *American Friends Service Committee* e por Russell Richie do *American Joint Distribution Committee*, estando também presentes Guilherme Pereira da Rosa (subdiretor do jornal *O Século*), Carlos Alberto Pereira da Rosa (diretor da Colónia Infantil e Balnear), entre outros, que “acompanharam as crianças até á colónia, em S. Pedro do Estoril, onde lhes foi servida uma leve refeição de chá, leite e pão com manteiga” (*O Século*, 4 de junho de 1941, col. 3, fl. 2). Uns dias depois, a 7 de junho de 1941, Morris C. Troper que se encontrava em Lisboa ao serviço da JOINT, escreveu uma carta a Eleanor Roosevelt a dar conta do estado de espírito destas crianças:

Quando aqui chegaram, pareciam pequenos homens e mulheres de idade, cansados, pálidos, desfeitos. Nenhum ousava rir alto e poucos sorriam – nem mesmo os mais novos, de sete e oito anos. As suas roupas estavam em farrapos. Os mais afortunados entre eles movimentavam-se pesadamente em sapatos de sola

¹¹ JOINT Archives, carta enviada por Joseph C. Hyman para os membros do Conselho Nacional da JOINT, datada de 19 de junho de 1941, excerto de uma carta enviada por Morris C. Troper a Eleanor Roosevelt a 7 de junho de 1941 (que citarei adiante), doc. NY_AR3344_00081_00915, Item ID 442672, fls. 1-3.

de madeira. Uma das cenas mais patéticas que eu jamais presenciei foi a destas crianças, libertas de restrições, tentando aprender de novo a brincar. Brincavam de uma forma áspera, como se receassem que, a qualquer momento, o sol, a praia, a comida e a nova e insólita liberdade lhes pudessem ser arrebatadas e elas fossem de novo atiradas para a miséria e para o sofrimento a que acabavam de escapar. (...) Passados alguns dias aqui, sorriam e riam um pouco – mas apreensivamente, como se por isso pudessem ser castigadas. Os resultados das vivências que nenhuma criança jamais deveria experimentar, não podem ser eliminados com facilidade. Hesitei em chamá-las e falar-lhes individualmente por causa do olhar de pânico que passou pelas suas faces quando foram escolhidas (*Fugindo a Hitler e ao Holocausto. Refugiados em Portugal entre 1933-1945* 1994: 17).

Através desta carta, bastante completa e elucidativa, é possível saber que estas crianças foram, na sua maioria, libertadas de campos de internamento localizados na zona não ocupada de França (Vichy), por intermédio de organizações humanitárias. Antes da chegada a Portugal – a viagem iniciou-se em Marselha – o comboio onde seguiam efetuou uma breve paragem na estação de Oloron-Sainte-Marie (comuna francesa pertencente ao departamento dos Pirenéus Atlânticos), onde foram concedidos três minutos às crianças para que pudessem despedir-se dos seus pais, internados no campo de Gurs.



Fig. 2. Primeira refeição das crianças refugiadas à chegada à Colónia Infantil e Balnear do jornal *O Século*.

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 80, doc. 1169P, PT/TT/EPJS/SF/001-001/0080/1169P. Imagem cedida pelo ANTT.

Os campos de internamento franceses – localizados, na sua maioria, em regiões fronteiriças – tinham como função isolar temporariamente indivíduos considerados perigosos e suspeitos. Ainda que fossem caracterizados como campos preventivos, as condições de vida dos internados eram rigorosas, precárias e, sobretudo, desumanas. O facto de serem espaços provisórios e construídos, em muitos casos, de forma urgente e improvisada, tornou-os locais hediondos. O campo de Gurs localizava-se no departamento dos Pirenéus Atlânticos, no sudoeste de França, a cerca de 80 quilómetros da fronteira espanhola. Este campo, tal como muitos outros pela Europa fora, passou por diversas fases de internamento (PESCHANSKI 2002). Entre 1939 e o início de 1940, internou republicanos espanhóis, civis e militares. Numa segunda fase, entre junho de 1940 e o fim do regime de Vichy, teve como objetivo o internamento de indesejáveis e de refugiados judeus. Por fim, entre 1942 e 1944, tornou-se o símbolo em Béarn do antissemitismo do regime de Vichy (VALLÉS 2016: 39) e da *Shoah*, na sequência das deportações de judeus. Claude Laharie definiu Gurs como “une misérable ville de bois” (LAHARIE 2005: 19).

Após se despedirem dos seus parentes, as crianças viajaram até Portugal, com o intuito de seguir para os Estados Unidos da América (receberam um *Affidavit* conjunto, em Marselha, a 22 de maio de 1941). Todas as crianças traziam ao pescoço uma placa identificativa que visava, não apenas a sua salvaguarda, como também preservava a sua identidade para o caso de conseguirem reunir-se com os pais quando a Guerra terminasse. Pierre Goldberg, de apenas 15 anos, ficou responsável por guardar os documentos de todos os seus companheiros e, em conversa com um jornalista português, admitiu que se perdesse “(...) algum documento é a ruína de uma vida, pois esses papéis são o maior, o único tesouro de todos nós” (*O Século*, 5 de junho de 1941, col. 1, fl. 2).

O reconhecimento das organizações humanitárias pelo acolhimento destas crianças fez-se sentir logo nos primeiros dias. A 5 de junho de 1941, enviaram um telegrama à redação do jornal *O Século* no qual expressaram o seu profundo apreço pelo apoio dado às crianças refugiadas (*O Século*, 6 de junho de 1941, col. 1, fl. 2). Para além do acolhimento, estas crianças beneficiaram de pequenos momentos de lazer. A 7 de junho, a Sociedade Estoril Praia apresentou-as com um passeio e um almoço no Hotel do Parque. Ao fim do dia, aquando da chegada à colónia, tiveram direito a uma sessão de cinema, organizada pelo jornal *O Século*, com o apoio da Metro Goldwyn-Mayer (que cedeu as películas) e do Secretariado da Propaganda Nacional (que cedeu uma aparelhagem de projeção operada por técnicos especializados). No entanto,

as surpresas não terminaram por aqui. No dia seguinte, 50 crianças refugiadas tiveram a oportunidade de assistir à segunda mão das meias-finais da Taça de Portugal entre o Benfica e o Belenenses, oferta concedida pela direção da Federação Portuguesa de Futebol (*O Século*, 8 de junho de 1941, col. 1, fl. 2)¹².



Fig. 3. Crianças refugiadas a assistir à sessão de cinema.

Fonte: ANTT, Empresa Pública Jornal Século, Álbuns Gerais n.º 80, doc. 1208P PT/TT/EPJS/SF/001-001/0080/1208P. Imagem cedida pelo ANTT.

A 10 de junho de 1941, este grupo seguiria, em 3ª classe, para os Estados Unidos da América, a bordo do navio português Mouzinho (*O Século*, 10 de junho de 1941, cols. 6-7, fl. 1 e 11 de junho de 1941, cols. 1-2, fl. 1 e col. 1, fl. 2). A bordo seguiram também alguns refugiados apoiados pelo *Emergency Rescue Committee*, com o auxílio da JOINT, como o pintor Marc Chagall e a sua esposa, Robert Serebrenik, rabino do Luxemburgo, o médico vienense Maximilian Weinberger, entre outros. No arquivo do *American Jewish Joint Distribution Committee* encontra-se um vídeo de pouco mais de um minuto onde se pode ver uma multidão a despedir-se das crianças, felizes, no momento do seu embarque para a América do Norte. As placas utilizadas por estas crianças permitiram a identificação de algumas delas (JOINT Archives, Refugee Children in Portugal embark on SS Mouzinho, Item ID 1264765, 1 a 22 de junho de 1941). Foram os casos de Edith Kraus (nascida em Viena, a 30 de agosto de 1925) e a

¹² Veja-se também *O Século Ilustrado*, N.º 179, 7 de junho de 1941, fls. 20-21 e N.º 180, 14 de junho de 1941, fls. 4-5.

sua irmã, Gertrude Kraus (nascida em Viena, a 3 de janeiro de 1930).

Joan Boreen, filha de Edith e sobrinha de Gertrude, ficou surpreendida ao reconhecer os seus familiares enquanto assistia ao filme *Refugee Children in Portugal Embark on SS Mouzinho*¹³. O percurso de fuga destas duas crianças assemelha-se à história de muitas outras. Ao partirem de Viena de Áustria, em 1939, foram colocadas no Château de la Guette, palacete localizado a cerca de 40 quilómetros de Paris e cedido pelo proprietário, Germaine de Rothschild, para o acolhimento de mais de 130 crianças austríacas e alemãs refugiadas após a invasão alemã¹⁴. Este palacete foi uma das muitas casas para crianças judias refugiadas criadas em França neste período. Segundo a JOINT, em conjunto com a *Oeuvre de Secours aux Enfants* (OSE)¹⁵, fundaram-se 61 lares de crianças espalhados um pouco por todo o território francês¹⁶. Todavia, com a evacuação do palácio, em maio de 1940, as crianças foram levadas para La Borboule, Clermont-Ferrand, Marselha e daqui seguiram para Espanha e, posteriormente, para Portugal. Com base na lista de passageiros do navio português Mouzinho, da Companhia Colonial de Navegação, e capitaneado por Paulo da Conceição Batista, foi possível identificar as crianças que vieram para Lisboa neste grupo (Anexo 1)¹⁷.

Joseph C. Hyman, colaborador da JOINT, refere num memorando de 19 de junho de 1941, enviado para os membros do Conselho Nacional da JOINT (em Nova Iorque) que entre as organizações que participaram no acolhimento destas crianças e organizaram a sua viagem até Portugal estiveram os Quakers americanos, a Comissão Portuguesa de Assistência aos Judeus Refugiados em Portugal (Comassis), o OSE e a HICEM, as três últimas subsidiadas pela JOINT (JOINT, doc. NY_AR3344_00081_00915, Item ID 442672, 19 de junho de 1941, fl. 2). Desta forma, importa compreender que o Estado português em nada contribuiu para a ajuda direta a estas crianças, tendo sido apenas um mero observador da sua breve passagem por território nacional. Esta tomada de posição é idêntica à atitude assumida quanto à presença dos refugiados em geral, judeus ou não-judeus (PIMENTEL 2020: 361-364).

¹³ <https://archives.jdc.org/found-on-film/> (consultado a 22/11/2021 às 10h45).

¹⁴ <https://family.rothschildarchive.org/estates/105-chateau-de-la-guette> (consultado a 22/11/2021 às 11h28).

¹⁵ Organização de apoio a crianças e às suas famílias fundada em 1917, na Rússia, por médicos e intelectuais judeus, <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/childrens-aid-society-oeuvre-de-secours-aux-enfants> (consultado a 02/12/2021 às 16h19).

¹⁶ <https://archives.jdc.org/project/france-jdc-childrens-homes/> (consultado a 22/11/2021 às 11h35).

¹⁷ Lista de passageiros 47/868 do navio Mouzinho de 10 de junho de 1941, onde partiram 173 pessoas de Lisboa para Nova Iorque, JOINT Archives, NY_AR3344_00081_01029, Item ID 442750, 31 fls. Veja-se também *A Vida Mundial Ilustrada*, Ano 1, N.º 5, 19 de junho de 1941, fl. 12.

Acolhimento de um terceiro grupo (1941)

Um terceiro grupo de 45 crianças (26 rapazes e 19 raparigas)¹⁸ procedentes de França chegou a Portugal, numa carruagem especial atrelada ao comboio vindo de Madrid, a 16 de agosto de 1941. Ficaram hospedadas, por uns dias, no Colégio da Bafureira em Paredes (Cascais). Segundo noticiou *O Século* eram 26 rapazes e 19 raparigas, provenientes de Marselha e de diferentes nacionalidades – polacos, checos, alemães e austríacos – que tinham perdido os seus pais ou os tinham em campos de concentração. Vieram até Portugal acompanhados de voluntários das organizações humanitárias envolvidas, o *United States Committee for the Care of European Children* em colaboração com a *JOINT*, e o *American Friends Service Committee* (*O Século*, 17 de agosto de 1941, cols. 4-5, fl. 1 e col. 4, fl. 2).



Fig. 4. Crianças refugiadas à chegada à estação do Rossio que foram acolhidas no Colégio da Bafureira, em Paredes.

Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, jornal *O Século*, 17 de agosto de 1941, cols. 4-5, fl. 1.

Numa carta enviada a familiares e amigos, a 16 de novembro de 1941, Philip Conard dá conta do esforço empreendido pelo *American Friends Servi-*

¹⁸ *New York Times*, 18 de agosto de 1941, fl. 2.

ce Committee, em correlação com outras organizações internacionais, para o envio de crianças refugiadas para os Estados Unidos da América. Após oito meses a trabalhar com o AFSC, em Lisboa, este refere que “so far we have handled the arrangements of three groups (a total of 215 children) from the Franco-Spanish frontier to Lisbon and on board”, todavia, e após se identificarem estes três primeiros grupos, as fontes convergem para a contabilização de 206 crianças refugiadas. E continua, dizendo, “Plans are under way for further groups. To cooperate in giving a change at life to these little innocent victims of the war is an experience that warms the heart” (AFSC, Portugal Refugee Work Letter 1941, 16 de novembro de 1941, fls. 1-5).

Continuação do “Children’s Project”¹⁹ (1942-1944)

Tal como Philip Conard referiu aos seus superiores hierárquicos do AFSC, o projeto de retirar crianças refugiadas das zonas da Europa ocupada, através de Portugal, via Estados Unidos da América continuou após 1941. O esforço conjunto de todas estas organizações humanitárias permitiu a entrada em território português de centenas de crianças a partir da primavera/verão de 1940. A 15 de junho de 1942, *O Século* noticiou que “num dos últimos comboios chegados a Lisboa com individualidades americanas que serão trocadas por outras do ‘eixo’”, vinham algumas crianças, poucas (sem identificar quantas) que “traziam estampadas no pequenino rosto as horas amargas do fluxo dessa gente passado de uma cidade para a outra, dia após dia” (*O Século*, 15 de junho de 1942, cols. 5-6, fl. 1). No final do ano de 1942, continuaram a fazer-se esforços para trazer até Portugal outros grupos de crianças, sobretudo após a ocupação total do território francês por parte da Alemanha nazi (*JOINT*, Pasta 897, Incoming cable de 16 e 26 de dezembro de 1942).

A 13 de fevereiro de 1943, Herbert Katzi, da *JOINT* em Lisboa, informou Leavitt, em Nova Iorque, que as instruções relativas ao “Children’s Project” não eram claras e, ainda, que existiam problemas com o governo português, uma vez que este apenas autorizava a entrada no país de crianças órfãs ou crianças cujos pais tivessem sido deportados, o que podia atrasar ou mesmo comprometer a deslocação destas para os Estados Unidos da América ou para o Canadá. Neste momento, encontravam-se em Lisboa vinte crianças, todavia, e segundo o princípio de atuação das embaixadas, não eram consideradas elegíveis para emigração pelo simples facto de terem pais, ainda que alguns

¹⁹ *JOINT Archives*, Pasta 897 (1943-1944), Incoming cable de 26 de dezembro de 1942.

destes estivessem internados no campo espanhol de Miranda de Ebro²⁰. Herbert Katzi referia, deste modo e de forma categórica, que necessitava urgentemente de instruções claras em relação à entrada no país de crianças que tivessem os seus parentes nos campos de internamento (*JOINT*, Pasta 897, 13 de fevereiro de 1943). Apesar de não se saber que resposta recebeu Katzi em relação ao seu pedido de esclarecimento, a retirada de crianças da zona da Europa ocupada continuou a realizar-se, inclusive de crianças não órfãs. A 14 de abril de 1943, este informou Leavitt que tinham chegado a Lisboa 29 crianças, vinte e uma provenientes de Barcelona e oito de Madrid (*JOINT*, Pasta 897, 14 de abril de 1943).

Este grupo de 29 crianças, provenientes de Espanha (juntava-se a outras 5 crianças que já se encontravam em Lisboa) chegou a Portugal a 12 de abril de 1943. O *Século*, como era já seu apanágio, noticiou a chegada destas crianças, ainda que refira, à semelhança do *New York Times* (*New York Times*, 18 de abril de 1943, fl. 13), que eram 32. Segundo este jornal:

Chegam hoje a Lisboa trinta e duas crianças filhas de famílias francesas que se refugiaram em Espanha quando da ocupação do seu país, e que seguirão para os Estados Unidos, a-fim de receberem o tratamento que a sua idade exige e que as mães, devido às suas precárias condições de vida, não lhes podem dar. A Cruz Vermelha espanhola entregá-los-á, na estação do Rossio, á sua congénere portuguesa que, de colaboração com a American Joint Distribution Committee, têm preparada a sua estadia entre nós até o seu embarque para a América do Norte (*O Século*, 12 de abril de 1943, col. 2, fl. 2).

As crianças foram divididas consoante a sua idade e o seu sexo. Os dois mais pequenos, com 14 meses e 3 anos, ficaram hospedados na Santa Casa da Misericórdia, os rapazes foram recebidos na Casa Pia de Lisboa e as raparigas instalaram-se na Colónia, em São Pedro do Estoril. Partiram de Lisboa a bordo do navio Serpa Pinto, a 18 de abril de 1943, rumo a Nova Iorque (*O Século*, 13 de abril de 1943, cols.1-2, fl. 1 e 16 de abril de 1943, cols. 2-3, fl. 1). Em setembro deste ano, chegaram a Lisboa dez crianças “que se encontravam refugiadas em Barcelona, sob a protecção da Cruz Vermelha norte-americana” (*O Século*, 23 de setembro de 1943, cols. 2-3, fl. 1), filhas de alemães e polacos. Seis eram do sexo feminino e as restantes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 4 e os 12 anos. Ao longo do ano de 1943, como no

²⁰ O campo de Miranda de Ebro localizava-se a norte da província de Burgos e tinha uma extensão de 42.000 metros. Foi o campo franquista com maior período de vigência, dez anos, e por lá passaram mais de 15.000 estrangeiros (JUARROS 2002: 10).

ano seguinte, continuaram a chegar a Portugal, em pequenos grupos, crianças com destino aos Estados Unidos da América, contudo, na maioria das vezes, a sua presença em território nacional não foi noticiada (JOINT, List of Jewish Refugee Children on the SS Serpa Pinto (1943-1944) e Refugee Children in Spain and Portugal Whom JDC Is Helping to Emigrate (1944))²¹.

Quadro 1 – Contagem (com %) das crianças em trânsito por Portugal (1940-1944)²²

Ano	N.º Crianças	Percentagem (%)
1940	50	17%
1941	156	53%
1942	0	0%
1943	44	15%
1944	45	15%
Total	295	100%

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação consultada e acima citada.

A 18 de março e a 24 de agosto de 1944 chegaram a Lisboa, provenientes de Espanha, seis (entre os 7 e os 10 anos)²³ e 12 (entre os 6 e os 14 anos)²⁴ crianças refugiadas, respetivamente. Segundo informações deste jornal português, as primeiras embarcaram para os Estados Unidos da América, em rota para o Canadá, a 23 de março de 1944 a bordo do navio Serpa Pinto, enquanto as segundas ficaram instaladas em centros de acolhimento no Estoril a aguardar a sua partida. Este periódico dá ainda conta de um grupo de 27 crianças – sem identificar as nacionalidades – que se encontrava em Portugal, 15 das quais no Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha no Estoril, que embarcaram no navio Guiné com destino à Palestina, em outubro de 1944 (*O Século*, 24 de outubro de 1944, col. 2, fl. 6)²⁵.

Este último salvamento ocorreu já após a reconquista, pelas tropas aliadas, das principais cidades francesas: Paris e Marselha, a 23 de agosto de

²¹ <https://archives.jdc.org/our-collections/names-index/lists-in-the-names-index/> (consultado a 03/12/2021 às 18h06).

²² Não se conhecem dados numéricos para o ano de 1942.

²³ *O Século*, 18 de março de 1944, col. 3, fl. 1.

²⁴ *O Século*, 24 de agosto de 1944, col. 7, fl. 8.

²⁵ Veja-se o relato de uma destas crianças, Marta de 9 anos, em *O Século Ilustrado*, n.º 358, 1944, fls. 16-17 e 22.

1944, e Lyon e Bordéus no dia seguinte. Seria, no entanto, preciso esperar até 8 de maio de 1945 para a rendição da Alemanha e o subsequente término da Guerra na Europa. Veja-se acima o Quadro 1 com a contabilização das crianças que passaram por Portugal, rumo a países além-mar, entre 1940 e 1944.

Conclusão

Na primavera/verão de 1940, na sequência da invasão e da ocupação dos principais países da Europa Ocidental – Luxemburgo, Bélgica, Países Baixos e França – o território europeu mergulhou numa espiral de terror às mãos da Alemanha nazi. Entre os milhares de refugiados que chegaram a Portugal neste período e nos anos seguintes, ainda que em muito menor número, encontravam-se algumas crianças em fuga, órfãs ou privadas dos seus pais, alguns dos quais internados em campos franceses ou espanhóis. O esforço conjunto de diversas organizações internacionais de auxílio, nomeadamente, a *American Jewish Joint Distribution Committee* (JOINT), o *American Friends Service Committee* (AFSC, Quakers) e o *Unitarian Service Committee* (USC), em correlação com o *United States Committee for the Care of European Children* (USCOM), determinou, com a conivência do Estado português, a transferência de centenas de crianças, previamente selecionadas, dos territórios ocupados para Portugal e daí para o continente americano ou para outros países além-mar, como a Palestina.

Estas transferências organizaram-se em grupos, mais ou menos numerosos consoante os períodos. Numa primeira fase, entre 1940 e 1941, entraram em território português 206 crianças e, numa fase posterior, entre os anos de 1943 e 1944 (para o ano de 1942 desconhecem-se dados numéricos), foram acolhidos 89 pequenos refugiados. No total, e tendo em conta as fontes consultadas e aqui analisadas, transitaram, de forma provisória, 295 crianças refugiadas rumo a países além-mar, a sua grande maioria com destino aos Estados Unidos da América. Identificaram-se, de igual modo, seis espaços de acolhimento localizados na região de Lisboa: a Escola Agrícola de Paiã (Odivelas), a Colónia Infantil e Balnear do jornal *O Século* (São Pedro do Estoril), o Colégio da Bafureira (Parede, Cascais), a Casa Pia (Lisboa), a Santa Casa da Misericórdia (Lisboa) e o Centro de Acolhimento da Cruz Vermelha (Estoril).

O segundo grupo, ou seja, as 111 crianças que foram recebidas na Colónia Infantil e Balnear de São Pedro do Estoril, é bastante aludido nos estudos relativos à presença de refugiados em Portugal durante a Segunda Guerra

Mundial, todavia, este artigo procurou resgatar o nome de cada uma dessas crianças (veja-se o Anexo 1). Quanto aos restantes grupos, acolhidos na região de Lisboa, são menos mencionados ou até mesmo desconhecidos. A partir de 1944, com o enfraquecimento da máquina de guerra alemã e o fim do domínio nazi em território francês, o trânsito de crianças refugiadas através de Portugal diminuiu de forma considerável. Importa, porém, destacar o trabalho desenvolvido pelos diversos delegados destas organizações humanitárias que acompanharam e cuidaram destas crianças até ao seu destino final, salvando-as dos horrores da Guerra e dando-lhes a oportunidade de começar uma nova vida²⁶.

Anexo 1 – Identificação do primeiro grupo de crianças judias refugiadas acolhidas na Colónia Infantil e Balnear de *O Século* (3 a 10 de junho de 1941)

Nº.	Nome	Sexo	Idade	Data de nascimento	Nacionalidade	Lugar Precedente	Destino
1	ABRAHAM, Irene	F	15	09/06/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
2	BACHARACH, Hermann	M	15	26/01/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
3	BAR, Albert	M	14	26/03/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
4	BAR, Carola	F	15	17/01/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
5	BAR, Martin	M	10	30/01/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
6	BERGER, Herbert	M	13	11/05/28	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
7	BERGMANN, Robert	M	10	13/12/30	Áustria	Marselha	Nova Iorque
8	BERNARD, Eisler	M	12	14/10/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
9	BLAU, Rosalie	F	9	06/10/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
10	CHAMETZAL-SOBE, Suzanne	F	10	02/11/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
11	COHN, Berthold Martin	M	11	03/05/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
12	COHN, Hans Martin	M	13	07/05/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
13	DREIFUSS, Wernes	M	10	02/03/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
14	ECKHAUS, Siegfried	M	15	10/07/25	Áustria	La Borboule	Nova Iorque

²⁶ Assim que chegavam aos Estados Unidos da América, muitas destas crianças ficavam ao cargo de famílias de acolhimento, ou até das organizações humanitárias, até que conseguissem reunir-se com os seus familiares.

15	EISEMANN, Albert David	M	13	16/01/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
16	ESCHWEGE, Alfred	M	10	01/07/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
17	FELBER, Cilli	F	15	20/01/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
18	FELBER, Norbert	M	10	28/01/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
19	FELDSBERG, Ilse	F	15	24/07/25	Áustria	Marselha	Nova Iorque
20	FLANTER, Karla	F	11	21/03/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
21	FLANTER, Lore	F	6	05/10/34	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
22	FRAENKEL, Albert	M	12	02/02/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
23	FRAENKEL, Markus	M	15	16/04/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
24	FRAENKEL, Rodolphe	M	10	13/01/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
25	FREUDENTHAL, Marga Ruth Fania	F	13	25/12/27	Alemanha	Lyon	Nova Iorque
26	FUCHS, Evelyne	F	13	15/01/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
27	FUCHS, Manfred	M	14	13/10/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
28	GOLDBERG, Peter	M	14	19/06/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
29	GRUNEBaum, Erich	M	12	07/07/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
30	GUTMAN, Edith	F	9	21/05/32	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
31	HAFNER, Lina	F	15	19/03/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
32	HAFNER, Liselotte	F	14	24/05/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
33	HERMANN, Siegfried	M	15	11/12/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
34	HERRMANN, Daisy Yvonne	F	15	12/02/26	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
35	HERRMANN, Rolf Martin	M	13	22/10/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
36	HERSCHEL, Walter	M	12	23/12/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
37	HIRSCH, Anselm	M	14	18/05/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
38	HIRSCH, Jakob	M	10	25/03/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
39	HIRSCHHORN, Betti	F	12	05/10/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque

40	HIRSCHHORN, Simon	M	14	06/01/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
41	JANNER, Julius	M	15	12/07/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
42	JANNER, Siegfried	M	12	01/03/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
43	KAHN, Ruth	F	15	19/07/25	Alemanha	La Borboule	Nova Iorque
44	KAICHEN, Hans	M	13	16/11/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
45	KAICHEN, Leo	M	10	14/10/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
46	KALGEER, Herbert	M	10	10/06/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
47	KASPER, Susi	F	14	05/04/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
48	KONIG, Lucie Regine	F	15	13/01/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
49	KONIG, Ruth	F	14	03/03/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
50	KOPSTEIN, Ernst	M	12	05/02/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
51	KRAUS, Edith	F	15	30/08/25	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
52	KRAUS, Gertrude	F	11	03/01/30	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
53	KUFLIK, Henni Sara	F	15	05/03/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
54	KUFLIK, Itte	F	12	08/10/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
55	LANDSBERG, Ruth	M	15	06/03/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
56	LICHTER, Doris	F	11	17/02/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
57	LIESEL, Weil	F	11	11/10/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
58	LONNERSTAD- TER, Heinz	M	15	06/09/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
59	LONNERSTAD- TER, Walter	M	12	21/06/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
60	LOW, Henryk	M	15	10/04/26	Polónia	Marselha	Nova Iorque
61	MAHLER, Emmy Sylvia Sara	F	16	31/12/24	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
62	MAHLER, Gerhard Herbert	M	13	29/02/28	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
63	MAYER, Edith Sara	F	15	13/11/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
64	MEYER, Elfrida	F	14	08/06/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
65	MOSES, Josef	M	15	15/10/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
66	OBERSTZKER, Gert Arno	M	15	14/07/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque

67	PFIFFERLING, Gertrude	F	14	02/12/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
68	PFUTZNER, Heinz Warner	M	15	20/05/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
69	PISA, Lucie	F	15	19/09/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
70	REISS, Helen	F	14	25/07/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
71	ROSENBAUM, Kurt	M	15	29/04/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
72	ROSENTHAL, Fred Efrain	M	15	22/02/26	Polónia	Marselha	Nova Iorque
73	ROSENTHAL, Manfred	M	14	19/09/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
74	RUBENKES, Alice	F	15	25/11/25	Áustria	Marselha	Nova Iorque
75	SAENGER, Ruth Minna	F	15	06/10/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
76	SAFRIN, Dora	F	7	02/05/34	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
77	SAFRIN, Fanny	F	12	05/04/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
78	SAFRIN, Max	M	9	26/07/31	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
79	SAFRIN, Ruth	F	13	15/10/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
80	SAFRIN, Wolf Siegmund	M	14	01/11/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
81	SAILBERMANE, Hannelore	F	15	26/06/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
82	SALMON, Pauline Ruth	F	14	06/08/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
83	SAMSON, Suse Lore Alice	F	15	05/05/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
84	SAUER, Ingeborg	F	12	21/02/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
85	SCHERZER, Felix	M	15	24/07/26	Áustria	La Borboule	Nova Iorque
86	SCHNAPP, Stella	F	15	15/04/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
87	SCHRAGE-NHEIM, Margot	F	13	22/05/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
88	SCHUSTER, Heinz	M	15	15/03/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
89	SCHWARZ, Guenteer	M	13	01/02/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
90	SCHWARZ, Herbert	M	16	16/05/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
91	SILLET, Josef	M	14	22/12/26	Áustria	Marselha	Nova Iorque

92	SINASOEN, Heinz Lothar	M	12	25/10/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
93	SINGER, Hans Wilhelm	M	12	09/05/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
94	SOSTHEIM, Klaus	M	15	01/03/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
95	STEINHARDT, Jules	M	11	27/08/30	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
96	STEINHARDT, Kurt	M	9	14/02/32	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
97	STERN, Erwin	M	12	04/04/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
98	STERN, Therese	F	9	29/03/32	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
99	STRAUSS, Fritz	M	14	14/09/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
100	SUSSEL, Helga	F	15	21/06/25	Alemanha	La Borboule	Nova Iorque
101	TUGENDREI- CH, Michel	M	13	10/06/28	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
102	UJHELY, Vera	F	16	28/08/24	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
103	VALFER, Ernst	M	15	07/04/25	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
104	VULKAN, Gertrud	F	15	30/04/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
105	WEINBERG, Margot	F	13	06/06/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
106	WEISS, Frymet	F	15	26/04/25	Polónia	Marselha	Nova Iorque
107	WEISS, Pesel	F	13	05/04/28	Polónia	Marselha	Nova Iorque
108	WOLF, Ernst	M	14	30/05/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
109	WOLF, Grete	F	11	22/08/29	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
110	WOLF, Heinz	M	15	11/10/26	Alemanha	Marselha	Nova Iorque
111	WOLFGANG, Sass Herbert	M	14	11/01/27	Alemanha	Marselha	Nova Iorque

Fonte: Elaboração da autora com base na lista de passageiros do navio Mouzinho, datada de 10 de junho de 1941 (JOINT Archives, NY_AR3344_00081_01029, Item ID 442750, fls. 24-28).

Bibliografia

CABRAL, Joana (2016). *Arquitetura para a Infância: evolução e caracterização dos jardins-de-infância em Portugal desde 1882*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada ao Instituto Superior Técnico de Lisboa, em maio de 2016.

DIAMOND, Hanna (2007). *Fleeing Hitler, France 1940*. Oxford: Oxford

University Press.

- HEINRICH, Christa; VARGAS, Merete e WINTERBERG, Hans (eds.) (1994). *Fugindo a Hitler e ao Holocausto. Refugiados em Portugal entre 1933-1945*. Lisboa: Goethe-Institut Lissabon.
- JUARROS, Román-Fernando (2002). “Campos de concentración en la provincia de Burgos (1936-1939)”. *Congreso los campos de concentración y el mundo penitenciario en España durante la Guerra Civil y el franquismo*, Barcelona, 21 a 23 de outubro.
- KAPLAN, Marion (2020). *Hitler's Jewish Refugees. Hope and anxiety in Portugal*. New Haven: Yale University Press.
- LAHARIE, Claude (2005). *Gurs: 1939-1945. Un camp d'internement en Béarn*. Biarritz: Atlantica.
- MARTINS, Pedro (2011). *Contributos para uma História do ir à praia em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em setembro de 2011.
- PEREIRA, Carolina (2017). *Refugiados da Segunda Guerra Mundial nas Caldas da Rainha (1940-1946)*. Lisboa: Edições Colibri.
- PESCHANSKI, Denis (2002). *La France des camps. L' internement, 1938-1946*. Paris: Gallimard.
- PIMENTEL, Irene (2006). *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIMENTEL, Irene (2020). *Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- PIMENTEL, Irene e NINHOS, Cláudia (2013). *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- SCHAEFER, Ansgar (2014). *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- VALLÉS, Émile (2016). *Itinéraires d'internés du camp de Gurs 1939-1945*. Pau: Éditions CAIRN.

Pós-memória e política dos afetos: a *Marcha del Silêncio*¹ como política cultural

Post-memory and politics of affections: the Marcha del Silêncio as cultural politics

CARLOS A. GADEA

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

cgadea@unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0003-2360-5128>

Texto recebido em / Text submitted on: 15/01/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 12/05/2022

Resumo. A presente reflexão histórica remete a um fenómeno político e cultural de mobilização social que permite ativar duas noções analíticas importantes para o debate atual nos estudos sobre memória e cultura: a de pós-memória e a de política dos afetos. Em que sentido a *Marcha del Silencio* permite ser compreendida como um fenómeno político e social da pós-memória de gerações de uruguaios envolvidos nos acontecimentos da ditadura cívico-militar dos anos de 1970 e 1980 no país? Considera-se que esta mobilização é um exemplo contemporâneo de uma produção cultural com base a uma política dos afetos, estratégia e identificação que se vale do “sentir-se afetado”, “implicado”, daquilo que permite unificar, articular e construir uma mobilização pública apresentada tal qual um evento cultural, e que permite transcender os próprios limites políticos que lhe deram origem.

Palavras-chave. Pós-memória, *Marcha del Silencio*, Uruguai, Política dos Afetos.

Abstract. The present historic reflection refers to a political and cultural phenomenon of social mobilization that allows activating two important analytical notions for the current debate in studies on memory and culture: the notion of post-memory and the politics of affections. In what sense does the *Marcha del Silencio* allow it to be understood as a political and social phenomenon of the post-memory of generations of Uruguayans involved in the events of the civic-military dictatorship of the 1970s and 1980s in the country? It is considered that this mobilization is a contemporary example of a cultural production based on a policy of affections, strategy and identification that makes use of “feeling affected”, “implicated”, of what allows to unify, articulate and build a mobilization presented as a cultural event, and which allows to transcend the political limits that gave rise to it.

Keywords. Post-memory, *Marcha del Silencio*, Uruguay, Politics of Affections.

¹ Nome dado à mobilização pública realizada em Montevidéu (e em algumas outras cidades do interior), no Uruguai, a cada 20 de maio, organizada e convocada por diversas organizações de Defesa dos Direitos Humanos no país, entre as que se encontra “Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos”, reivindicando o esclarecimento dos casos de desaparecimentos e detenções arbitrárias de cidadãos durante o período da Ditadura Cívico-Militar, entre os anos 1973 e 1985.

Introdução

No artigo intitulado “La democratización en el contexto de una cultura postmoderna”, do ano de 1988, o crítico cultural chileno Norbert Lechner argumentava que a pós-modernidade devia ser compreendida como um fenómeno associado ao “desvanecimento dos afetos”, com o “esfriamento das emoções”, próprio de uma cultura *cool* e irónica, “mimética” e “não reflexiva”, da geração de jovens daqueles anos de 1980 do contexto latino-americano.

A pós-modernidade era definida em sintonia com a eventual ausência de “referentes transcendentais” na vida pessoal e coletiva, a partir de uma espécie de “distanciamento histórico-crítico” dos grandes temas da política e da vida pública, correlato, aparentemente, desse mesmo “distanciamento afetivo” para com as “energias emancipatórias” que tanto tinha caracterizado décadas atrás. Para Lechner, a suposta crise dos afetos teria dado passo a uma nova subjetividade, cuja característica seria a sua incapacidade de elaborar um “horizonte de sentido” com o qual selecionar valores inerentes a uma “vida boa e justa” (GADEA 2017: 150-152).

Publicado no ano de 1984, o pequeno livro do crítico da cultura norte-americano Fredric Jameson, intitulado “Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism”, sugere um mesmo diagnóstico sobre a cultura pós-moderna. Já Beasley-Murray (2010) defende que os grandes temas modernistas da vida social, a alienação, a anomia, a solidão, a fragmentação e o isolamento social, teriam desaparecido do horizonte, surgindo como contrapartida “no solo una liberación de la ansiedad, sino también una liberación de cualquier sentimiento, puesto que ya no hay un Yo presente que produzca los sentimientos” (BEASLEY-MURRAY 2010: 125). O resultado seria uma cultura de crescente despersonalização ou “impessoalidade”, que levaria a compreender a cultura pós-moderna (uma vez mais) como própria de uma “desintegração dos afetos” (BEASLEY-MURRAY 2010: 125). Por isso, se o “reino cultural se torna idêntico ao socioeconómico”, como Jameson parece sugerir através das análises de Connor (1993: 44), seria, consequentemente, na euforia do “consumidor pós-moderno” onde se materializaria o fim do modernismo como energia crítica da sociedade moderna.

Não obstante, desde aqueles anos de 1980 até o presente, o mal-estar cultural não parou de produzir novos desafios. Assim, não seria a euforia consumidora, necessariamente, o que passaria a definir de forma exclusiva nosso presente, senão, em primeiro lugar, uma eventual crise das experiências individuais, sociais e políticas, se tomamos como parâmetro o tipo de sociedades a que se referiam nas suas análises tanto Lechner como Jameson. Logo, em

segundo lugar, que importantes transformações históricas na esfera da cultura levaram a se tornar explícitas novas experiências pessoais e coletivas, inserindo sentidos práticos novos à esfera da política.

É importante considerar que, sob certos aspectos, estas transformações culturais têm correspondência com a denominada “virada teórica” dos anos de 1970 e 1980, própria das abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas, que trazia para o centro das reflexões não só uma espécie de reedição dos enfoques interacionistas e pragmatistas da teoria social (GADEA 2013), mas também, e de maneira fundamental, a importância de realizar alguns “deslocamentos” quanto aos objetos e enfoques dos estudos culturais e sociais a serem realizados, na procura por privilegiar, por exemplo, a presença dos corpos e das emoções no mundo social, do comunitário e das comunidades como formas inerentes a novas sociabilidades, e dos próprios afetos, do elemento afetivo, inclusive, como “potência política”.

A propósito, Beasley-Murray (2010) destacaria o “retorno do afeto” como objeto de estudo a partir dos anos 2000 desde diferentes perspectivas, desde os estudos da neurologia e da psicossociologia, até os estudos feministas e os diversos estudos culturais. A partir de uma reflexão sobre acontecimentos do passado histórico, político e social no Uruguai, se chamará a atenção, aqui, para a dimensão afetiva como parte de uma produção cultural que terá nas memórias coletivas, transgeracionalmente ativadas, um pilar característico de uma *política dos afetos* na atualidade.

Talvez Norbert Lechner e Fredric Jameson, nas suas reflexões sobre a cultura pós-moderna, tenham negligenciado alguns aspectos fundamentais que a própria crítica pós-moderna incorporava no debate em torno à vida social e as mudanças histórico-culturais daqueles anos de 1960, 1970 e 1980. Em especial, porque, justamente, a dimensão da afetividade se estabeleceria como um dos pilares da nova condição cultural, adquirindo um espaço de destaque para o que no futuro seriam as novas políticas pós-modernas, usando a expressão das análises classicamente conhecidas de Heller & Ferenc (1994). Trata-se, contudo, de uma *política dos afetos* que está estreitamente vinculada (e se complementa) com um novo contexto histórico e cultural em que a “comemoração” e a “nostalgia” ganham força; num momento particular em que a relação entre o presente e o passado adquire centralidade cultural e política (HUYSEN 2002), materializando-se numa ampla variedade de formatos para sua expressividade, desde peças de teatro, cinema, exposições de arte, até mobilizações sociais e *performances* políticas de todo tipo. Tempos de revisionismos e de revisitar episódios da história recente ou longínqua, de compreender os cenários e os seus protagonistas desde um olhar “não oficial” dos discursos pedagogicamente transmitidos.

***A Marcha del Silencio* e o seu contexto**

A ditadura cívico-militar no Uruguai (1973-1985) é uma questão histórica inesgotável. Entre suas consequências está o impacto que teve na memória coletiva de várias gerações de uruguaios. Está na memória de alguns que foram presos, exiliados, dos seus filhos e netos, e na maioria da população que, como comumente se diz, pareceu assistir a um confuso conflito que, por momentos, apresentava-se como algo distante. Para todos, por igual, a quotidianidade tinha adquirido uma gravidade diferente naqueles anos. Havia silêncios obrigatórios ou provocados; um ar de controle social inquestionável que se poderia suspeitar no lugar de trabalho, na universidade, num parque ao ar livre ou numa reunião de amigos. Em particular, lembra-se como as festas de aniversário de muitas crianças naqueles anos de 1970 poderiam ter horário determinado pela própria Polícia para acabar e que, dependendo do convidado, lá na rua, dentro de algum carro com luzes apagadas, quatro polícias à paisana poderiam estar à sua espera para abordá-lo e, eventualmente, conduzi-lo a algum interrogatório.

Passaram-se quase cinquenta anos desde o seu início, e depois de mais de sete governos eleitos democraticamente, este episódio da história uruguia não cessa em rerepresentar-se, inclusive através de múltiplos formatos e narrativas. É o caso, fundamentalmente, protagonizado durante décadas pela organização civil “Madres de Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos”, originada nos inícios da década de 1980 como meio para poder denunciar a situação de detenção arbitrária e desapareição de familiares durante a ditadura cívico-militar. Não obstante, e apesar do processo de redemocratização política (1985 em diante) abrir espaços sociais consideráveis, os reiterados governos eleitos democraticamente não conseguiram dar resposta aos reiterados pedidos para reposição da verdade e da justiça que as “Madres” historicamente tinham assumido como desígnio.

Assim, no ano de 1996, a organização viria a adquirir um novo protagonismo no cenário social e político, impulsionando a sua própria visibilidade nacional e internacional. Desde esse ano, e de maneira ininterrupta, organizaria, anualmente, uma mobilização social a cada 20 de maio, posteriormente conhecida como a *Marcha del Silêncio*. Esta mobilização pretendia dar continuidade à luta já iniciada nos anos de 1980 e gerar, em especial, uma pressão social e política para que se realizassem as investigações necessárias ao esclarecimento dos assassinatos e desapareições na ditadura cívico-militar. Com o passar dos anos, a dimensão da sua convocatória tem crescido consideravelmente, tanto do ponto de vista da visualização da sua agenda no cenário

público e nos meios de comunicação, como do ponto de vista dos seus aderentes, transformando-se num evento coletivo que adquiriria um tom mais conectado com uma defesa da democracia em termos gerais. Sem dúvida, o contexto político e social propiciado pelos governos da Frente Ampla (esquerda uruguaia) desde os anos 2000 colaborou para reafirmar a identidade coletiva desta mobilização, conseguindo penetrar no tecido social e na sociedade civil em geral, e pautando uma agenda de sensibilização importante sobre o passado político e cultural do país. A realizada no ano de 2019 em Montevideu, então chuvosa e repleta de guarda-chuvas coloridos, foi sintomática deste efeito simbólico e cultural suscitado na sociedade uruguaia.



Fig. 1. *Marcha del Silencio*, 20 de maio de 2019, Montevideu, Uruguai.



Fig. 2. *Marcha del Silencio*, 20 de maio de 2019, Montevideu, Uruguai.



Fig. 3. *Marcha del Silencio*, 20 de maio de 2019, Montevideu, Uruguai.

Com o decorrer dos anos a *Marcha del Silencio* tornou-se uma mobilização social que não se pode compreender, unicamente, através do que lhe deu origem, permitindo-lhe desenvolver-se, crescer e adquirir visibilidade social. Existe uma dimensão cultural no próprio fenómeno que permitiu ativar um olhar com particulares perspetivas para o passado do país a partir de uma evidente distância geracional, sublinhando a recuperação do significado traumático de um episódio histórico para a realidade atual. Um olhar que não se trata, simplesmente, de um que seria ativado pela memória (lembranças) dos seus protagonistas diretos, os que se teriam envolvido no processo histórico de maneira direta. O que se quer afirmar é que a *Marcha del Silencio* tem-se constituído, especialmente, numa produção cultural gerada sob o guarda-chuva da pós-memória (HIRSCH 2015) ou memória de segunda ou terceira geração, numa espécie de *performance cultural* cuja função é a de transmitir uma “memória direta” de certas experiências aos que teriam nascido, em especial, depois da ditadura cívico-militar no país.

No entanto, nem tudo se esgotaria na “experiência” que uns transmitem com base numa construção do testemunho pessoal e coletivo, de uma “representación de formas de resistencia y lucha” que o testemunho veio a produzir como instância política com novas modalidades estéticas (BEVERLEY 1993: 494). Parece mais tratar-se de um gesto que se refere às maneiras de como se expressa essa “memória herdada” nas criações e produções culturais, aos limites da representação do traumático e aos usos dos materiais visuais, aos discursos e palavras utilizadas, às ênfases políticas geradas, que vêm sen-

do produzidas pelas gerações posteriores, recetoras e participantes, ao mesmo tempo, do processo de criação da memória. Não é possível dissociar os problemas concretos que, quotidianamente, as jovens gerações na atualidade enfrentam, no momento de oferecer, culturalmente, uma espécie de “memória tardia” e comunicativa. Refere-se, aqui, aos problemas subjetivamente definidos como importantes a ser pautados na esfera pública e que não necessariamente desaparecem quando o exercício da memória se ativa num contexto social determinado para oferecer uma produção cultural específica.

Resulta claro que a transmissão de uma memória trágica e traumática das gerações anteriores (dos pais, dos avós, dos protagonistas diretos do acontecimento histórico em questão) não é passiva, senão uma reinvenção coletiva nas práticas sociais, nas narrativas, discursos e imagens: uma espécie de reescritura criativa da experiência da primeira geração que seria filtrada por formas discursivas completamente novas, por uma produção cultural ou *performance* à altura das novas dinâmicas políticas e sociais próprias das gerações posteriores.

Pós-memória

Os estudos sobre memória instalam-se como área importante no interior dos denominados *Cultural Studies* nos anos de 1980. Na mesma década surge o termo pós-memória, com o objetivo de identificar aqueles estudos que faziam referência a produções culturais que exploravam a “perdurabilidade das experiências traumáticas” através das gerações. Foi Hirsch (2015) quem, no seu estudo sobre a “geração dos filhos dos sobreviventes do Holocausto” durante a Segunda Guerra Mundial e o nazismo, aportou uma definição interessante sobre o termo: para ela, a pós-memória aponta para a relação que a segunda geração destes sobreviventes estabelece com experiências marcantes, muitas vezes traumáticas, que são anteriores ao seu nascimento, mas que, não obstante, lhes foram transmitidas de modo tão profundo que parecem constituir “memórias em si mesmas”². Ao dizer “memórias em si mesmas”, Hirsch parece constatar que o que aquela geração entenderia por memória seria uma situação ou episódio do passado cujo poder de significação era tal que representava não uma simples lembrança indireta ou mediada, mas o resultado de um verdadeiro “investimento emocional”, de uma “cadeia de significados” em sintonia com uma narrativa histórica sobre o acontecer dos factos. Assim, se a noção de memória sugere, supostamente, um vínculo com

² Oportuno considerar que o termo ‘pós-memória’ já tinha sido proposto pela autora no ano de 1997 no seu trabalho intitulado *Family frames: photography, narrative and postmemory*, editado pela Universidade de Harvard.

o passado mediado por interlocutores e tecnologias sociais e políticas diversas, a pós-memória, em primeiro lugar, pareceria sugerir a presença do “investimento emocional” no momento mesmo da transmissão do que se narra como memória.

Um dos principais impulsos das gerações de jovens à inserção na produção cultural da memória traumática dos seus antecessores é, certamente, o progressivo desaparecimento dos atores diretos dos acontecimentos em questão, neste caso, da ditadura cívico-militar no Uruguai. Não deixar morrer a memória parece ser o lema a ser ativado. A distância temporal com o acontecimento histórico leva, inevitavelmente, à morte dos seus protagonistas diretos, originando a paulatina perda da memória coletiva de que são detentores. Assim, se produz, em consequência, uma substituição da *prova* (fáctica) pelo *documento*, e do *testemunho* (depoimento) pela *representação*. É, precisamente, pelo progressivo distanciamento temporal dos fatos, como pela própria desapareição física dos atores, que se estabelece a substituição de uma memória transmitida pelos envolvidos de maneira direta, para uma memória baseada nas representações e produções culturais que, com base nos relatos das testemunhas, garantiriam a continuidade da transmissão dessa memória no futuro (ESTEVE 2014).

Uma primeira característica importante a considerar sobre a noção de pós-memória é a relação direta que se estabelece entre as gerações envolvidas com os filhos e netos daquelas testemunhas diretas de um acontecimento concreto. Aqui tem espaço fundamental a incidência das histórias familiares que com frequência têm sido ocultadas ou silenciadas, espaço de sociabilidades e experiências quotidianas que projetariam as identificações e investimentos emocionais para as futuras produções culturais de memória. Uma segunda característica, muito vinculada à anterior, é o carácter traumático desta memória. Não se trata de qualquer tipo de memórias, lembranças ou representações históricas as que se transmitem de geração para geração, de simples “lembranças de família”, cuja função seria a reprodução do elo familiar. Trata-se de memórias de traumas individuais e coletivos, de difícil representação e exteriorização, cujo conteúdo subjacente reside na experiência da dor que ocasiona sua eventual apresentação e encenação.

Neste sentido, na transmissão geracional da memória, apresenta-se um trabalho terapêutico importante (RICOEUR 2007), de escuta e de elaboração de narrativas que se entrecruzam, na tentativa de restabelecer um processo de outorgar um significado àquilo que foi “interrompido”: na pós-memória, o que parece manifestar-se é um objetivo por devolver a palavra e a imagem àquilo que “não foi dito”; de certa forma, dar um nome e identificar a experiência vivida (HIRSCH 2015). Deste processo surge, justamente, uma ação política capaz de conduzir à criação de práticas individuais diversas e socialmente comparti-

lhadas para a elaboração de uma memória coletiva. Para tal, o papel da imagem (o visual, o estético, o imaginário) tem-se tornado central, na medida em que se institui num recurso privilegiado de transmissão e impacto narrativo, quicá pela sua própria capacidade de identificação mais ampla na sociedade.

Quando o aspeto discursivo falha, quando as palavras não conseguem expressar cabalmente aquilo que pretende ser dito, a imagem aparece para “afetar”, “tocar”, intervindo com maior eficiência em determinadas circunstâncias sociais. Mas também, certamente, a imagem se torna relevante em momentos de “suportar” a crise do sujeito na hora de configurar um relato verosímil e legítimo sobre os acontecimentos. Por isso, a imagem não aparece, neste caso, para “tornar presente” o sujeito (o desaparecido ou preso político, o exiliado), mas sim para “fazê-lo proliferar” no cenário social e cultural atual ao trazê-lo “esvaziado ideologicamente”, assumindo-o na sua dimensão humana, universal. No caso da ditadura cívico-militar no Uruguai, trata-se de uma nova politização da memória em que o valor da vida, a democracia e as liberdades civis pareceram substituir um sujeito político em excesso, carregado de particularidades ideológicas e histórias políticas concretas.

Como afirma Esteve (2014: 67), em todas “las prácticas vinculadas al concepto de posmemoria las imágenes – sean de archivo o familiares – adquieren importancia capital”. As imagens tornam-se veículo fundamental de expressão e comunicação para as gerações que se desejam distanciar, inclusive dos relatos testemunhais tradicionais. Funcionam como “legados visuais” na luta contra a amnésia pessoal e coletiva. Funcionam como provas inquestionáveis dos laços que unem os “desaparecidos políticos”, os ausentes, com as gerações posteriores. As imagens adquirem, nestas novas narrativas, um protagonismo central, “al ser el medio más optimo para que (...) pasado y presente, memoria y olvido, vida y muerte, padres e hijos puedan dialogar y reconciliarse en una única superficie” (ESTEVE 2014: 67). Um exemplo da produção cultural e do uso da imagem é a campanha fotográfica realizada no Uruguai no mesmo contexto da *Marcha del Silencio*, nos finais de 2019, designada “Imágenes del Silencio”. Tratou-se de um projeto fotográfico sem vinculações partidárias que interveio decididamente na cena cultural do país, pretendendo, segundo a sua própria definição, “mantener viva la memoria sobre nuestros desaparecidos por la dictadura uruguaya”. Os retratos que cada 20 de maio encabeçam a *Marcha del Silencio* são abraçados por referentes de diferentes setores da sociedade com um objetivo comum: a defesa dos Direitos Humanos e a busca pela Verdade e a Justiça³.

³ Ver: <https://www.facebook.com/imagenesdelsilencio/> (consultado em 27/10/2021).



Fig. 4. “Multiplicando abrazos”, de Sergio Frantchez. Casa de la Cultura de Mercedes, Soriano, Uruguay. Fonte: © Imágenes del Silencio.



Fig. 5. Oscar W. Tabárez, ex-técnico da seleção uruguaia de futebol, homenageia Juan Pablo Recagno Ibarburo, ceramista e estudante de arquitetura desaparecido em Buenos Aires no dia 2 de outubro de 1976. Fonte: © Imágenes del Silencio.

A edição do 20 de maio de 2020 e os retratos dos desaparecidos na própria *Marcha* são antecédidos de uma prática e produção cultural que tem como função aproximar ao espectador ainda mais a “humanidade” do retratado. O

passado doloroso associado ao retrato dos desaparecidos políticos é sentido, assim, num presente que liga, por exemplo, um trabalhador da construção civil de 1973 com um ator de teatro da atualidade, ou um jovem estudante de arquitetura de 1976 com o técnico da seleção uruguaia de futebol. Transcendem-se temporalidades, classes sociais, grupos, profissões e, eventualmente, ideologias políticas. A partir de tal perspectiva, esta memória comunicativa que é herdada e transformada em produção cultural, constitui-se a própria figura do “próximo”, “do que estaria perto”, já que, como afirmou Maffesoli (1995: 115), “as imagens, o simbólico suscitam essa confiança mínima, que permite o reconhecimento de si a partir do reconhecimento do outro”. Trata-se, em definitivo, de um efeito cultural em que se desvanecem distâncias entre retrato, fotografia e espectador. A imagem, assim, permite acessar mais facilmente à memória histórica, e de maneira ainda mais importante, promete transmitir uma *política dos afetos* (DELEUZE & GUATTARI 2011).

Afeto e política

Assim, não seria, unicamente, um assunto de temporalidade geracional o que define a pós-memória, senão também os resultados, eventualmente político e éticos, que produz. A *Marcha del Silencio* e o projeto fotográfico “Imágenes del Silencio” são exemplos disto, permitindo compreender as formas que pode adquirir a memória na atualidade, as inovações estéticas, os interesses e narrativas políticas assumidas. Mas, em especial, permite entender em que medida produções culturais próprias de novas dinâmicas sociais, ou novas sociabilidades, tem encontrado no elemento afetivo uma fonte de energia e sustentabilidade. O afetivo, neste caso, também, como “potência política”, na medida em que resulta ser uma disposição individual e coletiva de “afetar os outros”, de “se constituir” pelo contacto com o outro, de construir uma coletividade, um “nós”. Neste sentido, Beasley-Murray (2010: 136), ao referir-se à relação entre afeto, emoção e política, afirma que:

“Así como el afecto puede releerse desde la emoción, nos encontramos aquí con una progresión: de la interacción actual de cuerpos que desborda cualquier identidad, a la esencia cambiante de todo cuerpo o combinación de cuerpos, definidos por su poder de afectar y ser afectados, y a una concepción aún más expansiva de la inmanencia misma, como virtualidad pura. Se trata de un programa de estudio que va de la emoción al afecto, al cuerpo y a la colectividad, a la inmanencia, tanto como de un posible programa político”.

Um panorama singular acerca das discussões em torno aos estudos sociais contemporâneos sobre o afeto e a emoção a partir de uma série de perspectivas teoricamente diferentes, avulta no trabalho de Lara & Domínguez (2013). Aí se define a “virada afetiva” nas ciências sociais a partir de duas urgências teóricas: o interesse pela “emocionalização da vida pública”, e o esforço por reconfigurar a produção do conhecimento tendente a aprofundar a dita emocionalização. Desta maneira, o afeto e a emoção aparecem como o “novo affair” que seduz as ciências sociais, provocando um movimento acadêmico que se concentra “naquilo que se sente”, e que parece combinar a teoria psicanalítica, a teoria do ator rede, os estudos feministas, as teorias pós-estruturalistas (LARA & DOMÍNGUEZ 2013: 101-102). O que parece implícito é a importância atribuída ao crescente papel desempenhado pelas emoções na transformação de esferas da vida pública, tais como os meios de comunicação, a saúde e a educação.

À parte desta “emocionalização”, que bem poderia vincular-se a aspetos inerentes ao que se denominou, noutros contextos analíticos, de “estetização da vida quotidiana” (CONNOR 1993), a “virada afetiva” mais parece referir-se às supostas capacidades do corpo individual e social para “afetar” e “ser afetado”, ou o aumento da capacidade para atuar e conectar. Aqui radica o aspeto a ser destacado sobre a sua importância na produção de conhecimento: o “afeto” como aquilo que permite que o corpo individual, por exemplo, ganhe relevância no mesmo processo em que perde centralidade; quer dizer, no momento em que ao afetar ou ser afetado se conecta com outro corpo na experiência do agir. Trata-se, então, de um corpo pensado como processo e que participa da co-emergência do afeto, de um corpo como um evento de conexões (LARA & DOMÍNGUEZ 2013).

Conexões, relações, “virada afetiva”. Simmel (1977 [1908]) foi quem, de maneira precursora, teria chamado a atenção para o caráter relacional da realidade e a experiência. Isto resulta importante para compreender como a sua base de construção analítica e teórica está subjacente, inclusive no próprio gesto, por considerar a “virada afetiva” nas condições sociais atuais. Por exemplo, Simmel afirmava que o objeto social a ser observado e analisado não seria o conjunto de partes que entram numa relação, mas sim “a relação mesma”, o próprio laço social. Para ele, o observador teria que estar comprometido com uma análise da experiência vivida, exteriorizada através de relações sociais concretas, sendo estas o que permitiria compreender as partes que comporiam essas relações. Até não se saber qual a relação social a que nos estamos a referir, não se poderá saber nada dos objetos que entraram nessa relação. Desta maneira, ao referir-se à importância das perspectivas contemporâneas sobre o afeto, deve-se compreender que adquire

sentido na medida em que indica sempre uma experiência social, indica uma situação ou um evento particular, uma co-presença, e não, unicamente, um aspeto que se vincula com a qualidade subjetiva da experiência (por exemplo, o “investimento emocional”).

O afeto e a emoção podem até fazer parte de um mesmo processo de experiência social na elaboração do sentido que lhe é próprio. Mas, ao mesmo tempo, a noção de afeto deixa de possuir um conteúdo “mais profundo”, como parece ter o de emoção. Neste caso, haveria uma aproximação mais pragmática ao afeto como um fenómeno quotidiano. Por que não pensar em “práticas afetivas”, então? A herança do interacionismo simbólico e da etno-metodologia está sem dúvida muito presente, porque só é possível através da própria experiência compreender o sentido e o significado do afeto. Assim, o afeto é uma experiência, não uma predisposição psicológica, sentimental, emocional, necessariamente atrelada a uma determinada sensibilidade. É uma “energia de sociabilidade”, uma predisposição ao “contágio” e ao contacto social, uma “potência política”. Como afirma Beasley-Murray (2010: 127),

“los cuerpos afectan otros cuerpos y continuamente son afectados por ellos. Un cuerpo se define por su potencia de afectar o ser afectado, por su poder de afectación (...). En síntesis, el afecto es un modo de redescubrir las interacciones constantes entre los cuerpos y el impacto que resulta de esa interacción. Cada encuentro conlleva cierto cambio”.

A *Marcha del Silencio* e o projeto “Imágenes del Silencio”, são produções culturais que transmitem vitalidade, virtualidade, potencialidade, pluralidade, valendo-se de meios que podem ser definidos sob uma *política dos afetos*. Um formato de ação coletiva que talvez seja uma das únicas capazes de concitar tamanha mobilização pública e sentido de unidade social. A *política dos afetos* converte-se, neste caso, numa experiência em que os “afetados” efetuam, constantemente, uma reconfiguração do corpo social em questão, da ação coletiva mesma, dispersando a sua energia além dos laços imediatos originados da demanda por “verdade e justiça”. A *política dos afetos* na *Marcha del Silencio*, naquele Montevideu chuvoso, repleto de guarda-chuvas coloridos, com as imagens fotográficas de desaparecidos da ditadura encabeçando a mobilização, manifesta-se numa experiência social que se viu “desbordada”. Desbordada porque o afeto reuniu singularidades, corpos de todas as características, reconfigurando-os segundo novas sociabilidades e coletividades.

“Dejándonos llevar, nuestro poder de afectar y ser afectados aumenta (pero ya no hay un ‘nosotros’; sino otro, una colectividad real). La fuga no es un signo de debilidad; es una línea a lo largo de la cual obtenemos poderes de afección y experimentamos como nuevas ‘formas en que el cuerpo puede conectarse consigo mismo y con el mundo’” (Beasley-Murray; 2010, 132).

Conclusão

Uma *política dos afetos* é uma política possível no compêndio das políticas da pós-modernidade. Consiste numa tarefa de construção de “espaços afetivos”, que afetam, os outros e a nós, na maneira como nos vemos nos outros e os outros em nós. Isto vincula-se, com as relações entre alteridades e diferenças, num cenário político e cultural em que “o afetivo” é o que está em jogo no momento da construção de qualquer ação coletiva no presente. Por isso, não seria, necessariamente, um corpo ideológico *a priori*, senão um “espaço afetivo” o que materializa o principal elemento de produção do político e da política, tal qual se desprende da experiência e produção cultural da *Marcha del Silencio*.

Não é de estranhar, portanto, que a “afetação” da sociedade uruguaia pela crescente mobilização em torno ao tema dos desaparecidos políticos não se tenha produzido, simplesmente, por obra de uma mensagem política específica ou uma reivindicação concreta. Também não ajuda compreender o fenómeno como uma forma de participação política em si. Sem descartar estas dimensões, tanto a *Marcha del Silencio* como o projeto fotográfico “Imágenes del Silencio”, propõem uma ampliação do espaço da memória em sintonia com uma produção cultural que, não obstante remeta a um facto da história traumática do país, coloca a condição humana e valores como a liberdade, democracia e a própria vida, no centro das atenções. O espectador é instigado a refletir sobre questões que “desbordam” as fronteiras do retrato de um desaparecido político, interpelado pela imagem, “tocado”, “afetado”, o que possibilita a introspeção reflexiva em torno da condição humana.

Bibliografia

- BEASLEY-MURRAY, Jon (2010). *Poshegemonía. Teoría política y América Latina*. Barcelona: Paidós.
- BEVERLEY, John (1993). “El testimonio en la encrucijada”. *Iberoamericana*, 59 (164), 485-495.

- CONNOR, Steven (1993). *Cultura Pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Loyola.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix (2011). *O anti-édipo. Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34.
- ESTEVE, Laia (2014). "Hacia una teoría de la posmemoria. Reflexiones en torno a las representaciones de la memoria generacional". *Historiografías*, 8, 57-75.
- GADEA, Carlos (2013). "O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder". *Sociedade e Estado*, 28 (2), 241-255.
- GADEA, Carlos (2017). *Fragmentos de la Pos-Modernidad. Cultura, Política y Sociabilidad en América Latina*. La Habana: TEMAS.
- HELLER, Ágnes; FERENC, Fehér (1994). *Políticas de la postmodernidad*. Barcelona: Península.
- HIRSCH, Marianne (1997). *Family Frames: Photography, Narrative, and Post-memory*. Cambridge: Harvard University.
- HIRSCH, Marianne (2015). *La generación de la posmemoria. Escritura y cultura visual después del Holocausto*. Madrid: Carpe Noctem.
- HUYSEN, Andreas (2002). *En busca del tiempo futuro. Cultura y memoria en tiempos de globalización*. México: FCE.
- JAMESON, Frederic (1991). *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo tardío*. Barcelona: Paidós.
- LARA, Alí; DOMÍNGUEZ, Giazú (2013). "El giro afectivo". *Athenea Digital*, 3, (3), 101-119.
- LECHNER, Norbert (1988). "La democratización en el contexto de una cultura posmoderna", in *Los patios interiores de la democracia. Subjetividad y política*. Santiago de Chile: FLACSO, 111-128.
- MAFFESOLI, Michel (1995). *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes & Ofícios.
- RICOEUR, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp.
- SIMMEL, Georg (1977[1908]). *Sociología*. Madrid: Ed. Revista de Occidente.



RECENSÕES

BURGESS, Clive (2018). *The right ordering of souls: the parish of All Saints' Bristol on the eve of the Reformation.* Woodbridge, UK and Rochester, NY (USA): Boydell Press, 463 pp., ISBN 978-1-78327-309-6.

Clive Burgess habituou-nos a títulos eloquentes, inspiradores e reveladores da abordagem poliédrica com que investiga a história da paróquia medieval e pré-moderna. Dedicando-se ao território inglês, levou-nos a refletir sobre a forma como a fundação de aniversários e capelas permitia a organização de um calendário litúrgico que, com o propósito último do sufrágio, aprimorava a pastoral paroquial, servindo assim, sobretudo, as comunidades dos vivos. Recentemente, a sua atenção tem recaído na espiritualidade dos mercadores, um grupo profissional que, apesar de mais afastado da salvação, por devotar a vida ao pecaminoso lucro, dispunha de desafio financeiro para a “adquirir”.

Dada à estampa em 2018, a obra *The Right ordering of souls. The parish of All Saints' Bristol on the Eve of Reformation* é um estudo notável e profundamente transformador da forma como se pensa a investigação em história da paróquia medieval. Do ponto de vista formal, organiza-se em cinco partes, internamente divididas por onze capítulos, rematadas por uma conclusão, seguida de um breve apêndice, composto pela transcrição de cinco documentos. O livro oferece duas plantas da cidade de Bristol na Baixa Idade Média, uma planta da rua e da igreja de *All Saints*, cinco imagens, e, no final, uma lista dos estudos consultados, um glossário e um índice de pessoas, lugares e instituições eclesiásticas. De escrita elegante, com recurso a figuras de estilo e a linguagem simbólica, a sua leitura é estimulante, apesar de colocar desafios de compreensão, sobretudo, a leitores estrangeiros.

Nas primeiras páginas, é-nos apresentado o objetivo principal do livro: explicar, detalhadamente, através de um estudo de caso urbano, particularmente bem documentado, por que razão, no século anterior à Reforma da Igreja de Inglaterra, as paróquias inglesas testemunharam uma transformação tão estruturante. Ou, procurando questionar as motivações de tal transformação: “why was the laity inclined to be so generous?”. Na I parte, é apresentada uma visão de conjunto sobre a ação da Igreja romana e dos governos de Inglaterra na modelação da espiritualidade e do comportamento cristão, desde o IV Concílio de Latrão até finais do século XV. A influência da espiritualidade mendicante na multiplicação das cerimónias de sufrágio, a fundação régia de colegiadas, como forma de afirmação política e de comemoração das vitórias inglesas, no início da Guerra dos Cem Anos, são alguns dos aspetos que ex-

plicam o aumento do número de paróquias, nos séculos XIV e XV. No entanto, os regimes de funcionamento dessas jurisdições eclesiásticas são pouco conhecidos, dada a escassez de fontes e a insuficiência de informação no conteúdo das existentes. Foi, portanto, na necessidade de suprir essa lacuna que o estudo dos ricos arquivos da paróquia de *All Saints* de Bristol se impôs.

A II parte abre com a história da igreja e paróquia de *All Saints*, a caracterização da sua inserção urbana, na mercantil cidade de Bristol, a descrição dos seus arquivos e a apresentação do seu enquadramento institucional. De seguida, demora-se na caracterização do universo laico que a integrava, através da apresentação da *Kalendars' Guild* – uma instituição de tipo confraternal que integrava clérigos e leigos –, da análise dos testamentos e do comportamento de testadores e testamenteiros, da reflexão sobre a presença de leigos ao serviço da igreja paroquial, na função de *churchwarden*, da reflexão sobre o papel das mulheres testadoras e das viúvas e, por fim, da análise das doações e fundações de cerimónias e capelas e da ação dos respetivos administradores.

Pelas novidades que introduz, destaca-se a forma como se explora o papel das viúvas, com o estudo de quatro mulheres (falecidas entre 1467-1534), enquanto exemplos da mais profunda devoção paroquial. Deste exame, conclui o grande conhecimento dos leigos sobre o penitencial da sua paróquia e a forma como intervinham, de forma conectada e colaborativa, entre herdeiros, mas também entre diferentes famílias, para o acrescentar. A estes casos, opõem-se, de seguida, os estudos de caso de dois administradores de capelas, que arriscaram a falência das suas fundações, por negligência, mas também por dificuldades financeiras, decorrentes da perda de Bordeaux e da quebra do comércio de vinho. Neste contexto, sobressai a forma como a igreja não abdicou das fundações, mesmo que as suas finanças não fossem viáveis. As circunstâncias do fundador e/ou administrador parecem subsidiárias, face a um bem maior: perder uma capela representava uma calamidade, que mais do que afetar os destinatários do seu serviço puniria toda a paróquia, ao impedir a comemoração que esta vinha acrescentar.

A III parte é dedicada ao estudo da comemoração dos mortos, com destaque para a análise do envolvimento dos paroquianos na fundação de cerimónias e na doação de propriedades, numerário e alfaías litúrgicas, para a sua celebração. Aqui, a análise detalhada da história da Capela de *Halleway* serve o propósito de estudo de caso, para compreender estas “*parish enterprises*”. Na IV parte, por sua vez, destaca-se o papel de clérigos e leigos na administração da igreja e da sua pastoral. Nos finais do século XV, reconhece-se um conjunto de paroquianos bem estabelecidos que serviam a administração de *All Saints*, paralela ou conjuntamente com os sucessivos grupos de *churchwarden*. Já em 1520, o autor descreve-nos uma administração quase empresarial que,

liderada pelos beneficiados e mestres da igreja, assentava na disponibilização de generosos pagamentos individuais dos serviços prestados. Tal situação desempenhou um papel chave na sustentação de um aparato litúrgico mais ambicioso do que o que se poderia esperar de uma paróquia de dimensões modestas, como a estudada. Por fim, a V parte reflete sobre o investimento realizado por esta comunidade na melhoria dos espaços da igreja e aumento do seu tesouro, bem como no enriquecimento do cerimonial e do serviço divino, através de aspetos como as procissões e a música.

Perante uma investigação desta complexidade, destaca-se como nos confronta com a importância das fundações femininas, nomeadamente das viúvas, e daqueles elementos que alternavam entre o mundo laico e eclesiástico, os *churchwarden* – que tanto nos lembram os prebendeiros das nossas igrejas. Embora, no final de cada capítulo, apresente uma conclusão do exposto, no final da obra o autor optou por um texto que sintetiza a história da paróquia e os conteúdos tratados, com a introdução de novas aportações e exemplos. A escolha de um texto mais claro, articulado, integrador de todas as conclusões, anteriormente gizadas, que respondesse às questões que deram mote a este livro teria sido mais útil.

All Saints de Bristol é a protagonista indiscutível de toda a obra. Assim simplesmente identificada, nem sempre se percebe se o autor se refere à igreja, ao colégio eclesiástico ou à paróquia. E esta opção – que poderia ser apontada, por alguma historiografia sobre a Igreja, por tradição mais institucionalista, como geradora de ambiguidade – encerra em si o valor essencial deste estudo e o maior contributo que nos deixa para o futuro. É que não é a igreja que está em causa, nem as suas confrarias, nem as famílias que assumiam o seu padroado ou nela fundavam as capelas, nem a população laica que animava o seu quotidiano e para ele contribuía com importantes valores e recursos, nem a população clerical que a servia. Sob a lente do investigador, encontra-se a entidade que integrava e aglutinava as vontades, necessidades, interesses e investimentos de todos esses elementos, num diálogo complementar e dialético, cerzido pela vivência religiosa coletiva e comunitária, preocupada com a salvação dos vivos e dos mortos. Sob a lente do investigador, encontra-se a paróquia, enquanto comunidade heterogénea e integradora que interessa estudar na sua diversidade e na complexidade das identidades que nela residem.

MARIA AMÉLIA ÁLVARO DE CAMPOS¹

Universidade de Coimbra, CHSC

mcampos@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-3131-7356>

¹ FCT, DL57/2016/CP1370/CT0068; FCT, EXPL/HAR-HIS/0532/2021.

BANG, Peter Fibiger; BAYLY, C. A.; SCHEIDEL, Walter (2021). *The Oxford World History of Empire: Volume Two: The History of Empires*. Oxford: Oxford University Press, 1318 pp., ISBN 978-0-19-753276-8.

O interesse pela história dos fenômenos imperiais não tem esmorecido com o progressivo declínio da *Pax Americana* e o fim, mais do que anunciado, da ordem internacional unipolar, que vigora desde a queda do Muro de Berlim. Ao mesmo tempo, a invasão da Ucrânia pela Rússia está aqui para nos recordar que grandes entidades político-territoriais capazes de extrair e mobilizar recursos a grandes distâncias, de interferir militarmente fora da sua base territorial de origem e de exercer autoridade sobre milhões de pessoas pertencentes a comunidades que são cultural, religiosa e linguisticamente heterogêneas continuam a marcar a atualidade, e estão muito longe de ser um fenômeno do passado.

Com este pano de fundo, um projeto historiográfico de grande folego como é a *Oxford World History of Empire* não poderia ser mais oportuno. Dividido em dois volumes, esta extensíssima obra coletiva que reúne contribuições de mais de meia centena de acadêmicos das mais variadas áreas e especialidades, leva a cabo um aprofundadíssimo estudo dos fenômenos imperiais na longa duração (numa cronologia de cinco mil anos, desde a transição da Idade do Bronze para a do Ferro, até finais do século XX) e numa perspectiva comparativa e global.

Antes de avançar para a recensão do segundo volume propriamente dito, e para que o leitor desta recensão entenda como é que a articulação entre os dois volumes se processa, importa tornar claro o propósito deste projeto editorial e o seu enquadramento teórico-conceitual. Para tal, é necessário dedicar algumas linhas ao primeiro volume.

Ao logo dos quinze capítulos que o compõe, os conceitos chave são definidos (tomando de empréstimo o vocabulário da sociologia histórica e da ciência política) e as coordenadas teóricas são indicadas. Os editores não impuseram um enquadramento teórico de base para tornar as experiências imperiais inteligíveis, dando liberdade aos seus colaboradores para utilizarem, cada um, as teorias e debates académicos que mais lhe conviessem. Por trás desta decisão esteve a convicção dos editores (partilhada por este recenseador) de que os fenômenos de projeção imperial foram e são de tal forma multifacetados, que seria altamente redutor observá-los a partir de apenas uma única perspectiva totalizante e consensual, mesmo que esta opção se tradu-

za na perda de alguma coerência entre as várias contribuições que ambos os volumes reúnem. Por outro lado, é necessário reconhecer que a disparidade de conceitos e de abordagens seguidas nesta obra não é alheia ao facto do próprio campo historiográfico dos estudos imperiais não se ter ainda consolidado, e de ser ainda visto por muitos como uma área de investigação exploratória, e metodologicamente imprecisa.

Este projeto editorial debate-se, portanto, com uma tensão estrutural entre a especificidade e a generalização, ou seja, entre a preocupação de fazer jus à complexidade e ao carácter único e irrepetível das diferentes realidades históricas em análise, e, por outro, a ambição de extrair conclusões mais gerais e abstratas que transcendam espaços e tempos específicos, discernindo, assim, características e dinâmicas imperiais recorrentes na longa duração e à escala global. Fica, também, claro da leitura da obra que os seus editores e os seus colaboradores procuraram descentrar cronológica e geograficamente, ou “provincializar”, como se convencionou na gíria dos historiadores e cientistas sociais, os impérios ultramarinos Europeus dos últimos quinhentos anos, não fazendo deles o modelo através do qual se procura tornar inteligíveis toda e qualquer experiência imperial.

Como as considerações acima deixam antever, o primeiro volume tem uma abordagem mais macro, adotando uma grelha de inquérito que transcende as unidades de análise mais convencionais e estanques, e procurando destriçar as características estruturais e as dinâmicas chave da projeção imperial ao longo da história. Esta abordagem mais teórica orienta-se em torno de quatro eixos temáticos: 1) a monopolização de mercados, a extração de recursos e os custos de produção, ou seja, a relação entre império e capitalismo; 2) o império como um grande empreendimento aristocrático, impulsionado e apropriado por elites sociais e políticas com presença na corte e no centro político; 3) as ideologias imperiais e a formação de identidades; e 4) a competição entre Estados por territórios, pelos seus recursos económicos e pela capacidade de influenciar a vida de comunidades, que invariavelmente se traduziu em rivalidade militar.

Esta abordagem essencialmente teórica contrasta com a do segundo volume, que é inteiramente dedicado a estudos de caso bem demarcados geográfica e cronologicamente. Cada um dos seus quarenta e cinco capítulos coloca a experiência histórica de um certo império à lupa, mas não olha para eles de forma isolada. Todos os capítulos forneceram informações de base sobre o ciclo de vida e trajetória de cada império, localizam-no espacialmente e elucidam relativamente às suas características chave: instituições, estrutura económica, demografia e cultura (pelo menos da corte metropolitana e das

suas elites). Embora nenhum dos autores negue as especificidades e o caráter único e irrepetível dos seus casos de estudo, os impérios em questão são agrupados em *clusters*, de forma a permitir uma análise de conjunto de vários impérios simultaneamente e facilitar as comparações entre formações imperiais de tipologias distintas: a) a antiguidade Euroasiática e a América Pré-colombiana; b) os grandes impérios de ambição universalizante da Eurásia; c) os impérios comerciais e coloniais do Ocidente e a fase pós-colonial, que acabaram por subjugar os antigos impérios agrários da Ásia e engendraram dois séculos de uma ordem mundial liderada pela Europa Ocidental e as suas antigas extensões Norte Americanas. Por sua vez, a caracterização destes impérios também se desdobra noutras tipologias, algumas delas mais convencionais (mas nem por isso menos instrutivas): impérios agrários, impérios nómadas e impérios comerciais.

Da leitura dos vários capítulos da obra é possível identificar alguns padrões de convergência e pontos de contacto entre situações e contextos que à partida teriam muito pouco em comum, e que nunca se cruzaram no espaço e no tempo.

O primeiro a merecer destaque é a précondição para a eclosão dos primeiros impérios, que despontaram durante a Idade do Bronze e Ferro: uma pujante base agrária, casos do Crescente Fértil, e dos vales do Ganges e Yangtze, a que se juntava uma série de centros urbanos, verdadeiros caldos de cultura para o comércio, alfabetização, burocratização, e consolidação de cultura aristocrática. Um segundo elemento a enfatizar são as experiências pioneiras dos impérios Persa-Aqueménia e do fugaz império de Alexandre o Grande, que inauguraram os grandes impérios “universalizantes” Euro-asiáticos, dos séculos que imediatamente antecederam e se seguiram ao ano zero da nossa Era, e que deram o mote para o governo dos Qin e Han, dos Kushanas a partir do Norte da Índia e Afeganistão, dos Partos que ascenderam no anterior centro nevrálgico do Império Aqueménida, e, claro do Império Romano. Com estes impérios ultrapassaram-se pela primeira vez na história as fronteiras do núcleo central original do Próximo e Médio Oriente e foram coladas vastas regiões da Europa e Ásia sob a égide do mesmo soberano supra-territorial.

Os coordenadores da obra e os seus colaboradores consideram que a distinção binária, ainda popular entre os académicos mais generalistas, entre impérios da antiguidade e da pré-modernidade e o colonialismo global dos últimos cinco a três séculos, que tem por base critérios como alcance geográfico, intensidade e velocidade de trocas, não é adequada. No seu entender, tal dicotomia é anacrónica e desajustada, uma vez que ignora os condicionamentos materiais e a disparidade de meios (tecnológicos,

económicos e institucionais) à disposição dos vários impérios. Apesar da exiguidade de meios e dos obstáculos intransponíveis com que se depararam dezenas de impérios ao longo de quatro milénios e meio, muitas das formações imperiais mais recuadas no tempo conseguiram impor o seu jugo durante vários séculos, ou seja, durante períodos bastante mais longos que os impérios mais recentes.

Alguns dos autores encontram diferenças de fundo noutros aspetos. Por exemplo, ao nível da ambição ecuménica e retórica inclusiva dos impérios “universalizantes” Euroasiáticos, que estaria ausente do repertório discursivo e da atuação dos impérios ultramarinos e coloniais. De acordo com vários autores que participaram na obra, os últimos tinham abandonado quaisquer pretensões de colocar toda a “humanidade”, entendida aqui como o “mundo conhecido” numa mesma comunidade de pertença, debaixo da autoridade preeminente de um mesmo governante, e partilhando a fé numa mesma divindade e sistema de crenças que superavam todas as diferenças linguísticas e culturais de base.

Uma das ideias mais interessantes, mas ao mesmo tempo mais problemáticas da obra, é a de que a Reforma Luterana pôs fim à inspiração ecuménica dos impérios euroasiáticos. Uma das implicações desta ideia, é colocar os historiadores perante o problema de saber o que fazer com a experiência imperial das monarquias ibéricas, visto que estas tinham uma clara ambição proselitista e ecuménica (de matriz católica). Ao contrário do que é afirmado na obra, houve pelo menos dois impérios, ditos Europeus coloniais da época moderna, a ter o seu momento “Polibico”¹. Enfatizar uma ideologia ecuménica como uma diferença de fundo entre os impérios Euroasiáticos da antiguidade e a expansão ultramarina e imperialismo colonial Europeu parece-me problemático a diversos níveis, um dos quais é o apresentar o império português e espanhol dos séculos XVI a XVIII como uma relíquia de formas de projeção imperial há muito desaparecidas. Por outro lado, desvaloriza-se a influência que estes tiveram no arranque e constituição de impérios ultramarinos subsequentes, que são habitualmente descritos como sendo mais avançados (económica, institucional e tecnologicamente), casos do Neerlandês ou Britânico.

Outro elemento recorrente na história dos impérios, que transcende geografias e cronologias específicas, é a evidência de que a autoridade imperial se consolida e perdura por meio da negociação com a cooptação de poderes

¹ “In contrast to these latter polities, European colonial empires never enjoyed a Polybian moment where, in ecumenic fashion, they could suspend competition and swallow their neighbours. On the contrary, they were the heirs to the Reformation of the sixteenth century that finally destroyed the ecumenic aspirations, surviving from antiquity, and locked their metropolitan centers into competitive and destabilizing struggle”, p. 245.

fáticos ao nível regional e local (“*compulsory cooperation*”, p. 49), e da reapropriação de instituições locais (que em muitos casos não são substituídas pelo ordenamento jurídico do ocupante). Ou seja, a soberania imperial foi frequentemente policêntrica e tinha invariavelmente uma componente de governação indireta e delegada, que podia ser mais ou menos pronunciada dependendo dos contextos. Tal significava que as elites provinciais retinham uma autonomia significativa para a condução dos destinos das regiões onde estavam implantadas e capacidade de influenciar a implementação das políticas gizadas no centro político. Por outro lado, da leitura de uma miríade de casos de estudo, é possível depreender que não poucas vezes a erosão da autoridade preeminente de uma metrópole é acelerada quando deixa de ser possível alinhar os interesses e harmonizar as aspirações, tantas vezes contrastantes, das elites do centro político (metropolitano) e das províncias. Peter Bang, um dos editores da obra, considera este o “paradoxo duradouro” do imperialismo.

Nesta obra evita-se colocar a discussão em termos de relações binárias, e invariavelmente redutoras, de dominadores e dominados que estavam condenados pela dinâmica da história a uma luta sem tréguas. O indiscutível potencial para o conflito e para dissensão interna no seio dos impérios tem de ser visto como sendo despoletado por condições particulares e específicas, e não como uma inevitabilidade.

Esta leitura dos fenómenos imperiais – como estando assentes na negociação – reflete o entendimento das interações entre súbditos e governantes, e a agência de grupos autóctones nas regiões sob jugo imperial, que se popularizou nos círculos académicos nas décadas de 60 e 70, o período que coincidiu com a ressaca dos processos de descolonização. Nestes anos os historiadores e cientistas sociais foram confrontados com as vicissitudes dos processos políticos nos Estados recém-independentes, que deixaram bem patentes as profundas fraturas internas, às quais o colonialismo não era alheio – muito pelo contrário – mas que a luta pela autodeterminação e o reconhecimento do estatuto de Estado-Nação não haviam solucionado. A renovação historiográfica, em parte resultante do *cultural turn* e do pós-modernismo (duas correntes nas quais este volume não se inspirou, mas às quais seria impossível estar totalmente alheio), trouxe bastante mais nuance e sofisticação à reconstrução da teia de lealdades, identidades, motivações e nos meios de as articular e na sua prossecução entre elites.

Mas enquanto este segundo volume reconhece as dificuldades dos impérios em exercer um controlo musculado a partir do centro político, a dimensão extractivista e coerciva dos poderes imperiais (antes e depois do advento

do colonialismo Europeu) não é de forma alguma minimizada. O potencial desagregador do tecido social das comunidades sob o seu jugo, de destruição de vidas humanas e de ecossistemas não é menosprezado. Mesmo nos casos de impérios que usavam a violência e repressão de forma mais cirúrgica (fosse por convicção ou por incapacidade de levar a cabo campanhas de repressão em larga escala), atos de grande crueldade e brutalidade eram periodicamente levados a cabo com o intuito de aterrorizar e dessa forma dissuadir a resistência e oposição organizada.

A obra dá grande destaque aos grupos intermédios da hierarquia sociopolítica dos impérios, dado que os editores entendem os fenómenos imperiais como assentando na partilha do poder político e do capital económico e simbólico pelas elites regionais. Uma das desvantagens desta abordagem é a menor atenção que acaba por ser prestada aos grupos subalternos e a ausência de visões a “partir de baixo” (*from below*). Talvez mais pudesse ter sido dito sobre a agência dos estratos populares e grupos subalternos que eram governados no quotidiano pelas elites que eram trazidas para o sistema de poder e patrocínio e para o organigrama político-administrativo do império.

Da leitura integral do segundo volume, o leitor pode aspirar a uma visão geral desde as suas mais antigas manifestações até à viragem do segundo milénio após o nascimento de Cristo. Quem não quiser ler o volume na íntegra e não fizer tensões de passar os olhos pelo primeiro volume, está bem servido de sínteses atualizadas que sumariam as principais características, trajetórias e impactos dos impérios que mais lhe interessem, e que são um bom ponto de partida para leituras mais especializadas. Alguns capítulos vão mais longe que outros nas análises que levam a cabo, uns adotando abordagens mais convencionais, ao passo que outros levam a cabo exercícios comparativos bastante estimulantes e que merecem ser aprofundados em projetos de investigação, artigos de revistas científicas e livros futuros. Bons exemplos destas abordagens mais arrojadas são o capítulo dedicado ao Império Romano, por Peter Fibiger Bang, que é analisado “de fora”, a partir das reflexões em torno da instituição do Califado feitas no século XIV por Ibn Caldun, e pelo famoso parlamentar e politólogo conservador do século XVIII, Edmund Burke, sobre as extensões ultramarinas da monarquia britânica. Ou, também o capítulo de Daniel Hedinger e Moritz von Brescius, no qual dois dos poderes do Eixo, o III Reich e o império Japonês são observados numa perspetiva transnacional, comparativa e conectada, que revela como estas duas unidades político-territoriais se inspiraram uma na outra, e com as suas semelhanças e diferenças, mudaram as regras do jogo do imperialismo e do colonialismo na década que antecedeu e durante a II Guerra Mundial.

A título de conclusão, esta obra, e o seu segundo volume em particular, trata-se de um projeto editorial ambicioso, quase enciclopédico, que recorre a uma multiplicidade de teorias e enfoques de análise. Pode dizer-se que a obra encontra a sua coerência e coesão na diversidade e na complementaridade de abordagens e interpretações – até porque há uma linha orientadora de temas e questões que todas as contribuições seguem, mesmo se as premissas teóricas e as apreciações dos autores variem. *Oxford World History of Empire* será extremamente útil para estudantes de mestrado e de doutoramento, que procurem uma síntese atualizada e sugestões de leitura para aprofundar o seu conhecimento sobre alguns destes impérios. Interessará, também, a académicos em fases mais adiantadas da carreira, em particular aqueles que tenham interesse por formas transnacionais e conectadas de escrever História.

EDGAR PEREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

epereira@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8547-6777>

SANTOS PÉREZ, José Manuel; MEGIANI, Ana Paula; RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis (eds) (2020). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Madrid: Sílex Ediciones, 536 pp., ISBN: 978-84-7737-552-4.

Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640) é uma obra coletiva, fruto da colaboração de 18 historiadores, grande parte dos quais vinculados a grupos de pesquisa atuantes no Brasil e Espanha, designadamente: *BRASILHIS: Historia de Brasil y el Mundo Hispánico en perspectiva comparada*, dirigido por José Manuel Santos Pérez, da Universidade de Salamanca; *A Monarquia Hispánica e o império dos Felipes (1580-1640)*, liderado por José Carlos Vilardaga e Rodrigo Bonciani, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Universidade Latinoamericana (UNILA), respetivamente; e *Finisterra_lab*, coordenado por Ana Paula Megiani e Pedro Puntoni, da Universidade de São Paulo (USP).

A questão central deste livro consiste na análise do impacto na América portuguesa da anexação do reino de Portugal e suas conquistas pela Monarquia Hispânica a partir de 1580. Partindo do pressuposto que a União das Coroas Ibéricas foi o precedente mais antigo da globalização e propiciou uma dimensão global ao vasto império Habsburgo, fragmentado e disperso por quatro continentes, a obra elencou como temática geral a circulação e as redes sociais, matéria presente na historiografia sobre os impérios ultramarinos espanhol e português da Época Moderna desde os anos 1990, mas pujante nomeadamente no século XXI.

Cerne da reflexão do livro, o estudo das redes e da circulação implica um enfoque analítico centrado nas interações, movimentos e interdependências que conectavam o reino e os espaços coloniais. Para os editores, não se compreende globalização sem circulação, conexão e formação de redes.

Impulsionada por essa perspectiva, a obra deu ênfase à análise de múltiplas redes políticas, comerciais, missionárias e de comunicação, bem como à circulação de pessoas, mercadorias, crenças e livros, que atravessavam e entrelaçavam os distantes territórios do império espanhol no período filipino, época marcada por forte integração mundial. Perscrutar tais nexos e movimentos provocou o alargamento do horizonte das pesquisas para além dos limites do Estado do Brasil, ponto de partida ou passagem nas investigações. Cruzando fronteiras, vários capítulos atingem a Península Ibérica, a América hispânica e a África, alcançando uma escala atlântica. Tal enquadramento aproxima o livro da abordagem da história global, a qual, superando um nacionalismo

metodológico, situa os fenómenos em contextos globais, no intuito de captar as conexões e intercâmbios que teceram o mundo.

Redigido nas línguas espanhola e portuguesa (os idiomas são intercalados ao longo dos capítulos), o livro é estruturado a partir de cinco eixos temáticos, associados ao tema-chave da circulação e das redes, e composto por 15 artigos, além de um amplo texto inicial – o mais extenso do volume –, de autoria do editor José Manuel Santos Pérez, acerca da circulação entre Brasil, América hispânica e a corte, prelúdio do conteúdo abordado na coletânea.

Após realizar um balanço historiográfico, onde sublinha a importância da temática da circulação no mundo ibérico e os principais autores que dela se ocuparam nos últimos anos – com destaque para Russell-Wood, Sanjay Subrahmanyam, Serge Gruzinski, Bartolomé Yun e Fernando Bouza – Santos Pérez apresenta quatro principais tendências de circulação na América portuguesa: militar, comercial, político-burocrática e missionária. Apresenta ainda a base de dados utilizada por vários autores para estudar tais circuitos, a BRASILHIS. Derivada de projetos de investigação vinculados ao grupo de pesquisa homónimo, abarca fundamentalmente referências documentais de arquivos portugueses, espanhóis, brasileiros, holandeses, franceses e ingleses, além de referências bibliográficas, sendo atualmente o maior repositório mundial de dados sobre o Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640), abrangendo, de acordo com o editor, até janeiro de 2020, mais de 4.100 personagens e 336 viagens relacionadas com o Brasil.

A primeira secção da obra (*Redes y circulación de oficiales y agentes de la administración*), cujo foco incide na atuação dos agentes políticos e militares, é constituída por três capítulos. Neles, são explorados os conflitos de jurisdição e as disputas por poder e prestígio envolvendo o governador da capitania do Rio de Janeiro Rui Vaz Pinto e outras autoridades coloniais; as redes de relações interpessoais do governador-geral do Estado do Brasil D. Diogo Botelho e as medidas que tomou no combate ao contrabando de pau-brasil; a implantação do cargo de sargento-mor no Brasil, conjugada com as ações do sargento-mor Diogo de Campos Moreno nas capitanias desse território.

A segunda parte (*Redes y circulación de comerciantes. Movimientos en el sistema monetario*), também composta por três trabalhos, debruça-se sobre os efeitos da União das Coroas para o regime monetário luso; a interseção dos circuitos comerciais ibéricos no Atlântico, a circulação de negociantes e a intromissão nas relações mercantis de agentes externos à Monarquia Católica; e a participação de cristãos-novos e judeus portugueses no tráfico de escravos para a capitania de Pernambuco.

Dois artigos integram a terceira parte (*Redes misioneras y conexiones afri-*

canas), dedicada aos deslocamentos e interações decorrentes de atividades religiosas. Aqui, aborda-se a circulação transatlântica de mercadorias, indivíduos e ideias, através do estudo de processos inquisitoriais; além da trajetória do olindense José de Pernambuco, missionário capuchinho no reino do Congo, no conturbado contexto da Restauração de Portugal.

A quarta secção (*Redes y circulación desde una perspectiva regional. Entre la localidad y la globalidad*), organizada em cinco textos, é a mais extensa da obra. Nela, examinam-se as guerras de conquista da Paraíba e do Rio Grande, capitanias do Norte do Estado do Brasil, a partir de uma inovadora perspectiva conectada dos episódios, situando-os num amplo contexto dos planos estratégicos da Monarquia Hispânica para a defesa do império no Atlântico sul. Além das relações conflituosas, são também evidenciadas interações culturais relativas às técnicas da guerra, fomentadas pelo contacto entre indígenas tupi e as forças coloniais luso-espanholas.

Há ainda estudos sobre as transformações ocorridas em Salvador após a Jornada dos Vassalos, que expulsou os holandeses da cidade, as trajetórias dos participantes e a repercussão do episódio na Península Ibérica; as práticas ambíguas de Luís Céspedes e Xeria, governador da província do Paraguai, e sua articulação com redes fluminenses e paulistas no Brasil; as conexões e trânsitos da família Sá na América hispânica (Buenos Aires, Paraguai e Tucumã), onde seus vínculos são menos explorados pela historiografia.

A quinta e última parte (*Los desarrollos culturales. Circulación de textos y autores*), constituída por dois capítulos dedicados a aspetos culturais, analisa o *Apologo Dialogal Terceiro A Visita das Fontes*, narração teleológica de D. Francisco Manuel de Melo, que interpreta os factos históricos de Alcazarquivir (1578), Jornada dos Vassalos (1625) e a Restauração (1640); e a *Colecção Mascarenhas*, constituída por 48 tomos, repletos de relatos, narrativas e descrições impressas e manuscritas – conjunto de notícias com amplitude global –, coligidos por Jerónimo Mascarenhas, clérigo português que se transferiu para a corte de Madrid, após a aclamação de D. João IV.

A obra reúne pesquisas originais, fartamente amparadas em fontes primárias – algumas inéditas (são os casos, por exemplo, dos trabalhos de Pablo Magalhães e Lucia Xavier; e Sylvia Brito) –, providas de novas perspectivas de análise para seus objetos de estudo, muitas vezes temas já consagrados, ao encará-los de forma conectada, rastreando relações e movimentos, integrando-os em contextos mais abrangentes e complexos, que transcendem fronteiras territoriais ou linguísticas.

Destarte, a coletânea, superando interpretações nacionalistas, representa um avanço no conhecimento sobre o papel do Brasil na Monarquia Hispânica.

ca e engrossa a recente historiografia sobre o período moderno que, nas duas últimas décadas, tem apostado numa abordagem integrada das monarquias ibéricas.

Da leitura do livro, sobressai, por um lado, um Brasil que, ao longo dos 60 anos de união, elevou sua importância perante a Coroa e experimentou um incremento da sua estrutura administrativa e militar, em razão da sua posição estratégica no Atlântico sul. Crescimento que potencializou o fluxo de oficiais, missionários, comerciantes e bens pelas rotas transatlânticas. Por outro lado, emerge a imagem de um império dinâmico, atravessado por percursos transfronteiriços, interligado por vínculos, intercâmbios e misturas, capazes de conectar os díspares e descontínuos territórios da dilatada monarquia. Vislumbram-se zonas sacudidas por ambiguidades, desobediências e ilicitudes, à margem dos limites legais e preceitos régios. Já o cruzamento de violências, intolerâncias e resistências, todavia, foi explorado em menor grau pela obra.

Embora a Monarquia Hispânica gozasse de dimensão planetária, o enquadramento do livro mirou o mundo Atlântico. Ao incorporar o império português ao conglomerado monárquico espanhol, Filipe II dominou possessões em quatro continentes. Serge Gruzinski, referência teórica da obra, assinalou a importância do “planeta filipino” para a mundialização ou globalização da Idade Moderna em seu livro *Les quatre parties du monde* (2004). Não obstante essa obra seja evocada pelos editores, os quatros continentes não despontam na coletânea. Uma compreensão mais ampla teria sido alcançada, caso a Monarquia Universal fosse considerada para além da Europa, América e África, englobando investigações que incluíssem também a Ásia no eixo de análise, no encaixe de redes e circulações que atingissem “as quatro partes do mundo”.

ISABELA AUGUSTA CARNEIRO BEZERRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

isabela.bezerra@ifpb.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5710-9440>

YUN CASALILLA, Bartolomé (2021). *Os Impérios Ibéricos e a globalização da Europa (séculos XV a XVII)*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 472 pp., ISBN: 9789896446406.

Bartolomé Yun Casalilla é professor catedrático de história moderna na Universidade Pablo de Olavide de Sevilha. Foi professor no Instituto Universitário Europeu de Florença, de 2003 a 2013, onde lecionou História Transnacional e Comparada, um dos seus principais objetos de estudo. Na sua bibliografia destacam-se as obras *The Rise of Fiscal States. A Global History* (2012); *Global Goods and the Spanish Empire, 1492-1824* (2014).

Este trabalho apresenta-se como um estudo comparativo em torno dos dois impérios ibéricos, Portugal e Espanha numa cronologia compreendida entre os séculos XV a XVII, durante a qual, a partir de 1580, Portugal e Espanha vão ter o mesmo rei, tornando-se um dos maiores impérios compósitos da história. O estudo é realizado em comparação com a realidade europeia e extraeuropeia, inserindo os dois impérios numa macro comparação com o intuito de responder à questão fundamental desta investigação – eram Portugal e Espanha economias semiperiféricas?

Este livro tem por base um outro do mesmo autor: *Iberian World Empires and the Globalization of Europe, 1415-1668*, publicado em 2019, ao qual o historiador espanhol acrescenta a história do império português ao *mosaico ibérico* (p. 9) anteriormente estudado.

Os oito capítulos que compõem a obra estão repartidos em três partes: “Os povos ibéricos e a globalização”, “Monarquias compósitas e instituições” e “Impérios compósitos e globalização”.

A primeira parte é dividida por três capítulos onde o historiador procurou fazer a arqueologia do expansionismo ibérico sem recorrer à noção de que tivesse ocorrido um excecionalismo histórico. No primeiro capítulo aponta a expansão que as elites europeias procuravam e de que formas afetavam as redes sociais, procurando ainda compreender como os processos transculturais que existiram na Península Ibérica com a convivência de muçulmanos, judeus e cristãos permitiram um desenvolvimento nos conhecimentos que proporcionaram condições para a empreitada das descobertas.

No segundo capítulo, Bartolomé Yun Casalilla aborda a questão do impacto da destruição dos ecossistemas, que levaram a uma quebra demográfica bastante significativa dos povos conquistados no continente americano. Neste capítulo, o autor aborda ainda, de forma breve, o papel dos portugueses na Ásia, região com muitos polos de globalização económica.

No terceiro capítulo desmistifica a historiografia que considerava as economias ibéricas como semiperiféricas, destacando os avanços importantes propiciados pelos povos ibéricos e a evolução demográfica nos centros urbanos, que conheceram algum crescimento motivado por migrações além dos novos direitos de propriedade.

Na segunda parte, igualmente dividida por três capítulos, o autor enquadra as monarquias compósitas e as várias instituições modernas no amplo quadro da globalização. No capítulo quatro, o autor foca a formação do império dos Habsburgo disperso pela Europa Central e Ocidental, constituindo uma das maiores monarquias compósitas na História, resultando que nele existiam tensões militares e sociais provocadas, sobretudo, pelos conflitos religiosos e com o Império Otomano. Este era um dos principais inimigos da cristandade, e constituía um problema nos contactos económicos no continente asiático e na região do Mediterrâneo.

No capítulo cinco, Yun Casalilla começa por desconstruir os estereótipos das economias ibéricas com a comparação de outras realidades europeias. Neste capítulo apresenta um breve estudo sobre instituições da época como os senhorios e os municípios, que afetavam diretamente o comércio. A formação de advogados e juristas associada à compilação de normas jurídicas criaria uma variedade de atores que exerciam direito, como os tribunais do rei, os tribunais eclesiásticos e os consolados mercantis, que tinham mecanismos próprios de justiça. O autor destaca ainda a influência exercida pela corte nas decisões do reino e explica de que forma as relações familiares e clientelares criaram vínculos informais de influência social.

No capítulo seis examina-se a importância da religião na estabilidade política, na economia e na amortização das tensões das elites; os impactos da Reforma Protestante e os conflitos religiosos que daí resultaram, com a resposta da Igreja no Concílio de Trento (1545-1563) – a Contrarreforma.

A presença de redes mercantis, a aceleração de processos migratórios para as colónias, a difusão crescente da imprensa e a revolução da indústria náutica facilitaram a circulação de informações e conhecimentos a uma maior velocidade, tornando-se *agentes de globalização e integração*.

A exportação dos produtos americanos, asiáticos e africanos resultaria numa crescente integração económica internacional que desencadearia a concorrência entre os países europeus. A procura de produtos de luxo e militar resultaria numa rápida reação positiva das indústrias urbanas, de que uma das consequências foi um aumento da população.

Os dois capítulos seguintes integram a terceira parte, intitulada “Impérios compósitos e globalização”. Aí se examina o sistema complexo que se criou

com a união das coroas ibéricas, a sua relação com o processo de globalização e os motivos que levaram à sua rutura em 1640.

No capítulo sete, o autor explica a união das coroas ibéricas, os seus pontos de ligação e os de independência de Portugal face a Espanha. Neste capítulo, explora as relações de indivíduos entre continentes e as dificuldades nas comunicações, dando exemplos de emigrantes que, através de cartas, exprimiam o sentimento de isolamento de respostas que podiam demorar mais de um ano a chegar (p. 302). Aborda ainda os circuitos regionais de comércio nos vários continentes, bem como a pressão crescente de outras potências, europeias e extraeuropeias, nas rotas portuguesas. Na primeira metade do século XVII os holandeses conseguiram tornar-se na maior potência europeia na Ásia. A partir de 1630 as investidas inglesas e holandesas não parariam de aumentar.

No capítulo 8, exploram-se as razões que levaram à rutura do império composto, posto à prova pela guerra e com a pressão crescente da Inglaterra e da Holanda nas colónias Luso-espanholas. Yun Casalilla explica que, as tensões das elites urbanas e da alta nobreza escalaram de intensidade com a criação da União das Armas, provocando crises na Catalunha e nas colónias americanas, levando à restauração da autonomia política plena de Portugal.

O autor termina a obra com um epílogo intitulado “Impérios falhados?”. Esta pergunta, um pouco provocadora, vai ao encontro do objetivo inicial deste livro que é contestar os comentários negativos de que ambos os impérios foram alvo por vários historiadores.

Ao longo da obra, o autor procurou enquadrar os sistemas imperiais ibéricos e a sociedade numa perspetiva mais ampla e comparada com outros reinos europeus e transcontinentais, revelando a diversidade de escalas desses impérios e os impactos globais económicos, sociais, religiosos, militares que tiveram nas sociedades ibéricas.

Usando abordagens caras à história global, incluindo a história comparada, Yun Casalilla confronta os dois impérios ibéricos, situando-os com precisão dentro dos contextos sistémicos em que um e outro se relacionaram e nos quais responderam de diferentes formas.

Sebastian Conrad, no seu livro *O que é a história global?* (2019), apresenta como vantagens da história comparada pôr em prática estratégias de investigação com perguntas e problemáticas que permitem ir além dos casos específicos, e estudar as redes, trocas e conexões a uma escala global.

Este tipo de produção historiográfica também apresenta alguns problemas, como por exemplo homogeneizar os casos em análise. Nesta obra, Bartolomé Yun Casalilla parece ter em atenção os alertas de Conrad. Apesar

de terem existido casos em que as realidades ibéricas estavam “homogeneizadas”, isto era fruto da realidade económico-social que, à época as mesmas atravessavam. No capítulo 8 Yun Casalilla apresenta vários exemplos em que essa homogeneidade deixa de existir (p. 386).

Nesta obra os reinos ibéricos são apresentados numa macro comparação extraeuropeia, salientando-se as diferenças e semelhanças com outras nações europeias sem cair em perspetivas revisionistas.

Apesar de o livro ter uma tónica sobretudo na Europa, e sobre o impacto das sociedades europeias nos outros continentes, Bartolomé Yun Casalilla descarta a interpretação de ser uma perspetiva eurocêntrica (p. 306), ao colocar múltiplas vezes a sua perspetiva sobre as colónias americanas, sobre as rotas internas asiáticas, africanas e americanas e sobre a importância escassa do mercado europeu no comércio asiático (p. 320-321).

Outro dos pontos a destacar é o papel que Yun Casalilla dá à história ambiental e dos ecossistemas e os seus impactos sociais e económicos (p. 72; p. 383; p. 391). Num mundo em que as questões ambientais são prementes, cabe também aos historiadores explicarem como se chegou à situação que hoje se vive.

O livro, como já foi dito, utilizando a história comparada, visou desmistificar o estereótipo segundo o qual as economias ibéricas eram atrasadas. As qualidades científicas da obra não ficam em questão. É notória a preocupação em explanar o tema através de uma argumentação cuidada e fundamentada com recurso a bibliografia relevante para o estudo desta temática.

Apesar de ter uma linguagem acessível para um público geral, os leitores devem ter alguns conhecimentos prévios em economia da época moderna. Poderia, por isso, ser útil um glossário para facilitar a compreensão de alguns conceitos. Mas decerto que se trata de uma obra que servirá de referência para qualquer modernista que se dedique à história económica dos impérios ibéricos.

LUÍS CLAUDINO

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

luismiguelclaudino@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8909-4394>

VERGAMOTA, João Alberto Simão (2021). *A nomeação e o sustento do clero paroquial em Portugal antes e durante a monarquia constitucional (1820-1910)*. Madrid: Ediciones Universidad San Dámaso, 438 pp., ISBN: 978-84-17561-39-0.

A nomeação e o sustento do clero paroquial em Portugal antes e durante a monarquia constitucional (1820-1910), resulta da dissertação que João Alberto Simão Amaral Vergamota, atual diretor do Instituto Superior de Direito Canónico da Universidade Católica de Lisboa, apresentou para a obtenção do grau de Doutor em Direito Canónico na Faculdade de Direito Canónico da Universidad Eclesiástica de San Dámaso em Madrid no ano de 2020.

Em boa hora o autor escolheu esta temática, pois não abundam em Portugal estudos abrangentes sobre o clero paroquial, embora a disciplina da História tenha produzido algumas dissertações sobre esta matéria (PARENTE 2002; GOMES 2012; COSTA 2013; PINTO 2017) e no âmbito dos estudos de direito canónico existe a tese de doutoramento de Mário Rui de Oliveira (2006), com uma abrangente contextualização histórico/teológica sobre a sustentação dos presbíteros da Igreja.

João Vergamota divide a introdução da sua dissertação em três partes. Na primeira expõe a temática que vai abordar e justifica o seu interesse científico. Na segunda expõe as linhas gerais em que a mesma está estruturada e apresenta a bibliografia fundamental. Na terceira evidencia as opções metodológicas ao delimitar a temática abordada. De forma clara delimita o objeto de estudo apenas ao clero paroquial de Portugal continental e ilhas (Madeira e Açores), tendo como balizas temporais o século anterior ao estabelecimento das Cortes Constituintes (1820) e a implantação da República (1910).

O texto desta dissertação organiza-se em cinco capítulos, onde em linhas gerais o autor procura explanar as nomenclaturas da nomeação e sustento do clero paroquial em Portugal durante o liberalismo, respondendo a três questões: *como era antes da monarquia constitucional; que alterações sofreram com a revolução liberal de 1820 e a consequente instalação da monarquia constitucional, e como se efetivaram até à instauração da república em 1910.*

O primeiro capítulo apresenta-se como *um pórtico de entrada que nos permita possuir as ferramentas necessárias para abordar o tema* (p. 3). Tendo por base o ordenamento canónico (decretais, concílios, diplomas papais) e textos de alguns dos canonistas e tratadistas mais célebres (Cabedo, Osorio, Barbosa, Ferraris, Bouis, Wernz, Aguirre, Walter ou Thomassin), o autor expõe as máximas básicas e universais da Igreja Católica sobre os meios de nomea-

ção, escolha e apresentação do clero paroquial e os recursos usados para a sua sustentação. Destaca numa longa evolução histórica enquanto instituições de direito canónico desde as origens até ao seu funcionamento pleno depois das reformas do Concílio de Trento (1545-63), conceitos como a paróquia e os seus párocos (variada hierarquia entre ambos), benefícios eclesiásticos, sistema benéfico, direito de padroado e o direito de apresentação (nomeação, concurso, reserva), dízimos e sua distribuição, oblações, direitos de estola e de pé de altar (sustentação).

O segundo capítulo aborda as questões da nomeação do clero em Portugal durante o século XVIII até à Revolução Liberal de 1820. No primeiro ponto, o autor parte da receção e aplicação em Portugal das determinações canónicas sobre o assunto saídas do Concílio de Trento, e da análise dos sínodos e constituições sinodais diocesanas. No segundo expõe as diversas semânticas do clero paroquial (a sua hierarquia), as condições, formas e meios para assumir um benefício curado e os vários intervenientes que dispunham jurisdição canónica para fazer as nomeações. No terceiro ponto aborda a questão do padroado em Portugal, em particular o padroado Real, a sua jurisdição e os casos mais específicos da nomeação paroquial nas ilhas (via Mesa da Consciência e Ordens).

Já o terceiro capítulo, balizado pelo mesmo espaço geográfico e temporal, ocupa-se da sustentação do clero paroquial. João Vergamota começa por distinguir os párocos de benefício (com acesso pleno aos bens do benefício paroquial) e os párocos de cõgrua (assalariados), expondo a desigualdade de rendimento entre ambos e os abusos simoníacos sobre os benefícios paroquiais tutelados pelas constituições sinodais diocesanas e legislação régia. Aborda depois as três fontes e os meios de rendimento que provinham para a sustentação do clero: os bens próprios paroquiais, os dízimos, as primícias (recolha e distribuição), as oblações e o pé de altar, sem esquecer as fontes de rendimento que estavam interditas aos párocos. Por fim, discorre sobre a preservação do património eclesiástico e os casos abusivos do seu alheamento e usurpação.

Se as bases e as fontes do segundo e terceiro capítulos são fundamentadas *principalmente através da consulta das Constituições Sinodais de várias dioceses e de várias coleções de legislação régia*, já o estudo do capítulo quarto e quinto é *feito sobretudo com base na legislação então promulgada, nas discussões havidas na Câmara dos Pares e na Câmara dos Deputados, e na correspondência consultada (principalmente no Arquivo Apostólico do Vaticano)*.

No primeiro ponto do capítulo quarto, João Vergamota faz uma breve contextualização histórica do ambiente político/religioso que se inicia no

ano de 1820, que marca o fim da monarquia absolutista e o início de uma monarquia constitucional/liberal até ao ano de 1910. O segundo ponto expõe todos os mecanismos de nomeação do clero paroquial (párocos colados e encomendados) seguindo a diversa legislação constitucional, assumindo a coroa a quase totalidade da sua apresentação. Para finalizar o terceiro ponto, retrata as novas realidades e funções dos párocos enquanto funcionários do estado e a questão dos egressos com a extinção das ordens religiosas e a sua integração nos serviços paroquiais.

O quinto e último capítulo aborda a segunda temática da dissertação: o sustento do clero paroquial de 1820 a 1910. Num primeiro ponto são apresentadas as diversas leis promulgadas pelo regime constitucional, que marcam o início de uma nova realidade, desde a extinção dos dízimos em 1832, lei das cômgruas em 1838, até à lei das pensões de 1890, passando novamente pelo problema dos egressos e a desamortização das paróquias. As dificuldades na aplicação destas leis e a necessidade de ser encontrada uma solução para a situação precária em que o clero vivia face à nova realidade é tratada no segundo ponto. Para finalizar, João Vergamota descreve as ações de protesto levadas a cabo por parte da hierarquia católica e as iniciativas de entreajuda por parte do clero paroquial.

Na conclusão o autor traça em linhas gerais o resultado de cada um dos capítulos: 1º os traços evolutivos do clero paroquial, da paróquia e do benefício paroquial até Trento; 2º a aplicação das diretrizes de Trento com base na legislação canónico diocesana (sínodos e constituições); a normalização das nomeações pela apresentação dos detentores do direito de padroado ou reserva pontifícia (concurso e exame); e os meios de sustento do clero paroquial, concluindo que o período pós-Trento segue as normas anteriores, tendo por base a recolha e repartição dos dízimos, primícias e direitos de pé de altar e estola, havendo uma clara desigualdade entre os párocos detentores plenos do benefício e os vigários paroquiais (meros assalariados que recebiam uma cômgrua anual); 3º os impactos das reformas regalistas da monarquia liberal, que criaram uma quase total dependência do clero para com o Estado, passando este a dispor da quase totalidade da sua nomeação e o seu sustento da liberalidade dos paroquianos, de quem dependiam pelo pagamento da cômgrua.

A experiência negativa de sujeição e interferência do Estado, vivida pela Igreja portuguesa durante o período da monarquia liberal, serviu para que a Igreja no período da 1ª República lutasse pela liberdade de escolha dos seus ministros paroquiais (que passaram para as mãos dos bispos diocesanos) e a da independência económica.

Se a questão da nomeação do clero paroquial já está resolvida na atualidade, a da sustentação ainda não, pelo que, esta dissertação é um bom ponto de partida para alguma reflexão que a Igreja portuguesa do século XXI possa vir a fazer sobre a subsistência daqueles que anunciam o Evangelho.

Por fim, algumas notas críticas. Ao leitor poderá ficar a sensação que o autor podia ter ilustrado melhor o funcionamento das duas temáticas abordadas (nomeação e sustentação) com mais exemplos práticos que ajudassem a entender a distinção entre os párocos de benefício (abades e priores) e os párocos congruados (reitores, vigários, curas e coadjutores), os elos que existiam entre eles e a dependência para com os detentores do direito de padroado. Trata-se de um exercício possível de executar através dos fundos arquivísticos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente os relativos ao Desembargo do Paço, à Mesa da Consciência e Ordens e ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça.

Uma futura edição do texto poderá também beneficiar da adição de algumas referências bibliográficas importantes, clássicas e mais recentes, abrindo o estudo a outros contributos historiográficos existentes neste campo de estudos (OLIVEIRA 1950; COSTA 1997; NETO 1998; PAIVA 2016).

Bibliografia

- COSTA, Avelino de Jesus da (1997). *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- COSTA, Bruno Abreu da (2013). *O Estado Eclesiástico na Madeira: o provimento de benefícios (séculos XV-XVII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra [dissertação de mestrado].
- GOMES, Eduardo Miguel Macedo (2012). *A administração local na monarquia constitucional: o papel da freguesia e do pároco (1834-1910)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais [dissertação de mestrado].
- NETO, Vitor (1998). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal: 1832-1911*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, Mário Rui de (2006). *O Direito a viver do Evangelho. Estudo jurídico-teológico sobre a Sustentação do Clero*. Tesi Gregoriana, Série Diritto Canonico 71. Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana.
- OLIVEIRA, Miguel de (1950). *As Paróquias Rurais Portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.

- PAIVA, José Pedro (dir.) (2016). *História da Diocese de Viseu*. III Vols. Viseu: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra.
- PARENTE, Eduardo (2002). *O benefício paroquial no Antigo Regime*. Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras, [dissertação de mestrado].
- PINTO, Sérgio Ribeiro (2017). *Servidores de Deus e funcionários de César: o clero paroquial da Monarquia à República (1882-1917)*. Maia: Cosmorama Edições.

LUCIANO AUGUSTO DOS SANTOS MOREIRA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

lucrdp@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1298-4065>

MORAIS, Sandra Fernandes (2021). *Cadernos da Casa do Outeiro. Um receituário senhorial de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Município de Paredes de Coura, FICTA EDITORA, 132 pp., ISBN: 978-989-9971-47-9.

Nos últimos anos tem crescido, de modo muito significativo, o interesse pelo estudo da alimentação, a qual ocupa um lugar destacado tanto na agenda política do nosso país, como nas agendas globais. No campo da história propriamente dita, uma extensa historiografia tem posto em evidência a sua importância económica, social, política, científica e patrimonial tanto nas sociedades do passado como nas atuais e tem outorgado relevância à produção alimentar, às investigações sobre as dietas e a nutrição, bem como às políticas alimentares como instrumentos de ação política e de estratégias sociais, para além, naturalmente, dos seus impactos no desenvolvimento e na valorização do turismo.

Trata-se de um movimento que se afigura poder atribuir-se ao reconhecimento da dimensão cultural e patrimonial da alimentação mas que é também resultante da progressiva tomada de consciência dos perigos que a ameaçam: a uniformização das produções e dos gostos, os consumos massificados, as perdas de saberes-fazeres artesanais, as normas regulamentadoras excessivamente rígidas, a ausência de transmissão de práticas e técnicas antigas, entre outros aspetos. Também nos últimos anos, sob o impulso de diretivas internacionais, como é o caso das emanadas pela UNESCO, em estreita articulação com instituições nacionais ou locais, inclusive autarquias, se tem investido nos inventários gastronómicos ou na recuperação de receitas, tradições, produtos ou plantas não convencionais que a massificação ou os modismos dos consumos secundarizaram, remetendo-os para o limbo do esquecimento.

O livro intitulado *Cadernos da Casa do Outeiro. Um receituário senhorial de Paredes de Coura*, de Sandra Fernandes Moraes, visa precisamente sensibilizar, senão mesmo dar vida a um património esquecido, tanto pela via da preservação, como da valorização cultural e científica, permitindo um encontro privilegiado com a cultura e a história de Paredes de Coura. Na origem deste livro estão circunstâncias fortuitas. Com efeito, o pretexto quase literário que inicia o fio condutor da narrativa foi a descoberta, na velha Casa do Outeiro, em Agualonga, de três caderninhos de receitas de culinária atribuíveis ao século XIX e aos inícios do século XX. A datação apontada corresponde a um período em que Paredes de Coura era conhecida, a nível nacional e internacional, pela produção de laticínios de alta qualidade (sobretudo manteiga e

queijo). O editor Paul Plantier refere-a, em 1894, na obra *O Cozinheiro Indispensável. Repositorio dos melhores processos de preparar as mais saborosas iguarias e Guia Prático dos Enfermos Pobres, dos Doentes Ricos e dos Convalescentes Remediados* (Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, p. 33) e, já no século XX, em pleno Estado Novo, Albino Forjaz de Sampaio, na 1ª carta gastronómica de Portugal intitulada *Le Portugal gastronomique*, apresentada em Paris, na Exposição Internacional de 1937 (ANTT, Arquivo Salazar), referencia a manteiga como uma especialidade da região Norte do país, acima do rio Douro, área geográfica que qualifica como “*grenier de bonnes choses*”, ou seja, o “celeiro das coisas boas”.

É, pois, precisamente, no coração desse “reduto das coisas boas” que Sandra Fernandes Moraes situa a sua obra, convidando-nos, pela via da escrita, a visitar a casa de Agualonga que descreve com pormenor. Conta a história do solar setecentista, da família que o habitou – os senhores da casa de Antas, proprietários de ascendência nobre, cujo percurso acompanha até à última descendente, nos anos Vinte do século XX. Já no interior da habitação, vai descrevendo os vários cómodos, detendo-se com pormenor na cozinha ou entrando na copa para nos mostrar os armários embutidos na parede. Finalmente, entra na sala de jantar e vai elencando os múltiplos pratos da culinária familiar, ao mesmo tempo que desvenda os segredos dos caderninhos de receitas.

A fonte que serviu de base a este livro é, pois, constituída por três cadernos de receitas. De um modo geral, este tipo de documento é comum, na atualidade, em todas as casas sob múltiplas formas desde colagens de recortes de revistas ou de jornais, a sebatas ou caderninhos escritos à mão. Já nos séculos anteriores eram menos comuns, dados os condicionalismos da alfabetização feminina, bastante restrita em termos sociais. Trata-se de um género de escrita, feminino, privado, doméstico, muitas vezes familiar e partilhado a várias mãos, sendo produto de uma sociabilidade intensa, tanto por via da correspondência, como das visitas, como era comum nos estratos sociais superiores, já que era habitual a troca de receitas de culinária. Geralmente nos cadernos não havia a identificação da sua autora. Porém, esse anonimato adequa-se à forma como a mulher era encarada no século XIX, estando a descrição, o silêncio e o pudor na base dos comportamentos de uma mulher conveniente, ou seja, como então se dizia, uma mulher “*comme il faut*”. Um silêncio de pesadas consequências que a ocultava do olhar dos outros, ou até, na atualidade, do olhar dos historiadores.

Culinária de papel foi a designação atribuída a esse tipo de escritos, por Laura Gomes e Lúcia Barbosa nos seus estudos sobre o assunto (2004), cha-

mando as autoras a atenção para a importância desses registros que constituem uma fonte de informação preciosíssima sobre a cozinha, *in lactu sensu*, praticada por determinados segmentos sociais, coligindo receitas velhas e novas, algumas muito experimentadas e que a escrita fixou no tempo até que novas gerações delas se reapropriem. Os cadernos esclarecem sobre os ingredientes ou os géneros consumidos, sobre os utensílios e as técnicas adotadas, sobre os saberes-fazer das suas utilizadoras ou até sobre a sua intervenção na gestão doméstica.

Questionar o conteúdo destes escritos é entrar nos patrimónios culinários familiares. É precisamente isso que faz Sandra Fernandes Morais nesta obra. Entremos, pois, no miolo do livro... O volume com um total de 132 páginas está dividido em três partes, antecedido por uma introdução, por umas palavras do Presidente da Câmara de Paredes de Coura, principal patrocinadora da obra, e pelo meu breve prefácio. Completa-o a equivalência dos pesos e das medidas utilizados, já que as quantidades eram geralmente expressas em medidas caídas em desuso (arráteis, quartilhos, libras, entre outras). Inclui também a resenha da árvore genealógica da família dos Antas de Paredes de Coura, as fontes e a bibliografia consultadas e, finalmente, as receitas dos três cadernos. As receitas são apresentadas de uma forma cronologicamente sequencial, das do livro mais antigo para o mais recente, num total de 138 preparações culinárias. Se nos dois primeiros pontos procede à descrição da casa e à identificação dos seus proprietários, como atrás foi mencionado, na terceira parte debruça-se, em profundidade, sobre os receituários dos cadernos encontrados, também eles femininos e anónimos, a exemplo de tantos outros. Começa por questionar a sua autoria e datação, sugerindo, a partir das marcas de água dos papéis, das caligrafias e da evolução dos receituários, uma periodização que se estende de meados do século XIX aos inícios do século XX, um período de cerca de 70 anos. Essa cronologia permite colocar a hipótese de as autoras dos manuscritos, em particular do segundo e do terceiro, serem as filhas do Visconde de Peso de Melgaço, Júlio César de Castro Sousa de Menezes Abreu, em especial Júlia Albertina de Castro Sousa Menezes Abreu Dantas, nascida em 1881 e a quem, como esclarece Sandra Morais, “era reconhecido o gosto refinado pela gastronomia” (p. 31). Trata-se, por conseguinte, de uma família da elite local, que se presume abastada, e que teria provavelmente uma mesa farta e variada. Os seus cadernos registam receitas de “doçaria, sopas, pratos de peixe, carne, marisco, conservas, charcutaria, mas também de remédios e de preparações cosméticas”, a exemplo de “tinta para escrever”, de “remedio para a toce” ou de “água para tirar as sardas” (p. 35).

Um receituário heterogéneo mas que fazia parte da cartilha dos conheci-

mentos práticos das mulheres e da boa dona de casa, cruzando-se a alimentação com a medicina. Ao tempo, as cozinhas eram entendidas como uma espécie de laboratório onde, a par da comida, também se produziam remédios caseiros e soluções cosméticas. A cozinha da família Antas não parece ter fugido à regra... Nesta parte do livro, a autora leva-nos para a cozinha para espreitarmos ora a preparação dos pratos, ora para destaparmos panelas e nos inebriar com os múltiplos odores: ora nos chama para vermos fazer geleia de pés de vitela ou conserva de ostras, ora para entrarmos nos detalhes da confeção do massapão, dos canudos para vinho fino, das carícias de dama ou das talhadas do paraíso, entre tantas e tantas outras iguarias. Mostra como os receituários se vão modificando ao longo do tempo, predominando a doçaria nos dois mais antigos, enquanto, no último, dominam os pratos de carne, peixe e marisco, bem como de ovos e legumes. De qualquer modo, são os doces, expressivos “de sentimentos e de afetos” como nos esclarece, os principais protagonistas dos cadernos, arrecadando mais de metade das receitas. Reveladoras das diferentes épocas a que se reportam, as receitas refletem a passagem de gostos e de sabores da época moderna para a contemporaneidade. Se no 1º caderno, de cerca de 1850, predominam os doces à base de frutas – o marmelo, a ginja, a pera, o damasco, com que se faziam as peradas, as floradas, as marmeladas de sumos... – característicos da gulosa e açucarada culinária do século XVIII, no início do século XX são os pudins que ganham a primazia, diversificando-se os sabores com recurso a produtos coloniais, sobretudo brasileiros – o coco e a mandioca, entre outros. Trata-se de uma miscigenação culinária que será, provavelmente, fruto da partilha de receitas, no quadro da sociabilidade das senhoras da casa, com brasileiros de torna-viagem, já que o Brasil estava intimamente ligado ao Alto Minho oitocentista pela via da emigração. Já no terceiro caderno é perceptível a influência da culinária francesa, considerada, ao tempo, sofisticada e de alto nível, a exemplo da “ótima” receita de “pescada *au gratin*” ou do “pudim à Lamartine”. Continuando a destapar panelas, metaforicamente falando, Sandra Fernandes Moraes faz-nos descobrir os temperos, as ervas do quintal e os ingredientes empregues, as práticas e os utensílios utilizados enquanto vai transmitindo informações sobre as medidas e os tempos de cozedura, algumas bem diferentes dos nossos dias ou então que permanecem na oralidade: “uma nozinha”, “uma pouca de” ou então a fervura deve ser “pelo tempo de um credo”, aproximadamente um minuto e meio...

Trata-se de um livro de leitura agradável, tendo a autora seguido um esquema atrativo, numa edição comercial apelativa. Também constitui uma certa forma de homenagem a Paredes de Coura. Na Europa das regiões da

atualidade, tem cada vez mais sentido o investimento na história local e regional. Assim o parece ter compreendido a Câmara Municipal da localidade ao apoiar a publicação, o que reflete a importância atribuída à cultura e, muito em especial, à história do concelho.

Bibliografia

GOMES, Laura Graziela e BARBOSA, Livia (2004). “Culinária de Papel”. *Estudos Históricos* 33, Jan.-Junho, 3-23.

IRENE VAQUINHAS

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

irenemcv@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0003-1889-165X>

LÉONARD, Yves & BOURDON, Albert-Alain (2019). *Histoire du Portugal*. Paris: Chandeigne, 278 pp., ISBN: 978-2-36732-182-0.

Yves Léonard, lusitaniste depuis près de trois décennies (1994, 1996, 2016), est loin d'avoir dit son dernier mot. Spécialisé en histoire du salarisme, comme sa thèse de doctorat soutenue en 2011 l'illustre, il remonte ici aux tout débuts de l'histoire du Portugal. Ce compendium diachronique peut se targuer d'avoir un nombre relativement limité de concurrents. Pierre Marie (2018: 225), post-doctorant à l'Université de Coïmbre, souligne d'ailleurs le manque de publications en langue française ayant trait à l'histoire portugaise. La bibliographie indicative en fin d'ouvrage permettra d'apprécier d'autres manuels similaires. Celui de Jean-François Labourdette qui date déjà de l'an 2000 est certainement l'un des plus reconnaissables en bibliothèque. Cela est dû à son grand format et son dos vert foncé sur lequel est écrit en lettres majuscules le titre.

Revenons-en à l'ouvrage présent. La quatrième de couverture qui reprend le début de l'introduction accentue un point particulier de l'histoire portugaise. Il s'agit du paradoxe. Comme la première des trois parties l'illustre, le Finistère de l'Europe comme est parfois surnommé le pays, est la première nation européenne unifiée. La troisième et dernière partie révèle cette longueur d'avance à d'autres niveaux: dès 1836, la gratuité de l'école fut décrétée et la même année fut aboli l'esclavage. En 1979-1980, une femme a pour la première fois accédé à la fonction de Première Ministre: Maria de Lurdes Pintasilgo. Plus récemment, dès l'an 2000, plusieurs stupéfiants (légers comme la cannabis mais aussi durs comme l'héroïne et la cocaïne) ont été dépénalisés. Parallèlement, le «pays où la terre finit et la mer commence», Camões *dixit*, s'est montré arriéré dans plusieurs domaines. Il a fallu attendre 2007 pour qu'y soit légalisé l'avortement à l'issue de deux référendums.

La lecture ne serait-ce que partielle du compendium permet d'apprendre des pans de l'histoire largement ignorés d'un public français. Si le Maroc a été un protectorat français, on oublie généralement qu'il a été colonisé par les Portugaises cinq siècles plus tôt. Une carte (p. 54) nous présente acribiquement la présence portugaise dans le pays maghrébin le plus occidental. Assez logiquement, elle s'étendit principalement le long de la côte Atlantique depuis Ceuta jusqu'à Agadir en bordure du royaume des Wattassides, de la vice-royauté de Debdou et de la principauté des Saadiens. La colonisation africaine alla plus bas, en grande partie sous la houlette d'Henri «le Navigateur». Saint-Georges-de-la-Mine, dorénavant au Ghana, s'est révélé un point d'entrée vers les ri-

chesses du Soudan. On reprochera aux cartes (pp. 57, 61) leur statisme et leur manque de légendes pour expliquer la progression lusophone. Et elles adoptent le français pour certains géonymes et le portugais pour d'autres. Braga, aussi splendide soit-elle aux yeux des Portugaises, reste inconnue d'une partie importante des francophones. Cette cité mérite l'attention à deux égards. Ce fut près de deux siècles durant la capitale des Suèves, peuple concomitant des Wisigoths lesquels absorbèrent ensuite le territoire de leurs adversaires. C'est là aussi que le 28 mai 1926 éclata le coup d'État initiant l'*Estado Novo*. Autre passage instructif: celui sur les débats politiques, houleux, entre septembristes et charlistes au XIX^e siècle, source de rotativisme.

D'autres points déjà connus mériteraient d'être plus reliés au présent par des encarts. C'est le cas de l'esclavage qui a impacté cinq millions de victimes au total. En effet, si la fin du livre retrace les polémiques mémorielles autour de Salazar - en l'occurrence d'un Centre d'interprétation de l'*Estado Novo* -, ce n'est pas le cas pour bon nombre d'événements historiques. Ainsi en est-il de Saldanha et du marquis de Pombal. Mentionner la station de métro et la place lisboètes faciliteraient la mémorisation. La mise en gras des faits essentiels permettrait quant à elle de contrer la trop grande densité de l'ouvrage. À noter: chacun des treize chapitres se termine par une image synthétisant le texte. Avant la bibliographie indicative se trouvent par ailleurs seize pages de repères chronologiques.

Références bibliographiques

- LABOURDETTE, Jean-François (2000). *Histoire du Portugal*. Paris: Fayard.
- LÉONARD, Yves (2016). *Histoire du Portugal contemporain*. Paris: Chandeigne, réédité en 2017.
- LÉONARD, Yves (1994). *Le Portugal vingt ans après la Révolution des œillets*. Paris: La Documentation française.
- LÉONARD, Yves (1996). *Salazarisme et fascisme*. Paris: Chandeigne.
- MARIE, Pierre (2018). "LÉONARD, Yves – *Histoire du Portugal contemporain: de 1890 à nos jours*. Paris: Éditions Chandeigne, 2016". *Revista Estudos do Século XX*, 18, 225-227.

HÉLOÏSE ELISABETH MARIE-VINCENT GHISLAINE DUCATTEAU
 Sciences Po Paris (campus de Nancy)
 heloise.ducatteau@sciencespo.fr
<https://orcid.org/0000-0002-0129-9679>

Caderno Temático: UNIVERSidades: Redes e Identidades

Monarchy and Universities in the Hispanic kingdoms (13th-15th centuries): interventionism in their government and funding

SUSANA GUIJARRO

Le studium au miroir des Bibles moralisées. Exégèse morale et imaginaire social des maîtres parisiens (XIII^e-XV^e siècle)

ANTOINE DESTEMBERG

Los manuales de Alonso de la Vera Cruz y la Universidad de México del siglo XVI: enseñando teología y artes desde una perspectiva misionera.

JOSÉ LUIS EGÍO GARCÍA

Giovanni Botero e gli itinerari del sapere fra Umanesimo e prime inquietudini barocche.

B. ALICE RAVIOLA

Artigos

Do rei, da rainha ou da infanta: o tabelionato de Torres Vedras entre os séculos XIII e XV

ANA PEREIRA FERREIRA

Uma obra (in)consequente: a Vala da Azambuja em meados do século XIX

JOSÉ MANUEL BRANDÃO E ELISABETTA FIOCCHI MALASPINA

De Coimbra para o Rio Grande do Sul: análise de passaportes, 1881-1889

CARLOS EDUARDO PIASSINI

Olive grove landscape: the hydraulic pressing machine and its importance in the cultural heritage of Andalusia (Spain)

SHEILA PALOMARES ALARCÓN

Crianças refugiadas que se salvaram através de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1944)

CAROLINA HENRIQUES PEREIRA

Pós-memória e política dos afetos: a Marcha del Silêncio como política cultural

CARLOS A. GADEA



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UIDB/00311/2020



Governo da República Portuguesa

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE
E DA CULTURA

